

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA

**“LUTAR NÃO É CRIME”: MEMÓRIA DOS CONFLITOS SOCIAIS NA LAGOA DO
MATO EM PARAMIRIM – BA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
NOVEMBRO DE 2024**

ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA

**“LUTAR NÃO É CRIME”: MEMÓRIA DOS CONFLITOS SOCIAIS NA LAGOA DO
MATO EM PARAMIRIM – BA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Projeto Temático: Estado, Memória e Conflitos Sociais no Brasil.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dias

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
NOVEMBRO DE 2024**

O511

Oliveira, Roseli Ramos de.

“Lutar não é crime”: memória dos conflitos sociais na Lagoa do Mato em Paramirim - BA. / Roseli Ramos de Oliveira, 2024.

263f.

Orientador (a): Dr. José Alves Dias.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referência F. 202 – 209.

1. Memória coletiva. 2. Conflito sociais. 3. Lagoa do Mato. 4. História oral. I. Dias, José Alves. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês da tese: “Fighting is not a crime”: memory of social conflicts at Lagoa do Mato in Paramirim – BA

Palavras-chaves em Inglês da Tese: Collective Memory; Social Conflicts; Lagoa do Mato; Oral History.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Alves Dias (Presidente), Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (UESB), Prof. Dr. Rogério Luiz Silva de Oliveira (UESB), Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa (UFBA), Prof. Dr. Helder Pedro Alicerces Bahu (ISCED-HUÍLA/Lubango – Angola).

Data da Defesa: 05 de novembro de 2024.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

FOLHA DE APROVAÇÃO

ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA

“LUTAR NÃO É CRIME”: MEMÓRIA DOS CONFLITOS SOCIAIS NA LAGOA DO MATO EM PARAMIRIM – BA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 05 de novembro de 2024.

Banca Examinadora:

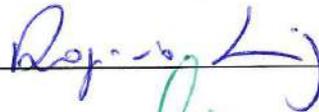
Prof. Dr. José Alves Dias – Presidente
Instituição: UESB

Ass.: 

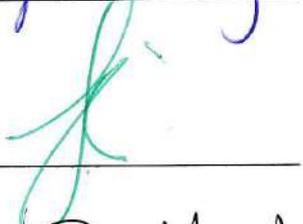
Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Rogério Luiz Silva de Oliveira
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa
Instituição: UFBA

Ass.: 

Prof. Dr. Helder Pedro Alicerces Bahu
Instituição: ISCED-HUÍLA/Lubango – Angola

Ass.: 

DEDICATÓRIA

À comunidade de Lagoa do Mato, que colaborou com a pesquisa, meu carinho, minha admiração e meu respeito. Eles são os legítimos guardiões da memória e da história.

Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Quero proferir meus sinceros agradecimentos a todos/as que estiveram envolvidos comigo ao longo dessa caminhada. Partilho o que por ora sinto: um misto de felicidade, de ansiedade e de gratidão por viver momentos ímpares, os quais guardarei como recordações memoráveis. Agradeço a Deus pelo dom da vida, por toda fé que me vivifica a cada dia e que me fortaleceu até aqui.

Essa trajetória foi marcada por um período de muitas incertezas por conta da pandemia da Covid 19. Inicialmente, as aulas ocorreram de forma remota, as discussões do grupo de pesquisa e até as orientações ficaram longe do calor humano, tudo marcado por olhares duvidosos e de muita insegurança, mas também de superação e inovações. Passado esse vendaval, tivemos oportunidade de viver a Universidade de forma presencial com mais emoção e fascínio por esse mundo do conhecimento. Foi inesquecível saborear os saberes de diversas formas.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), pelo compromisso e empenho de todos os docentes que compõem esse grupo primoroso e de excelência. Obrigada por ter me acolhido desde sempre. Não farei menção individualmente a cada um para não ser injusta com todos que contribuíram e contribuem com minha formação, direta ou indiretamente, meus sinceros agradecimentos a todos/as que ministraram as disciplinas que cursei.

Agradeço à coordenação do PPGMLS nas representações da professora Dra. Luci Mara Bertoni e do Professor Dr. José Alves Dias, sempre dispostos a nos ajudar. Ao grupo de pesquisa do qual faço parte, Laboratório Estado e Conflito Sociais no Brasil (LAPECS), pela partilha de conhecimento, pelos ensinamentos para a vida.

Ao professor José Alves Dias, obrigada pela acolhida generosa desde sempre, pela atenção disponível para as orientações, intervenções, contribuições e sugestões na tese. Minhas palavras, certamente, não darão conta de expressar a gratidão que tenho por dividir este estudo que agora se concretiza. Minha especial admiração e respeito.

À minha família: pai, mãe, irmã/os, cunhado/as! Abro uma exceção para agradecer de maneira especial à Luciana Pereira Camacam pelo acolhimento, incentivo, atenção e disponibilidade sempre que precisei. Ao meu marido, Nilson Martins Batista, pela eterna compreensão, nunca teceu um comentário sobre minhas ausências. Aos meus filhos, Nilson Oliveira Martins e Ranna Oliveira Martins, razão de toda minha vontade de vencer; e a Marília, minha norinha, que também foi muito compreensiva nesse processo.

Aos meus colegas de estudo, trabalhos e socialização coletivos nas diversas disciplinas, em especial, a Priscila Silva de Figueredo, Ana Maria Ferraz, Plácido Oliveira, e demais: Raik, Alcir Rocha, Fagner, Edson, Davi, Elis, Indiará, Dyanne, Betty, Manoela, Luzia, Oliveira e Leila. Às amigas, Sandra Regina Mendes, Marília do Amparo e Angelita Rosa de Rocha que seguraram minha mão, confortando-me e fortalecendo-me em todos os momentos, guardarei doces recordações e levarei por toda a minha existência. À companheira Elenita, pela confiança e dedicação nos conhecimentos compartilhados.

Agradeço à Secretaria Municipal de Educação, pela minha liberação; aos colegas professores/as do Colégio Ulisses Cayres de Brito e do Colégio Estadual de Paramirim, minhas considerações pelo incentivo de sempre. Ao professor colaborador Domingos Belarmino, antes de tudo um amigo, memorialista que guarda as memórias e a história de Paramirim com cuidado e dedicação, sempre disponível às minhas solicitações, meus agradecimentos e admiração.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação e de defesa desta tese: Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos (UESB); Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto (UEFS); Prof. Dr. Rogério Luís Silva de Oliveira (UESB); Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa (UFBA); Prof. Dr. Helder Pedro Alicerces Bahu (ISCED-HUÍLA/Lubango – Angola) meu reconhecimento pelas contribuições, sugestões e correções fundamentais nesse processo de reestruturação da tese. Agradecida por esses intelectuais que me inspiram e, sobretudo, pelo relevante mérito acadêmico.

Aos ex-moradores da comunidade Lagoa do Mato e demais participantes que me receberam em suas casas, ambientes de trabalho, entre outros; que me contaram suas histórias de vida considero-os como os verdadeiros protagonistas da história e da memória. Não há palavras para expressar minha gratidão. Meu eterno carinho!

Por fim, a todos os envolvidos que, direta ou indiretamente, estiveram comigo neste caminho, me fortaleceram e estenderam a mão, meus sinceros e inesgotáveis agradecimentos.

As narrativas de uma comunidade imersa pelas águas, oprimida pelo capitalismo, em nome do desenvolvimento econômico, afogam uma parcela da população por causa dos projetos de barragem. É no tocante ao indizível que expressam a saudade e o sofrimento. Evocamos e erguemos das águas a comunidade da Lagoa do Mato para contar suas recordações.

Roseli Ramos de Oliveira

RESUMO

Nas décadas de 1970 e 1980, ocorreram em várias regiões do Brasil diversos conflitos sociais em decorrência da construção de barragens, desalojando comunidades que perderam terras, casas, trabalhos, ou seja, suas histórias de vida. A instalação desses empreendimentos capitalistas é responsável por transformações sociais e manutenção da dominação de classe. Em consideração ao exposto, temos como ponto de partida para este estudo a seguinte questão problema: O que a memória coletiva/social da comunidade Lagoa do Mato, atingida por barragem, revela sobre os conflitos envolvendo a construção do Zabumbão e quais os impactos para essa população? Propomos, diante desse problema, a hipótese de que a memória da desapropriação da Lagoa do Mato se ancora na luta de classes com implicações materiais e simbólicas na história de vida de homens e mulheres. São memórias coletivas atravessadas pelos conflitos entre diferentes grupos em sua historicidade concreta, com interesses distintos para construção da barragem do Zabumbão. Portanto, estabelecemos como objetivo geral investigar os movimentos de lutas vivenciados pela comunidade Lagoa do Mato, na trajetória da instalação da barragem Zabumbão e sua relação com a memória social/coletiva. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, uma vez que visamos analisar os significados da memória e captar as singularidades do fenômeno estudado, neste caso, a História Oral, por trazer à tona as memórias que são empregadas para a compreensão das narrativas estudadas dentro do contexto sócio-histórico. No que concerne aos fundamentos teóricos-metodológicos, apropriamos de obras basilares da memória social/coletiva. Além de informações de ex-moradores sobre o processo de construção da barragem do Zabumbão, utilizamos técnicas de caráter documental e bibliográfico, cujo material encontra-se disponível em *sites* da Codevasf, DNOCS, ANA, MAB, entre outros. No âmbito dos instrumentos de coleta com os participantes, foram empregados questionários no *Google Forms* e entrevistas constituídas de uma amostra de 11 (onze) participantes, sendo: nove deslocados, um da Codevasf e um da Emater-BA. As discussões sobre o tema relacionam o planejamento de barragem, em especial, a do Zabumbão, imposto pela ação do Estado brasileiro, e como sua execução implica/implicou nos conflitos sociais enfrentados pela comunidade da Lagoa do Mato ao ser destituída de seu espaço (território). Por conseguinte, esse movimento iniciado e orquestrado pelo Estado reforçou as lutas e tensões vivenciadas e experienciadas pelos moradores que tiveram sua história, sua cultura e sua memória também atingidas pelo projeto. Contudo, os rumos das histórias de vida dos moradores da Lagoa do Mato foram tecidos de uma memória historicamente excluída, decorrente da imposição explícita do capital.

Palavras-chave: Memória Coletiva; Conflito Sociais; Lagoa do Mato; História Oral.

ABSTRACT

In the 1970s and 1980s, several regions of Brazil experienced social conflicts due to dam constructions that displaced communities, stripping them of their lands, homes, jobs, and thus, their life stories. These capitalist enterprises have driven social transformations and sustained class domination. Starting from the research question: What does the collective/social memory of the Lagoa do Mato community, affected by the dam, reveal about the conflicts surrounding the construction of the Zabumbão dam and its impacts on this population? We hypothesize that the memory of expropriation at Lagoa do Mato is rooted in class struggles with material and symbolic implications in the life histories of men and women. These collective memories are interwoven with conflicts between various groups in their concrete historicity, each with distinct interests regarding the construction of the Zabumbão dam. The primary objective of this study is to investigate the resistance movements experienced by the Lagoa do Mato community during the installation of the Zabumbão dam and its relationship with social/collective memory. This study employs a qualitative approach, aiming to analyze the meanings of memory and capture the uniqueness of the phenomenon, specifically through Oral History, which highlights the memories employed to understand the narratives within a socio-historical context. In terms of theoretical-methodological foundations, we draw from foundational works on social/collective memory. We also utilized information from former residents about the construction process of the Zabumbão dam, employing documentary and bibliographic techniques, with material available on the websites of Codevasf, DNOCS, ANA, MAB among others. For data collection, we used questionnaires on Google Forms and conducted interviews with a sample of eleven participants, including nine displaced individuals, one from Codevasf, and one from Emater-BA. The discussions examine dam planning, particularly the Zabumbão, imposed by the Brazilian state, and how its implementation has influenced the social conflicts faced by the Lagoa do Mato community upon being deprived of its territory. As a result, this state-driven initiative heightened the struggles and tensions experienced by the residents, affecting their history, culture, and memory. However, the life stories of the Lagoa do Mato residents are woven from a memory historically marginalized by the explicit imposition of capitalism.

Keywords: Collective Memory; Social Conflicts; Lagoa do Mato; Oral History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização da barragem do Zabumbão no município de Paramirim	31
Figura 2 – Percentual dos grupos participantes da pesquisa	34
Figura 3 – Homens trabalhando no açude Zabumbão	62
Figura 4 – Açude do Zabumbão onde foi construída a barragem	63
Figura 5 – Mapa de localização das comunidades alagadas pela barragem do Zabumbão em Paramirim/BA	65
Figura 6 – Lagoa do Mato	66
Figura 7 – Proposta do Partido Comunista do Brasil em Paramirim-Ba, década de 50 .	75
Figura 8 – Reuniões dos moradores da Lagoa do Mato	110
Figura 9 – Mapa de Fazendas entre Paramirim, Água Quente e Caturama, no período de 1900 a 1975	120
Figura 10 – Placas referentes às obras da construção da barragem do Zabumbão	148
Figura 11 – Mapa da localização do bairro Vila Nova-Paramirim/BA	162
Figura 12 – Lagoa do Mato (hoje Barragem do Zabumbão)	179
Figura 13 – Ruínas da comunidade da Lagoa do Mato quando a água diminui o volume.	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos participantes deslocados.....	35
Tabela 2 – Características sociodemográficas dos participantes não deslocados.....	36
Tabela 3 – Características sociodemográficas do grupo de técnicos, das prefeituras, da associação ou dos representantes da ANA, CODEVASF, CBHSF	37
Tabela 4 – População do município de Paramirim na década de 1980	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das propriedades por classe de imóveis em Paramirim, no ano de 1967	73
Quadro 2 – Fazendas do Vale Verde do Rio Paramirim, entre 1900 a 1975.	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
AGERSA	Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNS	Resolução Conselho Nacional de Saúde
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CRAB	Comissões Regionais de Atingidos por Barragens
CVSF	Comissão do Vale São Francisco
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMATER-BA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
FETAG	Federação de Trabalhadores na Agricultura
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPB	Ministério Público da Bahia
MPF	Ministério Público Federal
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
NMS	Novos Movimentos Sociais
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAB	Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

PDPAB	Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens
PAB	Populações Atingidas por Barragens
STRP	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Percurso metodológico	26
1.1.1 Procedimentos da pesquisa	28
1.1.2 Local da pesquisa.....	31
1.1.3 Descrição dos participantes da pesquisa	32
1.1.4 Perfil dos participantes da pesquisa	34
1.1.5 Instrumentos de coleta de dados	38
1.1.6 Análise dos dados.....	39
1.1.7 Questões éticas	40
2 A MEMÓRIA EM QUESTÃO: ASPECTOS TEÓRICOS, CONSTRUÇÕES E ARRANJOS	41
2.1 Uma memória moldada, idealizada e construída a partir dos quadros sociais da memória.....	45
2.1.1 Teoria da memória coletiva/social.....	49
2.1.2 Memória e tradição oral.....	55
3 HISTÓRIA DA LAGOA DO MATO	62
4 HISTÓRIA DA PROPRIEDADE DA TERRA EM PARAMIRIM-BA	118
5 MEMÓRIAS E PERCURSO DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM ZABUMBÃO	145
5.1 Memória e movimento de resistência e reconstrução.....	154
5.2 Memória e construção da categoria “atingido” por barragem	156
5.3 Memória da comunidade Vila Nova: uma perspectiva do futuro.....	161
6 ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: O QUE REVELAM AS MEMÓRIAS DA LAGOA DO MATO	168
6.1 Onde tocam o esquecimento e o silêncio	181
6.2 A água inundou: memória dos deslocados	188
6.3 Interfaces dos conflitos socioambientais na Bacia do Paramirim - BA	193
7 CONCLUSÃO	198
REFERÊNCIAS	202
FONTES ORAIS	2099
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	212
APÊNDICE B – Parecer consubstanciado do CEP	216
APÊNDICE C – Comprovante de envio do projeto para o CEP	220

APÊNDICE D – Termo de autorização para uso de imagem e depoimentos	221
APÊNDICE E – Roteiro de entrevistas	222
APÊNDICE F – Coleção fotográfica.....	231
ANEXO A – Termo de compromisso de ajustamento de conduta.....	235
ANEXO B – Termo de compromisso com proposta concreta para a efetiva construção da barragem do Zabumbão.	246
ANEXO C – Relação dos proprietários da Lagoa do Mato com suas respectivas propostas	249
ANEXO D – Documento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim em reunião da comunidade Lagoa do Mato- Paramirim- Ba.....	251
ANEXO E – Título definitivo da área destinada a barragem e localização dos proprietários	253
ANEXO F – Projeto de lei nº 09/89, de 14 de novembro de 1989, autoriza a abertura de crédito para construção de casas residenciais para reassentamento dos sem terras da Lagoa do Mato	257
ANEXO G – Relatório de Auditoria; Obra Pública; Senado Federal; Comissão Temporária; Paramirim-BA; Liberação de Recursos; Execução Parcial de Obras e Serviços; Codevasf; Acompanhamento.	259
ANEXO H – Ata de Reunião entre a Codevasf e a comunidade da Lagoa do Mato.....	262

1 INTRODUÇÃO

Os processos históricos e evolutivos que marcam a permanência humana na terra têm como pressupostos a utilização dos recursos naturais ligados à prática da agricultura e da pesca, o que intensificou o povoamento e o desenvolvimento das cidades ao longo dos rios. Esses mecanismos estabeleciam os meios de sobrevivência de homens e de mulheres em várias regiões do mundo, inclusive no Antigo Egito e na Mesopotâmia, que utilizavam a vazão dos rios nos períodos de chuva para armazenar a água em cisternas, prática essa ainda muito utilizada no interior do Brasil.

Vários processos de desenvolvimento da industrialização iniciaram no século XIX, contudo foi o século XX, que inaugurou uma perspectiva sombria em relação ao futuro dos recursos hídricos, principalmente em razão dos precedentes nas construções de barragens, canais artificiais e portos, “[...] impulsionando as atividades de transformação econômica da urbanização pré-industrial indispensável ao desenvolvimento de atividades como moagem, tecelagem e tinturaria” (Silva, 1998, p. 32). No Brasil, nesse mesmo período, já vinham sendo promovidas as primeiras instalações de geração de energia elétrica fluvial, com implicações sociais, porque quase metade dos rios do mundo tem ao menos uma grande barragem.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) publicou, em 2023, que no Brasil os agentes causadores dos conflitos pela água são: fazendeiros, governos estaduais, empresários, hidrelétricas e mineradoras que vitimam, principalmente, indígenas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas e assentados. Os conflitos pela água são tensionados pelo “[...] não cumprimento de procedimentos legais por parte do poder público e empresas privadas, seguido da destruição e/ou poluição, diminuição e impedimento no acesso à água e contaminação por agrotóxico” (Rigotto; Gurgel, 2023, p. 23). Por assim dizer, os efeitos sociais da construção e da operação de barragens são tão diversos e tão graves que o Banco Mundial, um dos principais financiadores da construção, constituiu uma comissão especial, a Comissão Mundial de Barragens (CMB), que apresentou relatórios, os quais denunciavam sobre as questões envolvendo os impactos das barragens e seus efeitos.

Em todo o mundo, a investida em projetos de barragens tem um impacto devastador ao provocar alterações diversas no ambiente natural dos rios, modificando o modo de vida de comunidades ribeirinhas que usam dos recursos hídricos como uma forma de subsistência. O interesse pela água foi objeto de exploração e cobiça, pelo fato de alimentar setores econômicos, agronegócio e elétrico, especialmente, para a geração de energia, de mineração e de saneamento.

Destarte, nas décadas de 1970 e 1980, ocorreram em várias regiões do Brasil diversos tipos de conflitos em decorrência das ações danosas de construção de barragens, desalojando milhares de pessoas que perderam suas casas, seus trabalhos, suas histórias de vida. Por isso, os movimentos sociais de resistência à instalação desses empreendimentos têm sido registrados nos mais diferentes contextos nacionais e internacionais, formando verdadeiras redes que reúnem agentes sociais em torno dessa problemática. Surgem, então, as primeiras formas de resistência contra as construções, através das comissões locais de atingidos, fruto das contradições desse modelo, que não considerava as famílias e não assegurava direitos, resultando, mais tarde, na formação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em nível nacional. Notadamente, a água tornou-se apropriação do capitalismo, esse bem natural que deveria ser utilizado para suprir as necessidades humanas muda seu caráter de apropriação, provocando várias consequências, inclusive a expropriação, que priva as pessoas de suas propriedades. Em consequência do descrito, a apropriação privada da água passa a ser usada como mercadoria (MARX, 2023) para alavancar lucros exorbitantes no processo produtivo, outrora, é mercantilizada, com finalidades distintas.

Mediante o exposto, a história do MAB foi construída em 1991, a partir da luta pelos direitos das populações atingidas por barragens, tendo com articulação as mobilizações e as Comissões Regionais de Atingidos por Barragens (CRAB). Salientamos que esse foi um processo coletivo, com a união e o apoio de entidades que expuseram, criticamente, as consequências e os impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais para as populações atingidas. É sabido que essas construções sobre córregos, rios ou canais diferem-se pela razão e pela função.

Para Uchimura (2022), além das barragens construídas para geração de energia elétrica, há outros tipos como as utilizadas para abastecimento de água e as de rejeitos controladas pela indústria extrativa de minérios. Nos vários tipos de empreendimentos, há situações a serem consideradas polêmicas, uma vez que no “[...] atual modelo de organização da sociedade brasileira, as grandes barragens são construções hidráulicas gigantescas que dão muito lucro para quem as controla às custas de violência contra muitos, concentram riquezas nas mãos de poucos, já ricos e poderosos” (UCHIMURA, 2022, p. 19). Além disso, esses empreendimentos são responsáveis pelo deslocamento das populações atingidas, que, em sua maioria, são famílias tradicionais, ocasionando, segundo dados do MAB, no Brasil, uma soma já superior a um milhão de atingidos, destes, cerca de 70% não receberam nenhum tipo de indenização ou compensação (VAINER; BRAGA, 2022).

O “[...] planejamento técnico de barragens realizado pelo Estado brasileiro” (Oliveira, 1981, p. 23), de certa forma, visa aos interesses dominantes de grupos detentores de poder. Posto isso, o autor traz contradições que podem ser observadas em vários aspectos, no que se refere ao desenvolvimento econômico, à produção de energia, ao abastecimento humano, como um fator positivo. Porém, quando analisados do ponto de vista das relações humanas, intensificam as desigualdades, principalmente, de comunidades tradicionais dependentes de espaços rurais.

Acerca da aprovação e efetivação do projeto da barragem do Zabumbão, é lícito afirmarmos que as reconfigurações espaciais econômicas e as transformações sociais e simbólicas das famílias foram amplamente visíveis e sentidas pela comunidade da Lagoa do Mato. O deslocamento compulsório desestrutura um modo de vida bem próprio de comunidades ribeirinhas caracterizado pelos laços de pertencimento de grupo, particularmente valorizado por estar ligado a uma recordação na qual os indivíduos vão se (re)encontrar com a tradição que se perpetua por experiências passadas (HALBWACHS, 2004; 1990).

Lembramos as experiências dos povos de comunidades tradicionais situadas em várias partes de todo o Brasil que foram impactados por projetos técnicos de barragens para finalidades diversas, como na barragem de,

[...] Sobradinho, no rio São Francisco; Itaipu, na fronteira com o Paraguai; Tucuruí, no Pará; Ilha Solteira, no Paraná; Água Vermelha, Rio Grande, que faz divisa entre os Estado de Minas Gerais e São Paulo; Marimbondó, Rio Grande, entre as cidades de Icém (SP) e Fronteira (MG); Salto Osório, no Paraná; Coaracy Nunes, no estado do Amapá; Capivara, no Norte do Paraná; Tucuruí no Pará. (OLIVEIRA, 2018, p. 335-338).

Na Bahia, outras tantas barragens¹ também foram responsáveis por provocar mudanças abruptas que afetam de múltiplas formas a vida de pessoas, como as que passam pelas experiências de perdas materiais e simbólicas, entre elas, a desintegração do espaço e a interrupção de laços afetivos. Ainda como agravante, tais construções desconstroem tradições carregadas de significados que dizem respeito ao passado, presente e futuro.

Como um procedimento recorrente, as barragens têm afetado, significativamente, essas comunidades, causando impactos na dinâmica de uma região, tanto pelos eventos decorrentes das migrações compulsórias, como pela própria questão das transformações sociais resultantes das áreas inundadas. Essas alterações foram vivenciadas pela comunidade

¹ Referimo-nos às barragens localizadas no Estado da Bahia: Mirorós, Zabumbão, Ceraima, Luís Vieira, Anagé, Champrão, Truvisco, Sobradinho, Pedra do Cavalo, sendo esta última responsável pelo abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador e a região de Feira de Santana. Outras três barragens que abastecem Salvador: Santa Helena, Joanes I, Joanes II. A Barragem de Apertado é importante para dar suporte à atividade agrícola irrigada do Alto Paraguaçu, entre outras (AGERSA).

da Lagoa do Mato com a construção da barragem do Zabumbão, edificada no município de Paramirim-BA². O reservatório foi construído pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) em 1996, com o argumento que a construção dessa barragem promoveria o desenvolvimento da agricultura irrigada, através da regularização do rio Paramirim (CODEVASF, 1960).

Ocorre que, a comunidade, ao se sentir ameaçada por fortes indícios de desmatamentos, alterações nos solos, poluição das águas e comprometimento da jusante do leito do rio, entre outros impactos, já sabia do desafio e das lutas que vinham pela frente. Ao tratar desse tema, a tese versa sobre o seguinte objeto: a memória dos atingidos pela barragem do Zabumbão na comunidade Lagoa do Mato. A partir da trama real, que são os conflitos sociais decorrentes das barragens, há várias questões suscitadas em outros espaços, inclusive, na ficção, como é o caso do filme “Narradores de Javé” que trata de uma questão central que é a construção de barragens/hidrelétricas. Dentre esses elementos, alguns se aproximam com maior exatidão, como nosso objeto de estudo, neste caso, o fenômeno da memória na dinâmica da história oral, advindas das narrativas.

O filme **Narradores de Javé**, produzido no Brasil em 2003³, usa a dramaturgia para aproximar a ficção da realidade. O enredo do filme reproduz o drama de homens e de mulheres que moravam no Vale do Javé, um povoado fictício no sertão nordestino, condenado ao desaparecimento em função da construção de uma hidrelétrica, cuja consequência seria a inundação do lugar. A história centra-se na inquietação da comunidade em buscar formas para conter a construção da hidrelétrica. O que mais preocupava os moradores era a falta de documentos que comprovassem a posse das terras. Revoltados com o desfecho, eles decidem, então, escrever a história da cidade, elegendo Antônio Biá como o escriba da obra.

A população de Javé, mobilizada, passa, então, a recuperar as lembranças através dos

²A primeira entrada no território deu-se em consequência da colonização e da exploração das minas do rio de Contas, no município de mesmo nome, quando brasileiros e portugueses, seguindo as margens do rio Brumado, alcançaram as minas de ouro do Morro do Fogo, nas proximidades do Vale do Paramirim, onde hoje está localizada a cidade que abarca o mesmo nome. Com a compra de terras pelo Conde da Ponte, começa o ajuntamento humano que deu início à povoação denominada Arraial de Morro do Fogo, que seria mais tarde a cidade de Paramirim. O topônimo Paramirim é de origem tupi-guarani e significa o rio ou mar pequeno (IBGE, 1950).

³Informações técnicas do filme: Filme-Comédia / 2003 / 100 min; Direção: Eliane Caffé; Elenco: José Dumont (Antônio Biá); Matheus Nachtergaele (Souza); Nelson Xavier (Zaqueu); Gero Camilo (Firmino); Luci Pereira (Mariadina, Deodora); Rui Rezende (Gado); Maurício Tizumba (Samuel). Durante três meses, a equipe conviveu intensamente com os habitantes do interior de Minas e Bahia. A diretora ouviu e coletou muitos outros "causos". Foi articulando essas histórias com várias outras, que o roteiro de “Narradores de Javé” foi construído. O lugar escolhido para rodar o filme foi Gameleira da Lapa, no interior da Bahia, com algumas tomadas feitas em Lençóis. Uma das ideias era a participação dos moradores da cidade como atores.

vários momentos de escuta que emergiram das memórias individuais e coletivas. A relação entre história e memória reproduzidas no filme retrata, assim como na vida real, um campo de poder e disputa. Nesse sentido, o fenômeno da memória, pensado na esfera maior que é a memória coletiva, é intercambiado pelas “relações sociais” (HALBWACHS, 1990, 2004; FENTRESS; WICKHAM, 1992).

Do ponto de vista do interesse pessoal, partimos de uma reconstrução sobre nossas memórias de adolescência, em especial, as que se referem aos momentos similares à memória na ficção do filme. Relacionadas com a história da Lagoa do Mato, essas memórias são dadas a partir das interações entre os grupos ancorados nos quadros sociais da memória, de modo que seja possível serem mobilizadas pelas recordações, a saber: família, religião, trabalho, espaço, classe social, tempo e grupos de convívio ou os grupos de referência a esse indivíduo (Halbwachs, 1990; 2004).

Com a finalidade de mobilizar as questões suscitadas, esta tese, intitulada “**Lutar não é crime**”: memória dos conflitos sociais da Lagoa do Mato em Paramirim-BA, desponta a seguinte questão problema: O que a memória coletiva/social da comunidade Lagoa do Mato, atingida por barragem, revela sobre os conflitos envolvendo a construção do Zabumbão e quais os impactos para essa população? Diante desse problema, propõe-se a tese de que a memória da desapropriação da Lagoa do Mato ancora-se na luta de classes com implicações materiais e simbólicas na história de vida de homens e de mulheres. São memórias coletivas atravessadas pelos conflitos entre diferentes grupos em sua historicidade concreta, com interesses distintos para construção da barragem do Zabumbão.

Para o Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB, 2011, p. 9), “As barragens surgiram em decorrência da necessidade de se usufruir dos benefícios do uso múltiplo dos recursos hídricos para a população brasileira”. Isso permitiu que vários grupos se apropriassem desse empreendimento para promoverem benefícios. Notamos, então, que, no caso do Zabumbão, existiam grupos com interesse na barragem, como: prefeito, governo estadual, grandes proprietários, que também teriam privilégios, tanto com a irrigação e a supervalorização das terras, tanto com a prática da agricultura em grande escala. Com efeito, as classes sociais compostas pelos proprietários (pequenos e grandes) e pelos não proprietários (trabalhadores eventuais, trabalhadores assalariados, parceiros e agregados) eram representadas por homens e mulheres que lutavam pela terra para manter viva a memória da disputa como constituinte das suas próprias histórias.

Sendo assim, ao relacionarmos o objeto de pesquisa, pensando no problema, bem como nos fenômenos envolvidos ou observados nesta tese, temos como objetivo geral:

investigar os movimentos de lutas vivenciados pela comunidade Lagoa do Mato, na trajetória da instalação da barragem Zabumbão e sua relação com a memória social/coletiva. Como objetivos específicos, temos: (a) compreender a memória coletiva/social da comunidade Lagoa do Mato mobilizada e constituída a partir dos quadros sociais; (b) analisar o percurso da construção da barragem do Zabumbão em Paramirim-BA e o papel do Estado nesse processo; (c) identificar as articulações que abrangem os conflitos e as lutas da Lagoa do Mato, considerando os aspectos materiais e simbólicos do território, experienciados com o reassentamento; (d) reconstruir, a partir das narrativas, a história de vida da comunidade Lagoa do Mato, atingida pela construção da barragem do Zabumbão.

O enfoque ora dado à pesquisa corrobora para a importância de buscarmos esclarecimento no contexto sócio-histórico identificado por grupos sociais e de fatos conflitantes e do contraditório, o que torna imprescindível para o restabelecimento da coletividade. Sendo assim, a lógica necessária para a compreensão das coisas apresenta-se no movimento da dialética e na produção do conhecimento, necessário para o entendimento da realidade e dos problemas sociais. Para isso, trataremos do método materialista histórico-dialético, caracterizado a partir das condições postas pela realidade através da concretude da vida de homens e de mulheres em sociedade. Nesse sentido, as relações sociais baseiam-se, fundamentalmente, na organização e nos processos da ação cotidiana, na interpretação do contexto da realidade. A vida em sociedade tem demandas reais e lutas que acontecem na intencionalidade dos opostos explicados pelo antagonismo de classes (MARX; ENGELS, 2007), isso se dá porque a essência das coisas está no âmbito centralizador do capital que intensifica as causas e as consequências dos conflitos, das tensões de determinados grupos e de sua conjuntura histórico-social, política e econômica.

Portanto, a investigação parte de um problema da vida cotidiana em uma cidade do interior baiano, chamada de Paramirim, que apresenta a experiência de homens e de mulheres vítimas do deslocamento forçado. Isso explica os conflitos sociais, advindos da construção da barragem Zabumbão, que ocorreram como uma sentença por parte das ações do Estado.

Por assim entendermos, as relações vivenciadas em face das mudanças ocorridas no modo de vida dos ex-moradores, decorrentes da imposição da construção de uma barragem, foram orientadas pela lógica racional do capitalismo e tiveram como consequência a produção de mercadorias que é marca central das sociedades capitalistas. Fato é que todas as incertezas, medos e inseguranças sempre estiveram presentes no cotidiano dos moradores da Lagoa do Mato, sendo eles o objeto de inspiração para trilhar a tese desenvolvida.

A inspiração pessoal para este estudo partiu da experiência acadêmica durante o

período do mestrado, em 2016, quando cursamos a disciplina de Gestão Socioambiental. Desenvolvemos, nesse período, um trabalho sobre a barragem do Zabumbão, aproximando-nos da história, das vivências, dos contos e dos fatos dos moradores. Assim, reviver os testemunhos contados impactaram-nos positivamente, levando-nos a compreender o contexto daquela gente que teve suas vidas transformadas por vários acontecimentos em decorrência do projeto da barragem.

Após o mestrado e com esse despertar, surgiu em nós o interesse pela proposta de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), cujo ingresso se deu no segundo semestre letivo de 2020. Encontramos o espaço ideal para desenvolvermos a pesquisa, pois estávamos em uma instituição que depreende o tema como lugar sócio-histórico de produção, representação e circulação de sentidos; como lugar de memória constitutiva (indizível) e de memória representada (dita, narrada) nas potencialidades que revelam as narrativas dos sujeitos que viveram na comunidade Lagoa do Mato. O aparecimento contínuo dos conflitos sociais, associados aos grandes projetos, é o sinal da presença de uma memória social persistente que aflora camadas mais profundas da experiência e que revê o passado como um presente aberto a diversas trajetórias.

Consideramos o caráter sociológico da memória social como uma memória evocada, individual ou coletivamente, visto que é fruto da consciência em sua essência, mobilizada e ancorada no tecido da sociedade, o que, no nosso entendimento, constitui-se como motivador de uma memória afetiva desencadeada pelas recordações da infância e do tempo de vida escolar, quando ouvíamos os relatos dos nossos pais sobre a construção de uma barragem na cidade. Essas memórias assemelham-se muito com o filme “Narradores de Javé”, já citado anteriormente, em vários aspectos, mais especificamente sobre a condição dos moradores ao serem deslocados, implicações que impactam na ficção e na vida real, pois as notícias alardiosas que chegavam àquele espaço faziam com que o desespero se estampasse em cada morador.

Portanto, no que tange às relações com a memória, percebemos que há uma semelhança com a história da dramaturgia supracitada, uma vez que os atingidos, tanto da ficção quanto da vida real, sofrem as consequências desse tipo de empreendimento. A história de um atingido é desafiadora, principalmente porque está carregada de elementos como subjetividade, memória, história oral, relação entre sujeito e sociedade, fatores que acarretam nas individualidades dos envolvidos e nas características da comunidade.

Elegemos este tema pelo fato de que ele se relaciona com o ponto de vista histórico da

Lagoa do Mato, o que é muito oportuno, porque a memória oral sempre corre o risco de desaparecer. Então, a pertinência de empreender tal consideração a este estudo, com os deslocados, é reproduzir suas lutas por meio de narrativas sobre o contexto histórico, cultural de seu território e de seus saberes.

Acreditamos que a pesquisa ora apresentada consolida a construção e a legitimação de novas formas de contexto da barragem para a população de Paramirim, da região e até mesmo do Brasil, por se tratar de conflitos sociais como algo que requer uma preocupação constante e duradoura. Isso é possível no momento em que adquirimos entendimento dos principais problemas que assolam, de forma individual e coletiva, as questões de apelos sociais e de sua capacidade de intervenção crítica nos espaços, podendo nortear, também, segmentos da sociedade para compreenderem, intervirem e contribuírem nas questões relacionadas ao fenômeno da memória social, muitas vezes, violentada e/ou silenciada.

A tese em questão foi estruturada de forma a garantir uma conexão lógica do tema tratado e sua disposição se procederá da seguinte forma: A primeira seção consiste na introdução da pesquisa, com a contextualização do *locus* de estudo, bem como a problematização e apresentação das hipóteses e dos objetivos. Ainda nessa seção descrevemos o percurso metodológico com a especificação do tipo de pesquisa e a forma de obtenção do *corpus* documental e empírico. Com relação às etapas da coleta de dados usamos os instrumentos, a saber: entrevistas e questionários. As análises tiveram um tratamento analítico baseado na memória que se fundamentou nas histórias de vida da comunidade da Lagoa do Mato, retratadas na vivência pessoal e do grupo analisadas dentro do contexto social, econômico, político e histórico.

Como título “A memória em questão: aspectos teóricos, construções e arranjos”, a segunda seção aborda os aspectos teóricos-epistemológicos da memória social construída a partir da materialidade das relações vividas (HALBWACHS, 1990; 2004). A despeito do assunto, ampliaremos a análise referente à categoria “memória social”, tendo por base os autores Fentress e Wickham (1992). Nesse sentido, discutiremos a memória a partir da precisão e da concernência de um fenômeno, unicamente, do tecido social dos grupos que devem ser situados em relação ao seu contexto e suas próprias tradições.

A terceira seção traz o título “História da Lagoa do Mato”. Nesta parte do estudo, discutiremos sobre a formação sócio-histórica da comunidade, sobretudo, a partir do exame das entrevistas colhidas às quais foram trianguladas com dados oficiais e, posteriormente, interpretadas a partir de um olhar crítico. O foco dessa seção foi à análise da memória dos atingidos de barragem com concernência nas lutas e disputas pela “permanência na terra”,

enfatizando os conflitos de uma classe trabalhadora constituída de homens e mulheres que trabalhavam e viviam da agricultura sendo eles: pequenos e médios agricultores que sofreram os malefícios de um sistema orquestrado para beneficiar políticos, fazendeiros latifundiários. A luta de classes na dialética da realidade das desigualdades econômico-sociais está pautada nos interesses opostos.

Na quarta seção nomeada **História da propriedade da terra em Paramirim** serão abordados os mecanismos em relação ao povoamento, ao desenvolvimento e à maneira como se processou a propriedade da terra no “Vale Verde do Rio Paramirim”. A organização social da propriedade da terra construída conscientemente pelo homem, pelo latifúndio como o princípio de tudo, e depois por sucessão familiar através das partilhas entre herdeiros, traços marcantes da estrutura fundiária da região. Esse fenômeno busca compreender de maneira concreta a experiência humana no processo da estrutura territorial, um fator central nas estratégias de sobrevivência das famílias no “Vale Verde do Rio Paramirim-BA”. Apresenta, ainda, a constituição das fazendas nas décadas de 1900 a 1975, um recorte com indicativos interessantes para vislumbrar os interesses que circundam a construção da barragem. As faces do conflito começam pelo desenrolar das fazendas com perspectiva de boas terras agricultáveis.

No que se refere à quinta seção **Memórias e percurso da construção da barragem Zabumbão**, serão apresentados alguns acontecimentos importantes para compreensão dos fatos que marcam desde a idealização e a construção da barragem, até a expropriação da comunidade da Lagoa do Mato, tendo como recorte temporal as décadas de 1980/1990. Vale ressaltar que todo esse processo foi operacionalizado por um estado que praticou a violação de direitos sociais, civis e políticos. Explicita, ainda, o contexto das relações econômicas e políticas com vestígios de um dos momentos mais sombrios da ditadura civil-militar, um regime autoritário e centralizador que produz uma sociedade civil mais heterogênea e complexa. Esses fatos ainda permearam na construção da barragem com reflexos negativos de grupos sociais conflitantes na esfera das relações de produção frequentemente relacionadas com o capital. Por fim, discorreremos sobre o conceito de atingido/a na incógnita do território futuro, nesse caso a Vila Nova, e da reconstrução e reinvenção desse novo lugar.

Na sexta seção, com título **Entre o passado e o presente: o que revelam as memórias da Lagoa do Mato**, esta parte do estudo sobre a memória dos atingidos por barragens através da empiria, obtida das entrevistas e dos questionários. A discussão em tela trata das recordações de uma comunidade magoada, destruída, material e simbolicamente, pelo processo de desapropriação da terra. Ainda teceremos uma discussão, abordando as

categorias: recordação, silêncio e esquecimento. Contudo, a subseção “A água inundou: memória dos deslocados” aborda uma memória ressentida pela perda dos vínculos das relações sociais. Nosso esforço de pesquisa está sensível aos impactos e dramas decorrentes dessa represa. Logo, é imprescindível que essas histórias de vida de homens e de mulheres sejam uma maneira de trazer à tona a discussão e de fazer-nos perceber em que ponto tocam o esquecimento e o silêncio.

Por fim, a última subseção versará sobre as interfaces dos conflitos socioambientais na Bacia do Paramirim – BA, com o intuito de analisar os impactos, considerando não somente os aspectos econômicos, como também de um projeto inviável, segundo estudos, em que a retirada de água da barragem pode provocar o desabastecimento (ou ao menos racionamento) nos municípios atendidos, em períodos de estiagem, visto que o projeto propõe intervenções de ordem físico-ambiental. Na dialética do tecer da vida cotidiana mescla a Lagoa do Mato e o efeito Zabumbão como fundamento para refletir sobre os processos decorrentes das relações entre homem e ambiente, visando compreender a alteração dos aspectos econômicos, sociais e tradicionais da comunidade marcados pelos conflitos socioambientais em estudo, e, por fim, teremos a conclusão de nossa tese.

1.1 Percurso metodológico

Com base nos objetivos traçados para esta tese, adotamos uma pesquisa de abordagem qualitativa por entendermos que ela pode revelar significados subjetivos das relações humanas. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que julgamos pertinentes ao presente estudo.

Para tanto, o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento relacionado ao fenômeno investigado e as suas relações mediadas pelo contato direto com a situação estudada, permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos dos fenômenos coletivos (GIL, 1999). Por conta disso, justificamos que optamos por combinar estratégias variadas de coleta de dados, que além de aprofundar as informações trazidas pelos entrevistados, vão contribuir para lançar outros olhares sobre o objeto pesquisado com informações diversas, que geraram, portanto, dados com características diferentes, utilizados na construção do texto.

Adotamos como metodologia a História Oral como técnica de coleta diretamente associada à noção de memória, permitindo mobilizar o passado no tempo presente, pois,

apoiamo-nos em testemunhos e depoimentos orais. Para Le Goff (1990), a memória é o objeto principal no trabalho com as fontes orais, justamente porque vem por intermédio da lembrança e dos testemunhos, possibilitando a manifestação de fontes normalmente excluídas dos relatos oficiais.

A História Oral neste estudo visa trazer à tona as memórias, através das narrativas sobre a história de vida da comunidade da Lagoa do Mato, retratadas na vivência pessoal ou de um grupo, contadas por ele próprio e estudadas dentro dos contextos social, econômico, político e histórico. De acordo com Alberti (2008, p. 155), a História Oral “[...] é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX”. O que define esse método é exatamente a realização de entrevistas e dos relatos de acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Essa metodologia mostra-se bastante fértil na tarefa de investigação da memória, especialmente, da memória social como um método valioso para a construção do conhecimento, partindo das memórias individuais como via de acesso para a reconstituição das memórias dos grupos. Entre os estudiosos, destacamos: Maurice Halbwachs (1990), Pollak (1989), Fentress e Wickham (1992) e Alberti (1990; 2005; 2008). Em consideração ao exposto, essa metodologia permitirá especificamente “[...] a ligação da memória social, no âmbito das histórias de vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, é chamada de História Oral” (Pollak, 1992, p. 200).

Entre as principais vantagens desta pesquisa está a possibilidade de incluir no processo de produção do conhecimento as histórias de vida. À vista disso, a memória é socialmente construída, porque as narrativas orais são por natureza um mecanismo para se recuperar as experiências vivenciadas no coletivo. Segundo Fentress e Wickham (1992), a dependência da memória é a marca característica da História Oral. Por isso, esse é um processo que se constitui como finalidade da pesquisa qualitativa.

No que se refere à coleta de dados, usaremos as histórias de vida dos moradores da Lagoa do Mato. Vale salientar que nosso interesse é investigar a memória dos conflitos que ecoa das próprias narrativas e dos testemunhos obtidos, reproduzidos a partir das entrevistas, dos questionários e dos registros também complementados no diário de campo que fazem referência, constantemente, à realidade dos desdobramentos deste estudo. Para tanto, no que concerne à finalidade da pesquisa qualitativa, esta constituiu-se em um estudo descritivo da população, na busca de informações dos ex-moradores da Lagoa do Mato para ajudarem a esclarecer pontos fundamentais da amostra como identificação, perfil, idade e sexo dos participantes, dados dos conflitos, entre outros que julgarmos necessários.

1.1.1 Procedimentos da pesquisa

Sob o ponto de vista da pesquisa empírica, é importante salientarmos que os participantes foram comunicados sobre as condições e o tempo estimado para realização da entrevista, evidenciando ainda que poderiam parar ou continuar a qualquer momento, fosse mediante situações de desconforto ou justificativas pessoais. Nos casos que ocorreram interrupção da entrevista, esta foi retornada em outro momento mais oportuno. Em relação à quantidade de visitas realizadas, fez-se necessário realizar várias, aproximadamente 12 (doze), quantidade fundamental para conhecermos e entendermos a história da comunidade.

Ao entrarmos em campo para obtenção das informações e seleção dos candidatos, fizemos previamente o momento de sondagem, visando compreender onde se concentravam os moradores da antiga Lagoa do Mato, ou seja, os deslocados. Posteriormente, demos início à comunicação para explicar a pesquisa, usando como recurso documental obrigatório o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Assim, elucidamos sobre os objetivos, os métodos e os reflexos desta produção na interface da memória da comunidade desapropriada.

Com relação à amostra da pesquisa, esta foi constituída por 11 (onze) entrevistas, sendo: 09 (nove) participantes deslocados, (06) seis mulheres e (03) três homens. Referente aos demais participantes, um era representante da Codevasf, e um da EMATER-BA. As entrevistas⁴ com os participantes deslocados foram realizadas presencialmente com tempo aproximado de 40 minutos a uma hora. Algumas ocorreram em uma única vez e outras dependeram da disponibilidade do participante. Referente aos questionários, foram contabilizados 34 (trinta e quatro) participantes, como consta nas informações do gráfico 01 referentes aos dados gerais da pesquisa.

Esse processo começou no dia 26/10/2021 e se estendeu até 03/03/2022. Retomamos o campo em agosto de 2023. No entanto, com o aumento do número de infectados pela COVID-19, na cidade, houve o adiamento de algumas entrevistas e o reagendamento, com possibilidades de outras datas. Podemos dizer que, com relação às dificuldades e aos desafios na coleta, os cuidados e proteção orientados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) foram garantidos tanto ao entrevistado quanto ao entrevistador.

⁴Utilizamos Smartphone Samsung Galaxy S20. Fe 128GB 4G Wi-Fi Tela 6.5" Dual Chip 6GB RAM Câmera Tripla + Selfie 32MP - Cloud Lavender. Optamos por esse aparelho pela praticidade e funcionalidades - Áudio/câmera, uma vez que ele oferece recursos diversos.

Vale ressaltar que a comunidade foi muito calorosa, sempre agiu com disposição, presteza, interesse em participar e contar as histórias de forma elucidativa. Sentimos por parte dos entrevistados motivação e emoção nos relatos de resgate da memória, uma vez que eles não passaram por uma experiência parecida antes, era algo novo e uma forma de explicar sobre toda a história que viveram. Concomitantemente, a experiência passada por nós foi incrível, e os entrevistados desenvolveram fluidamente suas narrativas, a partir do relato oral que advém da memória de pessoas que constroem sua própria história.

A importância de determinar os focos da investigação e de estabelecer os contornos do estudo decorre do fato de que, primeiramente, foi realizado o levantamento das fontes a partir de documentos bibliográficos. A construção do *corpus* documental foi realizado através das análises de laudos técnicos, atas, relatórios e reportagens, contendo as informações da construção da barragem do Zabumbão no tocante ao tema deslocamento e conflitos. A investigação documental foi realizada ainda em *sites* oficiais como ANA, MAB, CBHSF, Codevasf, entre outros.

No que diz respeito às fontes do arcabouço teórico-metodológico, foram construídas e direcionadas pelos principais autores⁵ que fundamentam sobre categorias no campo da memória coletiva/social, quadros sociais da memória (família, lugar, infância e adolescência, tradição, classe trabalhadora e religião), recordação, silenciamento, esquecimento e História Oral. As demais categorias abordadas compreendem: luta de classes e classes sociais (BANDEIRA, 1977; MARX, 2003; MARX; ENGELS, 2007); ideologia (EAGLETON, 2019; MARX, 2023); Estado brasileiro (SAES, 1985; 1998; SOUZA, 1976); expropriação (MARX, 2023); latifúndio e minifúndio (NEVES, 2008); trabalho (MARX, 2023); conflitos sociais, mercadoria e mais valia (MARX, 2023); movimento social (GOHN, 1997); atingido por barragem (VAINER, 2004, 2005, 2008, 2022); (FOSCHIERA; ARANTES, 2017); projeto técnico (OLIVEIRA, 1981).

Constitui também como *corpus* desta pesquisa uma revisão de literatura através do estado da arte⁶, para compreender o contexto das publicações sobre o tema proposto. As buscas foram realizadas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento

⁵ Referimo-nos a (HALBWACHS 1990; 2004); (FENTRESS; WICKHAM, 1992); (POLLAK , 1989; 1992), e (ALBERTI, 1990, 2005, 2008).

⁶ “Nos últimos quinze anos, no Brasil e em outros países, tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários” (FERREIRA, 2002, p. 257).

de Pessoal de Nível Superior (CAPES), obedecendo ao rigor metodológico, a exemplo do protocolo de busca “inclusão”. Para essa etapa, utilizamos os seguintes filtros: (i) buscar com descritores "memória em disputa"; "barragem"; (ii) recorte temporal de 2010 a 2019; (iii) Grau Acadêmico; (iv) pertencer à base digital de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Na primeira busca das dissertações e teses no repositório eletrônico da CAPES, não aplicamos filtro para que pudéssemos ter uma visão global das pesquisas somente usando os descritores "memória em disputa" e "barragem". Foram encontrados 2.002 (dois mil e dois) resultados, exibindo 1-20 de 2002. Na segunda busca, usamos os mesmos descritores e aplicamos os filtros para refinar resultados, obtivemos 159 (cento e cinquenta e nove) resultados, mostrando 1-20 de 159.

Destacamos que, dentre esses, 09 arquivos estavam corrompidos, e aqueles que apareciam como trabalhos anteriores à Plataforma Sucupira foram resgatados em buscas no *Google*. Foi realizada uma leitura criteriosa de todos os títulos e resumos. Desses, foram excluídos 125 (cento e vinte e cinco) de teses e dissertações. Alguns apresentavam as palavras da busca, no entanto, ao serem analisados, não se enquadraram nos critérios de inclusão.

Após as análises dos títulos e resumos, foram selecionados 25 (vinte e cinco) trabalhos entre teses e dissertações. Ao submetê-los a uma análise mais criteriosa, desconsideramos 17 (dezessete), pois, apesar de se relacionarem aos descritores, apresentaram contextos diversos, sem consonância com o objetivo da pesquisa, restando apenas oito. Os achados foram organizados em planilha Excel, e justificamos que a escolha permitiu fazer uma análise e discussão com a literatura pertinente. É importante destacar que a escolha dos descritores não foi estabelecida *a priori*, mas foi resultado de um exercício metodológico desenvolvido ao longo do processo, pelo conhecimento e leitura dos trabalhos apresentados no banco de teses ao pesquisar sobre o tema na CAPES. Essa tarefa foi sendo elaborada ao longo do processo das leituras e das análises, cujas pesquisas de nosso interesse totalizaram oito estudos, sendo: quatro em memória; dois em experiência e dois em atingidos.

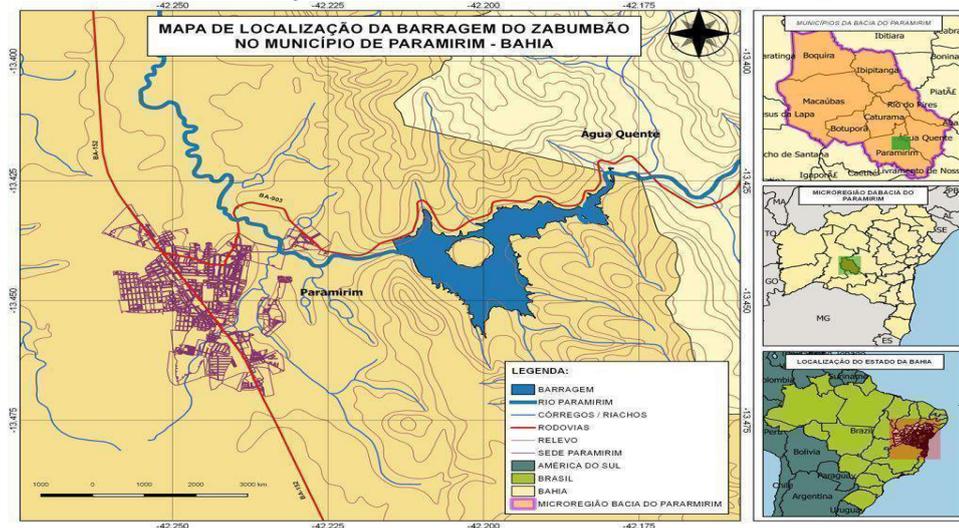
Desse modo, fazemos considerações a dois desses estudos, a saber: Vidal (2012), com o título “Saudade sim, tristeza não: memória do deslocamento compulsório”, que trata da reconstrução da vida dos atingidos pela barragem de pedra do cavalo em Santo Estevão (Bahia); e a outra pesquisa é de Silva (2012), cujo título é: “Atrás dos nossos direitos, porque esse povo quer destruir a gente: memórias, trajetórias e lutas dos atingidos por barragens”. Ambos aproximam-se em alguns aspectos com a teoria, mas distanciam-se em relação à abordagem metodológica; outro ponto em questão que julgamos imprescindível foi sobre

a circularidade do tema no meio acadêmico. Contudo, apresentamos que as pesquisas foram, além de uma grata satisfação, de grande relevância para este estudo.

1.1.2 Local da pesquisa

O ambiente empírico da pesquisa é a Lagoa do Mato, localizada no município de Paramirim, no Sudoeste da Bahia, região conhecida como Vale do Paramirim⁷. É um conglomerado que abrange diretamente o Sudoeste e o centro da Bahia e está inserido no semiárido, microrregião ilustrada na Figura 1, como podemos observar a seguir.

Figura 1 – Mapa da localização da barragem do Zabumbão no município de Paramirim



Fonte: elaborada por Clécio Oliveira com dados fornecidos pela autora (2021).

A delimitação territorial ilustrada acima, encontra-se na região de um rio, sendo este homônimo do Vale e da cidade, afluente do Rio São Francisco na margem direita, perpassando em 50 km de sertão da Serra das Almas⁸ (CBHSF, 2021). A cidade de Paramirim tem população estimada de 20.351 (vinte mil, trezentos e cinquenta e um) habitantes, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2022).

A barragem do Zabumbão, popularmente conhecida por açude ou represa, entrou em operação em 1998, com a primeira cheia do reservatório. Para a execução da obra, foram desalojadas 52 (cinquenta e duas) famílias, sendo: (16) meeiros e (36) pequenos proprietários

⁷A região do vale do rio Paramirim impulsionou o Projeto Vale do Paramirim, por intermédio de convênio de cooperação técnico-científica entre a CPRM - Serviço Geológico do Brasil e a CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. A área focada pelo projeto localiza-se no vale do rio Paramirim, afluente da margem direita do rio São Francisco (ARCANJO *et al.*, 2002).

⁸Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/campanha-eu-viro-carranca-para-defender-o-velho-chico/barragem-do-zabumbao-o-coracao-do-vale-fertil-que-supera-a-seca/>. Acesso em 2021.

(CODEVASF, 2006). O que nos chama atenção é que nos relatos dos ex-moradores o número de famílias desalojadas difere daqueles fornecidos pelos órgãos oficiais. Segundo os entrevistados, havia 76 (setenta e seis) famílias que trabalhavam e residiam na comunidade⁹. Com a desapropriação dessas famílias e com a necessidade de elas se fixarem em outro lugar, foi deixado para trás seu maior patrimônio, nos aspectos materiais e simbólicos.

1.1.3 Descrição dos participantes da pesquisa

Os participantes desta pesquisa foram ex-moradores da comunidade da Lagoa do Mato que se dedicavam à produção da vida material, trabalhando na agricultura, na moagem, na pesca, entre outras atividades. É importante evidenciar e apresentar outros participantes envolvidos no processo, como: representantes do órgão da Codevasf, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Paramirim, vereadores, representantes de uma forma geral (Igreja Católica, Associação de agricultores, Federação dos Trabalhadores Rurais, colaboradores de outras localidades, a exemplo de Água Quente).

Para tratar especificamente dos participantes da pesquisa que não foram envolvidos no deslocamento, mas, por qualquer razão, são conhecedores da história do conflito, interessou-nos entrevistar os filhos, os netos, os sobrinhos de ex-moradores ou outras pessoas que tiveram conhecimento do ocorrido através dos laços de parentesco ou de pertencimento do grupo.

Como critério de inclusão para participar da pesquisa e, conseqüentemente, responder ao questionário, do qual falaremos mais adiante, os participantes deveriam enquadrar-se nos critérios indicados: ter morado na Lagoa do Mato; ser deslocado ou reassentado para a Vila Nova ou quaisquer outros lugares; ter acima de 18 anos.

O recrutamento para responder ao questionário aconteceu após várias idas e vindas à Vila Nova. Fizemos diversos contatos, alguns de forma presencial, outros por telefone e falamos sobre o objetivo da pesquisa. Após essa ampla divulgação e busca ativa, em posse de alguns contatos que foram sugeridos por moradores, esclarecemos sobre a pesquisa e, posteriormente, liberamos o *link* de acesso ao questionário. Ao final das respostas realizadas pelos participantes, obtivemos os dados gerais da amostra.

⁹ O conceito de comunidade é polissêmico e será utilizado nesta pesquisa, considerando-o mais adequado para referir às comunidades atingidas, deslocadas e reassentadas. Pensando nessa nova forma de organização social. Nesse sentido, comunidade pode ser pensada em critérios concebíveis ao espaço social, apoia-se, em grande parte, em uma imposição arbitrária, estabelecendo forças e lutas pela delimitação legítima. Como apresenta Milton Santos (2006), entre outros.

Podemos dizer que, inicialmente, o contato foi difícil pelas circunstâncias impostas pela COVID-19, mas depois de duas semanas, as respostas do questionário começaram a chegar e, a partir daí, iniciamos a contabilização. Para identificação dos informantes deslocados, utilizamos no questionário do *Google Forms* o código “DES”, que significa “deslocado”, ao qual acrescentamos uma ordem de acesso feita por nós, seguida do ano, como no exemplo: DES01, 2021; DES02, 2021. Para a categoria não deslocada, que era composta dos descendentes, procedemos da mesma forma, apenas com o código “DES” antecedido do “N” (NDES01, 2021; NDES02, 2021); e, por fim, para a categoria de funcionários dos órgãos, dos representantes, entre outros, usamos o código “REP”, que exprime “representante”, acrescido do número de ordem e do ano, como em: REP01, 2021; REP02, 2021.

Em se tratando das entrevistas, procedemos da mesma forma para a visita à comunidade. Primeiramente, os contatos foram feitos de forma presencial, uma vez que já estávamos informados sobre as formas de proteção à COVID-19, e as pessoas já estavam receptivas. Após a apresentação, agendamos uma data adequada para o participante, deixando-o à vontade quanto à participação ou não.

O processo de identificação nas entrevistas deu-se com as iniciais do “nome do informante e o ano”, garantindo o sigilo dos informantes, conforme Resolução Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012¹⁰. Nos casos em que o nome começava com a mesma inicial de outro, optamos por acrescentar mais uma letra. Quanto à transcrição da fala, prezamos em manter os traços literais como uma forma de demarcar o lugar social dos participantes.

No que se refere às realizações das entrevistas, o local era, preliminarmente, combinado com o entrevistado, e quase todas elas ocorreram nas residências de cada um deles, exceto duas que foram feitas em um bar por questões de preferência dos entrevistados, porque, assim, eles trabalhavam e nos momentos que não tinha cliente a entrevista acontecia. Já com o superintendente da Codevasf, a entrevista foi realizada por meio de uma videochamada no *Google Meet*, por questões da logística do trabalho e das viagens em função do cargo.

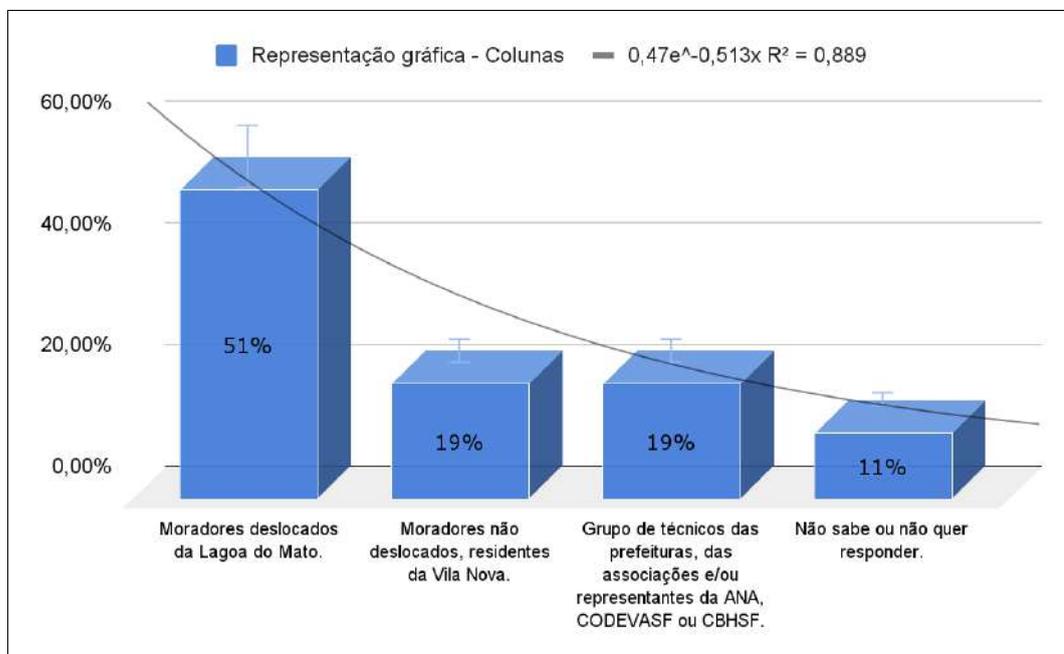
¹⁰ O Plenário do Conselho Nacional no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos: nos termos e definições do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar.

Com o representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA), a entrevista ocorreu em uma sala da prefeitura, explicitamente, na atual secretaria em que ele trabalha.

1.1.4 Perfil dos participantes da pesquisa

No que se refere aos dados sociodemográficos da pesquisa, responderam ao questionário 34 (trinta e quatro) participantes, como consta nas informações da Figura 2, referentes aos dados gerais da pesquisa.

Figura 2 – Percentual dos grupos participantes da pesquisa



Fonte: elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

Com relação ao questionário misto, dividimo-lo em três seções, as quais trataremos a seguir, apresentando o perfil de cada grupo com as informações referentes à idade, sexo e profissão/ocupação do demonstrativo do questionário. Dentre os participantes da pesquisa contabilizamos: 51% participantes deslocados; 19% não deslocados; e outro fragmento de 19% da amostra refere-se aos participantes representantes da Câmara de Vereadores, da Prefeitura Municipal, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim (STRP), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG) e, por fim, 11% não sabem ou preferiram não responder.

As respostas da referida coleta de dados podem ser consultadas na Tabela 1. A seguir, trataremos das informações sociodemográficas referentes à primeira seção do questionário misto, referente aos deslocados.

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos participantes deslocados

Questões/Respostas	N	%
Sexo		
Feminino	15	79
Masculino	4	21
Faixa etária		
18 a 28	1	5
29 a 39	5	26
40 a 50	7	37
51 a 61	5	26
62 a 72	1	5
Escolaridade		
Ensino fundamental	4	21
Ensino fundamental incompleto	3	16
Ensino médio	9	47
Graduação	1	5
Pós-graduação	1	5
Não saber ou não quer responder	1	5
Profissão		
Agente comunitário de saúde	1	5
Agricultor (a) Não Proprietário (a)	1	5
Agricultor (a) Proprietário (a)	3	16
Babá	1	5
Comerciante	2	11
Dona de casa	1	5
Meeiro (a)	1	5
Merendeira	2	11
Pedreiro	1	5
Professor (a)	2	11
Atendente	1	5
Não sabe ou não quer responder	3	16
Total	19	100,0

Fonte: elaborada pela autora com dados da pesquisa (2021).

A primeira seção do questionário, Tabela 1, indica os participantes que foram deslocados da comunidade Lagoa do Mato. Dos 19 (dezenove) entrevistados, 15 (quinze) foram identificados como sendo do gênero feminino e quatro do gênero masculino.

No que concerne à faixa etária, os participantes declararam estar entre: 40-50 anos, sendo: 07 com idade correspondente a 51 anos; 05 com idade de 61 anos; e entre 29 - 39 anos houve 05 participantes, os outros 02 informantes disseram ter idade entre 18- 28 anos e 62 – 72 anos.

A respeito da escolaridade, 04 participantes afirmaram que cursaram o ensino fundamental completo, e 03 não chegaram a concluir essa etapa; 09 deles terminaram o ensino médio; 02 participantes informaram que possuem graduação e/ou pós-graduação e apenas 01 participante não sabe ou não quis responder.

Sobre o quesito profissão, 03 informantes disseram que não sabem ou não responderam. Dos entrevistados, 03 eram agricultores proprietários. Os demais declararam-se: Comerciantes 02; Merendeiras 02; e professores 02. Para as outras categorias, temos: agente comunitário de saúde, agricultor não proprietário, babá, dona de casa, meeiro, pedreiro e atendente, totalizando 07, como podemos averiguar na Tabela 1.

As informações referentes à segunda seção do questionário “características sociodemográficas dos participantes não deslocados” estão descritas na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Características sociodemográficas dos participantes não deslocados

Questões/Respostas	N	%
Sexo		
Feminino	3	38
Masculino	5	63
Faixa etária		
18 a 28	1	13
29 a 39	2	25
40 a 50	3	38
51 a 61	1	13
62 a 72	0	0
Não sabe ou não quer responder	1	13
Escolaridade		
Ensino fundamental	1	13
Ensino fundamental incompleto	0	0
Ensino médio	2	25
Graduação	0	0
Pós-graduação	3	38
Não saber ou não quer responder	2	25
Profissão		
Agricultor (a) Proprietário (a)	2	25
Não sabe ou não quer responder	6	75
Total	8	100,0

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2021).

Como visto na Tabela 2, o quantitativo de participantes declara-se: 03 do gênero feminino; e 05 do gênero masculino. Com relação à faixa etária, 03 participantes têm entre 40-50 anos e 02 possuem idades entre 29-39 anos; 01 participante para cada uma das idades diversas entre 18-28 e 62-72. Na opção "não sabe ou não quer responder", registramos 02 entrevistados.

Acerca da escolaridade, 03 dos entrevistados dizem ter concluído graduação com pós-graduação; 02 concluíram o ensino médio; 01 terminou o ensino fundamental; e 02 não sabem ou não querem responder.

O quesito profissão apresenta-se com o quantitativo de 02 participantes para a categoria de agricultor proprietário. Já os que não sabem ou não querem responder atingem 06 entrevistados. A seguir os dados referentes ao terceiro quesito do questionário, referente aos dados demográficos de outros participantes.

Tabela 3 – Características sociodemográficas do grupo de técnicos, das prefeituras, da associação ou dos representantes da ANA, CODEVASF, CBHSF

Questões/Respostas	N	%
Sexo		
Feminino	0	0
Masculino	7	100
Faixa etária		
18 a 28	0	0
29 a 39	1	14
40 a 50	0	0
51 a 61	0	0
62 a 72	6	86
Escolaridade		
Ensino fundamental	1	14
Ensino fundamental incompleto	0	0
Ensino médio	3	43
Graduação	2	29
Pós-graduação	1	14
Não saber ou não quer responder	0	0
Profissão		
Técnico	2	29
Sociólogo	1	14
Engenheiro	1	14
Professor	1	14
Presidente da Associação	1	14
Lavrador	1	14
Total	07	100,0

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2021).

As informações da Tabela 3 são pertinentes aos seguintes participantes: grupo de técnicos, das prefeituras, da associação ou dos representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), Codevasf e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), entre outros. Com relação aos dados descritivos das características sociodemográficas que se referem ao sexo, não houve participantes do gênero feminino, enquanto para o gênero masculino totalizou 07 informantes. Em se tratando da faixa etária correspondente a 62-71

foram identificados 06 participantes, como pode ser conferido na tabela 03, e apenas 01 participante tem idade entre 29-39.

No item correspondente à escolaridade, obtivemos o seguinte resultado: 01 informante possui ensino fundamental; 03 o ensino médio; 02 possuem graduação; 01 fez pós-graduação. As profissões dos entrevistados estão distribuídas da seguinte maneira: 02 técnicos; 01 sociólogo; 01 professor; 01 engenheiro; 01 presidente de associação e 01 lavrador. Avançamos a subseção 1.1.5, que versará sobre as informações dos instrumentos de coleta.

1.1.5 Instrumentos de coleta de dados

Com a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, a coleta de dados transcorreu através das fontes orais e escritas. Iniciamos com o trabalho de campo, com aplicação dos instrumentos, a saber: questionário realizado de forma *online*, entrevista e diário de campo, ocorridos de forma presencial, ambos descritos a seguir.

Questionário (Formulário no *Google*)

O questionário foi compartilhado pelo *Whatsapp*, acompanhado de um convite¹¹ que também esclareceu aos participantes sobre a pesquisa. Com relação ao tempo, o recurso ficou disponível via internet durante o período de um mês, de 25/10 a 25/11/2021. Vale lembrar que as perguntas apresentadas encontram-se no apêndice deste documento, no item “questionário *online* ou no *link*”.

O questionário misto foi constituído de 15 (quinze) questões (05 discursivas e 10 de múltipla escolha), de igual modo para as três seções (deslocados, não deslocados e participantes envolvidos). Uma condição determinante, mas não limitante para o andamento de todo o trabalho de pesquisa foi a realidade imposta pela pandemia da COVID-19¹². Contudo, seguimos e respeitamos todos os preceitos para que o processo ocorresse na legalidade, baseados na resolução e nas orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), durante a pandemia provocada pelo coronavírus Sars-Cov-2 (COVID-19).

¹¹Texto do convite: Convido-lhe a participar de uma pesquisa sobre as memórias em torno dos conflitos socioambientais provocados pela construção da Barragem do Zabumbão, situada na cidade de Paramirim - BA. Os pesquisadores envolvidos no empreendimento deste estudo sou eu, Roseli Ramos de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Linguagem e Sociedade, e o meu orientador, Prof. Dr. José Alves Dias, ambos vinculados e filiados à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Nossos contatos são, respectivamente: roseramos41@gmail.com e jose.dias@uesb.edu.br.

¹²No tocante aos protocolos de segurança em função da Covid-19, foram adotados procedimentos para assegurar ao participante e ao pesquisador a segurança de distanciamento social. Ainda, todos os instrumentos utilizados que asseguram a ética na condução dos questionários com um *link* da pesquisa, contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Disponível em: <https://forms.gle/fkLUmRu7uiLBe4nFA>.

Entrevista

No que concerne à pergunta da entrevista, houve uma única questão: “Fale sobre sua história de vida quando morava na Lagoa do Mato”. Por tratar-se de uma pergunta aberta, o entrevistado teve condições de compartilhar suas experiências e suas recordações. A entrevista, em verdade, seria um relato da trajetória de cada um; o convidado contaria a sua história de vida que, naturalmente, apareceria no contexto do objeto deste estudo.

Diário de campo

Esse instrumento de coleta foi usado como um suporte adicional, com a finalidade de agregar as informações ligadas à descrição do ambiente em que foi realizada a entrevista, como: a casa, o bar, o escritório da prefeitura, entre outros. O diário de campo é importante porque os pesquisadores podem descrever as ocorrências que durante a entrevista são captadas e registradas como um elemento a mais, possibilitando, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do fenômeno estudado. Segundo Minayo (2001, p. 63), “Como o próprio nome já diz, esse diário é um instrumento ao qual recorreremos em qualquer momento da rotina do trabalho que estamos realizando. Ele, na verdade, é um ‘amigo silencioso’ que não pode ser subestimado quanto à sua importância”.

1.1.6 Análise dos dados

A proposta de interpretação qualitativa de dados indica o fato de que a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta (MINAYO, 2001). Como pressupostos desse método de análise, damos referência ao tratamento dos dados qualitativos obtidos através das narrativas dos entrevistados que foram delineadas pelos seguintes passos: as entrevistas foram transcritas em três fases: absoluta (texto bruto, tal qual se ouve na gravação); textualização (correção de erros gramaticais, eliminação das perguntas, sons e demais elementos dispensáveis à compreensão do texto); e a versão final, cuja redação concisa e objetiva adequa-se à publicação (MINAYO, 1994; 2001).

A partir da análise qualitativa, procedendo com a obtenção das narrativas colhidas dos entrevistados, seguida de processo de análise e interpretação dos dados, conforme classificação apresentada com base em Minayo (1994), a fase de análise de dados na pesquisa

social reúne três finalidades: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando o processo teórico-metodológico às interpretações das histórias de vida, que foram transcritas, selecionadas, categorizadas, analisadas e discutidas, ou seja, materiais que ainda receberam um tratamento analítico e discursivo baseado nas teorias da memória. Após as análises das entrevistas e dos questionários, cruzamos os resultados, para maior suporte e, com isso, confrontamos as informações obtidas.

1.1.7 Questões éticas

Com a submissão e a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob o número: 4.755.363, e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 46863621.30000.0055, liberados para o trabalho de campo, seguimos os trâmites da pesquisa, informamos e solicitamos aos participantes a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o termo de autorização para uso de imagem e depoimentos.

2 A MEMÓRIA EM QUESTÃO: ASPECTOS TEÓRICOS, CONSTRUÇÕES E ARRANJOS

A memória apresentou-se ao longo da história como um fenômeno instigador, despertando interesse e curiosidade em várias áreas do conhecimento. Em razão da sedução exercida, ela foi objeto de inspiração humana, inclusive, na mitologia da antiga cultura grega, como uma Deusa da Memória e da Lembrança, poderosa, articulada e dotada de atributos.

Para Le Goff (1990), os gregos da época arcaica fizeram da memória uma deusa, *Mnemosine*. Ela é considerada a mãe das nove musas que procriou no decurso de nove noites passadas com Zeus. A principal atribuição de *Mnemosine* era a relação com as artes em geral e as várias áreas do conhecimento. Dotadas de poderes, as musas exerciam fascínio sobrenatural, possuíam desejos e superstições, aguçando o imaginário humano.

Em vista do exposto, a memória repercute como testemunha dos tempos antigos, da idade heróica e, por assim dizer, da idade das origens como um fenômeno que sempre foi instigante, despertando o senso comum e investindo na compreensão do fenômeno de sua própria existência.

Dos contos mitológicos à filosofia, a memória ocupou uma posição de destaque no ocidente nas formulações teóricas de Platão e Aristóteles. De seus pensamentos, deriva a teoria da reminiscência¹³, também conhecida como anamnese, o mesmo que lembrar. Nesse sentido, a herança grega em Platão versa sobre a memória associada ao conhecimento, às realidades, inteligíveis e sensíveis, às quais pressupomos duas experiências, uma assimilada aos processos cognitivos e a outra sentida, vivenciada e percebida. Para Le Goff (1990), não se trata somente do conhecimento do passado, é um processo mental que envolve uma relativa autonomia, sendo, ao mesmo tempo, uma operação cognitiva, dada pelas características do sensível e pelo mundo inteligível.

Ao recuperar o contexto anterior, Aristóteles refuta seu mestre ao distinguir a anamnese como uma ação humana associada, especialmente, à questão da lembrança. Para tanto, a reminiscência é uma busca voluntária pelo passado. O mundo sensível é, precisamente, o mundo material denominado por Aristóteles como acessível aos aspectos da

¹³ “O diálogo Teeteto coloca em questão a natureza do conhecimento. Para tanto, ‘É apenas mostrar que a teoria da anamnese - entendida como um modelo epistémico, proposto por Platão, no Ménon, Fédon e Fedro - pode enriquecer a nossa compreensão do aviário. Em Termos práticos, isto implica integrar a anamnese na concepção unificada da atividade cognitiva, desenvolvida no Teeteto. Para compreender se é possível relacionar as duas concepções há que responder a três perguntas. A primeira é a de como entram as concepções na mente (alma). [...] Daí decorre que, antes de encarnar, tudo deve saber. Todavia, com o nascimento, sobrevém o esquecimento [...] em consequência do qual a recuperação do saber só poderá ocorrer pela intervenção dos sentidos. [...] Embora este processo não seja referido no Teeteto, nada contradiz os contornos gerais da teoria. Pelo contrário, a valorização da sensação e da reflexão sobre ela, e a definição do pensamento como uma atividade psíquica, encaixam-se perfeitamente nas referências explícitas à anamnese, no Fédon” (PLATÃO, 2010, p. 137-138).

vida terrena, ao contrário de Platão, para quem a concepção de mundo inteligível abarcaria os aspectos do intelecto do cognitivo.

Como objeto de inumeráveis pesquisas, o conceito de memória desponta como polissêmico em virtude da sua completude e de sua multiplicidade de abordagens. Interessanos nesta tese, discutir a memória coletiva como fenômeno de ordem humana e social, descrito na França no início do século XX pelo sociólogo Halbwachs (1877-1945), que, influenciado pelo pensamento durkheimiano¹⁴, trata o fenômeno social como resultado dinâmico desse relacionamento mútuo, contínuo e necessário à subsistência do grupo e à vida social. Assim, na perspectiva de Durkheim (1999), esse relacionamento deriva das relações que os homens mantêm mutuamente com a sociedade em geral.

Inspirado nos estudos de Durkheim sobre a coesão social, que compartilham objetivos, ações, ideias e crenças como elementos constituintes das relações mantidas entre o indivíduo e o grupo no qual está inserido, Halbwachs desenvolveu sua teoria, tendo por base o caráter da memória e das relações, a partir do contexto da sociedade que, igualmente, correlaciona com os estudos em questão.

Halbwachs (1877-1945) foi um sociólogo que consolidou a teoria da memória coletiva com a forma mais acabada de um estudo da memória, a partir das relações com outros indivíduos por meio de elementos denominados como quadros sociais, tais como linguagem, espaço, tempo, família, religião, classes sociais e tradições. Para o autor, é impossível conceber o problema da “[...] evocação e da localização das recordações se não tomar como apoio e aplicação os quadros sociais materiais que servem de pontos de referência nesta recomposição que chamamos memória” (HALBWACHS, 2004, p. 319).

Em vista disso, Halbwachs (2004) justifica que o sonho não se constitui, a rigor, como uma memória coletiva, uma vez que a falta de composição dos marcos ou da localização que são fragmentados nesses eventos não tem materialidade, logo, não servem como ponto de referência. Mesmo sendo um fenômeno meramente individual, o sonho está envolto a um emaranhado de experiências coletivas oriundas das interações dos indivíduos com os grupos

¹⁴“Halbwachs trilhou uma bem-sucedida carreira na academia francesa. Em 1905, tornou-se colaborador do sociólogo francês Émile Durkheim e também discípulo, Halbwachs desenvolveu sua tese de doutorado, em direito, sobre expropriações e preços dos terrenos em Paris. De acordo com o positivismo comtiano, os discípulos de Durkheim criticavam a autonomia da economia política e procuravam integrá-la à sociologia. Neste período, Halbwachs compartilhou com Simiand a rubrica econômica da revista de Durkheim, *L'année sociologique*. No debate com as outras correntes da sociologia que se consolidavam na primeira metade do século XX, Halbwachs defendeu a tese de que formações religiosas, políticas ou econômicas precisavam ser compreendidas a partir da investigação de práticas coletivas. Somente o estudo empírico das formas por que os grupos sociais ou organismos se constituíam poderia explicar os interesses, formas de trabalho, serviços e situações assumidas por esses mesmos grupos” (SANTOS, 2012, p. 43).

sociais que, no momento do sonho, vêm à tona. Na concepção de Halbwachs (2004), uma memória real e completa nunca é introduzida em nossos sonhos, pois as imagens que aparecem nos sonhos são fragmentos de memórias desintegradas do real e, conseqüentemente, da memória coletiva.

Na verdade, o esforço do autor consiste em mostrar que a memória se apoia em quadros sociais, porque não há memória no vazio. Ele nos convence que o quadro social mínimo para a evocação da memória é a linguagem, pois, mesmo distante da consciência e dos elementos materiais como estão no sonho, o indivíduo só é capaz de recordar porque esse processo se constitui como quadros sociais.

Um exemplo que o autor apresenta para explicar a relação da linguagem com a memória é a afasia¹⁵, que é um dos distúrbios da linguagem apresentados pelo ser humano. O sociólogo defende que “[...] os afásicos viveram até o presente na sociedade, aprenderam a falar e encontraram-se, pelo recurso da linguagem, em permanente relação com outros homens” (HALBWACHS, 2004, p. 84, tradução nossa)¹⁶. Caso haja perda ou alteração da linguagem, haverá dificuldade na evocação ou no reconhecimento de memórias, pois há uma dependência entre a memória e a palavra. À medida em que o homem deixa de estar em contato e em comunicação com os outros, ele tem mais dificuldade em lembrar de situações, relações e fatos.

Ainda sobre as questões de afasia e linguagem, o autor defende que a compreensão de tais fenômenos interfere na consciência social e, como consequência, na perda de quadros sociais da memória. Em Halbwachs (2004), os exemplos aplicados para a afasia, bem como para o sonho, servem de entendimento para fortalecer a teoria da localização como quadros mínimos para construção da memória, dando ênfase ao fato de que indivíduos só recordam de acordo com quadros sociais e com sua materialidade.

A partir desse entendimento, o sociólogo estabelece critérios de identificação e de discussão a respeito dos marcos sociais da memória. Essas referências das quais o autor trata, ao conceber a memória individual, e que ele mesmo admite existir, são construídas a partir das referências e das lembranças próprias do grupo. Nesse sentido, ele afirma que a memória coletiva se dá na relação em que o indivíduo mantém com os grupos com os quais interage.

¹⁵Para Halbwachs (2004, p. 49, tradução nossa), a “[...] afasia, entendida como a perda das memórias das palavras, que se relaciona com as memórias dos sons que as evocam ou que as expressam, dos caracteres impressos que as traduzem, ou dos movimentos de a mão com a qual foram escritas acarreta ou não perturba ou enfraquece a inteligência e, mais precisamente, se, ao mesmo tempo que esquecemos as palavras, não nos tornamos incapazes, pelo menos em parte, para pensar e conectar nossas idéias de acordo com as convenções aceitas ao nosso redor”.

¹⁶Texto original: Los afásicos han estado a la altura del presente en la sociedad, aprendieron a hablar y se encontraron, mediante el uso del lenguaje, en una relación permanente con otros hombres.

Para ele, é um equívoco pensar na memória fora dos quadros.

Com relação à memória individual, este é um ponto de vista da memória do grupo e parte da posição que o indivíduo ocupa na sociedade. Nesse caso, demonstra a existência de uma memória individual, como uma parte de um aspecto da memória do grupo, pois cada impressão e cada fato, mesmo que pareçam mais íntimos, estão ligados a uma realidade social (HALBWACHS, 1990; 2004). Dessa forma, as estruturas da memória coletiva preservam e ligam nossas memórias mais íntimas umas às outras. Portanto, para o autor “Seria bom se pudéssemos considerá-los muito mais do que de fora, ou seja, nos colocando no lugar dos outros e, para reencontrá-los, tivéssemos que seguir o mesmo caminho que eles teriam no nosso lugar” (HALBWACHS, 2004, p. 174, tradução nossa)¹⁷.

Assim, o pesquisador estabelece, teoricamente, diferenciações entre memória vivida e memória adquirida. A primeira tem como fundamento as relações com a sociedade, dado às experiências e às vivências que nunca são exclusivas dos indivíduos, mas também da relação que estes mantêm com os grupos, de forma que seus interesses se definem de acordo com essas relações que para ele não é uma reprodução das experiências passadas, e sim uma construção que se faz a partir delas, no presente. A segunda é a memória adquirida, ou seja, aquela não vivenciada diretamente pelos indivíduos, mas recebida através das relações internas e do compartilhamento dentro do grupo.

A principal relação que a teoria da memória de Halbwachs estabelece é a relação de dependência entre o fenômeno da memória e os grupos. Assim,

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. E porque, na realidade, nunca estamos sós. (HALBWACHS, 1990, p. 16).

Desse modo, para o autor, a compreensão da memória individual sobre a recomposição dos quadros dá-se no desdobramento dos grupos. É nesse sentido que Halbwachs explica a existência de uma memória individual, sobretudo, ancorada na memória coletiva. Para ele, o indivíduo integra um grupo social, e sua formação pessoal e intelectual faz-se a partir das relações que mantém, pois “[...] cada um é membro de vários grupos, participa de vários pensamentos sociais, seu olhar mergulha sucessivamente em vários tempos coletivos” (HALBWACHS, 1990, p. 128). Dessa forma, o autor não nega a existência de uma

¹⁷Texto original: De ese modo los marcos de la memoria colectiva conservan y vinculan unos com otros nuestros recuedor más íntimos. Bateria que podamos consederarlos muchos más que desde afuera, es decir, colocandonos en el lugar de los otros y, pra reencontrarlos, debíamos seguir el mismo caminho que em nuestro lugar ello habrían.

memória unicamente individual, mas construída sob o ponto de vista dos indivíduos.

Nesse caso, é importante questionar quais são as características específicas sobre a noção de grupo que está diretamente relacionada aos fenômenos da memória. Com base na concepção halbwachiana, iremos mobilizar categorias para compreendermos como foram as memórias dos ex-moradores da Lagoa do Mato, as quais se constituem e se associam a uma memória de comunidades tradicionais que ancoram à memória de outros grupos.

Discorreremos a seguir sobre a concepção de memória coletiva/social discutida pelo sociólogo Halbwachs (2004; 1990), mobilizada pelos quadros sociais com maior exatidão no tecido social. A seguir, abordamos.

2.1 Uma memória moldada, idealizada e construída a partir dos quadros sociais da memória

Um dos principais pilares para o estudo da memória coletiva consiste na obra de referência de Halbwachs (1925), *Les cadres sociaux de la mémoire*¹⁸. Para tanto, significa dizer que recorremo-nos a esse autor para trazer sentidos e esclarecimentos sobre a construção e a reconstrução da realidade por meio dos quadros sociais da memória.

Para melhor compreensão dos quadros sociais propostos por Halbwachs, poderíamos utilizar como metáfora a construção de uma pintura artística, na qual o pintor imagina elementos para composição de sua obra, escolhe as tintas e as imagens que irão compor sua criação e sua imaginação. Em sua inspiração criativa passa a considerar as situações cotidianas baseadas nas interações das suas experiências com os grupos com os quais se insere, sempre identificando elementos reais e materiais da sua vivência.

Portanto, compreendemos, a partir dessa analogia, que a memória social e coletiva se constituem como um quadro que se localiza em situações reais da vida. É por essa razão que a construção dos marcos sociais, já especificados anteriormente, nos é inspiradora para que possamos refletir a realidade da Lagoa do Mato que tem sua essencialidade nas relações sociais. Precisamente nesse contexto, precisamos aplicar os conceitos possíveis para compreendermos como os quadros construídos a partir da memória estabeleceram-se na comunidade, dadas as experiências de vida. Contudo, o trabalho de localização dependerá do que é compartilhado, pois o indivíduo constrói as imagens do passado, tendo por base a referência de algo que já viveu, suas recordações não têm sentido senão em relação aos grupos.

¹⁸Assumimos a tradução realizada por Manuel A. Baeza e Michel Mujica, no ano de 2004, para Espanhol, intitulada *Los marcos sociales de la memoria*. A tradução dos fragmentos em português foi realizada por nós.

Assim, de acordo com a teoria dos quadros sociais, a linguagem é um marco imprescindível, sem ela, as relações estariam comprometidas. Fato é que as relações se estabelecem na forma como os indivíduos se comunicam, se interagem e permitem a identificação do pensamento com os outros sujeitos pertencentes ao grupo social, é o contato entre seu pensamento e a memória coletiva.

A contextualização realizada pelos quadros sociais inclui, ainda, na formação da memória, a família, indispensável para a localização de grupos, por ser o primeiro núcleo social ao qual o indivíduo é inserido. As memórias de família representam, sobretudo, as variações de sentimento ou o pensamento daqueles que constituem o grupo doméstico. Para o autor, a memória coletiva e seus enquadramentos têm sido, frequentemente, objeto de discussão em que estuda o ponto de vista do grupo ou dos grupos em que desempenha as funções. É no convívio familiar que,

Todos os tipos de ideias podem evocar em nossas memórias familiares. A partir do momento, de fato, que a família é o grupo em que passamos a maior parte de nossas vidas, os pensamentos familiares se misturam com a maioria dos nossos pensamentos. (HALBWACHS, 2004, p. 184, tradução nossa)¹⁹.

A organização familiar desempenha um papel imprescindível no contexto social, responsável por fortalecer as opiniões, os sentimentos de seus membros, mantendo os costumes e as tradições de seus integrantes. Assim, situamo-nos, fundamentalmente, no que o autor discute em relação à família como sendo estrutura da sociedade e de suas relações de grupos baseadas na manutenção da tradição e na resistência para a manutenção de suas raízes, pois, “[...] dessa forma, enquanto a sociedade se decompõe em certo número de grupos de homens atribuídos a diversas funções, há nela uma sociedade mais estreita, da qual se pode dizer que seu papel é preservar e manter viva a tradição” (HALBWACHS, 2004, p. 272, tradução nossa)²⁰.

Logo, compreendemos como as tradições por meio da continuidade de fatos históricos, de valores, de cultura e de manifestações de um grupo que são reivindicadas e recriadas em elementos do funcionamento da memória. À medida que a sociedade se transforma, vai se ressignificando, a ponto de servir às necessidades e às tendências, aberta às possibilidades das ideias disponíveis para novas configurações sobre o passado.

¹⁹Texto original: Es verdad que todo tipo de ideas puede evocar en nosotros recuerdos de familia. Desde el momento, en efecto, en que la familia es el grupo en cuyo seno transcurre la mayor parte de nuestra vida, a los pensamientos familiares se mezclan la mayor parte de nuestros pensamientos.

²⁰Texto original: De este modo, mientras la sociedad se descompone en una cierta cantidad de grupos de hombres destinados a las diversas funciones, hay en ella una sociedad más estrecha de la cual se puede decir que tiene como rol conservar y mantener viva la tradición.

Ademais, outra questão importante para este estudo e que também se configura na Lagoa do Mato é a presença marcante de distinções entre classes sociais. Em certo sentido, as explicações de Halbwachs trazem elementos que concebem a divisão e as subdivisões na sociedade de classes. Contudo, estas não são suficientes para entender a lógica atual das lutas que assumem grandes proporções no acirramento desses conflitos acerca das classes sociais e da consciência de uma classe. Nesse ponto, é bem verdade que as classes sociais só existem por conta do antagonismo presente nas relações, ocasionado por diversos interesses que estão por trás das lutas existentes nas resistências. No entanto, é nos contrastes que evidenciam as divergências entre os grupos, devido à posição social detida pela classe dominante, que consegue impor as lembranças que são do seu interesse. Porém, como as classes e os grupos são diferentes, os seus valores e os seus sentimentos também o são.

Ao tratar da memória construída a partir dos quadros, articulamos o conceito de memória coletiva como no referencial teórico de *La Mémoire Collective* (1950), obra póstuma do autor que possibilitou de forma decisiva essa elaboração conceitual, ou seja, foi exemplificada como uma memória compartilhada aos pares, constituindo identidade com os grupos relacionados.

A grande assertiva de Halbwachs nas duas obras basilares foi incluir a sociedade em suas pesquisas. Por essa razão, o problema sobre o qual o autor se debruçou em seus estudos e que, conseqüentemente, desenvolveu uma teoria centrada na memória social/coletiva considera a recordação como uma reconstrução do passado, mediada pelo coletivo que permite identificar os grupos, distinguindo-os dos demais.

Vale esclarecer que, para o autor, os pontos de referência são indicadores que dão condição necessária para construção da memória. Assim, “Reconhecer uma memória significa colocá-la entre alguns pontos de referência, entendo, por ponto de referência, um acontecimento, um estado de consciência de que conhecemos” (HALBWACHS, 2004, p. 151, tradução nossa)²¹.

No modelo teórico, a explicação apresentada pelo autor sobre o ponto de referência é tida como balizadora da recordação relacionada a eventos que acontecem na vida do indivíduo. Isso significa dizer que só pode recordar na medida em que for localizado entre os

²¹Texto original: Reconocer un recuerdo significa situarlo entre unos puntos de referencia, Entiendo, digo, por punto de referencia, uno evento, un estado de consciencia del que conocemos bastante bien la posición en el tiempo, es decir, su desapego en relación con el presente, que nos permite medir los otros desapegos. Esos puntos de referencia son estados de consciencia que, por su intensidad, luchan mejor que otros contra el olvido, o que por su complejidad, son de tal naturaleza que suscitan muchas relaciones y aumentan las oportunidades de resurrección. ‘Esos puntos de referencia no son escogidos arbitrariamente y se nos imponen’. En consecuencia, es requerido que esos estados de consciencia se separen del resto de los otros recuerdos de un modo relativamente duradero.

pontos de referência, sendo determinante para a recomposição da lembrança.

Então, a memória, é um processo de recuperação, devendo ser analisada sob dois pontos, o primeiro deles é que não se refere à repetição linear dos acontecimentos da vida, e, por outro lado, referencia-se nas vivências que podem ser evocadas e localizadas em um determinado tempo e espaço, ampliando o conceito de sociedade, como construções eminentemente sociais.

Assim, fica preconizado que esses quadros da memória são estados de consciência entre o grupo e se dão a partir da relação entre memória e esquecimento. Halbwachs diz que os marcos sociais da memória são elementos da estrutura social que ancoram e auxiliam na sua reconstrução. De qualquer modo, faz entender que a capacidade que temos de recordar está a partir da nossa inserção no grupo e da dificuldade causada pelo nosso afastamento desse grupo. Para ele, quando esquecemos um período de nossa vida, é porque nos afastamos daqueles com os quais esse período foi vivenciado, isso porque,

[...] não basta que eles nos tragam seus depoimentos; é necessário ainda que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que as lembranças que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (HALBWACHS, 1990, p. 34).

A memória depende do encontro social daquilo que nos cerca, a maioria das nossas memórias volta para nós quando nossos pais, amigos ou outras pessoas nos lembram delas, como por exemplo, uma criança que deixou um convívio social de um determinado local sentirá falta de referências para lembrar a vida como era antes, tendo dificuldade de recuperar as evocações. O autor exemplifica a ideia de grupo que vai se recompondo a partir das referências do dia a dia, da relação com o espaço e com o tempo, para recuperar essas lembranças. Halbwachs (1990, p. 51) revela que “[...] a sucessão de lembranças, mesmo que produzida em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto”.

Na verdade, a noção de memória é a representação de episódios que acontecem na vida em sociedade. Destarte, a compreensão da memória sob a recomposição dos quadros é como desdobramento sobre o papel dos grupos, sobretudo, ancorada na memória coletiva. O indivíduo integra um grupo social e sua formação pessoal e intelectual faz-se a partir das interações que mantém com esse grupo, de modo que seus interesses se definem de acordo com essas relações.

Contudo, o ato de recordar ocorre por que o indivíduo está inserido em contextos dos mais variados grupos dos quais fez ou faz parte. Assim sendo, olhar para o passado com base

no presente é uma construção do passado no tempo presente, pois, quando ele sai dos grupos dos quais faz parte, tem dificuldade de recordar dos fatos ocorridos.

No nosso caso, o objetivo deste estudo não é tratar, especificamente, da memória individual, por concentrar sua atenção precisamente na memória como um fenômeno social, por isso, apresentaremos a discussão sobre a relação entre memória coletiva/social. Podemos, então, apontar a perspectiva de Halbwachs como a mais revolucionária na defesa do caráter social das recordações, esclarecendo que a memória se constitui num elo de pertença entre os grupos, ligando o passado ao presente.

Sob nosso ponto de vista, o autor tem razão em defender uma memória coletiva que se forma a partir dos quadros sociais, ao mesmo tempo em que, em contextos fornecidos pelos grupos, concretiza-se no pensar, no recordar e no rememorar compartilhados pelo grupo. Aqui, podemos afirmar que essa construção apresentada pelo autor pode ser utilizada para aplicar a conjuntura dos quadros desenvolvidos pela comunidade da Lagoa do Mato ao estabelecer as relações com os seus próximos.

Ampliaremos a discussão a seguir sobre as concepções de memória a partir das obras *La Mémoire Collective* (1950)²², fundada e consolidada pelo sociólogo Halbwachs no exame mais público da memória que influenciou Fentress e Wickham (1992), na obra *Memória social novas perspectivas sobre o passado*, com posicionamentos divergentes na questão da memória social como fonte de conhecimento, motivados por fatores socioculturais, em contrapartida a uma memória consolidada nas relações de grupo. Entre muitos estudos sobre a memória social, vamos concentrar-nos nas abordagens desses autores, concebendo-as indissociáveis das relações em sociedade. Por conseguinte, as abordagens são controvertidas entre ambos em alguns aspectos, porém com maior exatidão no tecido social.

2.1.1 Teoria da memória coletiva/social

Os Quadros Sociais da Memória e A Memória Coletiva, ambos, teorizam e sistematizam as noções originais de uma memória de grupo pensada e localizada a partir da materialidade dos quadros sociais. Fato é que o posfácio de um dos principais livros do autor *Los marcos sociales de la memoria* (2004), escrito por Gérard Namer, evidencia a concepção estruturada por Halbwachs, que passa a interpretação da recordação enquanto uma prática social. Especificamente sobre o tema, Namer reafirma que “[...] embora o mundo científico como um todo tenha preservado a palavra memória coletiva como símbolo do destino dos

²²Nesta tese assumimos a versão traduzida para o português no ano de 1990 por Laurente Léon Schaffter.

Quadros Sociais, no tribunal da consciência de seu pensamento Halbwachs fala em memória social” (NAMER, 2004, p. 371, tradução nossa)²³.

A memória coletiva/social²⁴ deve concentrar-se tanto nos fatos quanto nos processos que presidem sua formação, sua conservação e sua transmissão na vida social, concatenada na identidade de grupo. Com efeito, a memória coletiva apresenta um nexos de poder, cuja manifestação é fruto, principalmente, dos eventos históricos, sociais e culturais.

As relações traçadas entre memória e sociedade intensificaram-se no final do século XIX e início do século XX, quando as fronteiras entre a sociologia e a história estiveram cada vez mais próximas, nutrindo-as com importantes motivações para uma ressignificação da noção de memória coletiva/social, baseada na primazia do social. É, na verdade, um esforço para compreender uma memória meramente individual, sem estabelecer os nexos com o social. Entretanto, a solução encontrada para Halbwachs seria agregá-la, pois, mesmo sendo uma memória individual, sempre está ancorada em dimensões coletivas (HALBWACHS, 1990).

Um dos aspectos mais importantes do fenômeno da memória coletiva, abordado por Halbwachs, foi articular a teoria de memória coletiva/social. Portanto, como proposta deste estudo, vamos analisar a conjectura de memória coletiva compartilhada de alguns eventos de grupo, estruturada na vida, na família, baseada nos pressupostos do autor. Enfim, a memória individual apresentada é uma memória de testemunhos, na medida em que as memórias individuais são consequência da memória coletiva, posto que é gerada por intermédio de uma internalização social. Como afirma o sociólogo,

Não estamos ainda habituados a falar da memória de um grupo, mesmo por metáfora, parece que tal faculdade não possa existir e durar a não ser na medida em que está ligada a um corpo ou a um cérebro individual [...]. Isso ocorre porque mesmo no predomínio da sua individualidade carrega traços assimilados e incorporados da sociedade em que vivemos. Haveria, portanto, segundo o autor, a memória coletiva que não se confundem com a memória individual justamente porque ela “evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetrarem algumas vezes nela mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (HALBWACHS, 1990, p. 53).

²³Texto original: Si bien el conjunto del mundo científico conservó la palabra ‘memoria colectiva’ como símbolo del destino de Los marcos sociales, en el tribunal de la consciencia de su pensamiento Halbwachs habla de “memoria social”.

²⁴Por questões objetivas e com a finalidade de padronizar e levar a uma melhor compreensão o leitor, trataremos desse conceito como coletiva/social versando sobre a edição consultada da obra **A Memória Coletiva** (1990) que utiliza o termo “memória coletiva e memória social”. Devido à natureza desta pesquisa, salientamos aqui a substituição do termo “coletivo” por “coletiva/ social” para adequar a nosso objeto de pesquisa.

As evidências de uma memória coletiva/social são advindas dos eventos relativos à forma como esse conjunto foi constituído. As memórias são influenciadas pela organização social de transmissão e pelos diferentes meios de comunicação empregados, na tradição oral, nos relatos escritos, nas imagens e nos monumentos, nas ações e no próprio espaço físico. Nessa perspectiva, o autor desenvolve, entre outros, o argumento de que memória social é, portanto, o conjunto de acontecimentos essenciais do passado de um grupo e, desse passado, retém-se apenas aquilo que é capaz de viver na consciência do grupo. No primeiro plano da memória de um grupo, destacam-se “[...] lembranças que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele” (HALBWACHS, 1990, p. 45).

Uma das questões mais problemáticas tratadas pelo autor está na concepção da memória individual. Para Halbwachs, pensar nas relações sociais é entender que “[...] indivíduo que lembra é reflexo da sociedade em que vive [...] é na sociedade onde normalmente o homem adquire sua memória, é lá onde os evoca, os reconhece e os localiza” (HALBWACHS, 2004, p. 8, tradução nossa)²⁵. Seu empreendimento nesse campo de estudo é apresentado através da memória coletiva como um fenômeno construído na experiência do que é vivido e experimentado em grupo, ou ainda, pelo indivíduo que se localiza através dos quadros sociais da memória.

Ao considerarmos as ideias do autor, podemos dizer que a memória coletiva mantém as concepções que serviram, inicialmente, como fio condutor para a compreensão que aplicará o conceito de memória coletiva/social, fundamentalmente importante no campo teórico da memória e que aplicamos no estudo referente à comunidade da Lagoa do Mato no exame de uma memória social. As experiências de lutas, de tensões e de conflitos podem ser recordadas, significa dizer que, não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar as experiências do passado que se dão no presente.

Destarte, o que foi apresentado anteriormente é uma das reivindicações centrais e mais básicas da teoria da memória coletiva de Halbwachs, é a própria garantia de que sua existência dependerá de mecanismos dos grupos. Contudo, há pontos questionáveis na teoria halbwachiana que foram tratados pelos autores Fentress e Wickham (1992). Apesar do assunto, o antropólogo e o historiador ampliaram o “[...] o conceito de consciência coletiva, curiosamente desligada dos reais processos de pensamento de determinada pessoa” (Fentress; Wickham, 1992, p. 7).

²⁵Texto original: [...] es en la sociedad donde normalmente el hombre adquiere sus recuerdos, es ali donde los evoca, los reconhece y los localiza.

Para distanciar da visão de predominância do coletivo sobre o individual, Fentress e Wickham (1992) tratam sobre o assunto da seguinte maneira: os grupos devem ser situados em relação ao seu contexto e suas próprias tradições, o que demonstra a construção da memória social a partir das verdades individuais dos membros de determinado grupo. Além disso, os autores afirmam que,

A memória social é de fato muitas vezes seletiva distorcida e pouco rigorosa. Não obstante, é importante reconhecer que não o é necessariamente: pode ser exatamente exata, se as pessoas, desde então até agora, sempre acharam socialmente relevante recordar, narrar um acontecimento da maneira como originalmente foi sentido. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 10).

Com base no exposto, vimos que nem sempre há um rigor, essencialmente, inseparável do contexto social quando, por exemplo, envolve os processos cognitivos ou sustentados por sentidos ou sensações, como no ato de ler um livro, em que devemos lembrar que pode ser uma experiência individual possível, isso porque a memória se estrutura sem a identidade de grupo. Essa consciência é, curiosamente, desligada dos reais processos de pensamento de um determinado coletivo.

Teoricamente, ampliaremos a discussão referente à categoria “memória social”, tendo por base os autores Fentress e Wickham (1992) como um fenômeno amplo no sentido de pensar nas relações em sociedade. É válido dizer que as compreensões sobre o tema da memória são diversas, contudo, os autores apontam como fundamentais para essa discussão sobre a memória enquanto social. Por isso, discutiremos a memória a partir da precisão e da concernência de um fenômeno, unicamente, do tecido social.

A predileção em ampliarmos acerca da memória social, relativa aos conflitos intensificados na comunidade da Lagoa do Mato, possui diversas características históricas, sociais e políticas que implementaram a reflexão, considerando as discussões concernentes aos aspectos relativos às memórias das lutas e como compreendê-las.

Trataremos de esclarecer os aspectos dos quais são importantes para este objeto de estudo, ampliando com a construção teórica embasada no antropólogo Fentress e Wickham (1992), na obra **Memória Social novas perspectivas sobre o passado**, produzida por eles. Assim, os autores justificam,

Intitulamos este livro Memória Social para contrapor o seu objeto à memória dos indivíduos. Contudo, quem efetivamente recorda são os indivíduos: o que de social nisso? A resposta está essencialmente no fato de que grande parte da memória está ligada à inclusão em grupos sociais de diversos tipos. Com efeito, Maurice Halbwachs, o primeiro teórico do que chamamos memórias “coletiva”, afirmou que toda a memória se estrutura em identidades de grupo: recordamos a nossa infância como membros da

família, o nosso bairro com os membros da comunidade local, a nossa vida profissional em função da comunidade da fábrica ou do escritório [...] A memória do indivíduo só existe na medida em que esse indivíduo é um produto provavelmente único de determinada intersecção de grupo. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 07).

Assim, na concepção do que os autores tratam, é fato que Halbwachs foi o pioneiro a usar o termo “memória coletiva”. Mas, afinal, o que há de distinto entre os pensamentos desses autores? Na verdade, para Halbwachs (1990), as memórias individuais estão interligadas ao grupo, ao coletivo, elas são uma resignificação, um reflexo da memória coletiva do espaço e do tempo ao qual o indivíduo está inserido na vida consciente.

Na compreensão do antropólogo e do historiador, a contraposição ocorre no tratamento dado à memória individual e, sobretudo, ao termo “memória coletiva”, também para evitar a “[...] imagem de um inconsciente coletivo junguiano” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 8). Entendemos que o ponto de vista mais adequado para essa análise é a abordagem de “[...] memória social pelas lentes dos autores que assumiram uma responsabilidade conjunta de apresentar o tema ocupando-se inevitavelmente, do lado mais público e social” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 8).

Para tanto, é necessário que se admita a memória entrelaçada no tecido social que contempla essa discussão sociocognitiva, subjetiva, como um conjunto de sentimentos, de pensamentos e de lembranças compartilhadas por toda a humanidade que será na concepção social e que descortina uma memória, a exemplo das tradições orais, e, ainda, pelas informações que carregam como uma abordagem ampla da sociedade.

Ao referirem-se às vinculações e às relações entre as duas dimensões da memória, individual e coletiva, os autores Fentress e Wickham reiteram que os indivíduos recordam as dimensões cognitivas, mas concordam que o papel essencial da memória também é representado pelo social. Sem perder de vista a discussão, é bom esclarecer que não existe uma competição entre memória coletiva e individual, mas uma complementação de elementos que tornam a memória de um indivíduo também coletiva, já que a todo momento o sujeito está inserido na dinâmica de algum grupo social familiar, escolar, de trabalho, entre outros. Nesse sentido, os autores concordam com Halbwachs em razão da afirmativa de que “[...] grupos sociais constroem as suas próprias imagens do mundo, estabelecendo uma versão acordada do passado e ao sublinhar que estas versões se estabelecem graças à comunicação, não por via das recordações pessoais” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 08).

É notório que o conceito de memória social é vasto e complexo e seu aprofundamento nas bases teóricas deve ser primordial para encorajar posturas e posicionamentos claros acerca

das perspectivas que embasam a escolha apropriada ao estudo. Em referência ao ponto de vista dos autores sobre a memória, constatamos que eles defendem aspectos importantes que são operantes da vida mental, do abstrato, do cognitivo, também no campo suprassensível.

Portanto, há prevalência de que as questões teóricas se dão ao tratamento da memória como fonte de conhecimento, pois, nessa perspectiva, devemos levar em consideração fatores socioculturais de um contexto de conhecimento produzido, organizado e comunicado, de modo que há dois segmentos da memória nas perspectivas objetiva e subjetiva, em que a primeira está relacionada a aspectos de cognição, e a segunda integrante à experiência (FENTRESS; WICKHAM, 1992).

Ao propormos um distintivo sobre os tipos de memória objetiva e subjetiva, percebemos que elas se situam na própria estrutura da memória, com características passiva e ativa. A dicotomia entre ambas acontece pelo fato de que a memória objetiva se baseia no campo cognitivo responsável pela interpretação, rememoração, enquanto que a memória subjetiva é situada na estrutura da memória fruto de experiências e da tradição oral. Fentress e Wickham (1992) explicam que esse fato descortina modelos textuais diversos com os quais eles trabalham como uma concepção de memória, a exemplo das histórias orais que, por vez, são materializadas nos documentos e agregam informações sobre o passado que revela possibilidades a serem exploradas.

Na visão dos autores, a memória objetiva serve de armazenamento dos fatos, é relativamente passiva, limita-se a conservar conhecimento e informações. Como exemplo dessa concepção de memória, temos o modelo textual, pois um texto é um registro físico e, para desvendá-lo, é necessário submetê-lo à análise. Vale dizer que “Foram os historiadores que desenvolveram essa metodologia. Ao analisar um texto oral, relacionando com outros, documentos escritos ou outras peças informativas” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 18).

Mediante tais constatações, interessamo-nos pela tenuidade da memória social, pois objetivamos pensar no estudo da memória como referência explícita a eventos de experiências passadas, é também um campo que tem sido muito debatido nos últimos anos, principalmente devido à grande expansão do estudo da história oral, iniciada no final dos anos 1970.

Conhecimento, informações e sensações são indissociáveis da memória, isso por que, tanto os processos cognitivos de rememoração quanto a própria lembrança são influenciados pelo contexto social ao qual estão relacionados com todos os aspectos da vida. Para tanto, é no decorrer da vida que ocorrem as aprendizagens e que surge o conhecimento de novas palavras. Um exemplo disso são as vivências passadas que são utilizadas para interpretar as imagens de outrora, segundo as necessidades e as possibilidades que são dadas no presente.

O ponto central dessa questão é que as recordações pessoais, e até o processo cognitivo de recordar, contém, na origem, muito de social que compreende uma expressão de experiência que a memória social identifica em um grupo, dando-lhe um sentido do seu passado e definindo-o. Em suma, memória social significa uma fonte de conhecimento ao propiciar elementos para uma reflexão consciente do passado, possibilitando interpretações de categorias pelas quais um grupo reconhece o ambiente sociocultural em que está inserido.

Obviamente, que só é possível se, na atualização coletiva de nossas lembranças, chegarmos a um repertório consensual do que deve ser lembrado que “[...] a memória social não é estável como informação; mas é ao nível dos significados partilhados e das imagens recordadas” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 79). Os autores desejam ressaltar que, no processo da produção da memória, o ato de lembrar está associado ao processo de consciência.

Desse modo, é preciso admitir o campo da memória como polissêmico. Por isso, é necessário ampliar o olhar por várias lúpas da realidade material e dos grupos em questão no contexto da memória social. Na realidade, não existe uma disputa entre memória coletiva/social em relação a individual, mas uma noção de complementaridade. Logo, o que há é uma interligação dos elementos que tornam a memória de um indivíduo também coletiva, inserida na dinâmica de algum quadro social. O nosso interesse é em um construto que apresenta referências de uma memória construída a partir de quadros sociais, no grau máximo e mais pleno.

Em vista disso, trataremos a seguir da tradição oral como um fenômeno que visa evidenciar as experiências e ouvir os ecos que perduram das relações. As fontes orais incluem diálogos de nexos e contextos necessários para esta tese.

2.1.2 Memória e tradição oral

Devido à relevância que a História Oral tem nesta tese, admitimos os modos de evidenciar uma tradição oral configurada na dialética de homens e de mulheres que foram submetidos ao processo de desapropriação da comunidade da Lagoa do Mato. Esses sujeitos sociais e reais foram agentes dos movimentos sociais. Por assim dizer, a problemática que se estende nesta pesquisa tem início nos fatos de um conflito social.

A obra intitulada **Memória social novas perspectivas do passado** de autoria de James Fentress (1992), um antropólogo, e Chris Wickham (1992), historiador, constitui-se como objeto de estudo. Não obstante, muitos dos caminhos trilhados por eles constituem-se

em ensinamentos deixados por Halbwachs (1990), no sentido de que a memória é uma reconstrução do passado no presente. Através de histórias, as pessoas encontram lentes para enxergar com precisão seu processo de autoconhecimento e de compreensão do momento histórico em que a sociedade se encontra. Na realidade, a transmissão da memória social é um processo de evolução e “[...] mudança que pode ocultar-se à própria comunidade, pois para ela a sua reserva de recordações – as suas técnicas, as suas histórias e a sua identidade colectiva – surge como algo que sempre foi” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 241).

Tomando como contribuição para esta pesquisa a teoria dos autores sobre tradição oral, reconhecemos que ela representa os caminhos buscados por pesquisadores que, por meio da escuta de fatos orais, constroem conhecimento acerca de diversas temáticas. Legitimada como História Oral, desponta na atualidade com valioso papel, sendo utilizado como técnica ou método na investigação científica.

Priorizamos como argumento a importância em tratar da tradição oral como sendo um fenômeno descrito das trajetórias de vidas, passado de uma geração para outra, e que as mensagens ou testemunhos são oralmente transmitidos em discurso, compartilhando saberes que potencializam a relação das comunidades com a história do passado. Nessa perspectiva, o tratamento que os autores Fentress e Wickham (1992) apresentam, com relação à discussão desse tema, importa-nos por diversos motivos, em especial, por tratar da História Oral, da qual fazemos uso para sustentação, como constituição de uma identidade coletiva e social da Lagoa do Mato.

Afinal, qual a relação do estudo da memória social com a tradição oral? Ambas estão atreladas no que diz respeito à dar voz a quem fala para não ser esquecido. Evidentemente, nesse contexto, o ponto crucial da tradição oral são as experiências de vida, demarcadas na relação do sujeito com a sociedade.

O mero fato de uma sociedade ter adquirido a capacidade de representar o seu saber sob as formas escritas não quer dizer que essa sociedade tenha cessado também uma cultura oral. Nós continuamos a ser uma sociedade oral e os modos como padronizamos a nossa memória social continuam a refletir se bem que sob formas alteradas, as mesmas práticas e processos de pensamento das culturas iletradas. A escrita pode absolver-nos da necessidade de aprender mnemotécnicas complexas, mas não nos absolve da necessidade de falar. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 64).

A história de vida do indivíduo ou da coletividade é representativa de uma memória social. Os autores apresentam um profícuo debate sobre a História Oral no que diz respeito à memória social. Eles desenvolvem um debate, justamente porque acabam relativizando determinados aspectos da memória social e ampliando outras perspectivas da história de

grupo que pode ser recuperada via memória descrita por meio de fontes. Nesse ponto, especificamente, Fentress e Wickham (1992, p. 09) argumentam que “[...] a História Oral e o estudo da tradição oral tem muitas finalidades, mas a principal sempre foi à reconstrução (ou, para os mais exigentes, a construção) do passado através de fontes orais, quer diretamente, quer após cuidadoso tratamento de análise”.

Com relação à comunicação ou transmissão da memória social, é dito pelos autores que sua articulação não depende do domínio da escrita, porém, em um sentido mais amplo da cultura, a comunicação da memória social é representada pela tradição oral (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Nesse sentido, os autores explicam que não se referem em absoluto às questões de registro. A memória social não se limita, portanto, às palavras, mas, pode ser assimilada em forma de narrativa.

O interesse dos autores era examinar a memória social sob a forma de narrativa, sejam orais ou escritas, pessoais ou coletivas, oficiais ou não oficiais. As narrativas são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições, fato é que os autores afirmam que, se uma sociedade não dispõe de meios para fixar a memória do passado, a tendência natural da “[...] memória social é suprimir o que não é significativo ou intuitivamente satisfatório nas memórias coletivas do passado e interpor o que parece mais apropriado ou mais em conformidade com determinada concepção de mundo” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 65-66).

Adotamos as considerações dos autores sobre o ponto de vista da memória social como elemento importante na transmissão oral, associado ao contexto de uma sociedade de determinado tempo. Essa memória narrativa que se mantém viva preserva e dá sentido aos significados, ampliando a visão de mundo. Os narradores podem recordar temas, histórias e circunstâncias que aprenderam na história do contexto social. Exatamente por tais questões, que há um repensar em torno da ideia de que a História Oral é um instrumento de escuta dos que por algum motivo foram segregados e que a partir dos relatos de testemunhos podem de alguma forma ter reparações.

Dentre as formas com que os autores lidam com o tema, as categorias de memória narrativa e memória histórica são apresentadas como fonte empírica. A dimensão da memória histórica é essencial para a manutenção da vida coletiva de forma objetiva, uma vez que diz sobre a sobrevivência da sociedade e dos acontecimentos da temporalidade dos processos históricos. Segundo a autora a memória narrativa vai reportar sobre,

[...] as histórias de vida de indivíduos e grupos, opondo-se aos grandes discursos que se apoiavam nas etapas evolutivas da história. Os trabalhos sobre políticas da memória, assim como aqueles alicerçados na história oral e na oralidade multiplicaram-se, transformando os relatos do passado em objetos de estudo. (SANTOS, 2012, p. 85).

A tarefa de captar as práticas e as experiências em relatos narrados, como por exemplo, nos depoimentos, é também instrumento de obtenção do passado. E, por consequência, há fatos que são imprescindíveis, posto que captam a força da tradição e, muitas vezes, relatam o poder das transformações.

Vimos que há uma memória social porque há significado para o grupo que recorda. Demos a nossa atenção ao contexto narrativo como orientação para a estruturação, e, portanto para a fixação, das formas de memória. Mas saber que tipo de coisas são recordadas prioritariamente e porque é uma questão igualmente importante. Os acontecimentos podem ser mais facilmente recordados se couberem nas formas de narrativa que o grupo social tem já ao seu dispor. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 112).

A narrativa da qual os autores fazem referência é produzida através dos acontecimentos ou fatos que podem surgir de circunstâncias específicas em contextos diversos, enquanto que a memória histórica como forma de adequação da memória social é uma busca ativa do significado. De acordo com Fentress e Wickham (1992), de forma mais conclusiva, a diferenciação é que os fatos podem ser recordados e transmitidos, eles têm que ser transformados em imagem, arrumados em histórias. Nesse sentido, cada narrador tem livre expressão para a criatividade, para os arranjos ou para a expansão da história. Contudo, como já foi dito anteriormente, a narrativa, a história e a memória completam-se.

O alerta dos autores é no sentido de uma predileção dos especialistas da História Oral em falar de memória em termos de registros e documentos. Obviamente, muitas fontes orais não podem ser examinadas criticamente com o rigor dos documentos, mas devemos ter um senso criterioso e responsável no tratamento dessas fontes. Segundo os autores,

Como é natural, muitas fontes orais não podem ser examinadas criticamente com o rigor dos documentos. O que, felizmente, não se aplica a todos os materiais dessa índole: como veremos, alguns dos recentes especialistas da história oral são muitos rigorosos e minuciosos. Mas noutros casos, por todas essas razões, teremos que usar as nossas fontes com algum cuidado. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 115).

Os autores estão interessados, também, em tratar da recuperação da história e do registro de documentos. No que concerne a alerta dos autores a História Oral é muito profícua para apreender a memória, ela pode ser um empreendimento produz em um efeito próprio de renovação, inclusive, nas ciências sociais, com grande expansão, adotando o elemento oral

como uma forma própria de investigação. Fentress e Wickham (1992, p. 126) revelam que “É bem verdade que acerca da transmissão da memória há uma distinção entre memória pessoal e tradição oral”.

Embora os historiadores estejam debruçando sobre a história oral, quando eles transformam o oral em escrito, na verdade, tratam de uma maneira de falar da memória. Nesse sentido, a fonte utilizada para análise e apresentação traz as possibilidades da escrita. Sendo assim,

A própria noção de que a tradição oral é uma fonte de informação factual pode por vezes levar a que os etno-historiadores não vejam a verdadeira estrutura e significado histórico das tradições que estudam. Qual é o significado de um padrão de memória para outro? Pode refletir, por um lado, uma alteração nas percepções que o grupo tem do seu passado ou, como acontece nas transformações dos contos de fadas, uma alteração da sua percepção do que é socialmente aceitável. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 105).

Diante do tema apresentado, as tradições orais cobrem uma ampla variedade de questões e de assuntos referentes à vida que pode ser encontrada sob as múltiplas formas. A sociedade produziu, muitas vezes, histórias orais, contos, entre outros, mantendo a preocupação de memorizar e transmitir essas tradições. No uso dessa forma de tradição oral, obviamente, todo cuidado é necessário, na medida em que a história reflete tanto a estrutura sócio-política do presente, quanto a do passado.

No que diz respeito a uma distinção entre memória pessoal e tradição oral, os autores Fentress e Wickham (1992) apresentam argumentos para o fato de que os historiadores desse campo vêm centrando atenção cada vez mais sobre os acontecimentos da história como um maior privilégio. Em contrapartida, os elementos que diferenciam a tradição oral estão embasados nos acontecimentos históricos, entranhados na trama da vida, no cotidiano, sobretudo, em determinadas circunstâncias da cultura do grupo que revela ser uma verdadeira sucessão de figuras históricas. Podemos entender com base no antropólogo e no historiador que,

Não são poucas as sociedades que parecem comemorar o passado exclusivamente através das memórias pessoais, as quais parecem muitas vezes menos centradas nos acontecimentos historicamente relevantes do que nos processos recorrentes do ciclo de vida da família, recuando, quando muito, até aos avós: a vida cotidiana, as estações, as festas e o mundo da natureza (muitas vezes expresso em termos sobrenaturais ou de contos populares), com as histórias da vida sobrepostas e estruturadas apenas por estes tipos de memória. Tais memórias existem em todas as sociedades, evidentemente. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 124).

Não há como desprender a memória pessoal e a tradição oral. Contudo, há uma dependência da História Oral com a memória social. A construção da memória social tem elementos que se sustentam na tradição oral. Isso porque as narrativas orais são, por natureza, narrativas de memória.

Na interpretação da tradição oral, a ênfase deve ser primeiro colocada no contexto cultural em que se encontra, no qual se define como testemunha do passado que é transmitido, deliberadamente, da experiência da vivência. Essa tradição oral pode ser registrada, confrontada e utilizada como elemento. Tal como o pesquisador faz no caso de documentos escritos, ele deve sempre perguntar que função a tradição desempenha na sociedade atual. Afinal, mesmo o testemunho sendo comprovadamente falso, ele pode ser de grande valor, na medida em que pode, ocasionalmente, conter fatos históricos.

Na sociedade de tradição oral, as narrativas do cotidiano, colhidas e transmitidas de geração em geração, perpassam os mais variados temas e contextos. Cabe, porém, deixar claro que existem diferenças nas características das informações expostas nas narrativas e que mantêm viva a memória das histórias. A memória narrativa conserva os temas de uma maneira que é típica da memória social.

Vale ressaltar que, na visão dos autores, a história oral torna a memória como fonte para analisar a história e chegar a constatações, o que reforça seu aspecto social, dada a sua versatilidade de articular as palavras. Essa junção facilita a coleta de informações contidas na memória, obtidas da experiência pessoal e associadas a um contexto histórico.

Cabe-nos inferir que, o debate minucioso que o antropólogo e o historiador estão estabelecendo com relação à fonte é para entender outras expressões que, necessariamente, não precisam ser confirmadas na história e que são correlacionadas a outras possibilidades que são as fontes culturais, as tradições e os costumes que configuram o movimento da memória e da história. Os autores vão mostrando como esse arsenal da memória vivida pode ser percebido imediatamente com relação aos próximos, baseados nas tradições.

A memória, por exemplo, pode ser considerada testemunha das experiências do passado, posto que ela passa por um processo de contínua atualização das recordações, no presente. Contudo, é necessário considerar que não é apenas a percepção no presente que determina a construção das imagens do passado, as próprias percepções sobre o presente são construídas no decorrer da vida. A bagagem que decorre das experiências de vida das relações dos grupos são extraídas como elementos utilizados para interpretar as imagens do passado, segundo as necessidades e as possibilidades que são dadas no momento em que são evocadas.

Por fim, salientamos que as ideias apresentadas pelos autores comungam com as possibilidades de análise sobre a construção da memória social, à luz da teoria de Fentress e Wickham (1992). É nessa perspectiva que compreendemos a memória dos grupos da Lagoa do Mato que resistiram aos conflitos como subsídios para explicar as relações sociais mantidas por um coletivo fortalecido pelo espírito comunitário e solidário, manifestado pela memória e pela tradição oral.

Baseados na história de vida da comunidade de Lagoa do Mato, percebemos que as lutas geram traumas e dores que podem provocar processo de silenciamento. A recordação dos conflitos sociais é uma preocupação deste estudo. Por isso, é fundamental refletir e dialogar com as fontes orais para compreender o fenômeno ocorrido. Contudo, seguiremos com a próxima seção com um olhar atencioso acerca da questão apresentada.

3 HISTÓRIA DA LAGOA DO MATO

Nesta seção discutiremos sobre a formação sócio-histórica da Lagoa do Mato, sobretudo, a partir da análise das entrevistas que foram cruzadas com alguns dados oficiais e, posteriormente, interpretadas a partir de um olhar crítico, histórico e dialético referente à memória social.

Para tratar da história da Lagoa do Mato é necessário contextualizar os fatos marcados pelas impressões de um grupo social nas mais variadas dimensões do cotidiano, identificando os aspectos de ordem material e simbólica. Para Halbwachs (1990), a partir do momento em que um grupo se encontra inserido em um espaço, passa, então, a moldá-lo à sua imagem, isto é, conforme suas concepções e seus valores, ao passo que, também, se adapta à materialidade do lugar. Isso acontece à medida em que o indivíduo está inserido em um contexto social. Nesse caso, usamos o exemplo da Lagoa do Mato como uma referência de grupos que viviam ligados às relações culturais, sociais e a um estilo de vida próprio, bem como aos processos afetivos, cognitivos e interativos.

Importante dizer que o rio Paramirim foi fundamental para aquela comunidade, mantinha fluxo de água o ano todo pelo fato de ele e seus afluentes serem perenes, isto é, não secarem. Dadas essas condições, podia ser usado para diversas atividades, inclusive para irrigação por inundação das baixadas. Na Figura 3, o local apresentado era o açude denominado de Zabumbão, mais tarde, foi transformado na atual barragem de mesmo topônimo.

Figura 3 – Homens trabalhando no açude Zabumbão



Fonte: acervo pessoal cedido por Amaral (2022).

A Figura 3 traz o açude Zabumbão sendo construído com técnicas primitivas e ligadas ao simples alagamento, isto é, a construção de açude feita com “[...] forquilhas de madeiras

resistentes e calafetadas com bagaço de cana e areia e as escavações do rêgo simples abertura na terra são realizadas em mutirões pelos proprietários que são beneficiados com a irrigação naquele trecho” (JAMBEIRO, 1973, p. 96). Era um trabalho coletivo em que se usava como estratégia para negociar as horas de consumo da água, ou seja, cada proprietário acordava o fornecimento desse recurso natural com o grupo, levando em conta as necessidades de cada um. O resultado do trabalho e a participação do grupo davam o direito de usufruir de horas de irrigação. Esse procedimento constava na escritura do imóvel e seu direito transmitido por herança.

As recordações tanto do rio como do açude estão no indivíduo que lembra. A memória é sempre construída em grupo, sendo que, no processo de rememoração, as lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros grupos, ainda que se trate de eventos em que somente o sujeito se encontra envolvido. A relação de um grupo com o lugar pode ser entendida como um aspecto particular que só tem sentido para os “[...] membros do grupo, por que todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros aspectos diferentes da estrutura da vida em sociedade” (HALBWACHS, 1990, p. 133). Na verdade, a organização de um determinado grupo tem as condições existenciais e materiais também condicionadas a um determinado lugar. Sendo assim, “[...] não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras” (HALBWACHS, 1990, p. 133), há impressões na história e nas memórias de cada indivíduo internalizadas nas expressões dos grupos.

Figura 4 – Açude do Zabumbão onde foi construída a barragem



Fonte: acervo pessoal cedido por Neves (2022).

A lembrança coletiva/social dos moradores da Lagoa do Mato, Figuras 3 e 4, reporta a área destinada à edificação da barragem do Zabumbão que acabou atingindo oito povoados,

os quais eram denominados: Pau da Bateia, Volta do Rio, Terra Branca, Monte Alegre, Rabudo, Engenho Grande, Pé da Serra e Lagoa do Mato. Implica dizer que todas essas comunidades foram submersas pelas águas da barragem, como mostra a Figura 1²⁶, na página 31.

As áreas das comunidades alagadas eram cercadas por montanhas, atravessadas por ilhas ao longo do rio principal e com diversas espécies de fauna e flora. Conforme informações do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), a barragem do Zabumbão foi construída unindo o Morro da Estrela e a Serra do Cruzeiro, formando um reservatório de 8 km de extensão, que cobre uma área de quase 3 mil hectares. As hipóteses sobre o povoamento urbano de Paramirim²⁷ deu-se com “[...] as descobertas de jazidas auríferas nas cabeceiras do rio das Velhas em Minas Gerais e do Itapicuru, de Contas e do Paramirim, na Bahia atraíram populações demandantes de áreas para minerar e produzir a subsistência” (Neves, 2008, p. 248), posto que os vetores de ocupação e povoamento da Serra Geral acham-se ligados, primeiramente, à atividade de mineração e à exploração de gado bovino e, secundariamente, às atividades econômicas locais, reunidas na produção de culturas alimentares e de algodão. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

Nos princípios do século XVIII, os primeiros habitantes dessa região foram os portugueses Manuel José Pereira, tenente Valério Manuel Viana, Luís Ribeiro de Magalhães, Antônio Ribeiro Magalhães e Manuel Marques Vilela, e os brasileiros Antônio da Rocha Bastos e José da Rocha Bastos. Além das explorações de minério, começaram a incentivar a agricultura e a pecuária, organizando as primeiras fazendas do território, como a da Cachoeira, a da Conceição, a Santa Apolônia e a fazenda Pires. (IBGE, 1950, p. 98).

A concentração humana que levou ao povoamento da Lagoa do Mato e áreas circunvizinhas começou com os portugueses Antônio Ribeiro de Magalhães e Luís Ribeiro de Magalhães, ambos irmãos. Na Figura 5, as áreas adjacentes a Paramirim (Pau da Bateia e Lagoa do Mato) formam as propriedades dos irmãos. Com o decorrer dos anos, as terras, inicialmente pertencentes a eles, foram subdivididas em glebas²⁸ menores, nelas estabeleciam

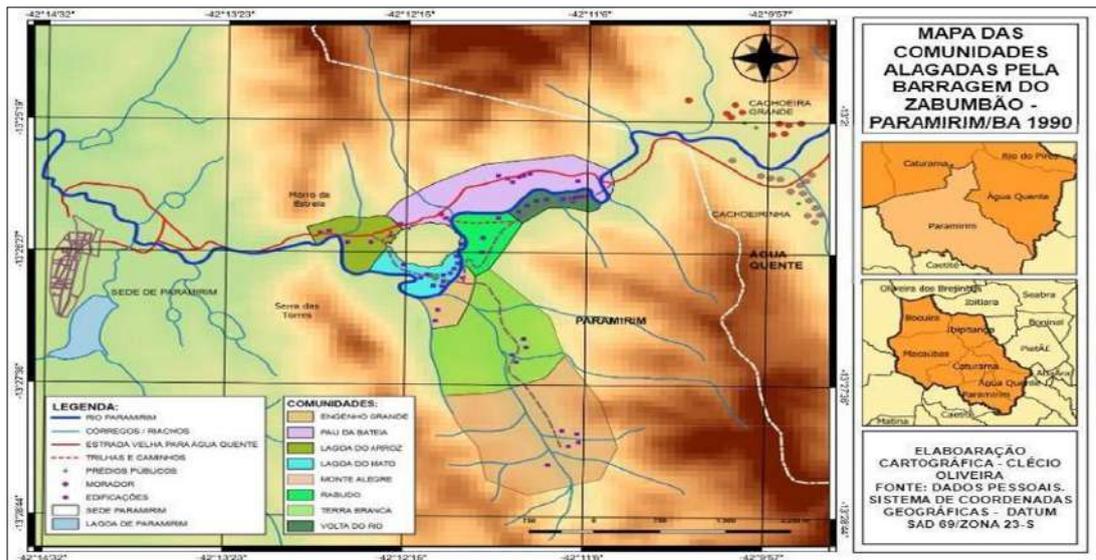
²⁶Mapa das comunidades alagadas pela barragem do Zabumbão. A Lagoa do Mato situa-se ao leste de Paramirim, fica entre as Latitudes 13° 25' 19" S / 13° 28' 44" S e Longitudes 42° 13' 23" W e 42° 09' 57" W, localizando-se entre os municípios de Paramirim-BA e Érico Cardoso, popularmente conhecida com Água Quente.

²⁷ O nome Paramirim significa “rio pequeno” de origem tupi-guarani, segundo informações do IBGE (1950, p. 98).

²⁸ Na Constituição Federal, "O art. 3º do projeto, ao incluir o § 3º ao art. 2º da Lei nº 6.766, de 1979, define gleba como sendo "[...] o terreno que não foi objeto de parcelamento aprovado ou regularização em cartório". Assim sendo, todo o terreno que tenha sido objeto de parcelamento deixa de ser gleba, passando a ser lote. Essa

novas famílias provenientes dos núcleos já existentes que tomavam posse de heranças (fazendas), e assim foi se constituindo. Outro fato que corrobora com os dados levantados era a fartura de água e fertilidade das terras propícias ao cultivo de pastagens e agricultura, contribuindo para a fixação de famílias, algumas sendo proprietárias de fazendas (Figura 5) e outras como agregadas e meeiras.

Figura 5 – Mapa de localização das comunidades alagadas pela barragem do Zabumbão em Paramirim/BA



Fonte: elaborado por Clécio Oliveira com dados fornecidos pela autora (2021).

Retomando sobre os fatos da colonização e da exploração de portugueses e brasileiros nas minas de ouro do Morro do Fogo, nas proximidades do Vale do Paramirim, foi relatado por um ex-morador que o processo de povoamento da comunidade Lagoa do Mato também aconteceu pelos patriarcas Sr. Zé Calotes, José de Ambrósio e Macário Pereira da Silva, sendo estes os primeiros a chegarem àquela região. Um informante recordou: "[...] meu pai, que era garimpeiro, veio de Jequié explorar as terras, o nome dele é Macaro Pereira da Silva, casou com minha mãe e ficou morando na Lagoa do Mato" (J.P.S., 2021).

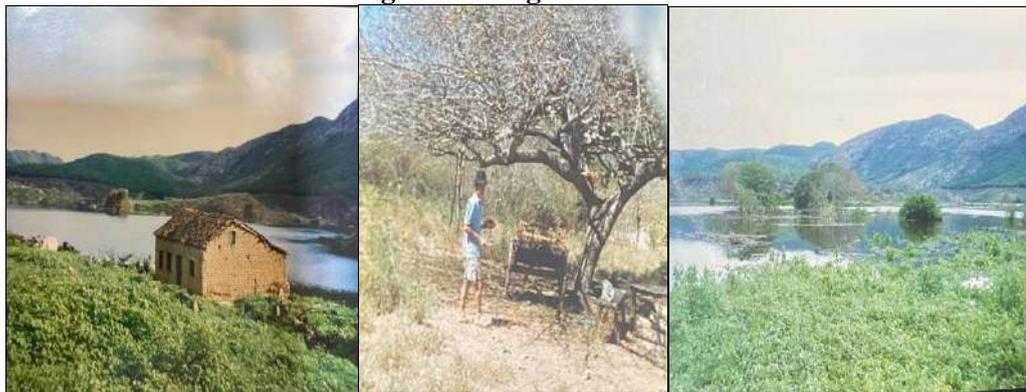
A ocupação desse espaço, conforme a Figura 5, foi marcada pela presença de pessoas que mantinham expectativas, sonhos e desejos de construir uma vida melhor. Segundo o entrevistado, “[...] os outros povoamentos se deram também pela aglomeração de trabalhadores que vinham trabalhar nas fazendas, sendo eles: Sr Abílio, Zé Goiano, Zé Pereira que foram os primeiros moradores” (J.T.A., 2021).

conceituação permitirá a prática do desdobro sucessivo de lotes, beneficiando, dessa forma, apenas os loteadores, que, por não contemplarem a Lei em questão, a figura do desdobro, ficarão desobrigados de atender às exigências por ela impostas, sob o argumento de que esse diploma legal só se aplica à subdivisão de glebas em lotes e não a desdobro de lotes (BRASIL, 1988).

Com base nas informações das entrevistas, a Lagoa do Mato e os aglomerados dispunham de 76 (setenta e seis) moradores, entretanto, nos dados de 2006 da Codevasf, divulgados nos relatórios, o quantitativo era de 52 (cinquenta e duas) famílias²⁹, sendo 16 (dezesesseis) meeiros e 36 (trinta e seis) pequenos proprietários, divergindo, assim, dos números fornecidos pelo entrevistado.

A comunidade de Lagoa do Mato, demonstrada na Figura 5 era a mais desenvolvida entre os demais povoados citados, era uma espécie de centro entre as comunidades, possuía igreja, escola e campo de futebol comunitário. No entanto, das outras comunidades para Lagoa do Mato e Paramirim, o acesso “[...] era muito difícil quando tava chovendo, tinha um riacho que passava no meio da estrada na época da cheia, era muita lama” (J.P.S., 2021). Para se chegar a alguns povoados nos períodos das chuvas (Volta do Rio, Pau da Bateia e Rabudo) quando da ocorrência “das cheias” ficava intransitável por dias, sendo necessários atalhos ou barcos para travessia.

Figura 6 – Lagoa do Mato



Fonte: acervo pessoal cedido por Amaral (1990).

A memória social ocupa a centralidade a partir da reconstrução do passado e do reconhecimento das experiências vividas. As recordações vão sendo materializadas nas imagens do passado, como visto na Figura 6, a casa, o rio, o trabalho, o carro de boi, o umbuzeiro. Esse conjunto de referências também denominadas de marcos são expressões da coletividade intrínseca às relações humanas (HALBWACHS, 2004; 1990) que, ao serem incorporados aos valores, aos hábitos e aos costumes da sociedade, constituem-se nas relações sociais, no contexto material, como um elemento socializador que vai integrando como um

²⁹ Termo de compromisso de ajustamento de conduta celebrado com base no artigo 5º, '§' 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de Julho de 1985, entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público da Bahia, A Companhia de Desenvolvimento Vale do São Francisco (Codevasf) e as famílias da comunidade da Lagoa do Mato, por seus representantes e como interveniente o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paramirim (Anexo A).

processo contínuo de reformulação e reconstrução da memória social, composta por diferentes versões do passado, fundamentadas nas vivências dos indivíduos ou dos grupos, ao longo de sua existência.

A comunidade de Lagoa do Mato (Figura 6) possuía referências reconstruídas em consonância com a memória social, evocadas do grupo ao qual integrava. Sobre essa memória, vemos nos relatos o posicionamento tomado por base o viver de cada um: “Era bom... a gente morava na roça, a gente plantava de tudo... plantava cana, nós moia, destilava pinga, plantava arroz e carregava aquele feijão nas costas” (M.L.A., 2021). Essa impressão não é isolada, há evidências em outros relatos que o sentimento de morar na Lagoa do Mato era de que lá existia um “estilo de vida diferente” (DES04, 2021), era referência “[...] de muita coisa boa que eu já vivi lá” (DES13, 2021). Segundo DES11 (2021), há lembranças de “[...] bons momentos, um lugar fantástico jamais esquecido”.

As motivações que levam o indivíduo a fomentar um imaginário de apego e afetuosidade a um lugar desenvolvem vínculos emocionais referentes a sentimentos relacionados a ambientes físicos e com conexões simbólicas. “Da maneira que a gente vivia” (DES08, 2021) diz muito para o grupo, e usamos o argumento sobre a memória coletiva/social construída a partir dos diversos membros de um grupo, como referência aos quadros sociais de memória os quais serão tratados na subseção 6.2 intitulada **A água inundou: memória dos deslocados**.

A partir das análises, ficou evidente que os deslocados apresentavam visões diferentes da realidade. Os sentidos dados eram idealizados, como pode ser observado nos relatos de DES11 (2021); DES04 (2021); DES13 (2021) e DES08 (2021). A interpretação é que a comunidade possuía quadros sociais de memória de um passado criado e (re)criado por imagens ancoradas em vários grupos. Contudo, há, por um lado, a lógica em romantizar determinadas situações e de criar um ideário de que o antes era melhor, de que a sensação de bem-estar anterior não existe mais, pois o lugar foi alterado e, conseqüentemente, os moradores não conseguem acessar o antes. As sensações em sentir o frescor das águas do rio, de contemplar a natureza, as belas paisagens, o calor humano encontrado nas relações de cooperatividade e amizade são exemplos de experiências que vigoravam e valorizavam a maneira simples de viver. Uma vez alterada essa realidade, agora essas sensações só podem ser ressignificadas na reconstrução das recordações de um passado ancorado na memória coletiva/social.

As configurações subjetivas trazidas nos relatos evidenciaram que a comunidade tinha laços de afetividade para com o lugar tomado pelas águas do Zabumbão. Nem tudo era a

idealização do lugar “fantástico”, “maravilhoso”. Nesse contexto, é de fundamental importância apresentar os fatos embasados numa visão material e dialética para estabelecer as conexões dessa comunidade no âmbito das relações de trabalho. Ao interpretar outros relatos, percebemos que eles contradizem com o que foi exposto: “A vida era um pouco difícil” (DES17, 2021); em outro relato “Lagoa do Mato lugar lindo se deparando todos os dias com a natureza porém **um pouco difícil pela condições financeiras**”, (DES10, 2021, grifos nossos). Podemos perceber ainda que, “Na Lagoa do Mato *era difícil a sobrevivência*, por não ter energia elétrica e água encanada, porém tinha abundância em alimento devido às plantações cultivadas pelos nossos pais, avós etc” (DES07, 2021, grifo nosso). Segundo o informante, [...] “Vou te falar... Eita lugarzinho que deixou saudade!” (M.L.A. 2021, grifo nosso).

Por tais motivos, conservar as memórias é de certa maneira associar os sentidos do vivido no que tange aos estilos de vida e de emoções. Essa diversidade de condições particulares de vida de cada um também se relaciona com a classe social à qual cada um está inserido e, por sua vez, materializa-se em “boas” ou “más” recordações. Esse saudosismo de que o tempo que passou era melhor é, inclusive, um dos “sintomas” causados pelo capitalismo e pela ideologia de única sociedade possível.

Constatamos que alguns integrantes da comunidade apresentavam uma visão de forma romantizada, não decifravam os códigos de uma sociedade capitalista a partir das relações de trabalho e das contradições materiais. Nesse contexto, faz todo sentido compreender as relações no início de nossa formação histórica, uma classe dominante que nada tinha a ver com os interesses da classe trabalhadora, a qual era representada pelo estado brasileiro autoritário, centralizador que serve à burguesia, e, no caso de Paramirim, serve ao prefeito, ao governador do estado da Bahia e aos fazendeiros, com desejos de classes e diversos outros interesses que implicaram na construção da barragem. Importa aqui destacar que a sociedade é regida pelo capital.

Ao traçar um panorama associado à própria formação dos grupos ao longo da história e das relações que desenvolviam na comunidade, foram encontradas diferentes classes sociais organizadas em três categorias: proprietários; não proprietários e aqueles que não se identificavam nem como proprietário e nem como meeiros³⁰. As três classes na Lagoa do Mato apresentavam interesses diversos, mas lutavam pelos mesmos fins. Nesse sentido, é

³⁰ A categoria de proprietários é constituída dos médios e grandes fazendeiros, esse último como proprietário de minifúndios; a de não proprietários é composta por meeiros e trabalhadores rurais; a dos que não se apresentam nem como proprietário e nem como meeiros é formada por trabalhadores eventuais: assalariados, parceiros e agregados.

oportuno problematizar porque proprietários e não proprietários que, teoricamente, estão separados do ponto de vista do capitalismo possuem interesses comuns. Percebemos que vigorava de forma expressiva entre os grupos interesses objetivados na propriedade da terra. No caso dos proprietários e dos não proprietários, os sinais das contradições estavam evidentes e demarcaram o próprio movimento dialético quando analisado pelo viés do modo de produção material condicionada à realidade. Segue o relato de um(a) informante que exemplifica a situação:

A vida lá era assim, para nós, meu pai tinha um terreno, **agora para muitas famílias lá era sofrido, era muito sofrido passava até precisão. Tinham famílias que nós ajudavam [essas famílias]**, porque meu pai plantava [tinha terreno] e ainda moía muito a seca toda, sabe? tinha muita fartura. Eu lembro que onde a gente morava, nós tinha um engenho de pau e depois meu pai comprou um engenho de ferro, e a gente moía nesse engenho de ferro. (N.O.S., 2023, grifos nossos).

A vida material impera desafios dentro do próprio contexto da comunidade. As divergências de classe acontecem como resultado do próprio movimento do capital, sentidas principalmente porque, quem vive no campo experiencia situações ainda mais complexas, como por exemplo, questões ligadas à renda, opções e disponibilidade de trabalho, condições climáticas que interferem em questões relacionadas às atividades no campo etc. A/o informante diz que havia famílias que dependiam da ajuda solidária relacionada às condições básicas.

Existia uma dicotomia entre os moradores da comunidade, enquanto para uns o cenário era de uma vida boa, dadas as condições materiais, para outros, era de dificuldades até para as atividades mínimas de sobrevivência. Isso demonstra um exemplo clássico de como as sociedades de classe implica desigualdade como uma condição histórica específica. Dessa maneira, percebemos que até mesmo em se tratando de um espaço que oferecia ótimas condições para o plantio, para alguns, a terra era um bem de acesso restrito, pois a propriedade e o uso da terra eram privilégio de poucos. Alguns camponeses e ribeirinhos lutavam para a sobrevivência entre outros enfrentamentos e violências em conflitos diretos com a classe burguesa representada pelos donos de propriedades.

No tocante à fração de pequenos proprietários e de médios, trataremos de forma conjunta por apresentar similitudes. Eles tinham como atividade a agricultura e a pecuária de subsistência. O processo de produção agrícola tem menos ênfase na produção de excedentes para venda no mercado. Contudo, o foco principal era a autossuficiência pelo fato de a produção agrícola ser praticada em pequenas propriedades rurais, muitas vezes mais fragmentadas por falta de investimentos, de acesso às informações, entre outros. Em relação

aos médios proprietários, os pequenos ainda têm uma atividade agrícola bem inferior, se comparada às áreas rurais mecanizadas e à pecuária realizada pelas atividades desenvolvidas nas propriedades dos médios proprietários.

Nesse relato, ficam evidentes as interações que eles mantinham com a propriedade da terra e as representações de proprietários e não proprietários.

Eu nasci lá na volta do rio meu pai chamava Francisco e minha mãe se chamava Florinda. Eu nasci em 1960 e fiquei lá até 1988 quando eu mudei pra aqui. **Meu pai era dono de terreno lá.** O terreno era dele mesmo e nós trabalhava lá. A gente plantava as coisas feijão e tinha uns vizinhos lá também que tinham as **propriedades o Sr Leopoldo.** Nós tinha vizinhos como, Adélia, Júlia e tinha e os irmãos e também tinha esses dois (irmãos) **já era meeiro e o outro era proprietário.** Olha, a gente tinha vizinhos mais distantes, tinha tal Miro que morava na lagoa do Arroz, tinha Monte Alegre e morava meu primo Belo, também **era proprietário.** Os moradores de lá não não queriam sair de lá, minha mãe mesmo chegava adoecer quando falava com ela que era para vir para cá. **Ela não queria de jeito nenhum porque nosso terreno lá era muito bom, não sabe? Era irrigado, a gente plantava, minha mãe plantava muita horta e a gente ainda moía a seca toda, a gente não queria sair de lá não ninguém queria sair.** (N.O.S., 2023, grifos nossos).

Os pequenos proprietários de sobrevivência tinham o trabalho como elemento fundante numa dimensão essencial da ação humana. O trabalho possui uma forma social específica em conformidade com as relações de grupo, o que garante o modo de produção perceptível por uma população que era, na sua maioria, camponesa e ribeirinha e que desenvolvia a agricultura pelo próprio labor familiar representado por aqueles que utilizam os meios de produção. Segundo a/o informante, havia dentro da família relações de trabalhos diferentes, com papéis sociais diversificados. Os meeiros que não tem a posse da terra e os pequenos proprietários são a fração que detém os meios de produção, ou seja, os donos da terra. Aqui é oportuno referir-nos, mesmo que sucintamente, a respeito das relações que operam na comunidade. No relato de N.O.S. (2023), existia uma divisão social do trabalho, representada por proprietários e meeiros, um exemplo de assimetria.

Conforme nos aponta o/a informante, as maiores extensões de terras concentram-se nas fazendas de “Sr. Armando do Angico, Sr. Euripio, Sr Lípio, Sr. Leopoldo e Sinhozão. Esses eram os grandes donos de propriedades” (E.M.S., 2023). O domínio das áreas estava em posse de uma parcela diminuta que detinha o controle e a renda das terras, através das práticas agrícolas e da pecuária. O negócio era lucrativo e nutria a ganância dos grandes proprietários que se instalavam na Lagoa do Mato e aglomerados. De forma similar, o Brasil é destaque por intensificar e causar desigualdade social quando uma classe dominante é

protegida pelas benesses do Estado brasileiro, envolvendo a propriedade da terra e das relações de produção fruto do capitalismo.

A questão recai sobre os interesses da classe burguesa, envolvendo a propriedade, o acesso e o uso da terra como elementos presentes na história das sociedades de classes. Um caso específico é o da realidade brasileira em que a propriedade da terra, relacionada aos fins econômico e político, foi responsável por intensificar os processos truculentos advindos de uma classe operante de meios de produção e de riqueza, dispondo de diferentes possibilidades de exploração, aquisição e concentração nas mãos de latifundiários que exerceram violento poder de dominação sobre os trabalhadores do campo de forma desigual e contraditória.

As condições das terras do Vale e dos rios favoráveis ao plantio foi um dos fatores que ocasionou a concentração de latifúndios na região, tratados por E.M.S. (2023) como os “grandes proprietários”. Segundo informações do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Paramirim (PDRHBP), existia a concentração e subdivisão dos proprietários de terra. As motivações dos primeiros ocupantes eram fixar-se em um determinado lugar e constituírem propriedades com interesses diversos, esse movimento para alguns foi ocorrendo de forma intencional, levando em consideração a viabilidade econômica e de permanência na terra.

As áreas de maior fertilidade, recursos hídricos abundantes, de mais fácil acesso e dotados de infraestrutura de razoável qualidade são propriedades poucas. Os minifúndios, de até 100 ha, representam 94,88% dos estabelecimentos, mas detém apenas 32,68% da área total da Bacia do rio Paramirim. As médias propriedades -100 a 1.000 ha- são 4,75% dos estabelecimentos rurais e somam 30,30% da área total. As unidades de grande porte, situadas na faixa acima de 1.000 ha, são 0,37% em números absolutos e concentram 37,02% das terras disponíveis. (BAHIA, 1995, p. 54).

Como apresentado no documento Bahia (1995), do PDRHBP, existia na Bacia do Paramirim³¹ uma concentração de latifúndios que prosperavam em consequência de maior fertilidade e de recursos hídricos abundantes, o que favoreceu a distribuição das terras da referida Bacia. Conforme Neves (2016, p. 252), “[...] enquanto sucessões de heranças das famílias numerosas fracionavam, a dinâmica comercial recompunha latifúndios, mantendo o predomínio numérico das pequenas e médias propriedades”. Esse fato ocorre na bacia, inclusive na área em que estamos nos referindo às comunidades atingidas pela atual barragem do Zabumbão. Segundo os dados do estudo do Plano Diretor, “O fato é que desde a estrutura

³¹ O Território de Identidade Bacia do Paramirim localiza-se integralmente no semiárido baiano, no chamado Polígono das Secas. É composto por nove municípios: Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo, com área total de 10,1 mil quilômetros quadrados.

fundiária da ocorrência de minifúndios nas áreas menos férteis e mais isoladas se localizam culturas de subsistência, há uma grande concentração de posse e uso das terras na bacia do Paramirim” (BAHIA, 1995, p. 54).

Por entendermos como uma categoria se assemelha com as relações da organização de classes é que empregamos o termo "categoria proprietários de minifúndios", relacionando de forma concreta com a realidade apresentada. Concernente a esse tema tão caro ao Estado brasileiro está o olhar crítico e propositivo de Erivaldo Fagundes Neves em seu livro **Uma Comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio** - um estudo de história regional e local, que discute com ênfase às experiências e os desafios nos respectivos estados e regiões do Brasil, além do olhar da totalidade sobre a questão fundiária e as configurações da propriedade, da posse e da exploração da terra durante a colonização e a consolidação do Estado Nacional, avaliando o caso particular das histórias dos sertões da Bahia.

Para o autor, a noção de minifúndio se flexibiliza com a interveniência de vários fatores, como intensidade da ocupação econômica e dinâmica comercial da terra. Consideramos, então, que os proprietários de minifúndios eram constituídos pela aquisição de terras, posto que,

As pequenas propriedades estabelecidas desde o início do povoamento, sobretudo após o declínio minerador de finais do século XVIII, superaram numericamente as grandes, com predomínio da policultura agrícola, que crescia enquanto a pecuária declinava. Apenas nos baixios do São Francisco se mantiveram as grandes fazendas, perfil regional que não se modificou nos cursos dos séculos XIX e XX. (NEVES, 2008, p. 252).

Conseqüentemente, as pequenas propriedades de minifúndios ultrapassam os latifúndios. Essa distribuição pode ser também comparada e analisada a partir do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Paramirim e dos estudos de Jambeiro (1973). O que justifica essa superação seriam as condições das propriedades que apresentavam áreas de maior fertilidade, recursos hídricos abundantes e de fácil acesso. A pesquisa de Marúcia de Brito Jambeiro (1973), apresentada em seu livro **Engenhos de rapadura** analisou a evolução histórica dos diversos tipos de engenhos que existiam no Brasil, em especial no município de Paramirim, pelo fato de possuir o maior número de engenho de rapadura do estado da Bahia.

Ao fazer a amostragem da distribuição de propriedades por classe de imóveis em Paramirim, assim como na Bacia do Paramirim, os minifúndios superaram em número de hectares. Contudo, ao observar a divisão de classes, notamos que há elementos que coadunam com uma sociedade desigual. Os latifúndios eram em menor quantidade, entretanto, a quantidade de hectares era quase a metade correspondente aos minifúndios, ou seja, muita

terra concentrada nas mãos de 36 (trinta e seis) proprietários, o que confirma os interesses de quem queria a barragem, pois as vantagens seriam incalculáveis, como nos mostra o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Distribuição das propriedades por classe de imóveis em Paramirim, no ano de 1967

Classe	Nº de proprietários	Ha	% ha
Minifúndios	1.962	19.524	60,8
Latifúndios	36	11.543	35,9
Empresas rurais	4	1.048	3,3

Fonte: IBRA (1967) *apud* Jambeiro (1973, p. 93).

Com efeito, o minifúndio no Brasil caracteriza-se como um perfil de médios e pequenos proprietários de terras que cultivam lavouras e mantém criatórios de animais. Convém esclarecer que o proprietário de minifúndio que exerce alguma atividade produtiva não é totalmente burguês, o proprietário de minifúndio considerado burguês é aquele que controla o trabalho gerenciando, não faz parte do trabalho produtivo, independente do tamanho do seu capital e onde ele é investido, nesse caso, é um capitalista em fase de acumulação, pois ele concentra o capital para se desprender do trabalho.

Pelas características, o proprietário de minifúndio que exercia alguma atividade produtiva também tinha a conciliação das atividades das próprias famílias, e ainda, podia envolver a mão de obra de outros que vendiam a própria força de trabalho. Esse processo foi concebido também na Bahia e, por que não dizer, em Lagoa do Mato, Paramirim. Sendo assim, Neves (2016, p. 252) completa,

[...] da força de trabalho; os que produziam a subsistência na pequena propriedade com o próprio trabalho e o da sua família, contratando, ocasionalmente, diaristas ou sendo acertados na mesma condição por outros proprietários; os senhores de pequenas e médias glebas, que ampliavam a produção familiar com a força de trabalho de um ou de poucos escravos, podendo dispor de meeiros e contratar diaristas nos serviços da lavoura e dos diminutos criatórios de bovinos, equinos, ovinos, caprinos e suínos; os senhores que empreendiam a pecuária em uma ou mais unidades agrárias, a policultura e algumas monoculturas com a perspectiva de excedentes comerciais; e no topo da pirâmide, poucos grandes fazendeiros, alguns absenteístas, vivendo nos arraiais e vilas, ou em cidades distantes, empreendedores da pecuária extensiva, produzindo o auto-suprimento em cada unidade.

Nessa circunstância dá-se a formação da sociedade no que convém à estrutura produtiva. A propriedade da terra constitui fator de poder na interação com o controle da força de trabalho, na dinâmica e no domínio fundiário responsável pela estratificação de meeiros e agregados. Muitos dos minifúndios na Lagoa do Mato eram explorados na agricultura e na

pecuária com a prática de excedentes. O excedente da produção de alimentos era vendido nas feiras livres da região, uma característica marcante que representava o aproveitamento do solo, através do plantio de hortaliças, apicultura, criação de aves, piscicultura, fruticultura e qualquer atividade que dependia de pouco espaço e muita mão-de-obra.

Na organização social na comunidade da Lagoa do Mato havia divisão de classes na categoria não proprietários, as relações de trabalho repercutiram nas formas mais diversas. O meeiro era uma figura marcante no contexto tratado. Diferentemente de proprietários, essa fração de classe não detinha o título da terra, era um agricultor que se ocupava de várias tarefas, desde o preparo da terra à colheita, em geral, ele só entrava com a força de trabalho; ao final a produção, ao tirar as despesas, a divisão era em meia, ou melhor dizendo, em metade, entre proprietário da terra e ele.

[...] a vida da Lagoa do Mato era muito difícil, **tinha que trabalhar de meeiro porque a gente não tinha terra**. E aí a vida de meu pai era sofrida só tinha ele e eu. Sempre saía para o mundo para ganhar meu dinheiro porque eu tinha precisão e os outros eram os mais pequenos ficar dentro de casa ali cada um fazendo uma coisinha e levando a vida o que eu tenho de recordação é essa. (J.T.A., 2021, grifos nossos).

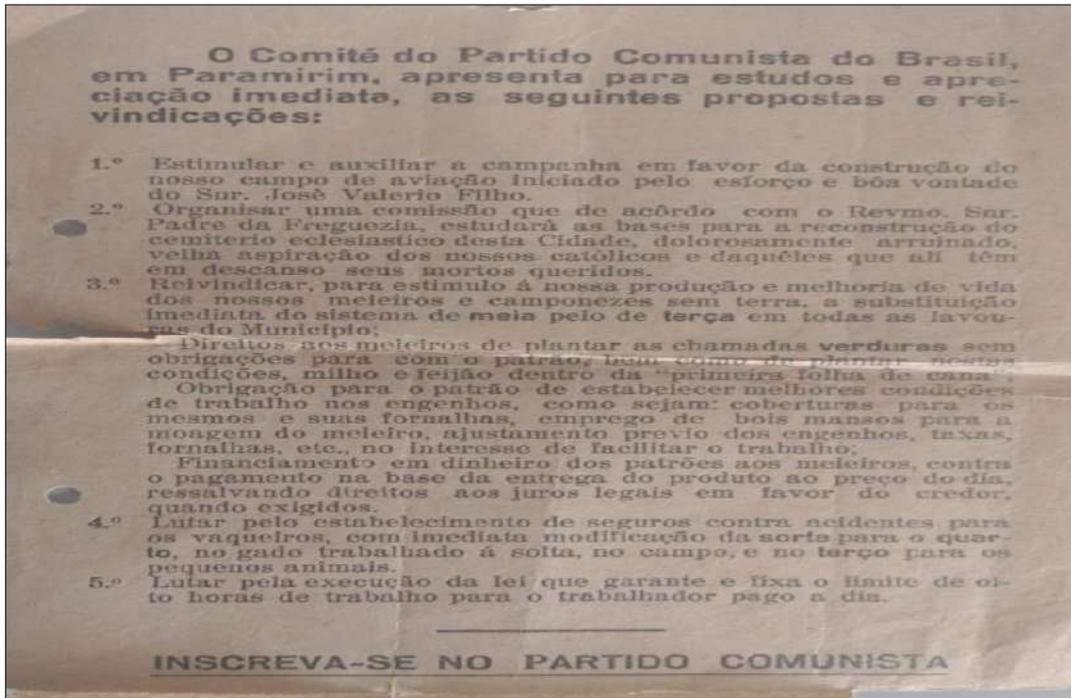
Com base na fala do/a informante, a opção em ser meeiro estava relacionada ao fato de não possuir a propriedade da terra e ter a necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar. Essa situação constituiu para muitos da Lagoa do Mato a única opção, até mesmo porque é um trabalho comum em comunidades tradicionais onde o ofício do pai é seguido posteriormente pelos filhos que, por vários motivos, não permitem a mudança daquela realidade, principalmente por causa da condição financeira. Como uma imposição do próprio ciclo de produção, ao chegar a entressafra, período determinado pelo fim da colheita até o início do novo ciclo produtivo, ocorria um fato corriqueiro entre alguns moradores que era a saída para grandes centros urbanos, como São Paulo, tentando a sorte, uma vez que não dispunha de outras oportunidades de suprir as condições de vida na comunidade.

Esse fato acarreta várias situações para os ribeirinhos e camponeses, um dos exemplos desse fenômeno é o aprofundamento da divisão social e acumulação primitiva, avançando a divisão social do trabalho e a exploração, levando trabalhadores da terra a buscar novas formas de sobrevivência como trabalhadores assalariados. Nessa nova conjuntura, alteram-se as relações sociais de trabalho, ainda denotam formas e modos de vida que se distanciam por várias barreiras das condições de vida no campo.

Quando se trata ainda do trabalho de meeiro, este já era reconhecido como prejudicial e esgotante, podendo ser observado em um movimento do comitê do Partido Comunista do

Brasil, em Paramirim, que apresentou propostas, estudos e reivindicações com relação ao homem do campo, em especial ao meeiro, como mostra a Figura 7.

Figura 7 – Proposta do Partido Comunista do Brasil em Paramirim-Ba, década de 50



Fonte: Neves (2023).

Do ponto de vista da militância, o cartaz da Figura 7 traz a confirmação da existência dos minifúndios e dos latifúndios. Nos itens 3º ao 5º do referido texto, são cobradas melhorias para os meeiros e as camponesas sem-terra e, também, para aqueles que trabalhavam nos engenhos, com o objetivo de lutar pela execução de leis que garantissem e fixassem o limite de horas de trabalho e o valor pago por dia. Essa proposta de uma célula do Partido Comunista de 1950³² já sinalizava a classe trabalhadora que ocupava os espaços rurais em Paramirim. Levando em consideração o contexto da vida dos trabalhadores rurais na Lagoa do Mato, é preciso compreender qual o papel e a posição social que ocupavam naquela realidade em que estavam inseridos. Essa explicação, contudo, leva a entender o funcionamento daqueles que trabalhavam e da reprodução da totalidade do processo social que lutavam

³²As reivindicações eram no sentido de uma melhor distribuição de terras, da extensão de previdência social aos trabalhadores rurais e do aumento de salários. "A população camponesa, constituída por milhões de meeiros, agregados, arrendatários, sitiantes, posseiros, colonos, assalariados agrícolas, vaqueiros, peões, etc., que representa 63% da população brasileira, na sua maior parte não possui terra e vive brutalmente explorada, privada de quaisquer direitos e submetida ao arbítrio dos donos dos latifúndios, seja nas fazendas, estâncias de criação de gado, engenhos e usinas de açúcar. Milhões de camponeses vivem na miséria, abandonados ao analfabetismo, vítimas de endemias, descalços e seminus, morando em choupanas" (PORPHIRIO, 2018).

diariamente em atividades ligadas à terra, em condições para produzir, para comer, para trabalhar, desenvolvendo a agricultura.

As configurações referentes às relações de produção do proprietário de minifúndio e do meeiro eram bem definidas, de modo que a organização do trabalho, entre seus membros, projetava a base material.

A lavoura de meia, que ainda se pratica, tornou-se, por um lado, estratégia de sobrevivência dos que não dispunham de recursos para arrendar e explorar a terra; por outro, um recurso de se contornar o assalariamento, dificultado pela restrita circulação monetária que forçava a troca simples; e alternativa de mão-de-obra por baixo custo, com a possibilidade de ainda baratear no fornecimento alimentar do meeiro e na compra de eventual sobra da sua metade na safra, depois de quitada a dívida contraída durante o ano e talvez restos de anos anteriores. (NEVES, 2016, p. 240).

Por esse motivo, as relações entre os proprietários das terras e os meeiros eram determinadas pelas diferentes relações de trabalho. Por um lado, o dono da terra que determina as condições de trabalho e, por outro, o trabalhador que executa as atividades: “Nois tocavamos a roça com Armandinho (dono da fazenda) (M.L.A., 2021)”. Esse “tocar roça” na linguagem do homem do campo referia-se à prática laborativa de plantar e colher. Trata-se de um meeiro ou agregado que tinha o uso da terra, mas não a sua posse. Esse fato não elimina a ligação íntima e o vínculo da terra, portanto, uma forma de trabalhar no campo e de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma determinada cultura.

O meeiro é uma figura comum nas propriedades rurais do Brasil, sua relação de trabalho é frequente, pois permite certa estabilidade dentro do quadro de rentabilidade e possibilita que o proprietário assegure a produção com poucos gastos. Na Lagoa do Mato, o meeiro plantava o que o dono mandava, recebia a terra e junto com ela todas as responsabilidades da mão de obra gratuita de seus familiares. Ao final da colheita, toda a produção era vendida e, após tirar os gastos com sementes e despesas da produção, o que sobrava era dividido ao meio.

Outra fração de classe que aparece nas entrevistas é a composta por aqueles que não se apresentavam nem como proprietário e nem como meeiros, distintos da população que era composta por camadas diferenciadas pelo uso da terra e dos outros meios de produção, incluídos homens e mulheres. Havia trabalhadores eventuais, parceiros, agregados, trabalhadores assalariados (empregados permanentes e empregados temporários). Levando em consideração a divisão social do trabalho, depreendemos que, em uma única propriedade, poderia haver várias famílias, inclusive as constituídas pelos filhos casados que viviam com os pais. No entanto, havia, sem exageros, evidências de homens e mulheres que defendiam

duramente o sustento através das atividades desenvolvidas na roça, como trabalhador/a por dia e prestador/a de serviços nas fazendas da região.

Você sabe que naquele tempo as coisas eram muito difíceis, mas dava para a gente viver. Trabalhava na roça, fazia uma lavoura vendia, levando a vida desse tipo, plantava uma cana, fazia rapadura, plantava feijão, fazia muita horta, criar um porquinho, galinhas. Era isso aí, vivia lá, era isso aí. A gente só vivia disso mesmo, **do dia de trabalho, não tinha outra fonte de renda** a não ser isso aí, [...] Naquele tempo era tudo nas costas do animal se não fosse não tinha como *fazer nada na verdade até um escoamento de cereal que a gente fazia* tinha que ser no lombo de um animal. Tenho algumas lembranças que teve muita cena boa e muita cena ruim também né. (J.T.A., 2023, grifos nossos).

Nesse caso, segundo o entrevistado, o trabalhador por dia, na perspectiva da organização social, era considerado informal, como uma forma de assegurar de alguma maneira o sustento e como uma única fonte de renda, oferecendo sua mão-de-obra em troca de uma remuneração. O trabalho era árduo, pois as condições da época não ofereciam equipamentos e nem maquinário para ajudar no escoamento do que plantava. Esse relato expressa a realidade de uma sociedade capitalista em que os meios de produção e distribuição têm como vistas a repartição de mais-valia na produção de mercadorias, posto que o trabalho produtivo gera valor que é expropriado pelo capitalismo. O trabalho, em sua concepção mais ampla, é uma atividade intrínseca ao ser humano, resultado do processo social criado para suprir as necessidades.

A rotina dos trabalhadores rurais é exaustiva, usam a força física para realização das atividades na roça, tão logo as relações de trabalho se confundem com a própria história de vida, como consta neste relato sobre o assunto,

A minha história de vida, na Lagoa do Mato é a seguinte: eu nasci e criei lá comecei a trabalhar na roça, né? A atividade nossa na roça era trabalhar com cana, fazer rapadura e plantava feijão, milho, arroz. **Eu trabalhava por dia quando achava serviço o que era muito difícil** naquela época a gente ia vivendo nessa situação. (J.A.C., 2021, grifos nossos).

Com relação à esfera produtiva, existiam na comunidade várias atividades, entre elas o trabalho eventual. Os entrevistados J.A.C. (2021) e J.T.A. (2023) trabalhavam por dia em uma rotina exaustiva, devido às condições da época. Não havia máquinas, as atividades eram desenvolvidas manualmente ou através de animais.

Pensar nas relações de trabalho em Lagoa do Mato também é conjecturar sobre a relação entre proprietários, meeiros e donos de engenho, a partir da compreensão do modo capitalista de produção como um exercício de reflexão e discussão. Os trabalhadores

denominados como agregados eram aqueles que prestavam serviços pontuais, ou não, na época de chuva e na época da colheita.

Dentro das relações produtivas haviam tipos de relacionamentos diferentes, a posição do parceiro era diferente do meeiro em algumas situações. O parceiro tinha as mesmas obrigações do meeiro, o que os diferenciava era a relação, pois, ao final de plantar, colher e cuidar da terra tudo era dividido, assumindo na mesma proporção entre ele e o proprietário, isto é, os riscos e os lucros, quando havia. Segundo os informantes, no período em que a safra não era boa, ambos tinham que assumir os compromissos, sem margem de lucro, pois não sobrava quase nada.

Outro tipo de relação que estava presente na organização dos trabalhos no campo era a dos trabalhadores assalariados (empregados permanentes e empregados temporais). Os primeiros, caso desenvolvessem as mesmas funções já referidas, assim como o agregado que podia morar, ou não, na propriedade, a rotina, para muitos deles, era a mesma de cuidar dos animais e da terra. Nas propriedades que possuíam engenho, esses trabalhadores ainda tinham responsabilidades na época da moagem. No caso dos empregados temporários, ocasionalmente, no período da safra, a relação deles com o trabalho era bem característica a qualquer outro, as atividades eram as mesmas, contudo, difere apenas no tipo de relação.

As diversas entrevistas consultadas trazem informações de como a comunidade se organizava nas relações de trabalho. Constatamos que homens e mulheres foram impostos a situações diferenciadas quando produziam sua própria existência material, é por meio do trabalho que existem e que produzimos os meios para nos manter vivo (MARX; ENGELS, 2007). As atividades produtivas na Lagoa do Mato, ou seja, o modo e a finalidade, foram alteradas por interesses e objetivos de um projeto político e econômico na figura dos entes representativos da esfera federal e estadual. O estado, representado pela Codevasf, também geria o desejo dos grandes proprietários, pois a barragem beneficiaria a um grupo minoritário, nesse caso, os proprietários de minifúndios que detinham os ativos para produção de riqueza das terras da Lagoa do Mato, o que acarretaria uma valorização das fazendas, ao mesmo tempo em que aumentaria o potencial de produção agrícola. Existiam evidências de que os interesses políticos estavam associados aos econômicos.

Os interesses difusos com relação à construção da barragem estavam no cerne da questão do jogo político entre os governos estadual e federal, que teriam interesse em implementar a irrigação e, posteriormente, a ampliação do sistema de abastecimento de água - esses projetos também traziam benesses a prefeitos e governadores. E ainda havia os grandes

proprietários, que também teriam privilégios com a barragem, tanto com a irrigação de suas terras e a supervalorização, como com a prática da agricultura em grande escala.

A inundação ocasionada pela barragem abrangeu todas as propriedades, todos os moradores, de certa forma os impactos foram muitos, embora ela hoje tenha seu papel econômico, social, entre outros, focamos em tratar de uma comunidade expropriada em todos os sentidos. Ao analisar o nível de impacto para a classe trabalhadora, são notórios os sinais dos mais prejudicados; esse fato ocorreu em níveis de abrangência, pois, para a classe dos não proprietários, dos meeiros, dos agregados entre outros, que detinham a propriedade da terra unicamente para plantar e defender sua sobrevivência, foi cruel e com implicações constatadas até hoje no modo de vida. Para os pequenos proprietários também houve muitos impactos, principalmente porque os acordos não cobriram os valores justos das propriedades, sem mencionar as questões que o dinheiro não paga.

A terra, para os proprietários minifundiários, era concebida como negócio lucrativo, eles tinham interesse para além daquela terra. Para eles, a terra seria um patrimônio, um negócio lucrativo, enquanto que as outras representações de classe estavam condicionadas a vínculos não só da permanência familiar, mas da propriedade, também da lembrança, da história e das relações representadas pela terra. De forma elucidativa, para os minifúndios, abrir mão de um pedaço de terra ou fazer qualquer outra movimentação de capital não modificaria a vida, pois a relação material desses proprietários que não têm vínculo de pertencimento, de memória, de história, que não têm família ligada ao trabalho, continuaria a mesma coisa, diferentemente do meeiro, dos pequenos agricultores de sobrevivência, entre outros.

Olhando para a realidade da comunidade (população), fica evidente, em todos os sentidos, como ela foi afetada. Os vestígios ainda são nítidos, como prova de uma história e de uma memória marcada e carimbada pela execução de um projeto político que afligiu homens e mulheres. Esse projeto destruiu terras, o maior bem daquele povo, além de quebrar o comprometimento no campo das relações sociais e de laços afetivos. Sem dúvida, com a construção da barragem, a memória e a história da comunidade foi submersa pelas águas do Zabumbão num processo de expropriação penoso e desumano, só restava à comunidade unir forças para lutar pela permanência na terra. Dessa forma, é necessário demarcar as lutas como elemento importante na constituição de relações econômicas, sociais e tradicionais sobre a terra, como lugar e objeto de disputa. Nesse sentido, assume diversos significados à luz dos interesses de cada grupo envolvido: proprietários de minifúndios, não proprietários, meeiros, caracterizados com uma fração da classe que compunha aquela realidade.

Com efeito, é importante mencionar a relação dos impactados com a memória dos atingidos que viveram o processo de perderem a terra. Desse ponto de vista, há a perda financeira e a relação afetiva. Mobilizar os marcos da memória desses grupos é, em Halbwachs (1990; 2004), compreender esse tecido social com quadros manifestos muito semelhantes, como por exemplo, o desejo de permanência no lugar.

A Lagoa do Mato tinha muita casa, mas era muito longe, a gente vivia só na lamparina, mas era um lugar bom. Um pessoal muito tranquilo, tenho muita saudade de lá, até certo ponto[*choro*]. Aí a gente tem saudade por isso. **Era tranquilo, não tinha aquela correria, aquela ganância que o povo tem hoje, não, mas era sofrido. A gente sofria com prazer, não é igual hoje: facilidade para uns e mais difícil para outros. Naquele tempo você trabalhava, não tinha quase nada**, mas também não devia ninguém. Naquele tempo era assim mesmo, era um pouco mais atrasado, mas a gente tem saudade sim, nesse ponto. As amizades que a gente tinha, morava longe mas tinha mais tempo para as amizade, era junto, hoje a gente mora junto, mas amizade é longe. Porque às vezes eu tô aqui, a pessoas que veio de lá mora aqui, mas a gente não vai na casa do outro bater um papo e lá era longe, mas nós encontrávamos [*choro*]. (J.T.A., 2021, grifos nossos).

A partir desse relato comovente, vemos como o deslocamento forçado se mostrou enquanto elemento traumático na vida do informante. Observamos também uma concepção sobre o passado e o presente que está marcada pelo desencanto com o momento atual em que as relações com os amigos e os parentes sofreram interferências em razão da nova forma de viver. Para J.T.A (2021), vários aspectos da rotina foram mudados, principalmente em referência aos hábitos da comunidade de frequentar a casa de vizinhos e bater papo.

Para o/a informante, a realidade de hoje apresenta-se completamente diferente da anterior por várias possibilidades advindas das atividades na comunidade. A vida daqueles que, por muito tempo, dedicavam-se ao trabalho como a única forma de sobrevivência, é diferente do momento atual, exacerbado de interesses que geram ganância que se caracteriza por deixar as relações mais frágeis.

É perceptível que havia formas de manter as condições materiais naquele lugar, o que permitia uma vida tranquila e com possibilidades para desenvolver diversas atividades em coletivo, inclusive, a agricultura de subsistência, que era o grande foco da comunidade. Além disso, as memórias marcam as relações com o espaço, o trabalho, a diversão, o lazer, a família e os grupos de amigos.

A interpretação dos quadros sociais, portanto, faz-nos compreender que mesmo um grupo, nesse caso, o da Lagoa do Mato, longe das suas tradições, guarda as relações que estão marcadas nas lembranças, uma vez que as imagens recuperam um passado, no qual a

recordação faz emergir elementos de um fenômeno localizado nos marcos de referência que estão ancoradas nas memórias comuns.

Contudo, o fato é que a memória coletiva é compreendida/defendida por Halbwachs (2004; 1990) como um processo de reconstrução no presente, do passado vivido e experimentado por um determinado grupo social. Desse modo, devemos ampliar nossa percepção sobre as memórias que esses sujeitos têm sobre o passado da comunidade, especialmente sua inter-relação com o Rio Paramirim.

A expropriação da Lagoa do Mato marcou um período tenso na história local, isso porque proprietários e não proprietários foram vítimas de um processo violento de saída de seu território tensionado pelas forças políticas, principalmente pelos interesses do governo da Bahia da época. As narrativas são diversas, trataremo-as pelo movimento dialético e histórico, no tempo passado-presente sobre o tema a seguir.

“Vocês vão botar a gente onde”?

Iniciamos esta discussão com a fala de um informante que, emocionado, relatou sobre dilemas e incertezas por não saber como seria o futuro ao sair da Lagoa do Mato. Várias dúvidas pairavam sobre os planos e projetos longe da realidade anterior. Ao certo, podemos inferir que os deslocados enfrentaram muitos desafios e lutas para garantir minimamente os direitos.

A largada inicial da obra ocorreu em 1987 pela empresa Queiroz Galvão, construtora, e pela operadora federal Codevasf, responsável pela idealização do projeto. Em uma das reuniões entre os moradores, o órgão e o sindicato dos trabalhadores, ocorrida em 13 de abril de 1993, o assunto tratado foi sobre as áreas submersas pela barragem do Zabumbão, e uma das perguntas que ficou em aberto foi a seguinte: **Para onde deverão ir aqueles que terão suas áreas e residências submersas?**³³ Um fato que precisa ser mencionado é que, após seis anos do início das obras, muitas das pendências não haviam sido solucionadas, a exemplo das situações dos meeiros, envolvendo acordos e reassentamentos.

Recapitulando sobre os fatos que marcam de forma significativa as vidas dos moradores, a expropriação das terras foi o cerne de todas as questões. Expropriados da posse da terra, desprovidos de condições básicas de sobrevivência e explorados pelos proprietários,

³³ C.f. Documento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim na reunião com a comunidade de Lagoa do Mato Paramirim-Ba, cujo assunto abordado foi sobre as áreas submersas pela barragem do Zabumbão no município de Paramirim, em 13 de Abril de 1993 (Anexo D).

os trabalhadores passaram por um processo de reconstrução até se organizarem para lutar contra as condições impostas.

E o que houve por trás da expropriação em Lagoa do Mato? Assim como uma realidade de vários lugares do Brasil e do mundo, ela constitui-se como aspecto da acumulação capitalista, que se repete continuamente na vida social dos sujeitos. Na lógica do capital, muitas comunidades tradicionais sofreram passivamente os efeitos desse processo. Esse fato foi sentido e vivido com o avanço das obras da barragem, mas, de alguma forma, a comunidade, aos poucos, foi saindo daquele estágio de passividade e acreditando que aquilo era real. A seguir trazemos o relato que também expõe sobre alguns pontos referentes a esse contexto:

Quando começou foi assim, ele chegou (encarregados, engenheiros) falou com a gente, vai fazer uma barragem aqui vai ser muito bom pro cêis nós falava não é bom porque vocês vai levantar nós. Ele falou assim: a gente não vai muito ligeiro não porque nós vamos pesquisar a terra. Aí agora no pesquisar a terra abriram uma cisterna, em tudo quanto é canto. Eles abriram o buraco, o buraco que cabia um tamanho de um quarto, aí ficou... ficou... Meu vô falou não sai não, eles que não tem emprego sai fazendo isso pelo mundo. Mais eles já tava era fazendo pesquisa, olhando. Na época nem falavam pesquisa no tempo a gente nem sabia o que era isso ele só veio olhar, olhando a serra para ver, nós achava que não ia fazer não. Meu pai, falava para meu vô, que acreditava que sim porque já abriu os buracos. Ah! como é que não vai, o senhor vai ver. Aí agora quando pensou que não eles foi chegando aos poucos querendo saber o nome dos moradores. Daí um pouco sumiu de vez. Aí agora nós ficamos tudo alegre porque ele suverteu (sumiu) de lá. Quando pensou que não chegou esse padre Arante falou o que vocês resolveram? Nós respondeu que não vamos sair do nosso terreno não, do nosso criador, nós nascemos e criamos aqui. Nós criamos aqui no nosso terreno, nosso lugar. **Vocês vão botar a gente onde?** porque a gente tem um terreno de nós viver, nós precisa de nosso terreno. Para nós viver nós precisa da casa precisa de sair tudo bem amparado porque ninguém precisa sair com a mala na frente e outra atrás, uma mão adiante, outra atrás desse jeito aí. Nós tudo falou, aí agora ele falou, não a gente vai botar vocês num lugar bom. (M.L.A., 2021, grifos nossos).

Não resta dúvida de que eles não estavam preparados para uma expropriação, principalmente porque essa mudança é imposta sob a força de um sistema perverso que não prima pelos interesse da classe trabalhadora, mas pelos interesses de classes detentoras do controle social. O relato de M.L.A. (2021) mostra que a grande preocupação estava direcionada às terras, às casas e às condições de trabalho. O ponto de partida dessa discussão é que esse percurso gerou a “luta pela permanência na terra”.

Havia insegurança com o futuro, principalmente por conta de algumas questões que se apresentavam: “onde morar?” “E o nosso terreno?”. Proposições que não foram respondidas pela Codevasf. Esse silêncio contribuía para a naturalização do sofrimento e das incertezas

referentes ao futuro que incidia justamente em perder tudo o que haviam construído ao longo da vida.

Da luta pela permanência na terra, o processo de retirada da comunidade foi intenso e traumático. Essa trajetória começa, propriamente, muito antes da desapropriação; inicia com a proposta da irrigação que a futura obra traria para o Vale do Paramirim. Mas afinal, quem se interessava pela construção da barragem em Paramirim? Segundo a tradição oral, os fazendeiros proprietários de grandes áreas de terra localizadas próximo ao empreendimento, ainda, a população de Paramirim e os governantes da época, por considerarem uma forma de progresso.

Não há dúvida de que existiam interesses difusos com o projeto da barragem. Contudo, os fatos apresentados pela entrevistada E.M.S. (2023) levam à compreensão de que este não era o desejo da comunidade. Como pode ser constatado,

Os grandes **proprietários estavam interessados em vender suas terras para garantir seu dinheiro na área abaixo da barragem**. Estavam interessados no projeto de irrigação, e nós sessenta e poucas famílias sofrendo querendo ficar nos seus lugares. (E.M.S., 2023, grifos nossos).

Na esfera do capital, o empreendimento seria de grande importância, haja vista que,

[...] grande parte da economia do Município de Paramirim tem por base a agricultura irrigação por conseguinte, não há dúvida que a regularização do regime fluvial do rio Paramirim, para ampliação das áreas irrigadas, trará grandes benefícios à região e mesmo ao próprio Estado da Bahia. (CODEVASF, 2006, p. 06).

Em uma leitura sobre os fatos, a questão não implicaria somente nos benefícios. Sem dúvidas, não há argumentos contrários sobre ampliação, regularização e abastecimento, o que se coloca neste estudo é sobre o ponto de vista dos processos de uma expropriação, levando em consideração as reais condições históricas e materiais que a comunidade passou ao longo de décadas, como um processo completamente insensato, provocando batalhas em nome de um “progresso” naturalizado por razões próprias. Um total de 56 (cinquenta e seis) famílias foram vítimas de um verdadeiro movimento de sequestro em todos os sentidos que permitiu sem nenhum pesar a mudança completa de um modo de vida tradicional. Segundo outro informante,

[...] ah lembro da conversa mas nós fizemos um horror minha irmã para não sair das nossas terras. Foi choro, quase nós bate nesse povo da barragem ... xiiiiii... quase nós bate nesse povo de fora. **Tinha um padre Arante pegou tapiou nós tapiou nós na conversa**. O padre Arante falava que vocês vão viver num lugar bom, vão para a cidade. (M.L.A., 2021, grifos nossos).

Havia tentativas de convencimento sobre as vantagens de viver na cidade, como podemos ver no relato. Isso nos permite inferir que o interesse de alguns grupos concretos, como o governo do estado da Bahia da época, em apoio ao governo federal e aos latifundiários, idealizaram a barragem por vantagens de caráter econômico e político. Havia intenções de convencer a comunidade de que viver na cidade seria melhor do que no campo. Esse discurso leva ao seguinte questionamento: “bom para quem?”. Diante disso, partimos do pressuposto que para a comunidade não seria o melhor caminho, assim como foi comprovado na empiria. A conspiração era que a comunidade aceitasse passivamente a expropriação. É preciso deixar claro que se tivesse cedido no primeiro momento não haveria, por parte da comunidade, as lutas, os protestos, as mobilizações, enfim, tudo seria de forma consensual e teriam mais prejuízos do que já se constata.

A expropriação é um fenômeno causado pelo capital e tira dos trabalhadores o direito de viver na terra. Em muitos casos, para buscar alternativas de sobrevivência, os expropriados passam a vender sua força de trabalho, limitando camponeses a exercerem atividades relacionadas à terra. Esse processo implica a retirada brusca da convivência do trabalho comum, da pesca, do plantio, altera as condições de vida sem possibilidades de viver daquilo que era sua fonte de trabalho e de sobrevivência, porque foram expropriados, privados de suas terras. Especificamente, essa situação foi sentida diretamente pelos informantes, **“Fui para São Paulo, em 1977. Fiquei uns dois meses, tornei voltar, fiquei um pouco, tornei ir [São Paulo], passei lá mais um ano e meio, daí voltei e já comecei a trabalhar”**. (J.A.C.S., 2021, grifos nossos).

Como um processo real, a ida para outros lugares em busca de trabalho e a ocorrência da saída do lugar de origem para outras cidades em função da falta de oportunidades são fatos característicos da força do capital agindo nas comunidades rurais. Esse fenômeno é intensificado quando povos tradicionais, culturas e economias de base camponesa são sistematicamente expropriadas dos meios de subsistência para dar lugar às forças produtivas tipicamente capitalistas, a saber, os meios de produção, nesse caso, “Terra e Água” transformados em força de trabalho. A terra adquire significados diferentes quando comparadas às formas de acesso pelas comunidades tradicionais nos moldes capitalistas. Para a produção do capital, a terra é um bem da natureza, enquanto que a força de trabalho passa a ser uma mercadoria sujeita à apropriação privada. Marx (2023) identificou a força de trabalho como mercadoria.

Analisando a realidade concreta, percebemos que a expropriação alterou o modo particular de vida, “Na comunidade da Lagoa do Mato vivia da roça porque não tinha outra

coisa para gente fazer aí às vezes a gente saiu também para São Paulo para outras regiões para ganhar o dinheiro” (J.T.A., 2021). Esse relato é o exemplo clássico de como a expropriação aconteceu em Paramirim e como consequência destruiu os direitos da classe trabalhadora no contexto da exploração capitalista. No seio do modo de produção capitalista e das contradições entre capital e trabalho, o Estado assume um papel importante na garantia das condições de produção e reprodução da força de trabalho e da preservação dos interesses daqueles que detêm os meios de produção, a fim de concentrar a riqueza socialmente produzida, tanto que as formas sociais de trabalho vigentes no mundo rural foram alteradas com a expropriação.

Esse processo trouxe dificuldades para manter a permanência da comunidade em suas terras, o que fez uma moradora questionar: “**Vocês vão botar a gente onde?**” (M.L.A., 2021, grifos nossos). Os moradores sentiam os efeitos da expropriação que deixavam os grupos completamente à deriva, retiravam direitos sociais da classe trabalhadora. Desse modo, faz-se imperativa a compreensão dos processos na Lagoa do Mato para aprofundar os conhecimentos disponíveis a seu respeito e possíveis desdobramentos na realidade social brasileira, marcada pela relação entre classes sociais com interesses antagônicos.

A disputa entre os interesses das classes sociais está bem reproduzida. Para tanto, os argumentos ideológicos de tal ação de exclusão coletiva justifica o desenvolvimento social e econômico necessários que se pretendia com a barragem, frente às relações capitalistas, o que, contraditoriamente, comprometeria as relações simbólicas de ser e de viver responsável pela permanência na terra, com especial atenção às condições de uma comunidade ribeirinha e camponesa.

Os grandes proprietários de Paramirim o interesse deles era crescer cada vez mais. É onde agente vê que os poderosos, quanto mais eles têm, mais eles querem. E os pobres, quanto menos têm, vai ficando sem nada. E aí, o interesse deles era que essa barragem viesse para irrigação. E eles queriam irrigar as grandes fazendas deles. Então, como eles não queriam pegar a riqueza deles, [a terra] dividir com aquele povo da Lagoa do Mato, então eles não iam querer isso nunca. Por isso que eles não cediam o terreno deles, apenas um hectare, para esse povo. Eles não queriam ceder, porque a ganância do poder, a ganância do dinheiro, para eles era isso. Que a barragem viesse, e com ela viesse o projeto de irrigação. Onde ia ter irrigação, ia ter grande plantio, e eles iam superfaturar. Eu tenho certeza que teve jogo de interesse muito grande. O poder falou um valor mais alto para eles. O poder, a ganância pelo dinheiro era tanta quanto aquele povo humilde, analfabeto da Lagoa do Mato soube se unir. Porque hoje está aí, eles nem quiseram buscar, na verdade, saber essa barragem vai ser construída para quê, qual a finalidade. Eles nem quiseram saber para quê. Eles só queriam derrubar mesmo, porque vai irrigar meu terreno, vai irrigar meu terreno. (M.O.C., 2023, grifos nossos).

A questão reside nos interesses que podem ser analisados nos fundamentos da sociedade do capital. O sonho da irrigação para os latifundiários que dispunham das condições de produção, nesse caso, a classe dominante, composta por um grupo minoritário que detinha os ativos para produção de riqueza das terras da Lagoa do Mato acarretaria numa valorização das fazendas, ao mesmo tempo em que o potencial de produção agrícola também aumentaria com as terras irrigadas. Em decorrência disso, os proprietários seriam beneficiados, inclusive, com propostas de arrendamento das terras com finalidade agrícola, entre outras situações. Existiam evidências de interesses políticos que estavam associados aos econômicos. Esse fato permitiu a efetivação do projeto e a aceitação por parte dos proprietários que almejavam seus terrenos irrigados e, como consequência, a agricultura de larga escala.

Os relatos aqui apresentados pelos entrevistados M.O.C. (2023) e E.M.S. (2023) esclarecem sobre o jogo de interesse, podendo citar alguns envolvidos como o prefeito da época, os vereadores, os latifundiários, a população de Paramirim, o governo do Estado, a Codevasf e o Dnocs. Estava nítido o papel da Codevasf nessas lutas concentradas na defesa dos interesses dos proprietários de terra, usando dispositivos de coação e ameaça para pressionar a expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras. À medida em que os trabalhadores eram expulsos de suas terras, a classe dominante se beneficiou, pois foram os primeiros a serem pagos, pois eles detinham o título da propriedade. Aqui, levantamos um ponto indiscutível de que a luta de classes foi a luta dos trabalhadores contra os interesses dos grupos dominantes, ou seja, o Estado e seus aliados.

No relato a seguir há elementos, não os únicos, que apresentam uma população vulnerável, oprimida por interesses não comuns com os da comunidade,

E aí, eu me questiono, sempre eu me pego questionando. Por que o governo da época, o prefeito da época, por que a Câmara de Vereador da época não uniu para fazer a desapropriação para o povo da Lagoa do Mato? Por que não se uniram para tentar desapropriar pelo menos um hectare desses grandes proprietários para o povo da Lagoa do Mato? [...] Nós já sabemos que não ia irrigar terreno coisa nenhuma, que essa barragem estava sendo construída para consumo humano. E até hoje, eles estão aí com suas propriedades. Eles fizeram foi perder, porque em muitos lugares não dá para irrigar mais. A água do rio hoje passa pouca. Quando chega na seca, fecha suas comportas. Cadê? Então essa barragem não é para irrigação. E eles não buscaram saber isso. E onde é que está esse povo hoje que não luta para irrigação? Onde é que está esse povo hoje que está deixando a água embora para outras cidades? Eles não sabe nem lutar. Infelizmente não sabe. (M.O.C., 2023).

O contexto dessa história leva a várias situações conflituosas, a de quem queria a barragem em oposição a de quem não queria. No desenrolar dos fatos, há situações de muita tensão que surgiram com a expropriação, um fato real para a comunidade, gerando sentimentos diversos no que diz respeito à omissão dos envolvidos na questão da desapropriação.

Ocorre que as lideranças políticas citadas por M.O.C. (2023) também tinham desejo real no projeto, tudo conspirava para uma luta travada pela comunidade para defender a terra onde ela vivia. Esclarecendo o que a informante apresenta sobre o objetivo da barragem, o projeto executivo realizado em 1982 pela empresa Themag Engenharia com a construção concluída em 1998, teve como objetivo inicial a irrigação e o abastecimento de água dos municípios de Paramirim, Botuporã, Caraíbas, Caturama e Tanque Novo. Com várias questões trazidas, ainda referimo-nos aos problemas atuais e de lutas que a população de Paramirim enfrenta sobre o projeto de abastecimento extensivo a outras cidades, questão que será tratada na sétima seção.

O que se sabe de concreto é que há uma memória de luta da comunidade, esse fato é evidenciado pelo informante,

Hoje, eu vejo assim, o povo da Lagoa do Mato deveria ter muita mágoa da população em geral de Paramirim. Porque essa população deveria ter abraçado aquela comunidade. **Todas as autoridades deveriam ter abraçado aquela comunidade.** Deveria ter reconhecido, vocês já estão nos doando a história de vocês. Vamos abraçar vocês e vamos lutar junto com vocês pra vocês terem uma vida melhor. (M.O.C., 2023, grifos nossos).

O medo e as dificuldades iam aumentando, levando à conclusão de que lutar contra a construção era um embate muito difícil, mas precisava assegurar o que eles já tinham, e a sensação era de que fossem perder todo esforço de uma vida que era cuidar da terra. Nesse sentido, havia também um entendimento de que a barragem traria benefícios para a população com a distribuição de água. Segundo a informante M.O.C. (2023),

A gente não era contra a construção da barragem porque a gente sabia que ia ter um benefício para a população. Mas assim, a gente já estava cedendo a nossa história. A gente já estava deixando o nosso berço onde aquele povo nasceu, onde aquele povo criou, seus ancestrais, a história. Agente já estava cedendo, cedendo, tudo pra a população, para o povo.

Esse relato emocionado apresenta, de certa forma, o reconhecimento de que a barragem traria benefícios para Paramirim. A questão de ceder não estava tão somente relacionada com os bens materiais, contudo, as maiores implicações seriam as de cunho simbólico. Há questões muito sensíveis envolvendo o relato de M.O.C. (2023): uma perda

irreparável, a história, a tradição de um grupo camponês, a relação de amor dos trabalhadores com a terra, os hábitos, as maneiras com que as pessoas viviam e a história na totalidade dessas relações, até os acontecimentos no mundo do trabalho e os conflitos coletivos e individuais. A nossa sensibilidade para a importância de tais fatos e nosso entendimento é de que a história estava marcada pelas relações dos grupos que ali se encontravam, uma vez distanciando dela, também distanciada da experiência sentida e vivida.

“ A nossa luta era casa por casa, terra por terra, essa era a voz do povo”

Primeiro **que o povo não queria dinheiro, o povo queria terra**. Porque o que o povo sabia era plantar e colher. O povo não sabia ter outra coisa, não. O povo não sabia lidar com o dinheiro, não. Dinheiro pra quê? Comprar onde? Comprar o quê, terra? (M.O.C., 2023, grifos nossos).

Um fato que precisa ser esclarecido é sobre o motivo da luta, obviamente que durante a trajetória várias situações iam surgindo, isso porque, ao “lutar pela terra”, implicavam também questões particulares e coletivas que surgiam com a expropriação. Esse fato não é algo isolado e vivenciado somente pela comunidade da Lagoa do Mato, está marcado historicamente ao longo da evolução humana com grupos camponeses, famílias sem-terra, comunidades quilombolas, povos indígenas, entre outras. Logo, referimo-nos aos conflitos dos atingidos por barragens. Essa distinção ajuda-nos a compreender que o embate pela terra transcorre por motivos e finalidades diversos em todas as regiões brasileiras, porque não dizer do mundo. A luta pela permanência na terra foi um movimento desenvolvido pela comunidade com o objetivo de resistir contra a expropriação. Os conflitos aos quais nos referimos são travados pelos trabalhadores que vivem de algum modo da terra e de diferentes instituições que engajam na defesa dos que precisam da terra para viver das mais diferentes formas, construída dos pequenos proprietários, dos arrendatários e dos posseiros para resistem na terra, juntamente com as lutas dos trabalhadores assalariados.

Notadamente, para a comunidade, a terra estava além de um valor monetário, o dinheiro não pagava os encantos e preciosidades daquele lugar, era indescritível a relação de verdadeiro apego, era o bem comum e de sobrevivência, a vida fora daquele ambiente provavelmente seria a interrupção de um ciclo, a informante, acrescenta, “[...] **e nós sessenta e poucas famílias sofrendo querendo ficar nas terras**” (M.O.C., 2023, grifos nossos).

O desejo de permanência era algo comum, enquanto que, a saída era algo forçado, configurando como expulsão do seu território, e a supressão de seus meios de subsistência não é uma condição meramente histórica, é também a negação e perpetuação de um sistema capitalista que oprime os sujeitos trabalhadores do campo. Com o avanço crescente da obra, a

comunidade sentiu-se acuada e pressionada a ceder, uns ainda resistiram até as obras atingirem a casa onde eles moravam.

Durante toda a entrevista, M.O.C. (2023) manifestou muita emoção ao mencionar que a comunidade lutava pela permanência na terra, como poderá ser certificado mais adiante, sem desconsiderar as demais lutas como reassentamento, moradia e terreno, no caso dos meeiros, agregados e parceiros. Com a expropriação, várias situações conflitantes decorrem com pequenos proprietários e moradores que marcam uma disputa intensa na busca pelos direitos.

Mesmo existindo diferentes opiniões e intencionalidades sobre a construção da barragem, os desejos favoráveis indignaram a comunidade que se sentiu sozinha na defesa das terras. Segundo M.O.C. (2023), a ganância intensificou os desejos de uma obra, esse fato ajuda a compreender que a classe dos latifundiários condicionava a barragem apenas aos interesses particulares. O capital apropriava em parte pelo meeiro e arrendatário, sob a forma de lucro, e a outra parte era absorvida pelo proprietário fundiário sob a forma de renda.

[...] **Lembrando de início que o povo não queria dinheiro o povo queria “terra por terra e casa por casa”, por exemplo se a gente tivesse uma casa lá** que a gente recebesse uma casa abaixo da barragem como a gente tinha e o terreno também nos mesmos termos. Mas quando percebemos que não era possível a comunidade entrou em um acordo com o órgão para pagar em dinheiro. Só que quando o povo percebeu era um valor abaixo do esperado, era um valor realmente abaixo do que valia. Nossa luta sempre era *casa por casa, terra por terra*. Essa era a voz do povo. **É isso que o povo gritava. Gritava mesmo. “Queremos casa por casa”, “terra por terra”. “Casa por casa, terra por terra”**. Porque o tanto de terra que a gente tinha lá era a terra que a gente queria cá, a casa que a gente tinha lá, a casa que a gente queria cá. (M.O.C., 2023, grifos nossos).

No relato apresentado, é evidente uma memória marcada por lutas intensas e desgastantes. As incertezas causaram novo ritmo sobre a vida camponesa afetada pelas interferências do capital. Essas novas configurações já estavam pautadas pela sementeira do capital desenfreado, traçando outras rotas para a comunidade, mesmo não sendo esse o objetivo e os desejos. O dilema de sentir a perda da casa e da terra era violento com significação operada na memória dos grupos das camadas subalternizadas. A luta que estava apenas começando era talvez sem fim, porque as lembranças eternizaram.

Todos foram atingidos pelo projeto da barragem, porém quem buscava pela reparação de “casa por casa”, terra por terra”³⁴ eram meeiros, parceiros, agregados; essa parcela era a que ecoava como uma luta de causa própria, pois era a mais afetada e fragilizada em todos os

³⁴ A relação dos proprietários da Lagoa do Mato com suas respectivas propostas consta no Anexo C.

sentidos. A luta pela casa, sem dúvidas, era importante, haja visto que a casa era a estabilidade de quem vive na roça, era o local da família, da proteção e do aconchego. No caso da terra, além de representar a forma de sobrevivência, era a fonte econômica, sobretudo, significava a autonomia e a independência do agricultor, era de onde provinham as atividades agrícolas, principalmente o cultivo de feijão, arroz, entre outros.

Uma questão pertinente é sobre as condições da terra, cuja fertilidade estava associada às questões geográficas locais favoráveis à agricultura. Outros fatores também associados à terra é que possibilitaram para a maioria das famílias a atividade pecuária. A luta pela terra e o confisco dos meios de produção obrigaram o deslocamento e a aglomeração da força de trabalho diverso, inclusive, em outros centros urbanos.

Esse processo da expropriação das terras é um mecanismo que priva os sujeitos do direito de suas terras e do trabalho, dos meios de sobrevivência; pode se dizer que esse fenômeno separa produtor e meio de produção. O agricultor, o meeiro, o parceiro são separados da terra e de suas ferramentas de trabalho, o que contribui para a divisão de classe que vai antagonizar com interesses diferentes, reproduzindo o conflito. Isso ocorre porque a expropriação causada atribui sentido a uma trajetória de luta pela terra como elemento principal na memória social.

“É assim que vai ser, ninguém fica para trás”

Quando questionada sobre o processo das negociações e dos enfrentamentos, M.O.C. (2023) relatou que

É assim que vai ser, ninguém fica para trás. Porque qual era o medo daquele povo? De negociar com alguns e outros ficarem para trás. Ia acontecer isso se não fosse nossa luta. Ele ia negociar com dez e o restante? O restante que ficasse, ia ser do jeito que eles quisessem. Então, ia ser assim. Mas o povo começou a bater o pé firme, não, não é assim. A terra está barata, não é assim. Vocês vão ter que pagar isso, vão ter que pagar aquilo. E aí o sindicato também foi para frente. O sindicato dos trabalhadores rurais, na época foi para frente com a gente, juntamente com a igreja católica. E o sindicato dos trabalhadores rurais, através do representante falou: -não esse povo não está sozinho mostrou que tinha alguém. A força maior era do povo, porque o povo gritava mesmo e não tinha medo. Naquela época, quando falava -se em juiz, em advogado, em prefeito, todo mundo baixava a cabeça. Até as pessoas da sociedade, da alta sociedade, tinham medo de enfrentar um juiz. E a gente não teve esse medo, não. Tanto que nós paramos essa barragem por duas vezes. Paramos a construção dela. E é assim que vai ser, porque é para ninguém ficar para trás. Porque qual era o medo daquele povo de negociar uns dez e o restante ficasse de fora, ia ser do jeito que eles quisessem (Codevasf). Mas o povo começou a bater o pé firme, não, não é assim. A terra está barata, não é assim. Vocês vão ter que pagar isso, vão ter

que pagar aquilo. E aí o sindicato também foi para frente vamos para o canteiro de obra, vamos para o canteiro de obra, pegamos criança, idosos, a comunidade esvaziou e veio todo mundo de criança a idoso. Veio para o canteiro de obra preparada a ficar meses, se fosse possível. Mas ali ninguém saía. Era um povo de guerra. Veio a polícia, veio tudo. Quando veio a polícia, as mulheres pularam na frente. E foi para frente. (M.O.C., 2023).

Esse relato contundente apresenta alguns movimentos ligados ao contexto das negociações que expressam a possibilidade de reproduzir a vida, o que se materializa na permanência na terra como produto da luta entre classes sociais antagônicas. Nesse trecho de fala, era a classe trabalhadora representada por várias frações que mantinha a guarda constante para não desistir, encorajando-os. O acirramento da luta colocou a comunidade e a Codevasf em campos antagônicos.

Com interesses diversos, a classe trabalhadora e o Estado antagonizam seus verdadeiros papéis nessa luta. Diante de tal descompasso das sociedades capitalistas, o cenário marcado para a comunidade foi o sofrimento e as ameaças em perder casa e terra. De criança a idoso todos se juntavam para protestar, invadindo canteiro de obras com ameaça de acampamento, principalmente porque não havia solução. A comunidade estava preparada para lutar porque não havia diálogo, não era uma estratégia da Codevasf, pois não respondia às indagações da comunidade.

Situações descritas anteriormente, como a de trabalhadores rurais contra a expropriação e exploração do capital que muda os hábitos e a rotina de trabalho de pequenos produtores, tratam de uma luta de meeiros, parceiros e agregados pela permanência na terra. O fato de retirá-los do acesso e da posse é tido como uma privação do fator básico de produção com sua reprodução imediata, colocando em risco aqueles que dependem da terra. Esse fato é um exemplo de como o capital pode exercer seu papel alienador com a classe trabalhadora ao submeter a força de trabalho a grandes proprietários de terra que vão explorá-la para a criação de riqueza, fruto do processo produtivo ou da acumulação e reprodução do capital com maior produção, isto é, a parte cabível ao proprietário.

Pensar nas classes sociais que estavam em Paramirim e que tinham interesses na construção da barragem é divergente, pois em um ponto estavam os trabalhadores meeiros, agregados, parceiros e empregados eventuais lutando pelos mesmos fins, enquanto do outro lado havia os fazendeiros proprietários de grandes áreas de terra que se intitulavam como os maiores beneficiários. Conforme M.O.C., (2023), “Eles estavam tão interessados, que deveriam ceder uma parte do terreno para poder acolher a Lagoa do Mato. Muito pelo contrário, eles fecharam, não queriam vender sequer um hectare, mas queriam a barragem”.

Aqui temos uma questão que configura de forma orquestrada o futuro da comunidade; uma situação que resolveria em partes os problemas dos meeiros seria a disponibilidade dos terrenos dos proprietários, abaixo da barragem, caso cedessem.

Como não houve um desfecho positivo sobre essa proposta, fica evidente quem eram os interessados na construção da barragem a qualquer custo, isso porque a fração agrária da burguesia concentrava a maior parte das propriedades nas proximidades da barragem, vários proprietários ocupavam todo o restante do território. Isso traz os contornos de quem tinha interesse e por que a barragem era prioridade, os fatos vão se reconstruindo dialeticamente sobre os conflitos de classe em Paramirim.

Retomando sobre o desdobramento da luta que se desenvolveu a partir de diversos fatores, concebemos que o primeiro foi pela permanência na terra. Quando a comunidade viu que a barragem ia ser construída sem resolver as pendências, articulou-se para organizar e defender os direitos. Uma das lutas mais difíceis foi a questão do meeiro, sem desprezar os problemas dos deslocamentos, das condições reais de reassentamento, das negociações.

Como já foi explicitado, o papel do meeiro era um elemento central dentro das realizações das atividades nas propriedades. O meeiro trabalhava, mas não detinha o título da terra, embora possuísse vínculo afetivo e de regularidade com as atividades. O problema estava justamente em buscar meios de equalizar a situação dos 16 (dezesesseis) meeiros que, dentro do contexto, era algo mais complicado por conta do processo burocrático e sistemático das indenizações. Para a Codevasf, a posse ou o título da terra era um pré-requisito para execução dos acordos os quais eram firmados na conjuntura da desapropriação. No caso do meeiro, dos parceiros e dos arrendatários, a falta do título do terreno inviabilizou os acordos. Nesse contexto, a diferenciação entre um trabalhador possuidor do título e os que não o possuíam suscitou o conflito social, conforme demonstrado nos depoimentos transcritos abaixo:

Eu lembra que chegou para fazer a barragem e mandou sair, com pouco tempo, para sair. A aí arrumou aqui para nós [Vila Nova] aí foi fazendo a casa arrumando tudo. E **ficamos sem nada, patrão não deu nada, nada...botou tudo na lista dele lá**, nós pensando que ia dar alguma coisa pra gente, não deu nada, nós saiu sem nada. (J.P.S., 2021, grifos nossos).

Ainda consta no relato de A.H.B.A. (2021),

O problema pegou quando foi para passar o dinheiro aí eu solicitei ao sindicato que tinha que colocar 50 hectares de terra para cada meeiro **por que indenizou patrão, e o meeiro? O patrão não tinha como indenizar o meeiro aí** que enrolou, enrolou. Eu soube que uns anos atrás veio para a justiça. [...] (A.H.B.A., 2021, grifos nossos).

Aqui apresentamos um ponto nevrálgico que semearia os conflitos e as lutas, pois os 16 (dezesseis) meeiros foram ignorados nos acordos da Codevasf, entre outros pontos, inclusive, em relação aos reassentamentos, cujos confrontos serão tratados mais adiante. No termo de compromisso de ajustamento e conduta do Ministério Público, consta a relação dos nomes dos meeiros que foram prejudicados (anexos A e C). É importante destacar que para os proprietários das fazendas, sem dúvida, os acordos aconteciam de forma menos problemática, já para os meeiros a história foi bem diferente, foram décadas de luta e de muita insistência. Na verdade, a construção da barragem gerou na comunidade da Lagoa do Mato uma verdadeira comoção, principalmente por eles reconhecerem que seria uma luta difícil e desgastante por vários motivos, como já vem sendo apresentado na tese.

“A comunidade não aceitou porque o valor continuava muito baixo”

No desenrolar dos fatos sobre as negociações, houve muitas situações conflitantes, pois os acordos eram contrários aos interesses da classe trabalhadora, meeiros, parceiros, agregados, entre outros. As propostas sugeridas pela Codevasf eram fora da realidade ou sem fundamentos práticos e viáveis. O processo foi demorado, em alguns casos se arrastou por décadas, como foi o caso dos meeiros. As principais inconsistências dos acordos estavam relacionadas à desvalorização das propriedades, atraso no cumprimento dos acordos, valores abaixo da estimativa dos benefícios, projeto de reassentamento inviável. Segundo entrevistas, consta que o Estado foi moroso em cumprir as indenizações; além disso, nem todos os moradores foram indenizados, sobretudo, por não possuírem a comprovação da posse da terra. Como informam os entrevistados,

A comunidade não aceitou porque o valor continuava muito baixo. As terras sem benefícios mesmo sendo de irrigação, para a Codevasf, não tinha valor. As que tinham benefícios mesmo sendo de irrigação com cerca de pedra, canal de irrigação, casas fruteiras, os valores ainda eram baixos e essa hectares de terra incluindo na indenização era inviável. Porque não encontravam valores altos. Prometeram comprar terras de seco e sem irrigar, mas nos sabíamos que eram impossível porque a barragem iria ser para abastecimento de água e não para irrigar. (A.S.A., 2021).

Uma questão fundamental para compreender os fatos sobre os acordos é que a promessa inicial de terra para as famílias era inviável pelas condições de localização e irrigação. A comunidade já sabia das reais intenções do órgão e das manobras usadas para convencer a comunidade.

Os efeitos da destruição começaram a ser visíveis devido à devastação da flora, dos arredores do rio, dos pomares, dos engenhos, das cercas de pedras, das casas simples, das

roças que alimentavam. O universo dos ribeirinhos e camponeses estava comprometido pelo projeto da barragem. Os sonhos, a perspectiva de vida, ali foram anulados. Não restavam dúvidas que o recomeço seria duvidoso e cheio de desafios, pois, próximos ao local de moradia, estavam as impressões culturais comuns entre os grupos. E.M.S conta com emoção como foi a experiência de ter que ceder às pressões,

[...] Naquela época nós **sentimos como se tivesse arrancado uma planta ribeirinha e botando em cima de uma laje** deu trabalho para nós vencer, foi uma luta, passamos até necessidade, foi uma luta muito grande mas, para tudo nesse mundo tem um jeito né? Nós não conseguimos, foi aonde veio realmente à equipe do governo em 1994 chegou com máquina, com roçadeira. Tudo foi cortando, os pé de árvore, e aí o pessoal desesperado, e a gente foi o jeito ceder, abrir mão de tudo que era construída ali. Sonhos, vidas. Ali foi nossa vida, nosso sonho morreu ali. (E.M.S., 2023, grifos nossos).

Ao ver a degradação do lugar, a necessidade de se desprender daquele espaço era uma missão dolorosa por vários fatores, primeira porque na região pouco se ouvia falar sobre o assunto, e segundo, o perfil dos moradores da Lagoa do Mato era de pequenos produtores, cuja economia estava centrada na agricultura de subsistência e, em alguns casos, na pecuária, observando-se ainda a presença de pescadores e a prática de engenhos de cana de açúcar. O rio era importante instrumento para geração de renda, as culturas de vazante permitiam colheita em safras e entressafras.

O ceder ou “abrir mão” tinha conotações extremas e impactantes pois, seria o fim de tudo, inclusive de uma história cultivada por várias gerações, várias memórias de grupos que se desprendiam de marcos irrecuperáveis do ponto de vista material. No tocante ao que foi abordado o termo de compromisso de ajustamento e conduta, datado de 24 de julho de 1985, entre o Ministério Público e a Codevasf, firma as obrigações do órgão, e uma delas confirma o que foi falado por um dos informantes com relação aos acordos, em que diante da inviabilidade de cumprir com a proposta do terreno às margens da BR 156, próximo ao distrito de Canabravinha, deveria comprometer com cada família com um hectare irrigado. Esse combinado por parte da Codevasf não foi cumprido, o que levou os 16 (dezesesseis) meeiros a entrarem na justiça para a resolução da pendência.

Buscando compreender alguns aspectos para traçar o perfil dos moradores atingidos, no que se refere a questões socioeconômicas relacionadas com escolaridade, moradia e renda familiar, informações que permitiriam planejar uma estratégia de ação, não encontramos nenhum dado no IBGE na década de 1980. O censo demográfico apresentado no site desse órgão não mostrava os dados detalhados referentes à população do município, as informações

contidas são somente por distrito e município, população rural e total, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4 – População do município de Paramirim na década de 1980

População residente, por sexo e situação do domicílio		
Variável – População residente (pessoas)		
Ano- 1980		
Sexo- Total		
Município e Distrito	Situação do Domicílio	
Paramirim (BA)	Total	21.997
	Rural	18.445
Paramirim – Paramirim (BA)	Total	-----
	Rural	-----
Canabrinha – Paramirim (BA)	Total	-----
	Rural	-----

Fonte: adaptado de IBGE - Censo Demográfico (1980).

Vale dizer que somente a partir de 2010 há configurações de novos dados socioeconômicos. Na ausência desses dados, não há como sistematizar um conjunto de informações acerca da realidade social da comunidade, conjurando indicadores sociais. Contudo, buscamos na empiria informações sobre condições de vida da população para analisarmos os impactos alusivos à desapropriação e inferir ações que poderiam ter sido realizadas para conter as desigualdades.

Um fato comprovado é que a desapropriação impactaria na renda, nas condições de vida e no desenvolvimento socioeconômico, pois tem relação direta com a ampliação das escolhas das pessoas para que obtivessem capacidades e oportunidades, entre outros aspectos. A demora na indenização comprometeu de diversas formas a comunidade, inclusive nas opções de oportunidades, pois, a desvalorização dos recebimentos limitaria as condições ao refazer os novos projetos de vida fora daquele espaço.

Segundo M.O.C. (2023), houve um misto de sentimentos com relação à saída do lugar, a reação dos moradores retrata um pouco da forma como ocorreram esses conflitos. Sendo assim,

[...]a construção já tinha começado. E esse povo ainda não tinha sido indenizado de suas terras. E aí a gente já sabia o que ia acontecer, a barragem ia construindo, a gente ia simplesmente sair. Ninguém queria isso. Aí parou. Ficou o tempo. Aí eles voltaram de novo. Com nova proposta de indenização. Com novos valores para pagar essas terras. (M.O.C., 2023).

Houve várias idas e vindas da construção da barragem, algumas provocadas pela ação da comunidade que reagiu de forma não pacífica em alguns momentos, forçando a paralisação das obras por períodos curtos e até mesmo por tempo indeterminado, intensificando as cobranças e as lutas. “Paramos uma vez eles foram embora. A firma suspendeu, foi embora. A gente falou, - Só voltava a construção da barragem depois que pagasse o povo” (M.O.C., 2023). Esse processo causava angústia e instabilidade na comunidade.

[...] até protestos na rodovia, no campo de trabalho, no alojamento da firma sempre com o apoio de alguns órgãos competentes e advogados para paralisar a obra até resolver a situação da comunidade. Conseguimos a paralisação porque nossa força foi maior. (A.S.A., 2021).

Segundo relatório da Auditoria realizada na Barragem do Zabumbão/BA, a construção dessa obra foi iniciada em 1989 e sofreu paralisação entre esse ano e 1992, quando as obras adquiriram ritmo contínuo (anexo H). O motivo deu-se pela falta de regularidade na liberação dos recursos associada à ocorrência de uma falha geológica não detectada nos estudos geotécnicos que exigiu serviços complementares; o custeio da obra era com verbas públicas federais. De fato, as questões relacionadas aos recursos foi um dos motivos que levou a paralisação das obras, somado-se a isso as pressões da comunidade que interrompiam o canteiro da obra por dias.

“O não cumprimento das promessas do governo motivou o protesto organizado”

A desapropriação imposta pelo Estado aconteceu de forma turbulenta, a comunidade permaneceu na área por alguns anos, mesmo com as inconstâncias da construção. A resistência da comunidade foi um elemento permanente durante o percurso das obras. Através disso, “[...] nós lutamos, nós fizemos barreiras nas estradas para carro não passar” (E.M.S, 2023). A força das mobilizações da comunidade seguia como um incentivo contra as investidas do governo que não havia cumprido com o combinado.

Toda a situação da população atingida resultante do não cumprimento das promessas governamentais motivou o protesto organizado das famílias atingidas, configurando-se um processo de mobilização. O sossego já não existia e quando a obra recomeçou a coisa piorou cada vez mais. Você estava almoçando e era obrigado a deixar o prato por causa dos estrondos das dinamites quebrando as pedras. (A.S.A., 2021).

Já as manifestações são uma forma de expressão coletiva e também um exercício de democracia, pois cria um espaço público de discussão, visto que a comunidade também dava visibilidade ao problema. O informante a seguir argumenta que,

Aí nós tivemos que parar o canteiro de obras todinho através de conflito, usando madeira na estrada, quebrando o canteiro de obra, foi tudo programado. A comunidade da Lagoa do Mato vinha todo mundo para acompanhar. Pelo fato de ser o Sindicato Municipal que ajudava a organizar as mobilizações outras comunidades se ofereceram para serem solidários. Vamos ajudar no movimento. (A.H.B.A., 2021).

A comunidade reunia em uma causa própria com a colaboração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim, o drama diário era traduzido pela lentidão e pelo descaso do Estado, com comprometimento de vidas. Os ribeirinhos sofreram um processo de significativas transformações de seus cotidianos, de forma individual e também coletiva. Entretanto, para alguns ex-moradores da localidade, o Estado, ao elaborar o projeto para a construção da barragem, não pensou na população e nos vários impactos ocasionados, principalmente, na história e na memória dos moradores.

“O nome dela era Florinda, a gente chamava de Louzinha, ela representou nessas lutas!”

As memórias da luta pela terra também tiveram a variação de gênero como uma força que brotava do entusiasmo e da motivação da mulher. Essa configuração na comunidade apresenta algo muito relevante: a participação da mulher em lutas importantes dentro da comunidade indissociada da luta de classes. Elas desempenhavam diversas funções como cuidadora do lar, no plantio de hortas, no artesanato, na pesca; além dessas atividades também articulavam e colaboravam na organização dos movimentos.

Com um papel marcante na organização da família, a mulher também esteve à frente das atividades de casa. Esse padrão de comportamento era visto na comunidade da Lagoa do Mato como sendo, as mulheres, figuras essenciais no desempenho das atividades da agricultura e na renda familiar. Elas fomentaram a luta, a organização social e econômica, enquanto trabalhadoras do setor informal, muitas vezes, precário.

A experiência de luta deu uma noção mais ampliada da mulher ligada à luta em defesa da terra, inclusive liderando e organizando os movimentos contra a Codevasf. Outro ponto que merece ser destacado nesse processo é que, geralmente, cabia somente aos homens a tomada de decisão, já que são eles que participam das reuniões e negociam, aqui abrimos um espaço para falar desse empoderamento das mulheres em causas de relevância, marcando espaços. Obviamente, que são processos que demandam tempo para mudanças mais profundas, mas, em se tratando da Lagoa do Mato, a liderança e o chamamento para as ações centrava no comando de uma moradora:

O nome dela era Florinda. A gente chamava de Louzinha. Qualquer um que perguntar aqui quem é Louzinha, sabe que ela representou nossas lutas, todo mundo sabe. Eu lembro dela com muito carinho, lembro dela com muita força, era uma líder das mulheres. Ela liderava essas mulheres e ainda gritava com os homens. Gritava para os homens ir para a guerra. Ela chamava mesmo. E aí, quando veio mesmo, o pessoal para negociar ainda conseguiram, uma ou duas famílias cederam com medo, correram e negociaram antes. Ela falava que era todo mundo junto. Eles tentaram chamar, um, dois, três. Pegava um ou dois e levou para o escritório e negociou sozinho. Quando a comunidade viu que estava acontecendo isso, se fechou, se fechou, ninguém vai mais negociar sozinho, só negocia todo mundo junto. Ninguém vai sair para o escritório da Codevasf e negociar seus terrenos sozinhos. Vai negociar todo mundo junto, tudo num dia só. (M.O.C., 2023).

O espírito de liderança nascia com a forma organizativa representada também pela mulher que encorajava o grupo e sugeria que as propostas fossem no coletivo, porque cada um dos moradores se fortalecia e não se deixava ser influenciado. O espírito de luta brotava justamente da organização e da mobilização dos protestos. Dona Florinda era uma mulher corajosa e participou das mobilizações e reivindicações contra a Codevasf. Todos aprenderam que a união era o segredo para defender os direitos,

Lembro que minha avó, ela me catou, que pegou pedra e pau e falou - Vem, a gente não tem medo de ninguém. Nós estamos aqui lutando pelos nossos direitos. - Nós estamos lutando pelas nossas terras. Se a gente não lutar, a gente vai morrer de fome. Pois nós estamos aqui para lutar. E aí, enfrentamos. Eles viram que não era um povo que tinha medo. Era um povo guerreiro. Era um povo que estava pronto para matar e morrer pelas suas terras. Era uma guerra mesmo. O povo foi preparado para a guerra. Mas uma guerra de direito, era para defender o nosso direito. (M.O.C., 2023).

Contudo, um entrave muito grande entre os atingidos, a Codevasf e o órgão do governo é que a população não participava, ativamente, dos processos decisórios realizados, e as informações não eram de livre acesso à comunidade. Todo o processo foi desfavorável à comunidade, ou seja, deixaram de ser consideradas as reais necessidades.

Segundo M.O.C. (2023), a pauta das reivindicações era discutida entre a comunidade. Contudo, o ponto chave que motivou a luta propriamente dita: “A gente tinha como lema mesmo da nossa luta em busca dos nossos direitos, que era isso era o direito à Terra era o direito à sobrevivência”. Eles lutavam justamente porque as decisões eram verticalizadas e sem um diálogo sobre o futuro, afinal nesse processo eles eram os mais prejudicados. Dentre esses e outros motivos é que o povo lutou com coragem e com espírito de coletividade. Era de verdade uma guerra de interesses contrários aos da comunidade.

De acordo com as entrevistas, um dado importante para ser acrescentado é que, ao serem questionados sobre o fato de terem possíveis conflitos envolvendo a construção da barragem, dos ex-moradores entrevistados, 90,48% afirmam que houve conflito envolvendo a construção da barragem; 4,76% responderam que não; e 4,76 % não sabem ou não quiseram responder. Pelos dados, fica evidenciado que a resistência foi constante, pois a luta era um sinalizador da insatisfação dos então moradores para pressionarem a empresa do governo a cumprir com os acordos perante a comunidade, como pode ser observado na entrevista de um dos representantes da Emater-BA, elucidando que “As mobilizações eram: ocupação do canteiro de obra da Queiroz Galvão, interdição de estrada, ocupação de estrada com obstáculos e madeira” (A.H.B.A., 2021).

“[...] nossa indenização foi a preço de banana”

Chegando ao acordo com o advogado do sindicato nos ajudando aceitar assim, e foi assim que nós negociamos, assim ta bom pra vocês? vocês aceitam assim, é melhor assim, e foi dessa forma que negociamos com a direção do sindicato dos trabalhadores rurais e algumas lideranças de Paramirim que foi professor Domingos, Gilvando, Tõe Caldeira, Gilmar da Fetag ajudando para direcionar o que devia aceitar e o que não deveria aceitar, só que nós não tivemos muito a exigir porque se nós exigisse demais ia acabar sem nada, ali era tudo ou nada, nós cedemos e hoje estamos aqui. (E.M.S, 2023).

O processo foi tenso e muito desgastante. Após vários anos de luta surge um misto de sentimentos de desilusão e frustração por cederem aos acordos que eram injustos e inviáveis. O sentimento de revolta era algo unânime na comunidade, chegou um momento que foi necessário aceitar a proposta descabida do órgão. Após várias tentativas de negociação, prevaleceu o que era mais pertinente para a Codevasf. É bom reforçar que foram vários acordos sem sucesso, porque o órgão não os cumpria, o interesse era tirar o máximo que pudesse.

As negociações para os meeiros ocorreram depois de décadas. Essa realidade foi constatada na fala que segue:

E aí, então, o povo cedeu. Tudo bem, a gente vai vender, a gente aceita a **negociação em dinheiro**, mas com preço justo, que dê pra gente comprar nem que seja uma casa, pra gente não ficar embaixo da ponte. E depois da barragem pronta, cada proprietário terá direito a um hectare de terra irrigada que é pra gente sobreviver. Foi feito esse acordo com a Codevasf. (M.O.C., 2023, grifos nossos).

No que concerne ao ressarcimento financeiro, de acordo com a Codevasf (2006), as famílias foram indenizadas com o valor médio de R\$12.000,00 (doze mil reais). Um fato que chama a atenção nessa informação é que a barragem entrou em operação em 1998 e só em

2006 as indenizações foram realizadas. Ficou acordado que cada meeiro teria direito a um hectare de terra irrigada, que é pra manter o vínculo com a terra, esse foi o acordo feito com a Codevasf, mas aconteceu o seguinte: esse terreno de um hectare nunca foi liberado, o que posteriormente foi uma disputa judicial, segundo informações, com um valor muito inferior ao que realmente valia,

[...] A barragem foi construída indenizou a preço de banana, porque o que a gente tinha lá, a gente morava no paraíso, onde tinha terra irrigada, casa, terreno grande. Muitos compraram a casa. E aí, pronto. A dor maior foi assim. Você vê aquele povo unido se desfazendo um pra cada lugar. Cada um foi pra um lugar, foi se perdendo sua história. Foi perdendo o seu vínculo afetivo e até hoje, esse vínculo afetivo, ele não é mais resgatado [*choro*]. (M.O.C., 2023).

A construção da barragem Zabumbão trouxe aos moradores da Lagoa do Mato uma situação recorrente a deslocados, o fato de não ter um lugar para onde ir, o abandono de seus pertences, tanto materiais como simbólicos, entre outros. Nesse sentido, a memória social de um passado compartilhado pelo coletivo deve ser considerada, também, enquanto símbolo revelador de práticas cotidianas e populares do entrelaçamento de vivências coletivas, recordação de uma memória em processo de transformação. Algo impactante para a comunidade foi o distanciamento dos vizinhos e a ruptura dos laços afetivos provocados pela nova realidade, principalmente porque os vínculos eram caracterizados pelo trabalho agregado na terra. Segundo as entrevistas, outro fator que causou muita revolta foi o valor das terras por baixos preços e a concentração de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras se desfazendo para lugares diferentes, perdendo sua história, essas, com risco de não serem mais resgatadas.

Quando o informante diz que a indenização foi a “preço de banana”, várias questões ficam abertas, principalmente porque aparecem nesse processo outros personagens nessa trama que não são os da comunidade, mas que estavam nas mediações com a comunidade: a Codevasf, o técnico do governo, entre outros representantes do governo, há um imperativo aqui sobre o jogo de poder que coage e oprime as minorias.

Em entrevista, um dos moradores relata,

A Codevasf chegou ameaçando, intimidando a gente porque se a gente não negociasse, eles desapropria pelo mínimo que podia ser do governo, então, muita gente avexou logo vendeu as coisas barato igual um tio meu vendeu e não dava para compra nada eu também agoniado com medo dos problemas que teve eu vendi o que eu tinha lá para comprar uma geladeira com a Codevasf ameaçando. Os outros pegou foram fazendo greve... greve confusão. (J.T.A., 2021).

Na fala do entrevistado, foi retratado que houve ameaça, coação e medo, revelou também um reflexo condicionante do sistema capitalista. A intimidação sofrida fez com que os moradores agissem precipitadamente e vendessem o que tinham de forma desvalorizada. É verdade que os objetivos não são do Estado, mas sim da classe dominante; o estado só representa seus interesses para perpetuar a dominação e o controle sobre a classe trabalhadora.

Um ponto a ser observado no relato é a forma de abordagem da Codevasf com relação aos moradores, era um indício de superioridade e de poder para que eles se sentissem coagidos. Na verdade, não havia diálogo, o que prevalecia era o interesse daqueles que criam e influenciam as leis, que ditam as regras e cumprem a seu bel prazer. Nesse ponto, é importante refletir sobre as populações atingidas por conflitos sociais, debater sobre a legitimidade desses conflitos, sobre a posse e o uso do território, bem como, a construção dos sujeitos e como deter tais direitos para ter lugar de voz sobre as condições reais de uma expropriação.

Se uma comunidade resiste aos interesses da Codevasf, por exemplo, ela passa a ser ignorada, inviabilizada e é alvo de silenciamento. De certa forma, sempre vai haver um choque para os dois lados, pois eles têm objetivos e interesses distintos, é inevitável, então, surge o conflito. Muitas vezes, agricultores, pescadores, entre outros, abandonam suas propriedades, vendem-nas por um valor muito inferior, por medo e por achar uma luta sem sucesso. Na verdade, o Estado, os latifundiários, o governo e os prefeitos acabam por promover o acirramento dos conflitos em geral por não promoverem também a indenização por danos coletivos. Para além disso, o Estado, ao instalar uma barragem em um lugar com os recursos naturais ainda preservados, com um discurso convincente, usa da persuasão, justificando e fundamentando com o argumento do progresso e do desenvolvimento.

A trajetória das negociações e das indenizações

As negociações e as indenizações perduraram por anos, intensificando a angústia e o sofrimento dos moradores da comunidade em relação ao órgão. Havia um sentimento de desconfiança pela insegurança marcada pela condução das negociações. O cenário que se apresentava à comunidade era grave e intensificado pelas situações advindas da desapropriação ao centrar-se, especialmente, em questões como a dos acordos firmados que não eram cumpridos, como pode ser observado na fala de um técnico da Emater-BA:

Estávamos na reunião tava indo tudo bem todo mundo consciente que indenizar que ia transferir o pessoal para uma outra comunidade para não

dizer alojar para não sair e não dispersar o pessoal. Então, quando foram começar o serviço da Codevasf, em se fazer a obra, aí que começou a confusão nas edificações da Codevasf. Por que começou o conflito? Por causa da Codevasf. A Codevasf chegava e perguntava o preço da terra [celular tocou]. Sentamos com cada produtor, um por um, relacionado fizemos a ata, fizemos um levantamento de quantos produtores eram, fizemos um levantamento de quantos metros tinha na roça. O produtor chegava até Codevasf, eles perguntavam você tem quantos hectares, e o valor da terra? O produtor corresponde o valor é x, [um determinado valor]. Para a Codevasf tudo estava caro, e para o produtor o valor determinado tá barato, barato, barato, mas ela [Codevasf] não falava o preço não falava o preço não. Eu falei vocês não estão preparados. Na época era o plano Cruzeiro, eles falavam cem cruzeiros, tá caro, cinquenta cruzeiros, tá caro. Então qual é o preço que vocês querem? Aí começou a briga foi aí que no desenrolar do tempo eu arrumei uma maneira para poder dividir essa terra, veja só. O valor da terra nua tá cara então tem uma maneira eu vou colocar o valor em benfeitorias tinha uma mudinha lá que tava nascendo agora eu subir o preço para achar o valor dos donos da terra. Até onde eu sei os proprietários mesmos foram indenizados, o problema pegou quando foi para o **meeiro aí eu solicitei** o sindicato que tínhamos que colocar 50 hectares de terra para cada meeiro. (A.H.B.A., 2021, grifos nossos).

Os relatos do técnico da Emater-Ba, que também intermediava as negociações a favor da comunidade, esclarecem alguns fatos referentes à questão: os proprietários foram os primeiros a serem indenizados, contudo, a questão dos meeiros foi complicada, como já foi apresentado anteriormente. O levantamento dos bens das propriedades feito pela Codevasf deu margem para desconfianças.

A leitura que fazemos é que o órgão não direcionou como seriam avaliadas as propriedades e as benfeitorias, o impasse estava em ajustar valores, deixavam em aberto para o produtor estabelecê-los e, na contraproposta, ofereciam sempre um valor bem menor. Esse fato era acompanhado pela comunidade como uma forma de ganhar tempo e deixava o povo com menos esperança de solucionar os impasses.

Segundo relatos, todo o valor mencionado pelos donos da terra estava caro para o órgão; havia dificuldades para chegar a um denominador comum, o que dificultava os acordos, inviabilizando-os. Não existiam critérios claros para avaliar monetariamente as terras nuas e com benfeitorias. No caso da “terra nua”, aquela propriedade rural que não possuía investimento, ou seja, não possuía nenhum equipamento ou construções que permitissem a atividade rural, como plantações, pecuária, deveria ser diferente daquelas que possuíam. Entretanto, não havia uma distinção no início dos acordos, o que fez, segundo depoimentos, buscar critérios para não cometer mais injustiça.

Ao longo do processo, entendemos que o produtor que possuía as condições negociáveis materialmente da terra arrumou um jeito de mensurar as benfeitorias: contava as

árvores frutíferas e dava um valor a cada uma delas, o quão frondosa ela seria seu valor seria correspondente. Aqui temos um importante elemento sobre esses acertos, pois, nas propriedades, as plantações eram desenvolvidas pelos meeiros, parceiros, agregados e trabalhadores.

Em muitos casos, os acordos não foram amigáveis, tanto é que, por várias vezes, houve intervenção da justiça para pressionar a cobrança referente aos 16 (dezesseis) meeiros e dos 36 (trinta e seis) pequenos proprietários que não havia sido indenizado. Logo, é possível afirmarmos que a face visível das negociações não tinha intenções reais de pagar o valor coerente e justo aos envolvidos.

O caso aqui tratado pode também ser visto como uma comunidade afetada por diversas situações e com prejuízos incalculáveis para todos, isso é inegável, afinal, estavam se distanciando de projetos, conquistas materiais e, do ponto de vista da memória, com prejuízos incalculáveis. É inegável que a experiência camponesa oriunda de projetos de barragens propõe a exclusão da classe trabalhadora, alguns em maior nível de comprometimento. Sobre esses pontos apresentados, a consequência emerge resistências, conflitos sociais, estratégias de sobrevivência das comunidades e dos costumes ribeirinhos, ameaçados e atingidos pelas modificações propostas e instituídas pelo Estado através dos seus muitos dispositivos. A questão ainda tratada por aqui é com relação aos meeiros que são de fundamental importância para compreendermos os motivos da luta e como ela tomou contornos ao longo da história da expropriação da Lagoa do Mato.

Estava visível o tratamento desigual dado aos ribeirinhos nos processos reais dos acordos, era fácil identificar que o problema ia ser complicado para os meeiros, posto que os proprietários não tiveram problemas no acordo. Reconhecemos que existia uma lógica capitalista da Codevasf, porque, em um processo massivo dos acordos, o órgão manobrava a estipulação dos valores, ao final a comunidade recebeu os valores desproporcionais, inferiores ao valor de mercado. A leitura de mundo dos ribeirinhos não era suficiente para decifrar a lógica utilizada para retirada dos direitos.

Em algumas etapas referentes aos acordos sobre reassentamento, muitas coisas estavam indefinidas. Vale ressaltar que os critérios e as propostas do reassentamento coletivo não estavam claros, inclusive, com relação ao lugar onde iam ser reassentados³⁵. A aquisição de áreas de terra era um fato não pacífico entre os moradores e o governo. Segundo o depoimento a seguir era algo inconcebível a proposta almejada pelo órgão.

³⁵ Anexo H: Ata de reunião entre a Codevasf e a comunidade da Lagoa do Mato, assuntos referentes aos assentamentos e reassentamentos dos produtores da área inundada com a construção a barragem do Zabumbão.

[...] a proposta da Codevasf era levar as famílias da comunidade para um reassentamento nas agrovilas na Lapa ou para Capim Grosso na região do São Francisco, isso causou revolta na comunidade até porque ninguém queria perder suas terras de origem. (A.S.A., 2021).

Significa dizer que o reassentamento nas agrovilas na Lapa ou em Capim Grosso era visto pela comunidade como algo inviável. Essa informação só demonstrava de forma real o quanto a comunidade estava em vulnerabilidade mediante as decisões da Codevasf. Dito isso, a verdade é que não havia um planejamento para o reassentamento, a postura da comunidade era permanecer em Paramirim-BA e não em outra região, motivo que intensificava ainda mais os ânimos da comunidade para lutar.

Essa primeira proposta de reassentamento foi inexecutável, pois das agrovilas da Lapa a Paramirim há uma distância de 176 km; e de Paramirim para Capim Grosso, 334 km, ambos os lugares sugeridos eram fora de cogitação para a comunidade. Ainda foram sugeridos mais dois lugares na região de Paramirim: Canabrinha e Lagoa da Palha, sem condições reais para o reassentamento. Como observamos, além de enfrentar a expropriação, a comunidade teria que mudar para lugares longe de sua realidade para a comodidade do Estado e porque não havia, de fato, um plano de reassentamento, o que estava em jogo para o Estado não eram as vidas, os laços afetivos, o engenho, as ferramentas de trabalho, os templos religiosos, as escolas, os rio e praças. Numa leitura preliminar dos fatos dá para concluir que a história de um povo foi afetada incondicionalmente por projeto de barragem, inviabilizado por um estado perverso e capitalista.

À medida que os anos passavam os problemas só se agravavam, não existia um plano concreto de reassentamento e nem de reparação financeira, como já foi massificado anteriormente. A indenização não chegou aos bolsos dos atingidos de forma imediata, era uma incógnita, como podemos perceber no sentimento de grande pesar expressado nas falas dos atingidos pelas perdas sofridas. Os relatos abaixo demonstram essa situação sobre as indenizações,

Então, a proposta da indenização foi assim, bem, nós negociamos, ficou acertado com os órgão maior para que dá-se aos meeiros uma hectare de terra irrigada e uma casa para morar. A casa foi construída aqui no povoado chamado Vila Nova para quem não tinha terreno lá na Lagoa do Mato [meeiros] construiu a casa aqui. Depois de muito tempo, muita luta, de novo a gente recebeu o dinheiro. Não recebeu a hectare de terra irrigada que era de onde a gente ia tirar o sustento. Nós recebemos somente a casa (eu morava com minha mãe na época, eu era casada tinha um filho de um mês* de idade) sair de lá da Lagoa do Mato com meu filho de um mês de idade, eu não ganhei casa mas eu vim morar com a minha mãe aqui na Vila Nova. (E.M.S., 2023).

As falas se complementam. Segundo o informante a seguir,

A Codevasf ameaçou a gente para gente sair que ia dar um hectare de terra irrigada na jusante do rio na parte de baixo da barragem quando começou a construção e todo mundo aceitou. Depois ele disse que não podia fazer, mas o projeto de irrigação porque o custo ficava muito caro. Isso aí passou o tempo e foi empurrando com a barriga 4, 6, 7, 8 anos, até uns 10 anos. Até que um dia nós resolvemos fazer uma greve pacífica que fechou a água da cidade. Aí veio a polícia, o reforço de Livramento e nós falamos que a água não ia sair. Juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores e com dois advogados. Resultado que na época Jonas Paulo era o coordenador e ia levar para o supervisor da Codevasf que resolveu fazer uma indenização em dinheiro para a família, mas já tinha comprado o terreno do povo de seu Tiof de Lula chamado Lagoa da casca. Eles mexeram com a gente aí empurrou a gente pela barriga aí e fez a indenização de 12.000 mil com mais de três anos de demora para pagar. [...] Quanto pagou, praticamente o dinheiro já não resolve nada. E a maior parte da Codevasf foi ameaça, ameaça...ameaça direto e aí nós foi saindo a tranco e barranco. Outro foi saindo para outros cantos até que chegou uma hora que a gente como trabalhou na Queiroz Galvão ganhando dinheirinho ajeitou isso aqui. [referiu a casa própria]. Se tivesse esperado por indenização da Codevasf a gente estava morando embaixo da ponte [celular tocou]. Você pode ter certeza que a ação da Codevasf foi isso aí, a idealização de lá foi muito complicada até hoje tem gente deles que falam que estava até brincando. A indenização só dava para comprar uma geladeira na época permitindo nada mais, né Maura [esposa]. (J.T.A., 2021).

Considerando as situações por ora apresentadas pelos entrevistados A.S.A (2021) e J.T.A (2021) que relatam vários fatores que causavam descontentamento da comunidade, como: demora, valores inapropriados, mobilizações, coação, ameaça, revolta e perda de suas terras. Esses fatos apresentam evidências que se configuram como: violação de direitos, desigualdade social, entre outras arbitrariedades. A perspectiva dessas agressões destaca os aspectos como causas profundas da vulnerabilidade, buscando explicar como as relações entre comunidade e Estado resultam de situações diversas.

Por um lado, o Estado, que intensifica as desigualdades na relação de força e imposição; por outro lado, ficam bem desenhados a exclusão social, a falta de acesso à informação, os impactos materiais e simbólicos. Outro problema que veio à tona com relação à classe trabalhadora, segundo o informante, é que “Surgiram dificuldades e muita demora nas negociações, principalmente para os meeiros” (J.T.A., 2021). No entanto, essa situação também foi evidenciada com outros moradores que trabalhavam informalmente na agricultura, sua principal fonte de renda. Como podemos certificar,

[...] a maioria das pessoas que moravam ali viviam da lavoura não sabiam fazer outra coisa, e passamos por dificuldades, sem profissão, sem receber toda a indenização por direito, fora que a indenização foi uma merreca. Acho que fomos lesados de todas as formas. (DES. 09, 2021).

Com base nesse informante, havia uma classe trabalhadora que mantinha suas atividades diárias como meeiros que trabalhavam em terras de proprietários com participação na metade da produção agrícola ao final da colheita. Com a expropriação da terra, obviamente que as condições de trabalho também mudariam, esse fato mexia com a instabilidade emocional e profissional, pois é certo que, ao serem “lesados”, também foram prejudicados em vários sentidos, principalmente pelas perdas de fontes produtivas de trabalho e renda e incertezas quanto ao mercado de trabalho que já não absorvia mão de obra, por não terem outras atividades profissionais, fato que incomodava e deixava os meeiros inseguros quanto ao futuro.

Além disso, a indenização “foi uma merreca”, fato confirmado em vários relatos, ou seja, o auxílio financeiro ou as indenizações pagas aos atingidos foi um valor muito baixo, o que explica as dificuldades em estabelecer com exatidão a equivalência entre o dano e o ressarcimento, prejudicando, consideravelmente, a comunidade.

Existia dificuldade em estabelecer com exatidão a equivalência entre o dano e o ressarcimento, isto é, o cumprimento dos acordos, o assunto foi parar na justiça com o objetivo de minimizar os problemas das vítimas e obrigar o ofensor a cumprir as obrigações. No entendimento do que seriam os direcionamentos para a compensação e reparação dos danos materiais, o Termo de Compromisso, de Ajustamento e Conduta³⁶ sugere como fundamento o compromisso de “[...] ajustamento em razão da construção da barragem Zabumbão, ocorrida no ano de 1987”. A cláusula primeira desse termo teve por “[...] objetivo o adimplemento de obrigação da Codevasf em relação aos 16 meeiros e 36 pequenos agricultores”.

Como consta no próprio documento sobre a construção da barragem, o ressarcimento financeiro das famílias que tiveram a promessa de um terreno localizado próximo ao distrito de Canabrinha, com área de 110 hectares, nunca foi disponibilizado para nenhuma delas. O termo de compromisso foi ajustado nos dias 05 de dezembro de 2003 e 07 de junho de 2005, passaram 18 (dezoito) anos após a construção da barragem, quando os acordos foram ajuizados. Há, ainda, segundo a tradição oral, relatos de pendências judiciais entre a Codevasf e ex-moradores que se encontram em São Paulo e não esperaram os acordos judiciais.

³⁶ TAC- Celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público da Bahia (MPB), a companhia de desenvolvimento vale do São Francisco (Codevasf) e as famílias da comunidade de Lagoa do Mato que tinham por seu representante e como inventariante o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paramirim (STRP).

A sugestão do terreno nas proximidades de Canabravinha - Lagoa da Palha³⁷- foi uma transação frustrada, pois a proposta de irrigação não foi efetivada com os interessados e a Codevasf não cumpriu com a promessa, sob o argumento de que não havia possibilidade de desenvolver o projeto. Todos esses fatores levavam a comunidade a se defender e mostrar o descontentamento através de mobilizações, organização, ocupação do canteiro da obra e até mesmo a paralisação da obra.

Segundo relato dos informantes, não existem dúvidas sobre o quão foi negativo a saída dos moradores da Lagoa do Mato, visto que eles tiveram muitas dificuldades. O Estado realizou as indenizações de forma autoritária, sem um plano de reassentamento concreto, fato já explicitado anteriormente. Foram várias sugestões de possíveis reassentamentos nas seguintes localidades: Lagoa da Palha, Lagoa da casca³⁸, Capim Grosso, Lagoa da Tábua, Riachão e Caturama³⁹, todas frustradas, isso porque não se conseguia atender minimamente as condições para o assentamento. Seguramente, a realidade contradizia a anterior e as especificidades dos ribeirinhos e camponeses, que foram submetidos a propostas de terras escassas, áridas e impróprias para as atividades sociais e produtivas. Fazendo uma análise dos dados, a nossa leitura é que a comunidade foi a grande vítima de todo o projeto e colheu os frutos maléficos dessa transição, ocorrendo grandes mudanças estruturais e modificando profundamente a organização social e política das comunidades ribeirinhas (VAINER, 2005).

Nossa compreensão é que vida próspera envolve o fato de morar em um ambiente que proporciona uma segurança alimentar promovida pelas terras férteis da beira do rio, pela casa, pelo trabalho e pela qualidade de vida num ambiente natural. Vemos, em relação ao modo de vida, que, na versão dos informantes A.S.A (2021) e J.T.A (2021), o deslocamento foi trágico pela maneira como eles foram retirados da comunidade da Lagoa do Mato, e na atualidade

³⁷É importante esclarecer que a Lagoa do Mato era o aglomerado das oito comunidades que foram submersas pelas águas do Zabumbão. Enquanto que a Lagoa da Palha seria um espaço localizado em Paramirim-BA, destinado ao reassentamento, mas não ocorreu pelas condições geográficas, entre outras.

³⁸ Lagoa da casca situada às margens da BR 156, próximo ao distrito de Canabravinha, com área total de 110 hectares, anteriormente adquirida pela Codevasf de forma a cumprir o termo de compromisso ajustado em 5 de dezembro de 2003 e em 7 de junho de 2005, respectivamente, no qual, à época comprometia-se a garantir a cada família um hectare irrigado. Termo de compromisso de ajustamento de conduta celebrado com base no artigo 5º, & 6º da lei Nº 7.347, de 24 de julho de 1985 entre o Ministério Público Federal o Ministério Público do Estado da Bahia a Companhia de Desenvolvimento do São Francisco (Codevasf) e as famílias da comunidade da Lagoa do Mato por seus representantes com intervenientes: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim (Anexo A).

³⁹ Termo de compromisso apresentando proposta concreta para efetivação da construção da barragem do Zabumbão com o mínimo de curso social, reconhecendo a necessidade dos produtores da Lagoa do Mato e adjacências terem um hectare de terra na jusante da barragem, unindo, assim, aos interesses comuns: os fazendeiros abaixo-assinados apresentaram três propostas para reassentamento dos produtores que desejam trocar terra por terra (Anexo B).

ainda sentem na pele as consequências de um passado marcado pelo abandono por parte da Codevasf e do Estado.

Uma situação crucial abordada nas entrevistas é sobre a dignidade, como ponto central para o entendimento de respeito, nesse aspecto, com o povo daquela comunidade, por não permiti-los participar nas discussões e decisões sobre suas vidas, suas histórias e suas memórias. Na trajetória referente às negociações existiu coação, e o direito de se mobilizar socialmente muitas vezes era negado, impedindo também a realização de protestos.

Como percebemos, há uma memória social similar nos fatos sobre as negociações, com um processo de espera tenso e sob muita luta. As lembranças da classe trabalhadora em relação aos representantes do estado demonstram um cenário de descaso na questão da morosidade, e esse reflexo intensificou a resistência à mobilização por parte dos atingidos da barragem do Zabumbão. Nesse caso, podemos inferir que uma forma de amenizar os agravos para os atingidos de barragens são as políticas públicas, a força de organização e as ações de movimentos social que, em sua essência, carregam uma identidade de classe com características sociopolítico, sociocultural, socioeconômico, seja ela de qualquer natureza.

A comunidade de base, porque isso trouxe o espírito de luta e de força para aquele povo.

Compreender a dinâmica política das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) é tê-las como uma rica experiência de movimentos coletivos num espaço social, como expressão real de existência do espírito de luta de um grupo. As CEBs surgiram no Brasil, inicialmente, como um meio de evangelização, como uma forma de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais. Nas décadas de 50 e 60, períodos da ditadura militar, mudaram sua conduta frente a uma série de problemas institucionais e sociais vigentes na sociedade, e não somente dentro da Igreja. Esses problemas começaram a assumir junto aos grupos minoritários, os chamados movimentos populares ou movimentos de base, que se pautaram pela forma diferenciada no relacionamento com a Igreja e de criarem estratégias de lutas e organização como forma de responder às dificuldades impostas pelo Estado, como agentes intermediários para exercerem o caráter contestatório e reivindicatório de lutas populares (CEDRAN, 2021).

As CEBs surgem no bojo dos movimentos sociais de base, emergindo-se no cenário político e social do país. Foi assim que também esteve presente em Paramirim- BA, intermediando os conflitos ocasionados pela desapropriação. Nesse sentido, o grupo que atuava em favor da comunidade da Lagoa do Mato, mobilizou-se em prol daqueles que enfrentavam dilemas e dificuldades que se expressavam no contexto dos conflitos.

[...] nós fizemos **várias reuniões no sindicato dos trabalhadores** até em Bom Jesus da Lapa nós fomos em reunião tentando impedir que construísse

essa barragem que não deixasse aquela quantidade de família desalojada mas nós não tivemos força. (E.M.S, 2023, grifos nossos).

No capital, a sociedade pode ser considerada um laboratório capaz de dar conta das relações econômico-sociais, que manifestam pelas desigualdades. Como um mecanismo para diminuir as disparidades faz-se necessário a percepção crítica dos trabalhadores dos diferentes estratos sociais, consciências e interesses que tencionam conquistas de cunho organizativo para a formação de uma sociedade mais justa.

A existência de uma associação na comunidade foi dada como um fato marcante e que a ajudou a se organizar e mobilizar para o embate. Esse enfoque de organização da própria comunidade é constituído de movimentos e ações de causas como um fenômeno político:

Esse povo ia ser simplesmente, chutado de lá. Então eles não queriam saber de melhoria, mesmo que o tempo que fosse ficar ali, mas eles não se importavam com a melhoria daquele povo. E aí foi ficando, só que quando chegou um certo tempo, por muito medo, medo, medo, medo, [...] quando surgiu a comunidade, a criação da comunidade de base. (M.O.C., 2023).

A comunidade de base pode ser representada por um grupo de vizinhos, amigos que se reúnem com frequência para discutir assuntos diversos ou problemas comuns. É importante destacar que os moradores da Lagoa do Mato tinham conhecimento da comunidade de base, pois muitas das estratégias de organização eram, certamente, em função da experiência reivindicativa em apoio às lutas. A comunidade de base denunciava as violações de direitos e fortalecia a resistência, sobretudo as repressões políticas e a expulsão da terra. No caso da comunidade, a expulsão já era fato consumado, o que estava em jogo eram as negociações, os acordos, uma vez determinados pelo empecilho e pela dificuldade do órgão. Assim, a comunidade sentiu a necessidade de se organizar para cobrar seus direitos. Obviamente, a criação da comunidade de base na Lagoa do Mato não aconteceu da noite para o dia,

A comunidade de base, porque isso trouxe o espírito de luta e de força para aquele povo. Então foi isso que fez ascender essa vontade de luta pelo povo. [...] E essa pessoa na qual levou o espírito de comunidade de base, ajudou a fundar a comunidade de base, e a fortalecer o vínculo, foi um professor. Era professor de escola primária. Ele que levou, ele que começou a chamar o povo para reunião. Esse professor era José Carlos de Oliveira. E ele que acabou levando, ele tinha conhecimento. Essa é a minha maior memória de união, que começou a unir esse povo lá, E aí eles juntaram e fundaram a comunidade de base São Vicente de Paula. E essa comunidade trouxe um grande benefício e um espírito de luta muito grande. Acendeu naquele povo, que aquele povo sempre foi guerreiro. Foi sempre um povo guerreiro, mas um povo que não sabia lutar em união[...]. (M.O.C., 2023).

A comunidade de base São Vicente de Paula foi criada na Lagoa do Mato com os moradores que residiam e compartilhavam um mesmo modo de vida, a exemplo de vizinhos, professor entre outros. Com a comunidade de base São Vicente de Paula intensificou-se o espírito de luta, pois os objetivos e os interesses eram comuns. O ideário coletivo era buscar soluções e propostas para pressionar a Codevasf a cumprir com suas obrigações. Uma marca imprescindível da comunidade de base é estar ligada aos problemas sociais e aos conflitos, por isso deve executar ações sociais, direcionar, mobilizar e articular a causa coletiva dos grupos. O papel da associação na Lagoa do Mato teve um caráter decisivo, pois, a partir dela, a comunidade compreendeu que a organização e a discussão das pautas sempre faziam emergir formas de pressionar para a conquista dos direitos. A união, segundo M.O.C. (2023), partiu da comunidade de base, pois, com sua fundação, fortaleceu-se o vínculo entre eles e o interesse em lutar pelos direitos.

Com base no exposto, compreendemos a sociedade como um espaço de lutas e processos políticos relacionados com o antagonismo das classes. Uma comunidade de base deve estar imune às manobras e aos interesses contrários a um grupo. Por isso, o foco deve ser lutar contra as desigualdades sociais e garantir possibilidades de transformações da sociedade liderada pelo espírito de solidariedade entre as pessoas.

Existiu, por meio da Associação São Vicente de Paula, uma preocupação em regularizar a situação dos moradores, elaborando documentos referentes ao levantamento das famílias com vários dados. Isso se deu no perfil do grupo que estava sendo desapropriado, fortalecendo as mobilizações e as estratégias para conter a obra.

Figura 8 – Reuniões dos moradores da Lagoa do Mato



Fonte: arquivo pessoal cedido por Amaral (1990).

Durante os momentos de reuniões (Figura 8), as pautas sempre eram desenvolvidas conforme as urgências e as demandas. Agentes intermunicipais integravam essa luta como interlocutores da comunidade tais como: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), as

Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a liderança religiosa local e outros representantes da sociedade civil. O objetivo era ajudar a comunidade a se defender de forma organizada, reivindicando e mobilizando.

As reuniões, mostradas na Figura 8, que a comunidade fazia entre si tinha o objetivo de fortalecer as reivindicações, estabelecer o diálogo e o envolvimento da comunidade. Esses encontros eram bem participativos com a presença de um coletivo representado por mulheres, homens e crianças, demonstrando uma memória de luta. Um informante diz que “[...] várias reuniões com os representantes legais de todos os segmentos da sociedade, Codevasf, Queiroz Galvão” (REP04, 2021).

A Associação São Vicente de Paula⁴⁰ tinha autonomia para representar, e organizar o movimento dos trabalhadores ribeirinhos e camponeses em defesa da terra. No início, a luta era solitária, cada um lutava pelos seus direitos, mas, com a formação da associação, entenderam a importância da luta do grupo por meio da associação e por meio dos canais legais, o sindicato dos trabalhadores.

Todos os processos vivenciados pela comunidade em relação à postura da Codevasf trouxeram aprendizagens; os moradores compreenderam que as ameaças se resolvem com luta, que cabe aos ameaçados articular, juntarem-se para serem mais fortes, essa memória de luta na verdade é dos muitos momentos no coletivo. Esse processo contou com a figura da mulher, imprescindível para organizar os movimentos de resistência, afinal, foi através da ação coletiva que a luta teve força e os direitos foram reivindicados.

Um fato revoltante, segundo os moradores, girava em torno das estratégias do órgão que usava da ingenuidade de alguns moradores para enganá-los. A intenção era que eles aceitassem a desapropriação sem questionar, e sem ter conhecimento do que realmente seriam as consequências. Segundo M.O.C. (2023),

[...] em termos de luta, da barragem, mesmo antes, por isso que teve a necessidade dessa união para o povo não ser enganado mais, porque esse povo já tinha tentado enganar esse povo uma vez. Onde apareceram as pessoas, com papéis em branco, colocando toda a população para assinar. Isso nada mais era nada menos do que uma autorização do povo da Lagoa do Mato para a construção da barragem, [...] As assinaturas eram como se estivesse cedendo as terras para poder construir a barragem. E isso estava caracterizando que poderia ser uma desapropriação. Na época dirigente da Igreja Católica, o Padre Pedro, e as freiras a Irmã Cláudia, a Irmã Amália, a

⁴⁰Anexo H: No ano de 1989 o presidente da associação São Vicente de Paula era o Sr. José Carlos de Oliveira e Vice-presidente o Sr. Carlindo Erginio do Amaral.

Anexo C - Documento lavrado pela Associação São Vicente de Paula.

Anexo D - Documento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim em reunião da comunidade Lagoa do Mato- Paramirim- Ba.

Irmã Clementina, junto com alguém do sindicato ficaram sabendo também, mas a força maior foi do Padre Pedro. Ele ficou sabendo disso e foi em socorro desse povo. E ele começou a ir nas casas, porque nessa época não tinha igreja, não tinha comunidade de base, não tinha como reunir ninguém. Ele começou a ir nas casas e alertar toda a população, todo o povo, todas as famílias, para não assinar nada, que não era para assinar, que era perigoso e começou a explicar. O povo entrou em desespero, essas assinaturas conseguiram tomar essa assinatura de volta. E foi aí que o povo foi ficando esperto. (M.O.C., 2023, grifos nossos).

Convencer é uma tática do Estado para permitir os projetos que justificam a manobra em comunidades tradicionais. Segundo M.O.C. (2023), para conter o avanço desse ato ilícito que era colher assinatura de forma não consensual, algumas lideranças provenientes de grupos religiosos comunitários e da própria organização sindical mobilizaram-se para dar conhecimento à comunidade dos riscos oferecidos. Um ponto importante é que essas lideranças fortaleceram a comunidade no que diz respeito aos direitos. Contudo, a memória de luta da comunidade nasce das primeiras reivindicações contrárias à construção do projeto e da luta em prol da “terra por terra, casa por casa”. As lutas são motivadas por interesses diversos entre as partes já mencionadas, essa relação pode ser contextualizada pelas contradições do capitalismo.

“A vontade de lutar vinha das suas próprias entranhas”

Ainda a respeito da luta, que tinha foco e objetivos determinados, a motivação partia das circunstâncias às quais eram impostas, tudo estava em jogo, inclusive as condições para a manutenção da própria vida. Segundo o/a informante a seguir,

A comunidade da Lagoa do Mato, hoje, ela é tida como exemplo por muitas pessoas, porque foi um povo que criou forças para lutar. A vontade de lutar vinha das suas próprias entranhas. A vontade de vencer era muito grande. Para ninguém tomar suas terras, para não deixar assim... Os pais lutavam ali para não ver seus filhos. E aí, como é que vai ser meu filho? Onde é que a gente vai? A gente vai morar na rua? A gente vai perder tudo que a gente tem? Como que a gente vai ser? Aquelas pessoas já idosas, e os idosos, como que vai ser esses idosos? Como que vai ser essas crianças? Em minhas terras, hoje eu planto feijão, hoje eu planto milho, hoje eu tenho minha rapadura, e amanhã eu vou ter o quê? Eu não vou ter nada. Vou passar fome, a gente vai morrer, todo mundo vai morrer. Ninguém tinha profissão lá. Qual era a profissão que aquele povo tinha? Aquela povo só sabia plantar. (M.O.C., 2023).

A luta era caracterizada por vários motivos. Entretanto, conseguir defender as terras era crucial, ou, pelo menos, manter as mesmas condições que já existiam. Era difícil conviver com as incertezas do futuro. Para alguns, era a morte, não no sentido da perda da vida, mas de

alguma forma de uma tristeza profunda de não conseguir mais ter força para o recomeço. Em outras palavras, os efeitos desses sentimentos provocam danos psicológicos, a causa da depressão que pode ter vários fatores, principalmente por uma combinação de sentimentos e desgosto. Diante do relato, ficou perceptível a preocupação com os idosos devido a maior vulnerabilidade em relação à saúde física e mental.

Para os idosos, a saída da Lagoa do Mato significava a perda de autonomia para realização de suas tarefas e a redução de suporte social e comunitário; ainda ocasionou isolamento, angústia, ansiedade e muitas incertezas por não poderem viver sua história da maneira planejada. Todos esses fatores contribuem para o aparecimento de sintomas de adoecimento que se acentuaram em alguns idosos, especialmente pela desmotivação em viver, pois houve sofrimento e uma experiência de vazio e desengano, causando a morte de alguns deles. Também trouxe como consequência o luto às memórias, o que têm significados diferentes para os idosos, sem perspectivas de vida, que não se adaptam facilmente à mudança abrupta de suas moradias, à perda dos vínculos sociais, comunitários e familiares.

O desejo de vencer tem um sentido único, uma força que vem da resistência de um povo que insiste em não permitir que apaguem suas memórias. A vitória talvez seria por sobreviver a tantas incertezas e perdas, a remoção dos lares, trabalho, relações sociais, pelas dificuldades de adaptação às novas realidades, pelo constrangimento e humilhação. A vitória ainda pode ser interpretada como uma forma de sobreviver às injustiças, as diversas violações dos direitos, cotidianamente. Desse modo, as formas como essa realidade tem seus efeitos materializados nessa história imprime o que é ser atingido por barragem.

Nem todos tinham conhecimento dos direitos, visto que estavam fragilizados com as situações de violações, estavam desprotegidos socialmente e, principalmente, sem assistência daqueles que deveriam ser os responsáveis em afiançar a segurança. Nesse sentido, os dispositivos e a implementação de políticas públicas deveriam estar em consonância com a questão da luta em promover justiça e equidade social. Uma estratégia usada pelos órgãos expropriadores para impedir a mobilização social dos proprietários rurais foi, além da sonegação de informações, a busca por negociações individuais responsáveis pelos pagamentos realizados por advogados da Codevasf.

Do ponto de vista da memória, as lutas de classes sociais foram intensificadas pelo fenômeno do capital, uma herança de uma sociedade que expropria o trabalhador do campo. Esse processo traz como consequência amarguras como: separação do camponês e do ribeirinho da sua história de vida e passa a ter como solução para sobrevivência, unicamente, a venda da sua força de trabalho, de modo a inseri-lo no processo de subordinação do capital.

“Era uma guerra pelos nossos direitos”

O sentido de direitos é diverso, restringimos aqui em falar do direito numa perspectiva e numa experiência concreta de luta de uma comunidade expropriada de suas terras, em consequência da construção de uma barragem, comunidade vítima da violência empreendida pelos projetos que marcam a história de vida dessas pessoas, impactando-as. É notória a fúria de um estado que defende os interesses do capital com ambições e traços capitalistas, pivô do sistema social que se beneficia, enquanto suprime o direito de agricultores que defendem o direito pela terra para manter o trabalho e as condições materiais. A defesa da comunidade acontecia diariamente, no relato das mulheres, das crianças que aclamavam para não consumir com a expulsão das terras,

Ali era só isso, só isso. Não era uma guerra de querer poder, de enfrentar o poder, não. **Era uma guerra pelos nossos direitos. Era uma batalha. E a gente via pessoas ali chorando.** Mulheres chorando. Crianças chorando. E pedindo e clamando para parar. Porque ninguém ia sair dali. Porque ninguém ia tomar nossas terras. A gente cantava. A gente louvava. Outra hora, pegava sanfona e tocava. Mas estávamos ali lutando. Muita luta, muita luta. (M.O.C., 2023, grifos nossos).

A questão apresentada, segundo a informante, não se tratava de uma disputa para ver quem ia ganhar ou perder, mas, para a comunidade, todo o esforço era válido para chamar atenção da sociedade. Por esse motivo, a mobilização contava com momentos em que os membros cantavam, oravam, tocavam. Todo o esforço era para sensibilizar sobre o problema que eles viviam e a mobilização era com o intuito de defender os direitos.

A batalha era assegurar o que tinham na Lagoa do Mato. Nesse sentido, os relatos orais apresentam de forma clara quais objetivos impulsionaram a luta; o foco traçado era a indenização, direito à casa e à terra nas mesmas condições que esses tinham. Segundo M.O.C. (2023), “Quando eu falo sobre direito a gente a tava buscando nossos direitos aquilo que era direito do povo da Lagoa do Mato é o direito de receber por aquilo que a gente tinha que era uma indenização justa”. Era um movimento justo, mas sem reconhecimento de quem mantinha interesse pela barragem.

Sobre essa questão ainda acrescentamos o direito às terras e aos territórios, condições materiais, sociais e culturais que, por vezes, eram enfraquecidas por propostas infundadas e pelo discurso dos representantes da Codevasf que diziam que a barragem sairia de qualquer jeito, com ou sem o consentimento deles, o objetivo era desmotivar e convencê-los a abrir mão dos direitos. Explica a/o informante que “Foi um período muito difícil, lutamos para os moradores da Lagoa do Mato terem os seus direitos”. (M.O.C., 2021)

No tocante à reparação, é importante pontuar que não se trata de atribuir um valor monetário àquilo que se tem estima e apego. É difícil dizer em que medida se pode reparar um direito de quem perdeu exatamente tudo, incluindo a sua própria história, nesse caso, o direito seria uma forma mínima de garantir o que eles tinham e o que estariam perdendo materialmente. Segundo a tradição oral, o “[...] direito pelo que a terra valia para a gente se fosse colocar em termos de sentimento não teria preço, ainda assim, queria pagar muito menos do que valia” (M.O.C, 2023).

Obviamente que, por se tratar de aspectos subjetivos, imateriais e simbólicos, cada espaço tinha um valor incalculável que ultrapassava o valor da benfeitoria, que é visível e abrange prioritariamente a economia. Essa relação e distinção entre direito e benfeitoria é de fundamental importância para se entender o conflito entre os agricultores e o órgão. Apesar de muitas vezes as benfeitorias aparecerem em primeiro plano, a luta é por um direito que é inegociável, pois jamais podem ser alterados ou flexibilizados, independente da vontade de uma das partes, como por exemplo: moradia, trabalho. Sendo assim, o direito dos atingidos deve ser priorizado e garantido.

A garantia de reparação justa dos danos morais, materiais e imateriais que sofreram é uma questão recorrente aos atingidos, tanto que a luta é de décadas, mas só em 2023 que a nova legislação, Lei nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023, Art. 1º, institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB), implementando o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB).

O ganho para os atingidos de barragem é, sem sombra de dúvidas, um avanço. Contudo, ainda precisa de muitas políticas públicas que olhem de forma eficiente, que possibilite equidade para os grupos minoritários. No Art. 3º da referida Lei que deve garantir participação, informação e negociação do Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB) consta:

I - reparação por meio de reposição, indenização, compensação equivalente e compensação social, II - reassentamento coletivo como opção prioritária, de forma a favorecer a preservação dos laços culturais e de vizinhança preexistentes na situação original; III - opção livre e informada a respeito das alternativas de reparação. (BRASIL, 2023).

A reparação pelos danos morais, individuais e coletivos, decorrentes dos transtornos sofridos em processos de remoção está também incorporada no Art. 4º que discrimina direitos como um processo de participação informada e negociação do Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB). No caso concreto, são direitos das PAB que

exploram a terra em regime de economia familiar, como proprietários, meeiros ou posseiros, assim como daqueles que não se enquadram em uma dessas categorias, mas tenham vínculo de dependência com a terra para sua reprodução física e cultural:

I - reparação das perdas materiais, composta do valor da terra, das benfeitorias, da safra e dos prejuízos pela interrupção de contratos; II - compensação pelo deslocamento compulsório resultante do reassentamento; III - compensação pelas perdas imateriais, com o estabelecimento de programas de assistência técnica necessários à reconstituição dos modos de vida e das redes de relações sociais, culturais e econômicas, inclusive as de natureza psicológica, assistencial, agrônômica e outras cabíveis. (BRASIL, 2023).

Na ocasião em que houve o deslocamento forçado, não foi avaliada nenhuma das questões apresentadas pela referida Lei, o que só vem confirmar o quão foi violento o processo enfrentado pela comunidade. Na época, os instrumentos legais não tratavam do atingido, quem era esse sujeito e de que conjuntura social reportava. O vínculo com a terra foi um fato negligenciado nos acordos, porque não tratava realmente as características desses grupos.

É de suma importância esse dispositivo legal em que o estado brasileiro, confrontado pelas lutas sociais, cria instrumentos voltados para prevenir, enfrentar e mitigar os danos provocados por barragens, principalmente porque discrimina direitos das populações atingidas por barragens e prevê regras de responsabilidade social do empreendedor. Outro fato extremamente pertinente com relação à Lei é o do reconhecimento de quem são esses atingidos e quais as características deles, pois é uma questão crucial quando se trata do assunto. Destacamos que essa Lei tardia não resolve e nem ameniza os danos de quem passou por essa experiência. Pontuamos como algo negativo o fato de que a legislação não retroage os casos, assim como o da comunidade da Lagoa do Mato que já viveu a experiência, mas vai reparar historicamente alguns pontos que, segundo Vainer (2005), refere-se à falta de instrumentos que caracterizam um atingido por projetos de barragem.

Com relação ao que foi relatado por M.O.C. (2023), “[...] a gente sempre estava buscando por justiça para que eles fossem mais justos possíveis de pagar aquilo que realmente valia nossas terras”, fica claro que o senso de justiça requerido pela comunidade possui uma conexão lógica com reparação aos danos materiais, haja vista que os ex-moradores sentiam-se lesados, o que alimentava sentimentos, ressentimento e indignação em relação à forma como o órgão do governo atuava nas propostas dos acordos com critérios injustos. Inclusive, as indenizações tiveram impasses que até hoje são questionados pela comunidade, como já foi tratado anteriormente. Uma situação bem polêmica foi com relação às reparações aos meeiros

que desenvolviam atividades laborais na agricultura, podendo considerar que foram os mais impactados negativamente por não terem o documento da terra, e isso trouxe grandes consequências que ainda hoje são motivos de lamentações.

Fica evidente que não há interesse por parte do poder público em cumprir com os acordos pré-estabelecidos para garantir a proteção com as populações atingidas. Dessa maneira, as violações, a descapitalização das terras, a ruptura cultural e social “[...] desencadeiam o sofrimento e o adoecimento psíquico-emocional da população, que se encontra em uma realidade de desproteção social, pois a responsabilização das consequências causadas pelo empreendimento” (Cruz *et al.*, 2020, p. 12).

A violação dos direitos humanos das populações atingidas por projetos de barragens é um fato recorrente no país. A construção de políticas públicas específicas para essa população ainda é escassa, causando mais vulnerabilidade a quem vivencia essa problemática. Diante de tais fatos, em 2006, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) instituiu uma Comissão Especial para acompanhar as denúncias de violações desses direitos em processos, envolvendo o planejamento, o licenciamento, a implantação e a operação de barragens, no que tangencia a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas (CDDPH, 2010).

Historicamente, os abusos às populações atingidas por barragens são recorrentes. Para refletir sobre esse tema, analisamos dissertações e teses dos autores: Edcarlos Mendes da Silva (2010), Ely Souza Estrela (2004), Fernanda Blanco Vidal (2012), entre outros. Esses estudos problematizaram as políticas públicas adotadas pelo Estado e trouxeram relatos dos moradores das comunidades atingidas por barramentos, retratando que os impactos não se limitaram aos aspectos objetivos e econômicos, repercutindo em dimensões sociais, culturais, subjetivas e afetivas na relação com o território, reproduzindo a violação na história e na memória.

Um fato recorrente nos estudos citados é que a violação de direitos inicia ainda na etapa dos estudos, fase do projeto que remete ao medo e às constantes incertezas quanto ao futuro. Nesse sentido, concordamos com Mariana Corrêa Dos Santos (2015) que diz que as graves violações de direitos humanos acentuam as desigualdades sociais já existentes, como: falta de informação, definição restritiva e limitada do conceito de atingido e omissão das especificidades socioeconômicas e culturais das populações atingidas. Diante do exposto, podemos confirmar que o poder público, fatalmente, representa a violação de direitos ao forçar o acirramento de conflitos, o que revela que há uma disputa econômica por parte do Estado ao propor e viabilizar a construção de barragens.

4 HISTÓRIA DA PROPRIEDADE DA TERRA EM PARAMIRIM-BA

As terras pertencentes ao município de Paramirim-BA foram habitadas por índios tapuias, desde o século XVII, os quais faziam parte de uma grande sesmaria, a Casa da Ponte, do mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito; era uma “espécie” de feudo pecuarista, localizada entre a Serra Geral e a Chapada Diamantina. O município era um importante corredor de fazendas criadoras de gado bovino, pelas boas condições geográficas.

Paramirim, que na língua tupi-guarani significa “rio pequeno”, processou-se às margens do rio de mesmo nome, em torno do qual desdobrou a trajetória histórica e a organização social, econômica e cultural da cidade, dada sua emancipação, em 16 de setembro de 1878.

O rio nasce nos contrafortes das Serras das Almas, Preto e Pau Amarelo, pertencentes ao complexo geomorfológico da Chapada Diamantina, e tem suas cabeceiras localizadas nos municípios de Paramirim, Érico Cardoso e Caturama. Desenvolve-se, ao longo desses tributários, em território e extensa planície denominada Serra de Água Quente até a Cachoeira dos Balaios onde recebe água do Riacho Barreira pela margem direita; e pela esquerda, do Riacho Tamboril, estendendo-se até a Cachoeira dos Balaios⁴¹. Ao longo do seu curso, as águas do rio Paramirim são represadas por numerosos açudes de madeira, formando pequenos lagos que favorecem a irrigação das terras laterais.

Esse rio que irriga, abastece e fecunda as terras às suas margens foi determinante para que imigrantes ocupassem e permanecessem na região denominada “O Verde Vale do Rio Paramirim”⁴². Segundo Martins (2005),

Essas terras fossem direcionadas aos investimentos do português Antônio Ribeiro de Magalhães, que as adquirindo, aportou-se nelas e assim iniciou o processo civilizatório com o seu núcleo no então “Arraial dos Ribeiros”, hoje cidade de Paramirim. Com a permanência e o estabelecimento dos vários filhos do casal de portugueses Antônio Ribeiro de Magalhães e de D. Maria Joaquina da Conceição, a ocupação das terras tornou-se inevitável. Assim as vastas áreas de terra denominadas de fazenda foi se dividindo e transferindo de donos em donos onde também núcleos formadores de famílias que de uma maneira ou de outra contribuíram para o

⁴¹ Ao longo do seu curso, o Rio Paramirim corta os municípios de: Érico Cardoso, Paramirim, Caturama, Rio do Pires, Ibipitanga, Macaúbas, Boquira, Oliveira dos Brejinhos e Morpará, servindo entre alguns deles de marco divisório natural. Banha as cidades de Érico Cardoso, Paramirim e Caturama (Margem esquerda), Rio do Pires e Ibipitanga (Margem Direita), todos descendo o seu itinerário (Domício, 2018).

⁴² O território estudado por Martins entre as áreas de Água Quente, Paramirim e Caturama foi denominado de “Verde Vale do Rio Paramirim” nome dado ao seu livro. Ele refere a vastas áreas de terras denominadas fazendas, que foram se dividindo e transferindo de donos, formados por núcleos de familiares que contribuíram para o desenvolvimento regional (Martins, 2005, p. 13-14). Usaremos nesta seção a mesma denominação de Martins por se tratar da parte específica que ilustra a formação do território em Paramirim-BA.

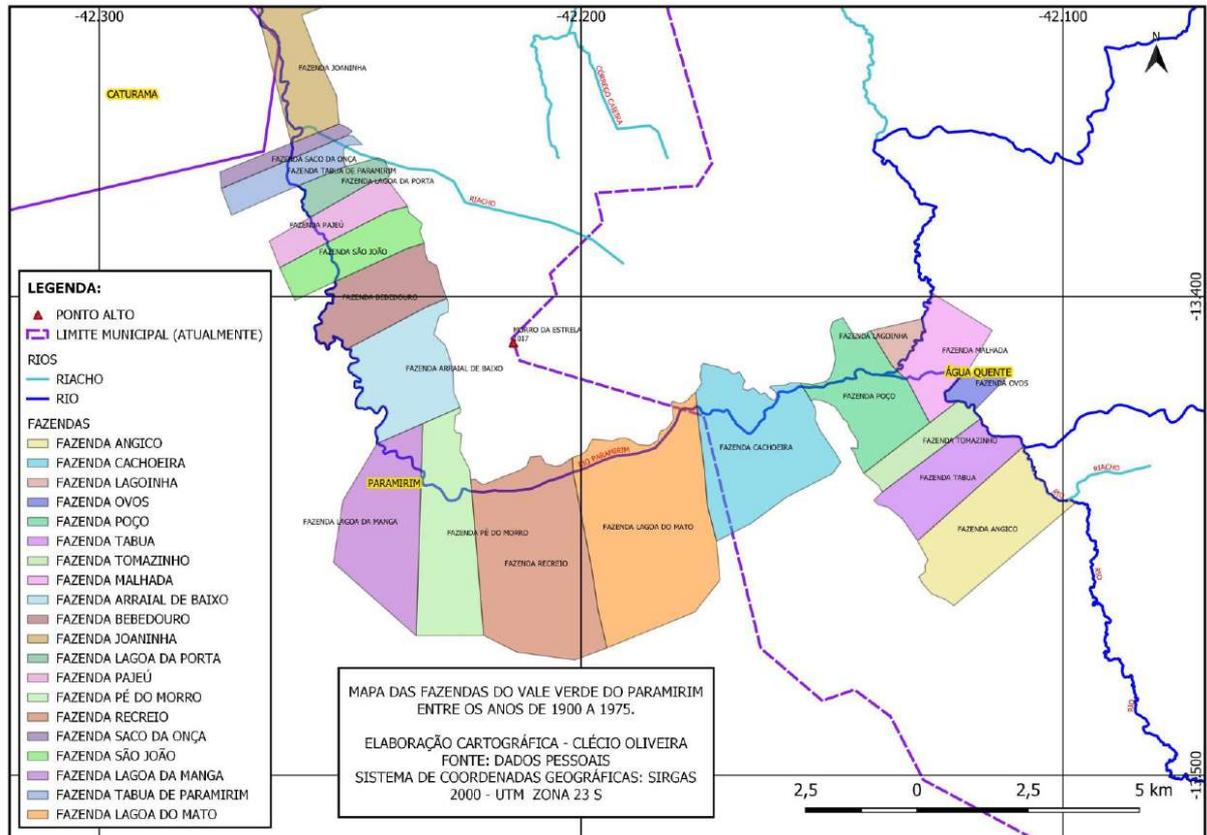
desenvolvimento regional. As subdivisões em decorrência do processo sucessório foram inevitáveis até chegar os dias de hoje em pleno processo de reforma agrária, ditado pela própria natureza, sem quaisquer casuísmos ideológicos, ou disputa fundiária. (MARTINS, 2005, p, 13-14).

A aquisição do Arraial dos Ribeiros corresponde a quase totalidade da área do distrito sede do atual município de Paramirim (Canabrinha). Inicialmente, adquirida pelo advogado Joaquim de Souza Canabarro, em fevereiro de 1797, mas a sua viúva, D. Quintiliana Maria de Souza, e seu genro Jean Pinto de Souza, venderam a fazenda do Arraial dos Ribeiros e de seus “arretiros” (Lagoa do Mato, Umburana, Santana, Conceição, Maracujá e Vereda) juntamente com tudo que havia em sua posse.

A formação das propriedades constituídas no Vale Verde do Rio Paramirim deu-se em decorrência da necessidade de aumentar a produção agrícola e a pecuária nas margens do rio. Essas atividades estenderam suas fronteiras para as regiões entre os municípios de Água Quente (Érico Cardoso), Paramirim e Caturama, por consequência do núcleo de povoação que hoje compõe a parte rural dos municípios já citados.

Esse processo de formação gradual foi responsável pela constituição em parte da região e serve para ilustrar a propriedade das terras em Paramirim. Por tais questões, traçamos em recorte que permite contextualizar e analisar a ocupação e a estrutura fundiária, situando a sucessão da propriedade das terras no Vale Verde do Rio Paramirim, especialmente com movimentos importantes para compreender os interesses que circundam a proposta futura da barragem em Paramirim.

Figura 9 – Mapa de Fazendas entre Paramirim, Água Quente e Caturama, no período de 1900 a 1975



Fonte: elaborado por Clécio Oliveira com dados fornecidos pela autora (2021).

As terras encontravam-se distribuídas no território mostrado na Figura 9, despertavam interesse por serem agricultáveis, e a essas circunstâncias soma-se a situação geográfica privilegiada. A posse da terra dava-se, também, pelas próprias condições de sucessão através de venda e de troca; entretanto, a que mais sobressaía era a sucessão hereditária. A propriedade da terra no vale inclinou-se da própria organização social já tratada anteriormente. Dito isso, é importante pontuar que a propriedade da terra é algo construído conscientemente pelo homem. As primeiras informações que temos conhecimento não afastam as hipóteses de que essas terras foram, inicialmente, de apropriação do latifúndio, depois passaram para outros proprietários por sucessão familiar.

Ao tratarmos da propriedade da terra, um dos traços marcantes da estrutura fundiária dessa região, como já exposto, foi o aumento na área ocupada por propriedades de extensões variadas. Algumas fazendas destacaram-se ao longo das décadas, tendo como fator determinante as terras férteis entre os municípios de Água Quente, Paramirim e Caturama, como pode ser verificado no Quadro 2.

Quadro 2 – Fazendas do Vale Verde do Rio Paramirim, entre 1900 a 1975

Propriedade	Caracterização	Ano
Fazenda Angico	Latifúndio	1920
Fazenda Tabua (região de Água Quente/Érico Cardoso)	Minifúndio	1945
Fazenda Ovos	Microfúndio	1900
Fazenda Tomazinho	Minifúndio	1940
Fazenda Malhada	Latifúndio	1975
Fazenda Lagoinha	Minifúndio	1975
Fazenda Poço	Latifúndio	1972
Fazenda Cachoeira	Latifúndio	1910
Fazenda Recreio	Latifúndio	1920
Fazenda Pé do Morro	Minifúndio	1930
Fazenda Lagoa da Manga/ Novo Horizonte	Latifúndio	1930
Fazenda Arraial de Baixo	Latifúndio	1930
Fazenda bebedouro	Minifúndio	1960
Fazenda São João	Latifúndio	1930
Fazenda Pajeú	Minifúndio	1900
Fazenda Lagoa da Porta	Latifúndio	1920
Fazenda Tabua de Paramirim/Caturama	Latifúndio	1930
Fazenda Saco da Onça	Latifúndio	1970
Fazenda Joaninha	Latifúndio	1970

Fonte: adaptado de Martins (2005).

Com base no Quadro 2, podemos perceber que a quantidade de propriedades estava assim distribuída: 12 (doze) latifúndios, compreendendo a maioria delas; seis minifúndios e um microfúndio. Esse fato justifica como se deu o fluxo migratório na região, permitindo-nos concordar com os estudos de Neves (2008; 2016), Jambeiro (1973) e Martins (2005), que confirmam a origem do povoamento das terras, precisamente do Pico das Almas no limite dos municípios de Água Quente e Rio de Contas. Esse processo ocorreu por consequência do

deslocamento dos Portugueses, que se estabeleceram em função da exploração do ouro. Com o declínio da produção de ouro nas minas do Morro do Fogo, alguns portugueses desceram pelas margens do rio Paramirim e começaram a desenvolver atividades de agricultura e pecuária. Essas atividades permitiram a aquisição das prioridades que foram divididas e transferidas de donos e que também se originaram dos núcleos formadores de famílias que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para as sucessões das terras da região.

Nesse sentido, é bem provável que a formação territorial da região do Vale Verde do Rio Paramirim se constituiu pela exploração, inicialmente, do ouro e, posteriormente, das terras. Um exemplo dessa história foi a fazenda denominada de Angico, em Água Quente, um latifúndio que pertenceu ao português Manoel José Viana, sucedido pelos proprietários Cel. José de Souza Spínola e Eustáquio Ribeiro, e depois passou para o herdeiro Leobino Ribeiro de Azevedo, em 1920.

Fruto do desmembramento da fazenda Angico, após vinte e cinco anos, surgiu a fazenda Tabua, ainda propriedade do Cel. José de Souza Spínola que passou para o herdeiro Florivaldo Chaves, por volta dos anos de 1945. O que nos parece, sobre essa propriedade, é que realmente a transmissão de donatários aconteceu por sucessão hereditária ou compra procedida entre os entes familiares. Dessa mesma forma ocorreu também com as fazendas Ovos, Tomazinho e Malhada.

A fazenda Lagoinha, considerada um minifúndio, por volta da década de 1975, pertencia ao coronel Liberato José da Silva e, posteriormente, aos proprietários Cel. Antônio José Cardoso, Joaquim Rocha e João Martins Spínola, respectivamente. Na ocasião em que João Martins Spínola foi proprietário, essa propriedade, juntamente com as fazendas Malhada e Engenho dos Cardoso, formava o maior complexo produtor de cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura.

A partir do exposto, parece-nos ser bem provável que algumas fazendas tinham um potencial rentável economicamente. A fazenda Poço, maior propriedade em extensão de terras irrigadas, um latifúndio que possuía açude próprio, o que permitia plantar o ano todo, garantia pasto para os animais e água em abundância. Essa fazenda pertenceu ao coronel Liberato José da Silva em consequência de ele suceder o Coronel Juvêncio Antônio Pereira, na sequência, passou para o Cel. Francisco Rodrigues Brasil e, posteriormente, para José Pereira Brasil, assim sucessivamente.

Em parte, as propriedades do Vale, situadas em Cachoeira, município de Água Quente, pertenceram ao capitão Eustáquio Ribeiro que passou por sucessão hereditária aos seus descendentes. Consideradas um latifúndio às margens do rio, as fazendas tinham

delimitação entre os dois municípios de Água Quente e Paramirim, estabelecendo fronteiras pertencentes a Paramirim, ao Morro da Estrela e ao Arraial dos Ribeiros. A transação de transferência de posse de titularidade dessas terras para Maria Rosa Vieira de Magalhães, mulher do Sr. Urbino de Magalhães e Silva, consta no testamento do Cel Juvêncio Antônio Pereira.

Esse fato leva-nos a conjecturar que a Lagoa do Mato e adjacências tenham sido provavelmente de um único dono, Luiz Ribeiro de Magalhães, pai de Eurípedes Ribeiro de Azevedo, o qual vendeu parte do sítio Engenho Grande⁴³ por ocasião de 1980, à Codevasf.

As fazendas denominadas de Recreio e Lagoa do Mato situam-se à margem esquerda do rio Paramirim, de propriedade do capitão Ernesto de Oliveira Martins e sua esposa Bernardina Chaves Marques, e, atualmente, possui como proprietário Antônio Leão Caires. As fazendas destacavam-se na produção agrícola de feijão, arroz e milho. Sobre a reconstrução histórica, geograficamente, a Lagoa do Mato limita-se com a fazenda Recreio, como mostra a Figura 9.

Com relação à Fazenda Pé-do-Morro, além de ser a mais próxima da cidade, destaca-se na produção agrícola. Nela estão edificadas casas centenárias onde funcionava um seminário de formação católica no final do século XVIII; essa fazenda pertenceu aos herdeiros de José Carmelino Vieira.

É bem provável que a fazenda Lagoa da Manga, Figura 9, cujo nome após a transição passou a ser fazenda Novo Horizonte, teve no passado os proprietários Capitão Ernesto de Oliveira Martins, sucedido pelo Capitão Martiniano Ribeiro de Magalhães e sua mulher Ana Efigênia Brandão. Em seguida, essa Fazenda foi adquirida pelo Cel. Francisco Rodrigo Brasil. A essa aquisição foram incorporadas as áreas denominadas de José dos Santos e Lagoa da Passagem. Essa fazenda, mostrada na Figura 9, era localizada na margem esquerda do rio Paramirim, residida pelo Coronel Francisco, mais conhecido como Chiquinho Brasil, um dos maiores articuladores políticos da região, maior planejador das decisões políticas administrativas para a produção agrícola (Martins, 2005).

A Fazenda Arraial de Baixo, propriedade considerada, basicamente, o berço da família Cruz, pertencente ao casal Quincas Cruz e Ana Rita Bittencourt Cruz, é fruto da sucessão hereditária. Essa propriedade ficou para o herdeiro Antônio Bittencourt Cruz e está situada à margem direita do rio Paramirim.

⁴³ Engenho Grande fazia fronteiras com Água Quente e Paramirim.

Ainda sobre a constituição das áreas do Vale Verde Figura 9 situa a fazenda Bebedouro que pertenceu a Leobino José Rodrigues. As demais fazendas estão localizadas na mesma área, uma subsequente à outra, são elas: São João, Pajeú, Lagoa da Porta, Tabua de Paramirim, Saco da Onça e Joantina, todas mostradas na Figura 9, apresentam características similares dadas às condições da região.

A propriedade do São João pertencia ao coronel Hermelindo Ribeiro de Magalhães, importante líder político da região. Localizada às margens do rio Paramirim, é composta de terras férteis e agricultáveis, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da pecuária. Após divisão por sucessão hereditária, passou a ter como proprietária a segunda geração do Cel. Emergindo.

A fazenda Pajeú estende seu território às margens do rio, igual às demais propriedades, como aponta a Figura 9, com ótimas condições para o desenvolvimento agropecuário regional, em consequência da localização e das condições favoráveis da área. Um fato que pode ser considerado como um aspecto responsável pelo crescimento da fazenda Pajeú e demais fazendas foi o envolvimento político de Cel. Leopoldo de Souza Leão, um articulador na política local do município de Paramirim, sendo o primeiro intendente, nomeado no ano de 1902 (MARTINS, 2005).

Dos caminhos apresentados em relação à propriedade da terra no Vale Verde do Rio Paramirim, fica evidente que a sucessão da propriedade foi um fator central e estratégico de sobrevivência das famílias que por aqui se instalaram. A sucessão hereditária dos territórios ocupados permitiu a permanência e o acesso às terras pelos membros da família, através do processo de heranças ou de apadrinhamentos, compra ou outras formas de sucessão. Esse fenômeno busca compreender de maneira concreta a experiência humana no processo da estrutura fundiária no Vale Verde do Rio Paramirim.

Ao descrever sobre o processo histórico em diversas partes da Bahia, das terras do Alto Sertão da Bahia, Neves (2008) descreve sobre a ocorrência, a concentração e o domínio de latifundiários. Para ele, o fluxo migratório no território delineou a “[...] estrutura fundiária do Alto Sertão da Bahia, no século XIX, caracterizado pelo grande número de pequenas e médias unidades agrárias, entremeadas por menor número de grandes domínios, estrutura que permaneceu, iniciando-se o século XX” (NEVES, 2008, p. 109-113). Esse processo, segundo o autor, intensificou-se por toda região, incluindo o Vale Verde do Rio Paramirim, pois os grandes proprietários herdeiros originaram outros titulares, fragmentando a propriedade em unidades menores, com benfeitorias pelos próprios donos e suas famílias. No caso das

propriedades em Paramirim, foi resultado das partilhas por herança, como explica Jambeiro (1973, p. 93):

A sub-divisão das propriedades em Paramirim parece ter resultado da partilha por herança. Fala-se que as partilhas foram forçadas porque houve muita compra de “partes” por pessoas que haviam ganho algum dinheiro trabalhando ou comerciando em São Paulo; deve-se assinalar este ponto porque nas regiões brasileiras consideradas mais “arcaicas”, continua existindo o costume de deixar a herança indivisa entre herdeiros. Pode estar havendo, por outro lado, o início de uma reversão à concentração de terras, pois é voz corrente no município que os que enriqueceram explorando os transportes e o comércio tem comprado ultimamente muitas terras. As terras situadas nas baixadas irregulares dos vales dos rios e que por isso podem ser aproveitadas para o plantio do ano todo tem alcançado preços bons e uma valorização crescente. Terras devolutas talvez só existam no carrasco do seco, terra árida, ao que parece sem dono, pois o gado das propriedades é aí solto no inverno. Não havendo mapas com localização das propriedades, é difícil dizer.

Esse fenômeno também vai trazer os contornos sobre a constituição dos meios de produção, a terra, na mão de uma única pessoa. Notamos que a reversão à concentração de terra dividida dá origem à classe de pequenos proprietários e de camponeses. Os processos da propriedade da terra por partilha através de herança, levaram-nos à compreensão de que em Paramirim existiram destaques às terras situadas nas baixadas por estas possuírem um valor econômico maior, em função do aproveitamento dos recursos naturais: a água e a terra.

Esse foi um dos motivos por que as terras estavam concentradas em poder de um determinado grupo de interesse e de poder aquisitivo diferentes dos demais. Na lógica capitalista, posteriormente, esses grupos se beneficiariam com a construção da barragem, pois se interessavam por terras de boa qualidade e que, obviamente, não cederiam para a barragem se não fosse lucrativo.

O quadro 2, torna evidente a concentração de terras dos latifundiários. Abordaremos o conceito de latifúndio para esclarecer que nossa intenção neste momento não é centrar de forma aprofundada nos referenciais que o fundamentam, mas no instrumento legal anunciado nos documentos, como o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, 30/11/1964), que esclarecem o conceito de latifúndio⁴⁴ inserido na possibilidade de tornar a terra propriedade privada, com

⁴⁴ No que concerne ao conceito, latifúndio corresponde uma grande extensão de terras, geralmente improdutivo ou escassamente explorada (Brasil, 1964). Para os efeitos dessa Lei, definem-se: V - "Latifúndio", o imóvel rural que: a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, dessa Lei, tendo em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural. O Decreto 84.685/80, art. 22, II, ao regulamentar o disposto nos artigos 40 e 46 da lei 4.504/64, com redação nova e mais clara, passou a classificar o latifúndio por dimensão como sendo o imóvel rural que exceda a seiscentas

todas as implicações que podem se apresentar para a sociedade, inclusive, de latifúndio por extensão e por exploração. Dessa forma, entendemos que o conceito de latifúndio está muito além do que uma extensão de terra, como apresentado na Lei em questão. Latifúndio configura como um sistema de dominação que está na base do poder dos proprietários de terra, como uma maneira de manipulação e de controle social, sobretudo com os que têm dependência financeira e são submetidos a trabalhos desgastantes mantidos pelos grandes domínios latifundiários. Segundo Zeneratti (2017), latifúndios no Brasil está associado

[...] a grande área de propriedade privada, portanto ele não existe sem o instituto legal da propriedade, por isso nosso recorte temporal é a partir da Constituição Imperial de 1824, quando é instituída legalmente a propriedade privada no Brasil. Entretanto, antes disso, ainda durante o período de vigência da lei de Sesmarias, que somente foi extinta em 1822, o latifúndio começava a ser gestado, afinal o modelo de agricultura desenvolvido sustentava-se em grandes áreas monocultoras, que na essência eram subaproveitadas, destinadas ao mercado internacional. (ZENERATTI, 2017, p. 443-444).

O tema apresenta interpretação tanto na Constituição Imperial de 1824, como no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, 30/11/1964). Contudo, para alguns estudiosos, como Zeneratti (2017), latifúndio é demonstrado como,

[...] toda parcela de terra, independentemente de sua extensão, que não exerça a sua função social deve ser considerada latifúndio, este entendimento é mais amplo, extrapola a dimensão produtiva, pois envolve outras dimensões, como a econômica, a social e a ambiental. (ZENERATTI, 2017, p. 443).

A questão latifundiária no Brasil é tomada como um ponto não pacífico e com divergência de interesses entre os diversos segmentos da sociedade que constituem um dos fatores da saída da população do campo para as cidades, em função de várias situações da atividade econômica exploratória, como: lavoura, pastagem, agropecuária, mineração e barragens. Assim sendo, os desdobramentos e os contextos da apropriação da terra pela ação latifundiária são extremamente preocupantes, pois desintegram populações tradicionais, ribeirinhas, camponesas, quilombolas, indígenas e pesqueiras pelas investidas destruidoras do capital através de ações predatórias. Compreender essa categoria é extremamente necessário, justamente porque está correlacionado com o estudo apresentado, pois a discussão que seguirá à luz da definição conceitual de Erivaldo Fagundes Neves (2008) trata da história da Bahia e da formação socioeconômica do Brasil a partir da perspectiva agrícola e pecuarista e suas

articulações sociais. O termo latifúndio está em profunda ligação com o debate, significa dizer que

[...] a ocupação de uma determinada região ou de uma sociedade em formação deve iniciar pela caracterização dos primeiros ocupantes, procurando-se conhecer suas origens e possíveis motivações da opção por aquele lugar [...] das estruturas sócio-econômicas, inclusive redimensionando noções como a de latifúndio e minifúndio, que se flexibilizam com a intervenção de vários fatores, como intensidade da ocupação econômica e dinâmica comercial da terra. (NEVES, 2008, p. 61).

A origem e a evolução do sistema fundiário em Paramirim teriam sido consequência da colonização a partir da exploração nas minas de Rio de Contas, primeiramente, com a exploração do ouro, em consequência da obtenção de terras ocupadas. A dinâmica comercial operava na aquisição das terras que passavam por processos de ocupação por latifúndios, minifúndios e depois por divisão de herança, o que agregou outros indivíduos. Nessa dinâmica, um fenômeno presente na região de Paramirim em menor escala, mas de forma constante, era a obtenção de propriedades por indivíduos que iam para São Paulo e, ao retornarem, adquiriam propriedades. Desses retirantes, por exemplo, alguns poucos conseguiram algum dinheiro para voltar e comprar terras.

A terra comprada para comercializar gerava no campo um movimento diferente do habitual, pois antes ela era usada para plantar e colher, agora ganha uma outra dimensão no capital que é o valor em nível de comércio, ou seja, não há necessidade de fazê-la produzir. O fato de comprar ou vender agrega um benefício financeiro para quem detém sua posse.

A sucessão das terras em Paramirim seguia a seguinte escala: primeira aquisição por latifúndios e, na sequência, fazia-se divisão familiar constituída por herança. A essa divisão familiar agregavam-se outros indivíduos que saíam de Paramirim para trabalhar em São Paulo, o que contribuiu, consideravelmente, com o surgimento de novos proprietários.

Os proprietários que detinham grande parte das propriedades, há décadas na região, eram representados pela burguesia agrária comercial de Paramirim. As configurações das famílias donas da terra foram se alterando por dois motivos: primeiro, pelos proprietários de terras produtivas que geravam renda cultivando-a; segundo, as terras não produtivas eram tidas como empreendimentos. O fato é que a burguesia agrária possuía propriedades de terra para produzir dinheiro com a especulação imobiliária ou com empreendimento financeiro. A terra tornava-se um investimento ao ser negociada, como foi no caso das áreas destinadas à barragem. Esses latifúndios aos quais nos referimos foram negociadas de forma valorizada com a Codevasf no processo da desapropriação, enquanto que as famílias de meeiros, parceiros, agregados foram prejudicadas, pois suas casas, suas propriedades de terra não

tiveram agregado um valor correspondente.

Voltemos à compreensão dos fatos sobre o processo da construção da barragem do Zabumbão, no município de Paramirim, que desapropriou mais de 52 (cinquenta e duas) famílias, posto que é imprescindível problematizar: Quais os desdobramentos da construção da barragem do Zabumbão na vida das famílias desapropriadas? Quais mecanismos foram operados pelo Estado com relação à desapropriação? E, sem desconsiderar as demais questões, talvez a mais preciosa para esta pesquisa seja indagar “Qual a memória coletiva que a comunidade Lagoa do Mato tem da desapropriação?”.

Parte desse caminho foi traçado por uma divisão de debates que se confrontava em vários aspectos sobre a história da construção da barragem em Paramirim. O real propósito da obra foi, pelo que tudo indica, objeto explícito de interesses da classe dominante, como segue o relato extraído de um grupo virtual pertencente a uma rede social coletiva.

Em 1932, começa a construção do grande açude de Macaúbas, motivado pelos efeitos da seca que nesse ano imperava no sertão da Bahia. Em 1932, começa também os primeiros ensaios para construção da Barragem do Zabumbão no rio Paramirim. Tudo começou com um pedido do Cel. Francisco Brasil, então prefeito municipal, ao Departamento das Municipalidades, órgão ligado ao governo do estado, para indicação de um técnico a fim de estudar as possibilidades de construção de um açude no rio Paramirim pela prefeitura em cooperação com o Ministério da Viação. Por conta dessa solicitação, o governo estadual designou o engenheiro Fernando Marques que chegou a Paramirim no dia 15 de janeiro de 1939 e, logo, partiu para o cumprimento de sua missão, conforme foi comunicado por telegrama ao referido departamento. Assim sendo, esse foi o primeiro estudo oficialmente realizado para construção da Barragem do Zabumbão, cujas despesas de transporte e hospedagem do técnico designado mais operários empregados na picada e demais serviços somaram dois contos, cento e setenta e nove mil reis (2:179\$000) pagos pelos cofres do município de Paramirim. Os resultados desse estudo podem ser lidos no relatório da prefeitura de Paramirim dirigido em 19 de fevereiro de 1940 ao Governador Landulpho Alves de Almeida, sintetizado nos seguintes dizeres: “ Tomando como ponto de partida para a realização de uma grande obra que possa futuramente preservar o município das secas periódicas, a prefeitura custeou o estudo técnico da construção de uma barragem no lugar Zabumbão”, a dois quilômetros d’esta cidade, no rio Paramirim, cujos serviços foram confiados a um engenheiro do Departamento das Municipalidades o qual, em seu relatório, diz ser o lugar escolhido de vantagens excepcionais. (BELARMINO, 2021).

Tecidos de fatos e acontecimentos políticos seriam os motivos e interesses para a construção da barragem em Paramirim, haja vista que se vislumbrava uma “grande obra” com o intuito de reservar água para os períodos de seca. Isso traçaria os desdobramentos futuros das desavenças pelo domínio político e local entre famílias tradicionais da região. Documentos informam que “Em 1908, o Coronel Francisco Brasil Rodrigues da Silva

(Chiquinho), inicia-se na vida política como delegado de Polícia, para, depois, transformar-se em prestigioso chefe, no município” (IBGE 1958, p. 99). Ao assumir a chefia da vila, pouco antes de se tornar o conhecido Cel. "Chiquinho Brasil", que governou por décadas a cidade de Paramirim, com objetivos e pretensões diversas, foi proprietário da fazenda Lagoa da Manga, posteriormente, Novo Horizonte, categorizada como latifúndio. As aspirações políticas de Chiquinho sempre conjecturaram o interesse por parte também do governo da época em desenvolver o projeto da barragem. Assim, o técnico do órgão relata,

Eu cheguei aqui em 1978 trabalhando na EMATER-BA um órgão de extensão do Estado. Eu conhecia a Lagoa do Mato quando a gente fazia uns projetos de agricultura lá. Era uma comunidade organizada, todos moravam lá. Mas tinham em mente que um dia teriam que sair por causa da construção dessa barragem do Zabumbão. [...] Falava dela desde de 1935 segundo um dos mais velhos aqui, aí com o desenrolar do tempo em 1980 para 1982 começou os trabalhos da barragem. (A.H.B.A., 2021).

A informante recorda que a história da construção da barragem confirma os reais interesses por parte do Governo do Estado que, de forma irredutível, mantinha o projeto da barragem.

Hoje eu estou com 49 anos de idade e desde quando eu entendo, ouvia falando sobre essa barragem lá da Lagoa do Mato. Eu era moradora de lá, meus avós já falavam que desde a época deles, crianças até rapazes novos, que já havia essa conversa da barragem. Vinha várias pessoas fazer levantamento, eles chamavam aquilo de picada, que era para poder medir os terrenos, fazer medições, para ver qual era a área da barragem. Vinha, voltava, demorava 10 anos, voltava novamente. Essa barragem era um tormento na cabeça de todo mundo. Porque toda vez que se falava nisso, não tinha certeza para onde ia, o que ia acontecer, se esses moradores iam ser expulsos, porque era essa a conversa. O governo não queria nem saber sobre nós. Queria construir a barragem e que todo mundo ia ter que sair, simplesmente ia sair. Então, toda vez que falava, havia muito choro, muito choro das pessoas mais velhas. (Interrupção, bateu na porta). Pois é, então, tinha toda essa problemática, esse medo de toda a população. Era tanto que essa comunidade, os moradores, eles não tinham uma perspectiva de vida. Eles não tinham uma vontade de construir algo a mais. Era uma comunidade até esquecida, porque lá não tinha energia, não tinha água encanada, não tinha nada disso, porque nenhum poder público queria investir na comunidade, porque essa comunidade futuramente ia ser destruída. (M.O.C., 2023).

Um projeto idealizado há quase meia década, segundo os informantes, era do conhecimento da comunidade. A barragem seria construída, pois tratava-se de um projeto dos governos estadual e local; existiam interesses na sua realização. A comunidade era esquecida, desprovida de condições básicas, isso denota o interesse que se concentrava no lugar e não no bem-estar, desconsiderando as necessidades da comunidade. Os moradores sentiam-se

abandonados e ignorados. Esse fato também impactava-os, pois, o descaso do governo era visível ao longo dos anos.

É importante esclarecer que o período de 1980 foi o marco da construção da barragem, bem como o período mais significativo dos embates da comunidade com a Codevasf, resultando nas desapropriações das famílias da Lagoa do Mato. No âmbito político, o país encontrava-se no comando de uma ditadura militar que durou até em 1985, no qual as políticas autoritárias e desenvolvimentistas foram consolidadas por uma ideologia dominante pois, desde que chegou ao poder, a burguesia aparelhou o Estado com o objetivo de impedir as lutas dos trabalhadores.

Nessa mesma década de 1980, na economia brasileira instalava-se um quadro econômico crítico pelas graves crises com elevadas taxas de inflação. Esse período foi marcado pela expressiva campanha conhecida como “Diretas já”, em favor da participação da população através do voto direto para escolha do novo presidente, colocando fim ao exercício dos militares. Apesar da escolha pelo colégio eleitoral de um candidato civil, o processo permaneceu de forma indireta. Tancredo Neves foi eleito para Presidência da República em 15 de janeiro de 1985, morrendo meses depois, assumindo o cargo José Sarney primeiro presidente pós-ditadura militar (1985-1990).

Mesmo após o término da transição política que substituiu o regime autoritário da ditadura militar pela institucionalidade democrática seguiu-se, sistematicamente, o modelo de produção energética, mediante as edificações de hidrelétricas e grandes barragens no país, ocorridas durante o segundo governo de Getúlio Vargas, no qual foram firmadas políticas, a partir do conceito “nacional desenvolvimentismo”. Para o pesquisador Bresser-Pereira,

O desenvolvimentismo é uma prática de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico que supõe uma intervenção moderada do Estado na economia visando promover a industrialização e a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Está, umbilicalmente, relacionada com o nacionalismo econômico. É uma ideologia: a ideologia do interesse nacional em um quadro de competição e cooperação internacional. E é uma teoria: a *development economics* ou desenvolvimentismo clássico, formulada entre os anos 1940 e 1960, e, desde a primeira década do século XXI, o novo-desenvolvimentismo. (BRESSER-PEREIRA, 2018, p. 864).

Os interesses da burguesia nacional e internacional pela política econômica objetivavam a consolidação do capitalismo, com a defesa da industrialização pesada. Entendemos que “Esse modelo vigorou a partir do nacionalismo e das políticas econômicas expansionistas, com a instituição de atores estatais para atuação no mercado interno, através de bancos e empresas públicas” (FONSECA, 2004, p. 233-234).

A verdade é que o Estado brasileiro deu ênfase à construção de barragens que tinha ao seu lado as forças do mercado que buscavam constantemente transformar a água em mercadoria “[...] o conceito de mercadoria como a riqueza se apresenta nas sociedades em que dominam o modo capitalista de produção” (VICENTE, 2016, p. 72). De acordo com Marx (2023), o conceito de mercadoria⁴⁵ está na essência da sociedade capitalista. Nesse sentido, a água tornou-se uma mercadoria quando, sobre seu uso, incorporaram o lucro e a expropriação da mais-valia para operar a acumulação do capital que permitiu o desenvolvimento social com característica de dominação.

Todavia, o que menos importa ao capital, ao realizar empreendimentos de barragem, é quem será deslocado e quais condições terá um deslocado para sobreviver. Na lógica do capital, o que, de fato, é vislumbrado são os lucros, nesse caso, advindos da água, enquanto recurso natural. Com o interesse em expandir o “progresso” e o “crescimento econômico”, utilizando os recursos naturais, a apropriação da água pelo capital gerou um problema de grandes proporções.

A edificação da barragem do Zabumbão deu-se, de acordo com as diretrizes indicadas pela Codevasf, com um projeto de sistema de armazenamento de água que permitiria dar condições de perenização do rio, aproximadamente, entre os municípios de Paramirim e de Rio do Pires (CODEVASF, 2006). Para tanto, a conjuntura histórico-social, política e econômica em Paramirim trouxe conflitos sociais em desacordo com a construção da barragem Zabumbão que ocorreu seguindo as deliberações autoritárias por parte do Estado.

Notadamente, dadas as condições históricas promovidas pelo avanço do capital, a divisão social do trabalho configurou-se na alienação dos meios de produção assentada na exploração dos trabalhadores pela burguesia, através do acúmulo do capital e do controle dos meios de produção das riquezas. Nesse sentido, a dominação é o elemento que mantém o poder concentrado em um grupo, sendo responsável pela organização e pelo controle da sociedade capitalista. Logo, o enfoque dialético fornece subsídios para compreender como se dão essas relações, estabelecidas numa sociedade em que o Estado serve aos interesses de uma classe minoritária e dominante, nesse caso, a burguesia. Para tal fim, a luta de classes⁴⁶ é

⁴⁵ “O capital”, livro I, capítulo I, diz que mercadoria é , antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas de um tipo qualquer (MARX, 2023 p. 113).

⁴⁶ No centro da teoria marxista está a categoria de classes sociais tratada pela luta de classes. Essa concepção pode ser considerada uma das contribuições mais relevantes do marxismo às ciências sociais, a rica análise concreta e histórica de Marx e Engels. Há, entretanto, autores que defendem a obra de Marx, como há aqueles que são opostos. A nossa intenção não é produzir um debate sobre o tema, apontando as lacunas e divergências de algumas categorias, contudo, é permitir o debate analisado as relações que se estabeleciam para compreender os diferentes agrupamentos sociais nos países capitalistas na contemporaneidade. Assim, esse movimento social descrito por Marx não está dissociado das relações do presente (LESSA, 2006).

o ponto fundamental no qual se desenvolvem as questões sociais. É crucial contemplar a compreensão de Karl e Engels sobre a realidade social nas sociedades de classes, onde se desenvolve a propriedade privada, pois os autores elucidam que,

[...] a sociedade, até hoje, desenvolveu-se sempre no quadro de um antagonismo que, na Antiguidade, se dava entre homens livres e escravos, na Idade Média entre a nobreza e os servos e que, nos tempos modernos, opõe a burguesia e o proletariado. É isto que explica, por um lado, a maneira anormal, “desumana”, pela qual a classe oprimida satisfaz suas necessidades, e, por outro lado, a limitação no interior da qual se desenvolve o intercâmbio e, com ele, toda a classe dominante; de modo que essa limitação do desenvolvimento consiste não apenas na exclusão de uma classe como também na estreiteza da classe excludente, e que o “inumano” se encontra igualmente na classe dominante. Esse assim chamado “inumano” é, tanto quanto o “humano”, um produto das atuais relações; é o seu aspecto negativo, a rebelião – que não se baseia em nenhuma força produtiva nova, revolucionária – contra as relações baseadas nas forças produtivas existentes e contra a forma de satisfação das necessidades que corresponde a essas relações. (MARX; ENGELS, 2007, p. 416).

Dessa maneira, podemos inferir que, na ideia dos autores, essas sociedades constituídas ao longo da história apresentavam características de relações de dominação como instrumento de manutenção das hierarquias sociais. Vemos, desse modo, que ela se constitui como um espaço classista e segregacionista, no caso da sociedade moderna capitalista, sob o domínio da burguesia, e que funciona como um todo orgânico integrado, onde a vida social é indissociável das lutas e buscas por direitos.

Para Marx e Engels (2007, p. 193), o Estado teria surgido visando,

Conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.

Fica claro que o Estado reproduz a lógica da acumulação e da desigualdade, advinda da divisão do trabalho, a qual configura uma sociedade estratificada em classes. Obviamente, que esse fenômeno existente nas sociedades são as representações que os indivíduos têm da realidade, em meio a uma sociedade dividida pelas relações entre dominantes e dominados. Portanto, o estado está sob o domínio do sistema capitalista, operando em prol dos interesses de uma classe meramente burguesa. Assim sendo, a intenção é legitimar e naturalizar as relações de poder em uma sociedade, a partir da manutenção, da preservação e da proteção em sentidos diversos da ideologia de uma classe sobre outras (MARX, 2023).

Aqui encontramos, de forma óbvia, as intenções, por parte do Estado, com a construção de uma barragem pautada pelo discurso desenvolvimentista para o Vale do

Paramirim, com o suposto intuito de benefícios e progresso, ocultando os danos culturais e sociais em nome da prosperidade econômica. Desse modo, é oportuno questionarmos: benefícios e progresso para quem? Evidentemente, que não seria para as famílias desabrigadas, que lutam até hoje para reconhecimento de seus direitos ao mover uma ação judicial para cumprimento das obrigações da Codevasf.

Podemos precisar que a construção da barragem em Paramirim-Ba não foi isenta de interesses, principalmente porque favorecia de forma real alguns grupos concretos, tanto locais como da região. As alianças de classe estabeleciam-se entre governos estadual e federal, prefeitos e latifundiários da região. Esse fato leva à compreensão de como o Estado articulou, do ponto de vista do capital, para operar a expropriação da terra dos meeiros, pequenos proprietários, agregados, parceiros e trabalhadores assalariados da Lagoa do Mato.

Os contornos sobre as conflitualidades decorrentes da expropriação fornecem um conjunto de pistas importantes para compreender e estabelecer relação com o estudo aqui proposto. Recorremos à Marx (2023), em especial, a obra **O Capital**, livro I, capítulo XXIV, para tratar a respeito da “acumulação primitiva” que está intimamente ligada ao estado capitalista que define os mecanismos de poder em benesses de um grupo dominante.

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2023, p. 786).

As relações estabelecidas no início da revolução burguesa até meados do século XX conduziam a sociedade capitalista e as demais, é nelas que ocorrem a alienação total, ou seja, a separação dos produtores de seus meios de produção social. A relação capitalista apresenta-se no movimento da propriedade privada da terra e dos intensos processos de separação responsáveis por transformar a sociedade produtora de mercadorias em determinantes gerais das relações capitalistas. Esse processo de separação dos homens com relação à natureza nem sempre acontece porque o ser humano é dependente condicionalmente da natureza, o trabalho cria um novo ser, o ser social que tem lógicas próprias de reprodução que são diferentes da natureza. O ser humano e o natural reproduzem de forma precedida a formação do modo de

produção capitalista, gerando uma dicotomia de trabalho e dos responsáveis pela produção em capital. Marx (2023) disse que essas relações se estabelecem na constituição da propriedade privada, o que lhe confere uma certa razão.

Não obstante, em Paramirim-BA, as relações marcadas pelo capital destituíram as condições naturais onde a barragem foi construída. Coexistiram duas realidades contrárias entre si, ao mesmo tempo que promoveram obstáculos, o que também teve impulso para a construção. Obstáculos para alguns, porque o preço da expropriação é incalculável em todos os sentidos, principalmente porque não tinha como reparar os impactos de diversas ordens: emocional, social, cultural e econômica. Como premissa, as relações advindas do capital impulsionaram a separação entre trabalhadores e propriedade das condições da realização do trabalho, tão logo as relações capitalistas conservam as transformações ocorridas, expropriando pequenos produtores familiares.

Nesse sentido, é importante explicitar o papel específico representado pelo trabalho, como uma categoria imprescindível no desenvolvimento das classes trabalhadoras. Para tal fim, o contexto da vida tem centralidade na esfera do trabalho e das relações de produção. Essas, frequentemente, relacionadas com o capital, que dá experiência do real e do concreto, pois o trabalho é um processo de formação humana, uma atividade vital com potencial emancipatório.

Assim, buscamos entender a categoria trabalho como um aspecto que consiste num sentido e na própria humanização do ser social. Marx (2023) destaca que a categoria trabalho se materializa a partir da ação humana em interação com a natureza.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza. Ele se confronta com a matéria natural processo como um uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para própria vida, ele põem em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2023, p. 225).

O autor explicita que o entendimento de trabalho pressupõe a composição de um processo que é composto por uma atividade adequada para um determinado fim, ou seja, o próprio trabalho será desenvolvido em uma relação com os recursos da natureza, como uma de suas forças, a fim de apropriar-se. A capacidade intelectual do homem modifica e transforma a natureza; ao transformá-la, o homem transforma a si mesmo, num processo dialético e histórico. A categoria “trabalho” em sua concepção mais ampliada é uma atividade intrínseca do ser humano e a “mercadoria” é resultado da sociedade capitalista, pois a apropriação do trabalho é a forma social que o indivíduo tem para gerar valor.

Os fenômenos econômico e social que emergiram para a construção da barragem se constituíram de forma análoga às relações que estavam se configurando no século XIX. No caso em estudo, o capital está alocado na compra de propriedades pelos indivíduos que trabalharam comercializando em São Paulo para comprarem terras e se transformarem em proprietários. A história do desenvolvimento do capital separa os trabalhadores dos meios de produção, é a transformação da alienação desprovida, em sua maioria, de propriedade imediata e das condições objetivas de existência.

A acumulação primitiva do capital apresentou condições necessárias para o capitalismo existir com a concentração dos meios de produção, matéria-prima e mão de obra em abundância à disposição da burguesia que detinha concentração do Capital por meios ilegais e violentos. Esse fenômeno dos meios de produção do capital e das condições de existência é um exemplo clássico escrito por Marx (2023) que tomou contornos diferentes em diversos lugares, o exemplo clássico que Marx usa é a dos cercamentos na Inglaterra.

Esse processo de alienação do trabalhador no capitalismo, que separa trabalhadores dos seus meios de produção, contribui para a divisão de duas classes sociais: a dos possuidores do meio de produção, a burguesia, e a dos trabalhadores livres, proletários que antagonizam. Esse fato ocorre quando camponeses são expropriados de suas terras, expulsos de maneira violenta, arbitrária e ilegal. Com isso, o que permitia a segurança alimentar das famílias, de seus próximos e de milhares de pessoas causou problemas sociais em uma classe trabalhadora que precisava vender sua força de trabalho para sobreviver, e que agora não detém os princípios elementares para viver, sem a profissão e sem a terra. A profissão não pode ser expropriada, mas os meios de produzir podem, tornando o profissional um assalariado.

Acumulação primitiva dá-se com a [...] “influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” (MARX, 2023, p. 689). Segundo alguns marxistas contemporâneos, chamam de expropriações primárias o fato de tirar pessoas de suas terras, o que obedece a dois imperativos: o primeiro é transformar a terra em capital, porque a terra e a água, enquanto forem destinadas ao trabalho do camponês, não enriquecem o capital, elas não são território de reprodução ampliada do capital, justamente porque o uso que o camponês faz da terra não é um uso capitalista. Por tais questões, expulsá-los de suas terras é o mesmo que transformar esses recursos em meios de produção para o capital.

Uma categoria a ser esclarecida no capital é a produção de mercadorias, não só isso, é a generalização do mundo onde o próprio trabalhador é a mercadoria principal, e é nesse sentido que o camponês não é parte do capital, pois ele não é capitalista, nem trabalhador

alienado (mercadoria) para o capital extrair mais-valor⁴⁷. Essa relação entre mercadoria e mais valor no capitalismo é atribuída a tudo aquilo que possa ser produzido pelo trabalho e trocado para gerar valor. As mercadorias são produtos do trabalho postos em circulação, compostos por valores de uso e de troca (MARX, 2023).

A expropriação de produtores rurais também é denominada de acumulação capitalista primitiva realizada por meio da força do Estado que se desenvolve num modo de produção permeado de contradições de interesses. A expropriação apresenta um fenômeno no campo das relações econômicas e sociais. O estado sempre esteve ligado ao capital, permeando a divisão de classes, o que condicionou a existência de lutas inconciliáveis, com a função de assegurar e conservar a dominação e a exploração da classe trabalhadora. Para Marx (2023), o estado capitalista possui seu surgimento fincado na desigualdade e no conflito de classes.

Contextualizando as questões tratadas anteriormente, o estado capitalista moderno surge por volta dos séculos XV e XVIII, no Ocidente, em alguns países como Inglaterra e França que protagonizaram revoluções e a ascensão da classe burguesa como classe dominante e de privilégios, a exemplo dos antigos proprietários de terra elevados à nobreza. Na Inglaterra, esses fatos corroboram para o aparecimento do estado moderno capitalista em fase de desenvolvimento econômico ligado à divisão da sociedade em classes (MARX; ENGELS, 2007).

Por meio de alguns fatos da historicidade, é possível identificar as classes sociais com o aparecimento da propriedade privada, que no capitalismo se generaliza. O estado capitalista brasileiro, no seu papel classista, remete à compreensão, numa primeira aproximação expressa nas dimensões político, jurídica e econômica, notadamente, das relações de produção e com a luta de classes no campo, com variações históricas que operam a extrema concentração de poder em serviço de um sistema que oprime e intensifica as desigualdades sociais para a classe trabalhadora. Por se tratar de um tema indispensável para este estudo, expõe-se tal compreensão referente ao Estado brasileiro marcado pela centralização de poderes e privilégios de uma classe inteira representada por interesses comuns numa dinâmica complexa e antagônica advinda de um modo de produção para uma fração social intensificada pelas diferenças sociais.

⁴⁷ A categoria “mais-valor” é uma categoria cara nos estudos de Marx, pois as discussões são bem complexas com divergências por parte de alguns marxistas no sentido de compreender onde se produz “mais valia”. Contudo, para Marx, “Esse coração é a teoria do ‘mais-valor’ que os proletários correspondem sem nenhuma dificuldade, já que é simplesmente a teoria científica daquilo que eles experimentam no dia a dia: a exploração de classe” (MARX, 2023, p, 46). Utilizamos desse recurso teórico para explicar as relações de exploração das classes apresentadas neste estudo relacionadas como um fenômeno ocasionado pelas sociedades capitalista.

Um traço fundamental na figura do Estado brasileiro dá-se na base das relações de produção no campo das lutas de classes, a possibilitar a dominação que o permeia. Nesse sentido, abordaremos aspectos centrais que subsidiam materialmente o próprio sacrifício de uma classe trabalhadora à manutenção de um determinado grupo da sociedade. Esse fato foi vivenciado concretamente no planejamento da barragem do Zabumbão que propiciou e transformou o trabalho em mercadoria como um fenômeno das sociedades capitalistas, posto por Marx (2023, p. 113) como [...] a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias” e a mercadorias individual, por sua vez, aparece como sua forma elementar.

Assim, a mercadoria é a chave para compreender como a riqueza se apresenta nas sociedades, as quais dominam o modo capitalista de produção; esse é o ponto de partida das análises em Marx (2023). Contudo, o autor não quis dizer que ela era o fundamento da vida social, nem o ponto de partida histórico. Numa leitura atual sobre “O Capital”, ele traça várias discussões contrárias à identificação da riqueza com a mercadoria, pois ao obtê-la como objeto produzido regularmente para ser vendido, nessa dimensão de identificação, exclui-se outras riquezas sociais naturais, como por exemplo, “[...] o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc” (MARX, 2023, p. 118).

A questão tratada por Marx também pode ser situada na dimensão da terra, a qual pode circular como mercadoria, isso porque a mercadoria é, concretamente, a matéria da natureza modificada através do trabalho, adaptada para a satisfação das necessidades humanas. Nesse sentido, o que gera valor é o trabalho; a terra é uma das fontes de riqueza. Vender uma terra em si não gera riqueza para o capital. Nessa relação, a terra, como um meio de produção, possibilita emprego, logo, força de trabalho. Ao ser utilizada para plantar, ela se transforma em valor de uso e agrega as condições de uma sociedade capitalista. Nessa relação de meio de produção, o valor de uso dá-se como mercadoria interligada ao valor de troca obtido das relações de classe entre capital e trabalho. Tanto a mais-valia como o valor de uso definem a mercadoria como fenômeno específico utilizado como meio de produção do capitalismo na reprodução das relações de classe entre capital e trabalho, melhor dizendo, entre as classes.

Nos modos de produção capitalista, expropriar a classe trabalhadora e explorar do trabalho de homens e mulheres é uma prática indissociável desse modelo de sistema, isto é, são forças determinadas pelas relações de produção que dão origem a grupos sociais diferentes. Esses grupos são chamados de classes sociais, com contradições inerentes à luta de

classes que faz parte da política cotidiana do mundo real e material, como as que podem ser identificadas nos territórios de classes.

Fundamentado nas relações de classes, o poder é uma função unicamente para a classe dominante, pois tais questões geram uma correlação de forças. Essa realidade concreta sempre vai ser desigual, porque a luta entre as classes vai sobrepor aos seus interesses. Esse fenômeno ocorre em função das características do estado capitalista pelos modos de produção que estabelecem a força de trabalho e a colocam a seu serviço da valorização do capital.

As classes sociais em Paramirim e arredores era de latifundiários, pequenos agricultores, meeiros, agregados entre outros. A fração agrária da burguesia concentra grandes áreas de terra. Tais fatos justificam o interesse particular em tomar o poder como interesse geral da sociedade. A classe burguesa, com a conivência do Estado, foi quem operou na construção da barragem em Paramirim-BA e que garantiu a função geral de organizar e manter a reprodução das relações capitalistas na região. Para tanto, ser transformadora é uma condição para a luta de classe, não apenas a reivindicação pontual. Dentro da ordem, as classes podem fundamentar-se através de embates organizativos e mobilizativos daquilo que se pretende lutar para revolucionar. A consciência de classe, muitas vezes, é inseparável das lutas de classes com o fim não somente de defesa, mas de ações que repercutem na consciência de classe, sem a consciência do indivíduo, do coletivo sobre os processos de produção, sobre as relações sociais e políticas que determinam esse processo violento, em que nem sempre há soluções para se chegar a um entendimento que decida o destino de um grupo.

Nesse contexto, usamos como referência a luta de classes, a qual pode ser analisada na atualidade da mesma forma como foi concebida, justamente porque explica a sociedade capitalista ligada sempre à condição econômica: “O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores, toda luta de classe é uma luta política” (MARX, 2023, p. 48).

A luta de classe à qual nos referimos circunda na história dos atingidos de barragem, como é o caso da Lagoa do Mato, situação oportuna para analisar o contexto da desapropriação e entender essa comunidade como um estrato da classe trabalhadora, vítima de um projeto sem planejamento, visualizando, assim, os motivos da desapropriação territorial, cultural e social que favoreceram/favorecem uma parcela da sociedade, nesse caso, a burguesia/dominante. Compreendemos que essa mesma classe social assume o poder nas suas mais diferentes formas, exatamente no contexto do grupo e das relações imprescindíveis à questão da ideologia, bastante complexa neste estudo. Logo, buscamos evidenciar nesta tese os danos velados sofridos em todos os âmbitos pelos atingidos com a construção da barragem

do Zabumbão, ressaltando que os reflexos são irreversíveis, mas, para que sejam minimizados, deve-se, sobretudo, evidenciá-los. Para tanto, é preciso entender as razões ideológicas, sobre as quais Terry Eagleton (2019) expõe que,

[...] elemento legitimador do discurso de uma classe para a instituição de órgãos de controle de informações e criação de um aparato repressivo por uma classe a fim de dominar a outra. É possível compreender a forma de atuação do Estado na propagação do discurso como uma força transformadora, isto é possível para designar a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio, consentimento e a coerção. (EAGLETON, 2019, p. 128).

Esse tipo de discurso é o fio condutor do poder que desenvolve sua própria ideologia e, nos discursos gerados para assegurá-la, utilizam-na como instrumento de submissão velada nas classes marginalizadas, em favorecimento da superioridade da classe dominante que tem os propósitos dessa articulação com as práticas em cenários concretos. Nesse caso, as questões ideológicas estavam nas ações de construção do projeto da barragem projetada e construída para favorecer um conjunto da sociedade, quando, na realidade, ela procurava atender interesses de poucos, era uma verdadeira campanha de convencimento, podendo compreender de forma mais clara sobre o aparente por trás do real. O aparente estava no interesse pela terra, e o real estava no fato da barragem ser materializada através da construção.

O desfecho sobre a ideologia neste estudo se consubstancia no entendimento que ela resolveria o problema da falta de água em Paramirim. O discurso ideológico de vender a barragem para irrigar as propriedades e para o abastecimento de água da população foi amplamente vinculado, configurando uma forma de construção de ideologia. Buscando uma pista para essa questão complexa que é a ideologia, entendemos que ela está por trás dos interesses de uma classe motivada pelos governos local e estadual. Assim eram as promessas, como apresentado no relatório de resultado da investigação, segundo o grupo auditor,

Constatamos que a obra possui grande relevância social e econômica para a região pois, dentre outros benefícios, implicará na melhoria do sistema de abastecimento d'água e implementará a produção de bens, **gerando riqueza e empregos para a comunidade** (Relatório de Auditoria; Obra Pública; Senado Federal; Comissão Temporária; Paramirim BA; Liberação de Recursos; Execução Parcial de Obras e Serviços; Codevasf; Acompanhamento, grifos nossos).

Evidente que a “ideologia” tem sua conexão com a realidade material e, em Paramirim, isso não foi diferente, pois construíram uma barragem com o objetivo de ligá-la aos interesses de pessoas ricas e poderosas para tornar as terras valorizadas, para produzir

riqueza e emprego. Em suma, o projeto não correspondeu aos interesses de todos e nem ao principal deles, ou seja, da irrigação. Isso é uma natureza ideológica. Contudo, não havia mentira com relação à construção de uma barragem em Paramirim até ela ser, de fato, construída e trazer vários pontos positivos. Para alguns, ela significou a “prosperidade do Vale” (MARTINS, 2005); na verdade, ela também poderia sanar os problemas em relação às melhorias das condições do pequeno trabalhador, sobrevivente da agricultura, da irrigação. O município não cresceu, não teve a melhora apresentada de forma exponencial como amplamente divulgado.

Em se tratando da ideologia baseada no entendimento do autor Terry Eagleton (2019) e aplicado no estudo em questão, ficou configurado que a barragem se apresentou como uma maneira invertida de contar a verdade. A irrigação em Paramirim-BA não aconteceu, foi frustrada pelo fato de não cumprir com o propósito do que foi planejado e idealizado, como já fora dito no parágrafo anterior. Podemos inferir que a atuação do Estado na propagação do discurso como uma “força transformadora” é possível para designar a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio. Com isso, interessa compreender que o poder político do Estado de uma classe dominante age não apenas em seu monopólio repressivo, mas também em sua supremacia ideológica sobre toda a sociedade. Diante disso, o estado é uma ferramenta repressiva, pois colabora com as ideologias capitalistas da classe dominante, além de ocultar as muitas maneiras de repressão, que mantêm o poder da classe influente/dominante.

O estado perpetua ideologicamente a cultura dominante por meio da reprodução violenta e do predomínio da classe dominante. Estavam, na ocasião, em Paramirim, na representação da Codevasf, uma autarquia vinculada ao Ministério do Interior, uma empresa estatal responsável pelo desenvolvimento de várias bacias hidrográficas do Brasil, atuando juntamente com grandes proprietários de terras.

Do ponto de vista ideológico, ao contemplar esse contexto, entendemos que há uma perda da identidade social e cultural dos envolvidos, visto que, após sofrer uma imposição ideológica, entra em curso o “[...] desconhecimento das condições histórico-sociais concretas em que vivemos, produzidas pela ação humana também sob o peso de outras condições históricas anteriores e determinadas” (CHAUÍ, 2000, p. 218). Essa alienação emerge quando os homens originam, produzem e reproduzem práticas que satisfaçam a ideologia dominante sem refletir e considerar suas ações sociopolíticas e históricas. A propósito do que foi colocado anteriormente, o que ocorre com os atingidos de barragens ao longo do processo de

desapropriação territorial, cultural e social, além de tantas outras questões, é a perda de referências importantes do cotidiano, da história e da memória.

De forma prática, tudo que o grupo viveu tem importância apenas para os que o compõem, uma vez que a desconstrução daquele modo singular de vida implica na perda da identidade social e cultural dos envolvidos em uma nova realidade que, na maioria das vezes, implica nas próprias condições de sobrevivência, submetendo-os à reprodução violenta de um contexto social desapegado da tradição das próprias relações de vida. Ao direcionar o entendimento para a função do estado nessa conjuntura, percebemos que ele é utilizado para assegurar a dominação social, cultural, econômica e acima de tudo política, garantindo a perpetuação da sociabilidade burguesa, fortalecendo a reprodução da lógica capitalista. Nas relações cotidianas, o entendimento é construído, objetivando alcançar seus interesses, pois surge a partir dos anseios ideológicos da classe dominante.

O contexto real e material da comunidade da Lagoa do Mato deve ser visto como um passado-presente, pois os modelos sociais vigentes ainda são de uma sociedade operada por mecanismos exploratórios de uma sociedade de classe agora velada, com novas faces ideológicas. Por conseguinte, o estado capitalista moderno também opera a exploração pela burguesia, classe privilegiada através do capital. Saes (1985) disserta sobre essa transição, considerando que,

Essa passagem empreendida pela formação social brasileira do escravismo moderno ao capitalismo tem sido sobretudo, analisado em seus aspectos econômicos e sociais: a transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado, o nascimento da indústria, a formação de uma classe propriamente burguesa pode ser entendida como um conjunto de aspectos da formação de novas relações de produção, novas formas de divisão do trabalho, novas classes sociais. (SAES, 1985, p. 22-23).

A teoria defendida por Saes (1985) de que o estado burguês corresponde às relações de produção, conspirada pela luta de classes com o objetivo de captar as características básicas do Estado Burguês ou Capitalista moderno, vai ao encontro do que pensam Marx e Engels (2007), uma vez que os mecanismos de reprodução dessas relações tornam o estado fundamental para qualquer sociedade de classes, pois o estado se origina para manter essas relações oriundas da divisão da sociedade em classes sociais.

Os mecanismos de produções que organizam as relações capitalistas existentes no Brasil do século XIX são as distintas classes dominantes escravistas (Saes, 1985, p. 189). Todavia, é necessário afirmar que a organização dos trabalhadores, originados por esse estado em processo de formação das classes populares, constituiu um motor dessas transformações burguesas, envolvendo as tensões sociais e o exercício do poder. Nesse sentido, Saes (1985);

Marx e Engels (2007), enfocam sobre a luta de classes que os grupos sociais experimentam: a dominação através de um poder político real, cuja base se encontra no poder econômico e social dos grandes proprietários de terra, no caso brasileiro, desde o sistema político imperial e colonial.

Os grandes proprietários de terras concentravam novas formas de aceleração do desenvolvimento capitalista agrário que tornaram mais complexo e refinado o jogo político da classe proprietários de terra. De um lado, o estado de classe cumpriu sua função política superior, assegurando a ordem social e a manutenção da propriedade agrária do Brasil. Esse fenômeno também explica, pelo menos em parte, o caráter latifundiário, agrário e dos grandes proprietários rurais, a partir das relações sociais no campo e das relações de poder na sociedade. Esse fenômeno não é isolado. O Brasil é um país com uma elevada concentração de terras, que de alguma forma contribui para a “reprodução das relações de produção capitalista” (SAES, 1998, p. 22).

O fenômeno das relações de poder existentes na sociedade é evidenciado a partir das representações que os indivíduos têm da realidade e que se conectam à maneira como eles atuam diante do estado de coisas, e isso, em uma sociedade dividida, significa legitimar ou não certas relações de dominação. Em virtude disso, é preciso expor que, nas considerações de Oliveira (1981), existem elementos que precisam das forças e dos agentes que influenciam a transformação, sendo que essas forças são repletas de interesses próprios.

Servimo-nos do exemplo do planejamento da construção da barragem Zabumbão, desde sua gestação, pela Codevasf, sob os conflitos sociais que foram gerados pelo choque entre interesses próprios, ligados muitas vezes ao capital, intensificados pelas forças antagônicas que se explicam na contradição básica do sistema de produção capitalista.

Não é, desse ponto de vista, senão uma forma transformadora do conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito, envolvendo as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos. (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

Dessa forma, a pretensão do planejamento na manutenção do sistema capitalista é de transformar as riquezas disponíveis em valores de fácil mobilização. Isso acarreta trocas eficazes para a burguesia, pois entra em curso a capitalização dos bens da nação. Essa artimanha desconsidera o poder da classe trabalhadora, mesmo que seja o seu direito. Podemos dizer que o poder emerge da sociedade, mas passa a ser tomado e utilizado por uma parcela dela, a classe dominante. O “poder”, por assim dizer, é a luta contra o capital. A classe trabalhadora, ou frações dela, pode apoiar a luta, que, consciente ou inconsciente, rompe com

a exploração capitalista. Assim, o estado é capaz de transformar as partes de mais valia em impostos e fazê-los retornar sob o controle da burguesia.

Efetivamente, no contexto da construção de grandes obras, como as barragens, esses conflitos são geridos pelo Estado capitalista, onde as contradições da vida material podem ser reduzidas à lógica do lucro. Entretanto, observamos que, na comunidade Lagoa do Mato, sobrevivente de movimentos conflituosos relacionados com a água e/ou seu território, tais fatos têm ligação peculiar e têm consequências na destituição de direitos, em função de um poder, nesse caso, do Estado, responsável por todo o processo pelo qual as famílias foram expropriadas das terras, um processo sempre violento.

Esse fenômeno social é marcado por um claro antagonismo, de um lado o das famílias ribeirinhas e de agricultores que resguardam a terra como patrimônio de família e da comunidade, defendido pela memória, pela tradição e por fundamento à própria sobrevivência. Por outro lado, a burguesia através do Estado. A partir de uma ótica capitalista, entendemos o empreendimento de barragem, como sendo uma mercadoria passível de valoração monetária. Há muito para dizer sobre as consequências negativas decorrentes de uma política nacional de planejamento que se configura na operação de barragens, sejam elas para geração de eletricidade, abastecimento de água, acumulação de rejeitos industriais ou para usos múltiplos. As construções desse tipo de empreendimento, mesmo que possam trazer alguns benefícios, causam também grandes impactos sociais, ambientais, econômicos, culturais e na memória dos habitantes de um território, especialmente daqueles atingidos e obrigados a se deslocarem.

O estado está inserido no contexto de uma sociedade estratificada, marcada por profundas contradições e desigualdades de classe, as quais ensejam conflitos, instabilidades e inseguranças que precisam ser reguladas pelos instrumentos legais, a fim de manter a coesão social. Importa esclarecer que a construção da barragem trouxe à tona as relações conflituosas vivenciadas pelos moradores da Lagoa do Mato, os quais tiveram seus modos de vida, sua história, sua cultura e sua memória também atingidos pelo projeto decorrente da imposição racional do capital, subjugado pelo poder do Estado.

Todo esse processo desde a construção do projeto da barragem até sua execução, descrito anteriormente, transcorreu por várias décadas, alterou a rotina e a vida dos moradores, pois eles tinham que conviver diariamente com as adversidades inauguradas e sancionadas pelo Estado, modificando o cotidiano da comunidade a partir de imposições ideológicas, sem considerar a subjetividade e necessidade dos grupos envolvidos.

Ao considerar os vários aspectos abordados sobre a memória, é imprescindível

considerá-la, nesta tese, nos seus vários contextos, levando em conta a tônica das experiências que a comunidade da Lagoa do Mato vivenciou em relação aos acontecimentos apresentados pelas forças externas, carimbando nas histórias de vida a relação de poder empreendida pelo Estado, assunto tratado na próxima seção.

5 MEMÓRIAS E PERCURSO DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM ZABUMBÃO

Trataremos nesta seção de alguns acontecimentos pontuais importantes para compreensão dos fatos que marcaram desde a idealização até a construção da barragem. Não obstante, o período de 1935 a 1970 foi de estudos geológicos e topográficos da área. Por essa razão, não nos interessa fazer uma digressão do período apresentado, mas um recorte de fatos específicos.

A trajetória de projetos de barragens no Brasil inicia-se em 1935, com os primeiros projetos de construção de barragem sob forte influência dos acontecimentos internacionais, destacando o predomínio de regimes políticos vigentes. Foi a partir desse contexto que Souza (1976) empreendeu uma discussão sobre o Brasil, mostrando que se articulava e se estruturava uma nova dinâmica de organização, pois as funções políticas e os movimentos da revolução de 1930, marcados pelo governo do político do gaúcho Getúlio Vargas, alterariam a relação do Estado com a população e as classes sociais.

Dessa forma, caracterizou-se um poder centralizador pela política autoritária e desenvolvimentista que consolidou o modelo de produção energética, mediante a edificação de grandes barragens e hidrelétricas no ideário estatal, período que sinalizava para uma nova fase do capitalismo. Contudo, para Dias (2017, p. 13), “[...] o empenho pela estabilidade política como pressuposto para o desenvolvimento econômico é um recurso autoritário para manutenção de círculo vicioso nocivo ao interesse geral da sociedade”. O que percebemos é que o desenvolvimento econômico marcou também a história brasileira pelos projetos que dariam suporte à infraestrutura necessária à indústria.

Esses mecanismos de desenvolvimento concretizaram a idealização de políticas ditas "desenvolvimentistas" que ganham espaço no orçamento e no discurso público. Notamos que o Estado leva a tais compromissos, além do incremento de seus insumos básicos, da instalação das siderurgias, do aumento do uso de energia elétrica e de petróleo, como também de serviços públicos. Sendo assim, “Vargas foi enfático ao admitir a necessidade de manter tais atividades sob propriedade e domínio nacionais” (SANTOS FILHO, 2016, p. 186).

Essa conduta governamental produziu incentivos ao então Presidente da República para uma proposta de modernização do desenvolvimento econômico, sobretudo, no período de crise dos anos 1930. Com o clima favorável ao nacional-desenvolvimento, delinear-se diretrizes que reduziram a dependência brasileira do mercado exterior, por intermédio do desenvolvimento de novas atividades produtivas (SANTOS FILHO, 2016). A partir desse

momento, passa a existir uma certa independência das indústrias, em virtude da condição agrária exportadora tão costumeira da economia brasileira.

Sob a ótica desse período centralizador, interessa-nos contextualizar o primeiro e o segundo governos de Getúlio Vargas. Para esclarecer os fatos sobre a política econômica em que o país se encontrava, é importante situar que Vargas retorna à presidência (1951 – 1954). O gaúcho foi alvo de críticas pelo projeto de governo denominado de “nacional desenvolvimentista”, o que levou à introdução de uma crise que se instalou, principalmente, na economia, em consequência do aumento da inflação, da tensão social e da política econômica.

Havia uma conspiração de grupos das forças armadas e da sociedade civil que se alinhavam a uma postura nacionalista, marcada por defender a ausência de influência de grupos e de capitais estrangeiros. Sendo assim, as investidas contra a política econômica do governo instauraram e motivaram as pressões e o caos, levando à fatalidade do suicídio de Getúlio Vargas. Segundo Bandeira (1977, p. 16-17),

O impacto político de sua morte, ao denunciar as manobras dos grupos estrangeiros, desencadeou uma reação popular de tamanha magnitude que paralisou o golpe de Estado, impediu-lhe a radicalização, sustando a tendência autoritária a que parte das forças Armadas aderira, e pouco mais de um ano depois, a reviravolta sobreveio com as intervenções militares de 11 e 21 de novembro de 1955, que asseguraram a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart na presidência e vice-presidência da República.

Após o suicídio de Getúlio Vargas, assume provisoriamente, por um curto período, o então presidente João Café Filho (1954 – 1955) e, na sequência, o presidente eleito Juscelino Kubitschek (1956 – 1961). Instaurando a confiança, o governo estabeleceu o Programa de Metas que constituiria o núcleo duro da política econômica de Juscelino Kubitschek e foi considerado como o esforço de planejamento concretizado no Brasil, disponibilizado para o processo de desenvolvimento do país, em áreas como o setor alimentício, investimento no aumento da produção siderúrgica, do setor automobilístico, de transportes, de estradas de rodagem, entre outros, que receberam uma atenção inédita na história do país (Campos, 2007).

Evidentemente, a crise social se instalaria em meio às divergências entre as classes sociais. Logo, o desenvolvimento econômico passou a violentar uma parcela da sociedade, aumentando a segregação, de maneira que vitimava e desamparava uma minoria, em contrapartida aos grandes interesses. Segundo Bandeira (1977, p. 36),

[...] o êxito da política desenvolvimentista de Kubitschek. Era inevitável, porém, as divergências aparecessem em função dos conflitos de classe, dos

interesses que cada partido representava junto ao governo e das necessidades de mudança criadas pelo intenso ritmo da industrialização. O PTB não podia contrariar frontalmente as reivindicações dos assalariados, sob pena de perder sua base social.

A política desenvolvimentista proposta por Juscelino Kubitschek deu-se em vários segmentos, inclusive, na construção de hidrelétricas. Foi nesse momento que os projetos de barragens estiveram no centro dos processos de expansão que ocorreram no Brasil. Por entender que a política econômica desse governo foi uma mola propulsora para o desenvolvimento do país, considerando vários empreendimentos, algumas questões provocativas podem ser ecoadas nos promotores de conflitos. Nesse contexto, há uma dialética que circunda de forma material e real baseada em questões concretas dos interesses de classes que instalavam os projetos de barragem no Brasil.

A presença do Estado brasileiro foi marcante no empreendimento de barragens por todo o território. No caso de Paramirim-BA, esse projeto foi desenvolvido por um órgão público que atuava no aproveitamento hídrico, através da construção de barragens e “[...] açudes para abastecimento humano, ou mesmo nos projetos de utilização de água para fins de irrigação agrícola” (OLIVEIRA, 1981, p. 53-54), cujo corolário era o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS)⁴⁸, criado com a função de executar projetos e obras de combate à seca. Tratava-se de um órgão federal que esteve presente em todo o país, mas com ação e atenção voltadas ao Nordeste brasileiro, onde havia a predominância do clima semiárido, marcado por grandes períodos de estiagem.

Ao elaborar os primeiros estudos sobre a viabilidade do projeto, em 1950, pelo DNOCS, em 1961, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) segue com os estudos com o encargo de elaborar e coordenar a execução do plano de aproveitamento total das possibilidades do rio São Francisco e seus afluentes, visando à distribuição das águas, à utilização do potencial hidrelétrico e à modernização dos transportes do São Francisco⁴⁹, iniciando, dessa maneira, suas atividades na região.

A história da Codevasf está associada ao rio São Francisco no âmbito do crescimento social e econômico brasileiro, em decorrência da sua atuação sugerida pela Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948, com denominação de Comissão do Vale do São Francisco, substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), autarquia vinculada ao então

⁴⁸O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) foi criado em outubro de 1909, inicialmente sob a denominação de Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) e foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. Em 1919, recebeu o nome de Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e, em 1945, passou a ter a denominação atual DNOCS (Brasil, 2013).

⁴⁹Informações extraídas da Comissão do Vale do São Francisco.

Ministério do Interior. A Codevasf foi implementada em 1974, pela Lei nº 6.088, para atuar, originalmente, na bacia hidrográfica do rio São Francisco. Com a Resolução legal nº 13.702/2018, foram incorporadas à área de atuação as bacias hidrográficas federais dos rios Real e Una, reincorporadas à bacia do rio Vaza-barris, bem como as bacias estaduais dos rios Itapicuru e Paraguaçu. A Codevasf passou a abranger uma área de 2.303.655,92 km² do território brasileiro, em 1.641 (um mil, seiscentos e quarenta e um) municípios, em 12 (doze) Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Tocantins, além do Distrito Federal⁵⁰.

A Codevasf é um órgão da burocracia do Estado, uma empresa pública de direito privado de propriedade única da União, vinculada atualmente ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), que surge para atender aos interesses de uma classe minoritária. Tem por finalidade o aproveitamento para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais dos recursos de água e de solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação, com a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Caracterizada por ser uma empresa pública, tem poder, entre outras coisas, de exercitar atividades próprias de uma agência de desenvolvimento regional. Esse fato é condicionado à realidade de um estado capitalista.

Figura 10 – Placas referentes às obras da construção da barragem do Zabumbão



Fonte: Brito (2023).

Em 1961, foi dado o parecer sobre a viabilidade da construção da barragem, pela Codevasf, constatando que o vale do Paramirim apresentava condições favoráveis ao

⁵⁰ Disponível em: <https://storymaps.arcgis.com/stories/cc4deae7e05949eca7005d8f4db890c9>. Acesso em: 25 abr. 2024.

desenvolvimento de culturas agrícolas irrigadas, pelas boas características dos solos do ponto de vista pedológico, consolidando a elaboração do projeto de perenização do rio. As décadas de 1980/1990 foram o período que marcou a construção e a desapropriação da comunidade, em decorrência das obras da barragem em Paramirim. Desse modo, a história da Lagoa do Mato apresentava um novo capítulo operacionalizado por um estado que praticou a violação de direitos sociais, civis e políticos. Constatamos que houve perda do território, pendências indenizatórias e pressão psicológica que são marcas constantes na memória e nas trajetórias dos moradores que viveram a experiência de uma desapropriação.

Como consta na Figura 10 que apresenta informações referentes à obra, em 05 de janeiro de 1989, chega a Paramirim a empresa denominada Queiroz Galvão, contratada pela Codevasf para, num prazo de 120 dias, executar o projeto de construção da Barragem do Zabumbão⁵¹ no município de Paramirim- BA, com um armazenamento máximo de 76.000.000 m³ de água num reservatório equivalente a 58 metros de altura e 340 metros de extensão.

Entre idas e vindas, pelo menos três vezes, as obras foram paralisadas. A primeira paralisação ocorreu após oito meses com o desmonte do canteiro de obras e paralisação de dezenas de máquinas pesadas. Com cerca de 400 (quatrocentos) funcionários em folha de pagamento, a empresa contratada paralisa a obra⁵², dispensa os funcionários, desmonta o alojamento, alegando suspensão dos recursos por parte do órgão executor, a Codevasf. A retomada dos serviços deu-se no início de 1993, com algumas paralisações temporárias até chegar ao seu estágio final no segundo semestre de 1997, quando a barragem foi dada como concluída. Segundo informações colhidas das entrevistas, houve outras paralisações de forma parcial e integral também provocadas e forçadas pelas mobilizações da comunidade. Essa informação não foi apresentada nos dados do anexo G⁵³.

No caso da edificação da barragem, o processo ocorreu de acordo com as diretrizes indicadas pelo órgão executor, com a finalidade de promover um projeto de um sistema de armazenamento de água que permitia dar condições de perenização, aproximadamente, entre

⁵¹ Anexo E: Título definitivo da área destinado à construção da barragem do Zabumbão e denominação dos proprietários das áreas alagadas que venderam as propriedades para a Codevasf.

⁵² Anexo G- A construção da barragem do Zabumbão foi iniciada em 1989 e sofreu paralisação entre esse ano e 1992, quando as obras adquiriram ritmo contínuo. Motivo da paralisação: - conforme pudemos constatar, as paralisações se deveram à falta de regularidade na liberação dos recursos associada à ocorrência de uma falha geológica não detectada nos estudos geotécnicos que exigiu serviços complementares. Disponível em: Relatório de Auditoria; Obra Pública; Senado Federal; Comissão Temporária; Paramirim BA; Liberação de Recursos; Execução Parcial de Obras e Serviços; Codevasf; Acompanhamento.

⁵³ Relatório pertinente à Auditoria realizada na Barragem do Zabumbão/BA, obra a cargo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf.

os municípios de Paramirim e de Rio do Pires. De acordo com relatório emitido pela empresa, a perenização do rio, nesse trecho, daria condições de irrigação durante todo o ano, e, portanto, de permanência da população ribeirinha em Paramirim (CODEVASF, 2006).

Esse projeto foi desenvolvido na ótica capitalista com um discurso sobre a precariedade da região, sobre as narrativas e a divulgação de documentos oficiais, os quais são subscritos na fala de um técnico responsável pelos estudos da área que diz “[...] pouquíssimos os produtores que vivem uma vida melhor e produzem o suficiente para suprir outros mercados. Pode-se afirmar que na área em exame não há indústria; no máximo, por meios rudimentares, a fabricação de rapadura e farinha” (THEMAG, 1981, p. 07).

Notadamente, percebemos no discurso que é descrita uma área com características e potencial de pouco crescimento, pois não tinha indústria, aspecto marcante da política econômica, fruto da ideologia nacional-desenvolvimentista. Nessa perspectiva, a única solução seria o convencimento do progresso pautado também na construção de barragens em todo o país. Por consequência da localização, o projeto era aplicável à comunidade da Lagoa do Mato, assim como o contexto relatado pelos técnicos que estudavam a área indicava atraso, pois era um lugar sem condições de perpetuar o capital.

Em paralelo, meeiros, parceiros, proprietários, agregados existentes naquela região afirmavam que o desenvolvimento da localidade era satisfatório. As ações de subsistência desenvolvidas por eles demonstravam um estilo de vida agradável, fácil e acessível para aqueles moradores, visto que eram providos de recursos naturais para suas práticas laborais, condições ofertadas pelos fatores geográficos. Sendo assim, mudar o cotidiano das famílias e seus modelos econômicos afetaria a cultura que estava sendo perpassada por elas.

Romper com as práticas de sobrevivência de uma comunidade e retirá-la das terras que estava habituada a utilizar para sobreviver geraria danos irreversíveis, como comprovado. Em contrapartida, isso garantiria algum benefício à classe dominante. Portanto, a campanha de desenvolvimento da economia capitalista que visava trazer benefícios com a barragem resultou em vários problemas. Ainda assim, era propagada uma promessa de desenvolvimento equitativo, como noticiada em uma reportagem no jornal *Voz Operária*⁵⁴, do Rio de Janeiro.

⁵⁴ “Voz operária - Jornal carioca, fundado em fevereiro de 1949 pelo Partido Comunista Brasileiro então Partido Comunista do Brasil (PCB). Circulou regularmente até fevereiro de 1959, quando foi fechado por iniciativa do próprio PCB. Voltou a circular, na clandestinidade, entre 1964 e 1975 e, de então até agosto de 1979, foi editado no exterior. Teve alguns números editados clandestinamente durante o ano de 1980. Criação -Com o fechamento do jornal *A Classe Operária*, em 1949, tornou-se necessário criar um novo periódico que desempenhasse o papel de porta-voz oficial do PCB. Para preencher essa função, foi fundada a *Voz Operária*, jornal destinado à divulgação e à discussão das principais teses do PCB entre seus próprios militantes, mas também voltado para um noticiário mais amplo, preocupado com as condições de vida dos trabalhadores e com sua mobilização política” (FERREIRA, 2009).

A matéria, publicada no jornal carioca, no dia 13 abril de 1957, de título “Paramirim município rico e esquecido”, chamava atenção para a situação do município, “[...] sobre a solução das terras seria a viabilização e realização do projeto da barragem o qual iria fomentar a agricultura sendo prioritário para a melhoria da população” (MATHEUS, 1957, p. 11).

Sabemos que o Governo Federal publicou documentos que associou o atraso socioeconômico à falta de um empreendimento para melhorar a qualidade de vida dos moradores. Assim, a solução para todos os problemas seria a barragem, não levando em consideração a família rural que ali residia, nos seus diversos aspectos sociais, culturais e econômicos.

A forma unilateral como foram definidos os valores das indenizações gerou, entre os produtores rurais, o sentimento de que foram duplamente espoliados. Além de perderem a terra, o pagamento irrisório pelas suas benfeitorias fez com que eles entendessem que houve um total descaso dos órgãos governamentais por suas vidas, suas experiências e seus valores.

Esse processo foi nutrido por divergências quanto à construção da barragem entre os representantes do governo e os moradores da comunidade. O discurso governamental, representado por um técnico responsável pelos estudos da área, subscrito no relatório⁵⁵, informava que o espaço analisado não apresentava perspectiva de crescimento. Na visão de um dos moradores, a comunidade oferecia as condições de sobrevivência e existência necessárias, como pode ser averiguado na fala que segue,

As famílias eram pessoas bem sucedidas, tinham um bom terreno com fruteiras de várias espécies, engenho, canavial, fábrica de rapadura o ano todo. Tinha três simples casas de moradia na propriedade e hoje mora de favor. Essas pessoas cederam à indenização e assinaram e a Codevasf não cumpriu com o prazo e a morada desvalorizou. (A.S.A., 2021).

Com a desapropriação das famílias, ocorreram várias alterações sobre o modo de vida da comunidade, gerando conflitos e resistências por vários motivos, entre eles o deslocamento, as negociações, o baixo valor das propriedades, enfim, questões conflituosas que também fizeram parte da história da construção da barragem no município de Paramirim. Dessa forma, as contradições ficam evidentes quando analisadas sob uma ótica das relações entre memória e história, como consta na seguinte entrevista, cedida por um superintendente da Codevasf,

Quando eu cheguei à barragem, já estava pronta, porém ela tinha uma expectativa frustrada. Esperava-se que ela tivesse uma capacidade de alguns milhões de metros cúbicos de água e ela só tinha a metade. A vazão da

⁵⁵Relatório PAR-PS - 1072 (THEMAG, 1981).

barragem era a metade do que se tinha projetado, estava aquém dos objetivos que se tinha pensado para a função que ela ia cumprir. Ainda tinha um outro problema com a negociação das famílias que estavam no entorno. Essa negociação implicava em um hectare de terra a cada uma das famílias e uma indenização. Esse hectare de terra lá perto do aeroporto de Paramirim com área inóspita completamente onde se chama Sertão de carrasco caatinga brava. Uma área de pedregulhos destinada a essas famílias e um tanto inservível, não tinha como ser utilizada. Eu sabia que estava paralisada a lei, estática, sem poder cumprir suas funções agrícolas, porque a barragem interrompeu completamente aquelas atividades. Serviu-se daquela área e ao mesmo tempo não realizou a indenização. E foi engraçado[*sic*] que a primeira vez que eu cheguei aí em Paramirim fui para uma reunião, quando eu saí tinham 14 cruzes do lado de fora organizadas com carro de som. As 14 Cruzes que significavam as pessoas que já haviam morrido sem a indenização. Mas, enfim, a agressividade era grande em função da indenização que não havia sido paga e o engodo que foi a negociação com os moradores que perderam as suas áreas e receberam em troca um carrasco inservível, além de muito longe da cidade. Ninguém ia trabalhar naquela área, uma área contígua completamente inóspita. (J.P.O.N., 2021).

Na narrativa apresentada por J.P.O.N (2021), fica claro que quando ele assumiu a superintendência e fez uma reunião para retomar as questões referentes ao Zabumbão com a comunidade, houve um momento tenso em função da mobilização dos ex- moradores que colocaram 14 (quatorze) cruzes *in memoriam* às pessoas que já haviam morrido esperando indenizações.

A questão tratada, sem dúvida é muito triste, talvez os idosos foram os mais afetados. Nesse relato encontram-se fortes argumentos de como a comunidade foi massacrada, chegando no ápice da crueldade em função dos interesses do órgão da Codevasf. Ao certo, não se sabe os motivos das mortes supracitadas, mas o fato é que, em vida, os moradores foram submetidos à violência psicológica e às incertezas da indenização e da realocação, entre outras.

O informante ainda descreve com detalhes sobre a negociação com as 52 (cinquenta e duas) famílias que, ao agilizarem os processos referentes aos pagamentos das indenizações que estavam pendentes, viram surgir situações que traziam um descrédito da comunidade em relação ao reassentamento, inclusive à falácia de um terreno próximo ao aeroporto de Paramirim com características de um carrasco seco.

Evidentemente, a Codevasf se comprometeu em fazer um projeto de desenvolvimento, mas foi frustrado por questões óbvias: o solo não oferecia nenhuma condição. Esse fato consolidou-se pela inviabilidade do terreno da localização, promessas que os deslocados sabiam que não se consumiria devido às impossibilidades da área. Várias situações eram embaraçosas, pois o órgão não apresentava um plano concreto para atender à comunidade, até

mesmo na condução das negociações houve desrespeito. A terra é um elemento crucial, formado pelas relações de trabalho e pelo modo de vida.

Outra questão polêmica apresentada pelo informante J.P.O.N (2021) foi com relação à execução da barragem. O projeto apresentou problemas evidentes, principalmente alusivos à capacidade de armazenamento de água da barragem, aquém dos objetivos referentes à funcionalidade. Ainda hoje, a capacidade de reservação de 50% , inferior ao esperado, é um problema sem solução aparente, porque, onde o rio Paramirim nasce, o principal meio de fonte com fluxo contínuo ocorre no período das chuvas. Além de que a jusante no fluxo normal da água até a barragem encontra-se com cinco barragens de regulação que não funcionam. A água é toda desviada por inundação e não chega a Caturama. Em suma, a obra não cumpre seu objetivo, nem a sua capacidade de reservatório e nem a sua utilidade.

Os obstáculos com relação à construção da barragem também eram desafios que apareciam vinculados ao temor das indenizações. Encontram-se algumas entrevistas no relatório da Codevasf, que teve como objetivo o levantamento preliminar da área estudada, a fim de criar o sistema de perenização do rio Paramirim. Com isso, vale ressaltar um trecho do discurso de um dos técnicos representantes do Governo.

Durante a entrevista, encontrou-se uma série de obstáculos, não só os próprios e oriundos de uma pesquisa dessa espécie, assim como os decorrentes dos boatos espalhados entre os proprietários, sobre a tomada de suas terras por parte do Governo. Histórias sobre o açude construído no vizinho Município de Livramento de Brumado, com indenizações baixíssimas, reforçaram o temor daqueles proprietários. As explicações dadas, acerca dos benefícios que advirão ao Vale com a perenização do Rio Paramirim, esmaeceram as resistências oferecidas à pesquisa. (THEMAG, 1981, p. 03-04).

Constatamos que a insegurança da comunidade tinha fundamento. No tocante às experiências das famílias desapropriadas da Lagoa do Mato, não foram garantidas a elas a justa indenização. Esse fato motivou conflitos sociais que, devido às circunstâncias, a comunidade precisou reagir de forma turbulenta e, como desdobramentos, os atingidos tiveram consequências nas relações econômicas, de trabalho e na própria organização comunitária.

Conforme tratado anteriormente, a imposição operada pelo Estado para a desapropriação e conseqüente desenvolvimento do projeto de construção da barragem gerou insegurança aos moradores da Lagoa do Mato e intensificou as lutas. De forma geral, esses grupos sociais foram historicamente excluídos, subjugados pelo poder do Estado que ainda prevalece com os efeitos mercadológicos, fundamentados pela lógica do capital. No caso da

comunidade, foi obrigada a desvincular-se de uma vida marcada pela tradição e pelas relações que lá se mantinham enraizadas.

5.1 Memória e movimento de resistência e reconstrução

Foi no contexto das décadas de 1970 e 1980 que vários conflitos ocorreram em todas as regiões do Brasil, quando muitas barragens foram construídas simultaneamente. Essas grandes obras desalojaram milhares de pessoas. O planejamento técnico de barragens no Brasil é caracterizado pela produção de um contexto histórico de perdas materiais e simbólicas aos atingidos. Expostos a situações de desapropriação e múltiplas causas de violação, os atingidos por barragens se mobilizaram, de forma coletiva, contra a instalação de hidrelétricas, dando origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no vale do Rio Uruguai, localizado entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (FOSCHIERA; JUNIOR, 2012; BRAGA, 2016).

Como movimento organizativo e de resistência contra os projetos de barragens, o MAB é fruto de uma ação coletiva que surge da necessidade de organização, mobilização e luta que comunga com o ideário comum de resistir em prol dos atingidos por barragens no Brasil (MAB, 2005). É nessa conjuntura, mais precisamente, que se encontram os fatos históricos do MAB, que emerge “[...] a partir de focos locais de resistência e mobilização contra a construção das barragens” (MAB, 2005, p. 09), e, segundo registros da história do MAB, os focos principais de resistência, organização e luta podem ser considerados como o berço do que viria a ser o movimento mais tarde.

Mediante o exposto, a história do MAB foi construída em 1991, pelas Comissões Regionais de Atingidos por Barragens (CRAB), a partir da negação de direitos a essas populações. Esse movimento foi planejado, coletivamente, com a união e com o apoio de entidades que expõem, criticamente, as consequências da construção de barragens e os impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais sobre as populações atingidas.

O MAB é um movimento nacional, popular e autônomo, com o objetivo de organizar e articular as ações de resistência aos empreendimentos de barragens a partir da realidade local, regional e nacional. Nesse sentido, ele desempenha um papel dos movimentos sociais nas interfaces dos problemas causados aos atingidos de barragem, o que, no cenário brasileiro, é imprescindível, pois é ele que impulsiona o engajamento aos enfrentamentos e às mobilizações de lutas em defesa das garantias de direitos. Mediada a ação coletiva, o MAB produz uma intervenção significativa e desmistificada da realidade.

Os atingidos por barragens são vítimas da violência humana e da violação dos direitos. Por isso, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2010) visa reparar danos àqueles que têm os direitos e as garantias usurpados e reconhece que a construção de barragens no Brasil é sinônimo de agressão à integridade física e moral. Essa violência às populações atingidas por projetos de barragens é um fato recorrente no país. A construção de políticas públicas específicas para essa população ainda é escassa, causando mais vulnerabilidade a quem vivencia essa problemática.

Diante de tais fatos, em 2006, o CDDPH instituiu uma comissão especial para acompanhar as denúncias de violações desses direitos em processos, envolvendo o planejamento, o licenciamento, a implantação e a operação de barragens, no que tangencia a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas (CDDPH, 2010).

Historicamente, os abusos às populações atingidas são recorrentes, a violação de direitos inicia ainda na etapa dos estudos, fase do projeto que remete ao medo e às constantes incertezas quanto ao futuro. Nesse sentido, concordamos com Mariana Corrêa Dos Santos (2015) ao dizer que as graves violações de direitos humanos acentuam as desigualdades sociais já existentes, como falta de informação, definição restritiva e limitada do conceito de atingido e omissão das especificidades socioeconômicas e culturais das populações atingidas. A própria natureza do conflito social leva-nos a compreender esses fenômenos ligados à produção e à reprodução de uma sociedade que disputa o controle de uma estrutura social, considerando a luta como fundamental.

Para tanto, as condições para compreender o fenômeno social analisado tornam possível percebermos que as lutas travadas pela comunidade da Lagoa do Mato evidenciam propósitos pela permanência no lugar onde sempre viveu e que estruturou as condições de vida. A luta de classe é protagonizada, neste caso, com muito embate pelos trabalhadores, homens e mulheres, que assumiam posição contra a Codevasf.

Por essa perspectiva, as lutas cotidianamente travadas, nos aspectos material e simbólico, pela sociedade vigente, faz-nos compreender que esses imperativos ideológicos burgueses são, sem dúvida, as ideias ou expressões alimentadas por indivíduos que compõem a classe dominante, posto que a essência de uma comunidade ribeirinha foi completamente retirada de determinado espaço por questões favoráveis à ótica de determinados fins econômicos.

5.2 Memória e construção da categoria “atingido” por barragem

Os movimentos sociais levam-nos a refletir sobre as tendências contemporâneas que ocorreram a partir das décadas de 1960 e 1970 e que evidenciaram o movimento dos trabalhadores que se impunha sobre os modelos de produção capitalistas. Segundo Foschiera e Arantes (2017, p. 39), “A construção de grandes empreendimentos barrageiros seja para geração de energia elétrica, para irrigação e/ou abastecimento de água no meio urbano, tem sido uma das formas do capital desrespeitar os direitos humanos, envolto no discurso de progresso e modernidade”.

Nesse caso, o planejamento de barragens é responsável por motivar um enredo de conflitos e lutas decorrentes da imposição do capital, associado ao Estado, para o desenvolvimento desses projetos. Um fato que intensificou a revolução dos novos movimentos sociais no Brasil ocorreu, em especial, com a derrocada da ditadura militar e a redemocratização do país, fruto, em parte, de um enorme processo de mobilização e de participação popular que, ao lado das grandes greves operárias, movimento representado pela figura do sindicato, assumiu um papel relevante nesse processo de abertura democrática. Nesse sentido, torna-se necessária, consoante Pinheiro e Fabríz (2017, p. 316), “[...] a análise deste tipo de organização social para compreendermos a dimensão da atuação deste ator social na busca pela redemocratização do país”.

Podemos considerar que todo esse processo descrito anteriormente evidenciou um conjunto de inovadoras formas de associativismo, de ação coletiva, de comunidades de base e de movimentos sociais, nas mais diversas áreas. Exemplo disso foi o período que compreendeu o final dos anos 1970 e a década de 1980, quando emergiram outros tipos de movimento como o feminismo, o movimento negro, o movimento em defesa do meio ambiente, o movimento estudantil, os movimentos organizados ou os de ocupação de terras, inclusive, o movimento de atingidos (GOHN, 1997).

Para tanto, as lutas sociais, motivadas por demandas comuns, decorrem da solidariedade construída a partir de valores culturais e políticos compartilhados pelo coletivo. Para Gohn (1997), nessa circunstância, a identidade coletiva compartilha o desejo de transformação decorrente de qualquer insatisfação quando o “[...] sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados. Sozinhos, esses múltiplos sujeitos não têm força coletiva, e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado” (GOHN, 1997, p. 311). Contudo, a CMB defende uma forma de definição mais ampla para a categoria que pensa para além do deslocamento do atingido de sua propriedade. Para Santos, é inegável que,

O termo atingido é disputado em diferentes instâncias: (i) no campo da afirmação de direitos, do reconhecimento de violações, rebatendo sobre processos indenizatórios, (ii) no seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva e na disputa por contra-hegemonia na sociedade; (iii) no meio acadêmico, na busca por sua afirmação como conceito. (SANTOS, 2015, p. 116).

Concordamos com a autora Mariana Corrêa dos Santos e para evitar interpretações divergentes, trataremos também do conceito de ‘atingidos’, conforme apresentado por Vainer (2004; 2008). Tal definição pode ser analisada no contexto da desapropriação quando atingida pelo processo de construção da barragem. Com base no que diz o autor, podemos compreender que “[...] determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária” (VAINER, 2008, p. 40).

Termo originalmente técnico, a palavra atingido ganhou enorme centralidade nos debates e nos conflitos relativos à identificação e reparação de grupos sociais, de famílias ou de indivíduos prejudicados pelo planejamento, implementação e operação de barragens, uma vez que “[...] atingidos são todos os que sofrem modificações diretas nas suas condições de vida” (VAINER, 2004, p. 203). Dada à complexidade que a categoria apresenta, a definição de atingido, portanto, pode ser o reconhecimento das pessoas economicamente deslocadas, por assim dizer,

O deslocamento físico não se restringe ao resultante da inundação, mas inclui aquele proveniente da perda de acesso a recursos produtivos. [...] O deslocamento econômico é aquele resultante da interrupção de atividades econômicas, mesmo sem qualquer conotação físico-territorial. (VAINER, 2008, p. 47).

Dessa forma, o autor argumenta que a condição de atingido vai sendo construída no decorrer do processo, de modo que se mantém à frente da luta da qual decorre tal centralidade. Contudo, são resultados do fato incontestável de serem atingidos, visto que a definição do termo decorre da amplitude do reconhecimento e da legitimidade de direitos (CDDPH, 2010).

Segundo o relatório da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (ANA, 2022), dadas às circunstâncias dos fatos, o contexto dos atingidos por barragem no Brasil é preocupante, considerando que, além das graves violações de direitos humanos, praticamente inexistente um marco legal que assegure os direitos dos atingidos. Em

contrapartida, as conquistas de direitos dessas populações dependem, unicamente, de suas lutas sociais.

A discussão sobre os dispositivos legais que consentem a desapropriação de terras para usufruto de “utilidade pública” é tratada na Constituição Federal (CF) de 1988 e no Decreto-lei 3.356, de 1941. Ambos legitimam o direito dos atingidos à indenização financeira por perdas de suas terras, em decorrência da desapropriação para construção de empreendimentos. Na Constituição Federal de 1988, no capítulo I dos Direitos Individuais e Coletivos, inciso XXIV, diz que “[...] a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição” (Brasil, 1988). O Decreto-lei 3.356, de 1941, que é um instrumento legal e com eficácia jurídica, diz que o *Art. 1º* sugere que a desapropriação deve ser tratada como utilidade pública e regulada por esta lei, em todo o território nacional. O *Art. 2º* aborda que, mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios” (BRASIL, 1941).

Em se tratando desse decreto como um instrumento legal, o texto dessa legislação brasileira é vago e desatualizado no que refere à desapropriação de terras que é um procedimento utilizado pelo Estado brasileiro sem definições e sem parâmetros claros estabelecidos, o que gera críticas e injustiças. Dessa maneira, fica apresentado que,

A Lei Federal Ordinária soberana que disciplina a desapropriação é o Decreto-lei n.º 3.365/41, que apesar de sua antiguidade e de várias mutações no processo legislativo, bem como as várias mudanças constitucionais continua em plena vigência, sendo a principal norma reguladora do processo de desapropriação, estabelecendo normas que disciplinam as formas e o processo judicial de desapropriação por interesse público. (LUZ; FERNANDEZ, 2018, p.10).

A contradição se apresenta também por se tratar de uma lei que não é clara no que diz respeito à indenização dos atingidos pelas desapropriações de terras em nome da utilidade pública. Ainda não é visto de forma eficiente o amparo legal aos atingidos, pois os impactos de empreendimentos de barragens têm ocasionado drásticas mudanças nas famílias desapropriadas que são desconsideradas e invisíveis ao Estado. Soma-se, a todas as outras questões, as perdas simbólicas. Outrossim, é importante ressaltar que as conquistas advindas das lutas dos atingidos por barragens não se transformaram integralmente em direitos legais, no entanto, servem apenas de parâmetro até os dias de hoje para a mitigação dos efeitos sociais para essas populações, no Brasil.

Com relação ao fato da terra ser classificada como de “utilidade pública”, o Estado justifica a desapropriação pautado também nesse decreto. Consideramos, nesse caso, uma questão de incoerência, uma vez que havia uma série de elementos que dificultavam o recebimento dos direitos à indenização financeira, direito assegurado legalmente pela CF e pelo Decreto-lei n.º 3.365/41 “[...] que reconhece como atingidos apenas os proprietários de terra com escritura que forem desapropriados pelas obras e estabelece a indenização em dinheiro como única compensação” (BRASIL, 1941, p. 14).

A restrição apontada no Decreto supracitado demonstra indícios de várias questões indefinidas, como por exemplo, a não segurança dos demais envolvidos nesse processo de desapropriação e o não reassentamento das famílias dos “não proprietários” e dos “filhos de não proprietários” que trabalhavam na terra; os reais “filhos da terra”, pois sobrevivem dela (BRASIL, 1941). Como podemos ver não há inclusão por parte da legislação dos outros atores do processo como: os arrendatários, os meeiros, os trabalhadores e outras pessoas que são atingidas de forma indireta pelo empreendimento. Explicando melhor, são excluídos aqueles que não detêm documentos de propriedade, mas que, de certa forma, são envolvidos nas atividades de plantio, de colheita, de pesca entre outras, são, então, prejudicados economicamente e socialmente. Como um importante dispositivo para reparar essas lacunas, surge o Decreto-lei n.º 3.365/41, que também não soluciona o problema.

O MAB, em outubro de 2010, passou a instituir o “[...] cadastro socioeconômico, como instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica” (BRASIL, 2010). Por isso, fez-se necessário a criação de um marco legal, de uma política de direitos, no sentido de assegurar através das leis os direitos de todas as populações atingidas.

A Lei nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023, um importante instrumento que surgiu recentemente, implementa a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), define, ainda, os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB), prevendo o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB). Essa Lei direciona as regras de responsabilidade social do empreendedor possuidor de estruturas de barragens. Segundo o Art. 2º, fica consolidado que,

Entendem-se por Populações Atingidas por Barragens (PAB) todos aqueles sujeitos a 1 (um) ou mais dos seguintes impactos provocados pela construção, operação, desativação ou rompimento de barragens: I - perda da propriedade ou da posse de imóvel; II - desvalorização de imóveis em decorrência de sua localização próxima ou a jusante dessas estruturas; III - perda da capacidade produtiva das terras e de elementos naturais da paisagem geradores de renda, direta ou indiretamente, e da parte

remanescente de imóvel parcialmente atingido, que afete a renda, a subsistência ou o modo de vida de populações; IV - perda do produto ou de áreas de exercício da atividade pesqueira ou de manejo de recursos naturais; V - interrupção prolongada ou alteração da qualidade da água que prejudique o abastecimento; VI - perda de fontes de renda e trabalho; VII - mudança de hábitos de populações, bem como perda ou redução de suas atividades econômicas e sujeição a efeitos sociais, culturais e psicológicos negativos devidos à remoção ou à evacuação em situações de emergência; VIII - alteração no modo de vida de populações indígenas e comunidades tradicionais; IX - interrupção de acesso a áreas urbanas e comunidades rurais. (BRASIL, 2023).

As Populações Atingidas têm direito a reparações variadas no âmbito do PDPAB. A conquista vem de situações que não eram avaliadas anteriormente, mas a nova Lei sugere que os grupos afetados tenham a reposição dos bens destruídos ou prejudicados. No âmbito da Lei, o Art. 3º determina a criação do PDPAB, que exige:

I - reparação por meio de reposição, indenização, compensação equivalente e compensação social, II - reassentamento coletivo como opção prioritária, de forma a favorecer a preservação dos laços culturais e de vizinhança preexistentes na situação original; III - opção livre e informada a respeito das alternativas de reparação; IV - negociação, preferencialmente coletiva, entre outros. (BRASIL, 2023).

O maior drama de um atingido, além das perdas materiais, são as perdas simbólicas de difícil mensuração. Entre as questões mais difíceis estão os rompimentos comunitários, familiares, culturais, econômicos e o modo de vida. O impacto vai além das alterações físicas atinge também o psicológico. Um ponto positivo nessa nova Lei é que visa aperfeiçoar os mecanismos de proteção dos direitos das pessoas impactadas pela construção e pela operação de barragens no Brasil (BRASIL, 2023).

Outro aspecto que pode contribuir para uma mudança significativa na relação de atingidos com a sociedade são os mecanismos de participação social, como a Consulta Pública Prévia e o Conselho Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. Esses mecanismos garantem que as comunidades afetadas participem ativamente das decisões sobre os empreendimentos.

A Lei propõe um avanço significativo, em se tratando da forma com os processos se davam por várias décadas em relação aos atingidos, vítimas de situações excludentes, sem uma política concreta de reparação e sem detalhamento do que representa socialmente um “atingido”. Podemos considerar como um avanço, mas sua implementação e efetivação aparentemente apresenta desafios e obstáculos advindos de uma sociedade de classe. Ainda é cedo para avaliar em termos práticos, pois não encontramos estudos que mostrem ainda sua

aplicabilidade na experiência de quem foi atingido após a sua implementação. Uma força tarefa deve vir com os estudos posteriores à Lei para mostrar sobre sua aplicabilidade prática diante da experiência real de grupos.

A questão que problematizamos sobre os empreendimentos de barragens é que existem muitos interesses escusos e, na via contrária ao MAB, o Estado capitalista transforma o “valor de uso” da água no “valor de troca” ou mercadoria. Quando se refere à água como um recurso natural, está intrínseco o valor de uso determinado pela importância que ela tem para a sobrevivência dos seres vivos. No modo de produção classista, a água passa a ter um valor de troca, principalmente pela privatização de seu uso para finalidades econômicas dentro ou no entorno de propriedades particulares e, no caso das barragens, tais interesses são direcionados e geridos pelo Estado.

5.3 Memória da comunidade Vila Nova: uma perspectiva do futuro

A localização do reassentamento teve como cenário o município de Paramirim-BA, em um bairro que tem como nome oficial bairro São Vicente de Paula, mas é reconhecido pelos moradores como Vila Nova⁵⁶. Ele surge da intencionalidade de abrigar os remanescentes da lagoa do Mato, desalojados de suas terras em função da execução do projeto da barragem do Zabumbão. O bairro possui: posto de saúde, praça, barzinhos, restaurantes, mercadinhos e outros empreendimentos comerciais. Além das residências existentes, muitas novas construções ocorrem na região. Atualmente, o bairro tornou-se ponto de encontros aos finais de semanas e feriados.

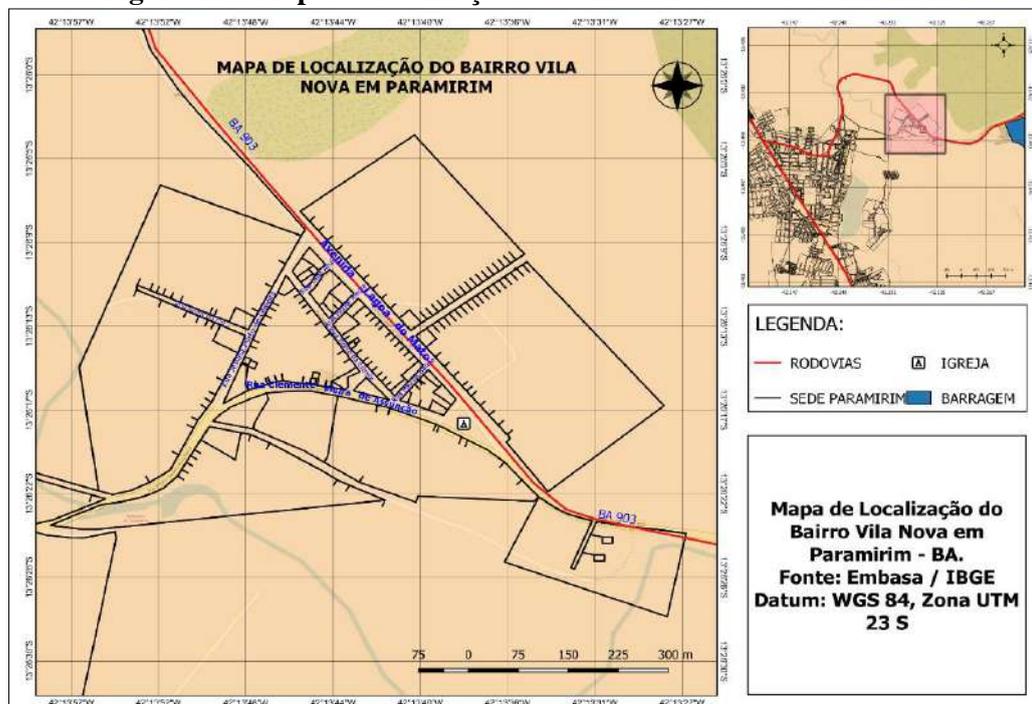
A história da povoação do Vila Nova teve origem com o assentamento das famílias oriundas da localidade inundada pelas águas na construção do Zabumbão, com finalidade de assegurar a população que não tinha um espaço determinado para tal fim. O bairro Vila Nova localiza-se à margem direita do rio Paramirim⁵⁷, próximo ao balneário da cidade. Com relação à oficialização do bairro deu-se com a aprovação do projeto de Lei nº 09/89, de 14 de novembro de 1989. Atualmente, o bairro conta com 10 (dez) logradouros com denominações referidas a cada topônimo do entorno da Lagoa do Mato (Volta do Rio, Pau da Bateia, Monte

⁵⁶Usaremos também o nome do bairro Vila Nova por ser o que a comunidade reconhece como fruto do reassentamento. Nos documentos oficiais há denominações diversas, ora bairro São Vicente de Paula, ora Vila Nova.

⁵⁷ O Bairro Vila Nova situa-se a Nordeste do centro da cidade, às margens da BR 903 que dá acesso à Barragem do Zabumbão e a Érico Cardoso. Localizado entre as coordenadas: Latitude: 13° 26' 30" S / 13° 26' 00" S e Longitude: 42° 13' 27" W / 42° 13' 57" W.

Alegre, Morro da Estrela), bem como outros nomes tidos como personalidades da história local, conforme aponta a Figura 11, que se refere à localização do Vila nova.

Figura 11 – Mapa da localização do bairro Vila Nova-Paramirim/BA



Fonte: elaborado por Clécio Oliveira com dados fornecidos pela autora (2021).

O terreno destinado para o povoamento do bairro procedeu da aquisição de terra correspondente a 10.000 m², cedida pela prefeitura municipal de Paramirim aos proprietários Antônio Chaves de Oliveira e sua esposa, D. Eldi Neves de Oliveira, como consta no Projeto de Lei nº 09/89, de 14 de novembro de 1989⁵⁸.

A submersão de terras férteis e de áreas de produção agrícola, além da expropriação de instrumentos de trabalho de várias famílias, obrigaram os trabalhadores a migrarem para um novo território⁵⁹ para reconstruírem os laços sociais rompidos, estabelecendo, assim, novas relações de trabalho, novas práticas de vida e novas maneiras de uso e ocupação do solo.

⁵⁸“O projeto de Lei nº 09/89, de 14 de novembro de 1989, autoriza a abertura de crédito especial no valor de NCz\$10.000,00 e dá outras providências. art. 1º- fica o executivo municipal de Paramirim-Ba autorizado a abertura de um crédito no valor de NCz\$10.000,00, para cobrir as despesas com aquisição de uma área de 10.000 m², para construção de casas residenciais para reassentamento dos sem terras, para construção da lagoa barragem Zabumbão” (Projeto de Lei Nº 09/89, 1989) (Anexo F).

⁵⁹“O território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação do espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais que se apresentam como componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia do contexto geográfico, mas também como experimentação do mundo pelo movimento da sociedade” (SANTOS, 1978, p. 171).

Entretanto, em termos sociais, vários são os efeitos negativos que têm sido registrados, tendo destaque, especialmente, o deslocamento compulsório que implica na remoção de muitas famílias. Apesar de ter sido disponibilizado um local para esse fim, alguns deslocados tomaram lugares distintos para morar: “[...] eu e mais 6 famílias nos mudamos para o bairro da mãe Isabel. Outras vieram para o centro da cidade, Alto do Cruzeiro, Praça Padre Bem-Vindo, Santana (zona rural) São Paulo” (DES10, 2021).

Com o relato, podemos perceber os caminhos distintos que as famílias tomaram e o árduo processo de adaptação. Em decorrência também dos acertos, muitos deles buscavam lugares acessíveis para começar a nova vida. Os ex-moradores que chegaram ao reassentamento no início das edificações das moradias depararam com uma realidade totalmente diferente daquela de onde viviam, por isso, tiveram várias dificuldades e desencantos.

Para muitos, a nova realidade com a qual se depararam nos momentos iniciais foi desoladora, conforme relatos dos informantes deslocados ao recordarem que na “Na Vila Nova a adaptação foi difícil por não ter terreno para a continuidade, como era o jeito de sobreviver daquele povo” (DES07, 2021). Houve uma transformação social, econômica e cultural para os indivíduos que ali residem, esses impactos passaram a direcionar suas histórias de vida, como podemos perceber na fala que faz alusão ao período de adaptação ao novo local e à nostalgia do estilo de vida expressado em: “Foi difícil. Pois passamos toda a vida lá, vivíamos da agricultura local e tirávamos nosso sustento disso” (DES15, 2021).

A despeito desse assunto, DES10 (2021), confirma que “A mudança para mim foi um impacto grande em diferentes culturas e costumes e amizades novas. Hoje vejo que meu crescimento intelectual se deve muito a esta mudança, porém, **eu trocaria tudo para ter meu pedacinho do paraíso de volta**” (grifos nossos). A partir disso, notamos que, mesmo quando a mudança de local possibilitou algum benefício a longo prazo e com grandes esforços por parte dos ex-moradores, o sentimento de saudade encontra-se presente, e a sensação de desejar retornar a suas origens permanece, isso porque a sensação de pertencimento está ligada ao antigo local e às práticas desenvolvidas nele. Outro informante esclarece que “No início foi difícil porque a gente morava na roça era muito bom, tinha muita fartura de coisas de comer, das plantações e na Vila Nova não tínhamos isso, muita gente passou por dificuldades na época, mas aos poucos fomos adaptando” (DES01, 2021).

Assim, as famílias frente a todos os desafios e obstáculos, foram obrigadas a abandonar suas casas, suas terras, ao serem desapropriadas pelo Estado. Fato é que a liberação da área para a construção das casas comunitárias ocorreu no dia 18 de dezembro de 1989,

como consta no termo aditivo de compromisso⁶⁰, após várias tentativas de acordos que perduraram por vários anos. No início do processo de reassentamento, Figura 11, as famílias foram se estabelecendo.

De modo geral, as transformações territoriais foram impactadas negativamente pela construção da barragem, gerando implicações no contexto social, econômico e cultural de toda a comunidade. Todo esse processo trouxe marcas profundas que persistem na memória e na história da comunidade, nas configurações socioeconômicas e culturais ocorridas com os agricultores e seus familiares que foram atingidos pela barragem e que permaneceram na Vila Nova. Um deslocado afirma que,

Éramos lavradores e meus pais juntamente com os meus irmãos mais velhos também trabalhavam na carpintaria da nossa casa. Em questão de poucos dias, nós víamos nossas vidas mudar para pior, pois foi oferecido apenas uma posse na Vila Nova, cercado por propriedades particulares nas quais **não poderíamos exercer nem uma das atividades que traziam o nosso sustento...** meu pai que hoje em memória, por falta de madeira para sua carpintaria artesanal e de terra para plantar, teve que aprender a ser carpinteiro de obra, onde trabalhou por cerca de dois anos na construção da Barragem e em seguida mudar-se para São Paulo, e de lá mandava o sustento da nossa família. (DES18, 2021, grifos nossos).

Nesse relato, algumas memórias emergem como elementos importantes e marcantes acerca do estilo de vida e dos reflexos das mudanças, com indícios de instabilidade em relação ao contexto que envolve a Vila Nova, a mudança de profissão, entre outras coisas que impactaram essa família. É evidente que um sentimento de insegurança, depois de uma vida dedicada a um determinado ofício, se aflore, especialmente, por ter que deixar se readaptar e requalificar profissionalmente, levando o pai a viver longe da família e de suas relações, uma vez que teve de ir o estado de São Paulo. Outro fato que nos chama atenção é a repercussão que todas essas mudanças trouxeram para a rotina daquela família. Foram os sinais do capitalismo que sufocaram hábitos simples de um povo que veio de uma comunidade rural para um lugar em crescimento.

Ainda podemos observar impressões no relato de que “Foi difícil inicialmente, muitas pessoas foram abaladas psicologicamente por ter que abandonar seu local, mas aos poucos fomos nos adaptando” (DES04, 2021). Ao longo das entrevistas notamos que o processo de reassentamento não ofereceu suporte na assistência de serviços sociais básicos, como: escola, posto de saúde, psicólogo, entre outros. Entrou em curso um novo capítulo da vida de alguns moradores, pois essa reconstrução da rotina obteve muitas mudanças, recomeços, assim como

⁶⁰Termo de compromisso com propostas concretas de negociação com a comunidade, aditiva ao termo de compromisso em 11/12/ 1989 (Anexo B).

também descreveu DES07 (2021): “Foi complicado, a nossa família foi uma das últimas a deixar o lugar mas não tinha outra opção” .

Essas e outras questões podem explicar o fato de muitas pessoas, trabalhadoras, morrerem no período de construção dessa barragem. Além do mais, o que se sabe é que há coexistência de sentimentos de desgosto, amargura e indignação, segundo os informantes DES02 (2021) e DES01 (2021), que nos levam a pensar sobre o vínculo afetivo estabelecido entre as pessoas e o lugar. Podemos inferir que provocou uma ruptura, pois quem viveu o sofrimento têm indícios de que sofreu atos de violência, inclusive, relacionados com as condições alimentares, com a estrutura e com a infraestrutura do local novo. As implicações para a vida dessas pessoas são diversas, sinalizando uma trajetória de sofrimento e perdas.

As falas dos entrevistados deslocados apresentam uma triste realidade, a angústia e as incertezas foram recorrentes. Outro fato que chama atenção com relação ao informante DES07 (2021) é que sua família permaneceu na Lagoa do Mato, sendo uma das últimas a desocupar o lugar, devido às condições oferecidas, que eram precárias. Enquanto as obras não avançavam, eles permaneciam e, com isso, ganhavam tempo. Além das condições precárias de vida e de trabalho a que essas famílias foram submetidas e vitimadas, provocaram-se vários problemas, como podemos constatar no depoimento de DES04 (2021), quando enfatiza “[...] abalada psicologicamente”.

As recordações sempre marcaram o íntimo de cada um e o coletivo da comunidade. O modo de vida peculiar de uma comunidade ribeirinha com hábitos e rotina, a sensação de mudança era “Muito sofrida, foi como se *arrancasse uma planta da terra fértil* e plantada na rocha” (DES02, 2021, grifo nosso). Devido ao sentimento de pertencimento nessas situações é muito comum o apego, entretanto, é preciso valorizar as memórias afetivas, ou seja, aquilo que é construído no entrelaçamento de indivíduos, nos grupos, nos seus próximos e na interação com seus membros. Caso essas pessoas percam o contato entre si, o desapego gerado leva ao esquecimento.

Por essa razão, as incertezas no que diz respeito ao futuro levam à reflexão sobre as mudanças, com mistos de sentimentos. Assim constatamos no depoimento: “**O impacto para mim foi muito grande difere culturas e costumes amizades novas hoje** vejo que meu crescimento intelectual se deve muito a esta mudança porém eu trocaria tudo para ter meu pedacinho do paraíso de volta” (DES10, 2021, grifos nossos).

A adaptação do que seria uma transição da comunidade Lagoa do Mato para o Vila Nova também foi pontuado pelos informantes, “Foi tranquila porque não tinha muita noção do que estava acontecendo naquele momento sentia falta do que a gente vivia lá, mas aos

poucos fui adaptando, a pouca idade também ajudou na adaptação”(DES07, 2021). Porém, DES18 (2021) apresenta um relato comovente acerca das condições precárias que tiveram que enfrentar, como podemos analisado,

Foram tempos difíceis, nossa casa não tinham porta e nem janelas, apenas o espaço do trânsito. Bem próximo se estabeleceu uma britador que enchia a casa com o pó da brita, a tosse seca era constante por alergia do pó. O chão era de terra batida que no período chuvoso aumentava ainda mais o sofrimento, pois não poderia entrar e nem sair sem atolar os pés. Vivíamos em uma escassez de alimentos, o que antes tínhamos prato cheio, passamos a sobreviver com pouco menos de uma refeição dia. (DES18, 2021).

Além das implicações da nova moradia para a qual foram obrigados a mudar sem que a obra estivesse terminada, ainda foram submetidos a várias situações desconfortáveis. Ademais, no local não tinha infraestrutura, as ruas ainda sem calçamento dificultavam o acesso e a locomoção em tempos de chuva. Outro fato que consideramos um dos maiores foi as condições alimentares. Pelo que o informante relata, as alterações influenciaram a forma de sobrevivência.

Consequentemente, essa situação é grave, pois além de afetar a dignidade humana compromete também o indivíduo, podendo acarretar vários problemas de saúde. Em resumo, o processo de deslocamento dessa família, além de traumático, teve consequências emocionais. Ainda inferimos, a partir do relato apresentado por DES18 (2021), que houve de forma muito evidente a violação de direitos humanos. No conjunto das falas, em todas as situações analisadas, constatamos que existe a desigualdade de condições de acesso a vários tipos de direitos.

Sob nossa própria lente, analisamos ser imprescindível reconhecer, nos diversos depoimentos, o valor imensurável da lagoa do Mato mostrado pelos moradores em seus relatos, evidenciamos as sensações, as impressões colhidas nas observações transcritas no diário de campo, as expressões, os silenciamentos, os risos e os choros. Nesse ínterim do antes e da trajetória a que foram submetidos, entre todas as angústias, havia também expressões de sentimento de pertença e reconhecimento de seus territórios. Por outro lado, as limitações, os desafios que o deslocamento forçado traz, as consequências, os dramas, as lutas, acima de tudo evidenciam a negligência e o desprezo do órgão Codevasf.

Assim, a desapropriação vai se revelando como um fenômeno que desaloja não só as pessoas de suas casas, mas que também expressa a exclusão de um conjunto de pessoas e grupos sociais produzida e recriada por essa sociedade perversa e capitalista, ficando evidente uma memória social construída de uma experiência totalmente marcada pelo sofrimento e pelo abandono. Em síntese, a verdade é que toda trajetória desse processo de transformação

vivenciado pela comunidade da Lagoa do Mato e, posteriormente, no Vila Nova, é o reflexo da sociedade e das implicações que ocorreram de forma direta nos modos de vida, na história, na cultura e na memória, transformando, de forma brusca, o contexto de vida de homens e mulheres.

6 ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: O QUE REVELAM AS MEMÓRIAS DA LAGOA DO MATO

Esta seção descreve a trajetória dos atingidos por barragens e a interpretação das recordações de uma comunidade destruída, material e simbolicamente. Trataremos das discussões realizadas acerca da formação da memória coletiva/social da história de vida e dos fenômenos do silenciamento e esquecimento da memória, a partir dos relatos orais dos entrevistados. Um elemento muito interessante apresentado na subseção “A água inundou: memória dos deslocados” é a mobilização de uma memória ressentida pela perda dos vínculos e das relações sociais.

A memória social pode ser evocada, individual ou coletivamente, mobilizada e ancorada no esteio das relações e apresenta entre as várias funcionalidades a de recordar, como um fenômeno existencial do tempo passado e do presente, crucial nas interações humanas. Evocar uma lembrança permite recuperar a experiências do que permaneceu vivo, esquecido ou silenciado. Assim, Fentress e Wickham (1992, p. 39) consideraram que “[...] nossa experiência do presente fica, portanto, inscrita na experiência passada. A memória representa o passado e o presente ligados entre si e coerentes, nesse sentido, um com o outro, isto porque a memória é continuamente testada na vida cotidiana”.

Nesse sentido, a memória do presente também está inscrita nas acontecimentos do passado, porque é o passado que existe no presente, isto é, o passado coexiste na consciência do grupo. Assim sendo, “[...] recordar é reconstruir o passado a partir dos marcos sociais existentes em seu grupo” (HALBWACHS, 2004, p. 371). Desse modo, podemos perceber que a concepção acerca do tempo social que envolve as experiências já vivenciadas seria exterior às durações vividas pelas consciências, sendo, assim, o ponto de partida da análise de Halbwachs que apreende a noção de tempo como duração, mas debruça-se sobre o estudo da memória a partir de quadros sociais, situando a temporalidade nos grupos e nas relações. Para tanto, os quadros sociais, a partir dos quais é introduzida a discussão do espaço, são compreendidos em uma dimensão material.

A memória defendida pelo autor anteriormente citado é reconhecida como trabalho, porque ela não é aquietada, tem um esforço para recuperar recordações. Portanto, o que se denomina como trabalho aqui tem como característica distintiva a condição humana por colocar a sociedade em um local ativo e produtivo. A memória - trabalho realiza a tarefa não individual, mas social; e não se constrói fora da memória de um grupo (Halbwachs, 2004). A questão para essa discussão, segundo Santos (2012, p. 89), é que “[...] a ‘memória-trabalho’

associa-se à construção da representação, à capacidade de imaginar, à luta contra o esquecimento”, dado que ela (a memória) é trabalho no presente que se constrói no passado, estimulada sempre a partir do presente na interação dos grupos.

O ponto inicial para compreendermos esse fenômeno centra-se no que o autor Halbwachs explica sobre o indivíduo que recorda e que, necessariamente, está inserido e baseado em grupos de referência. A teoria halbwachiana pensa a memória a partir dos quadros sociais da memória que constituem um conjunto de referências estáveis que determinam a existência e manutenção de toda formação social, baseada na vivência em sociedade (Halbwachs, 2004). Todavia, procuramos explicitar a empiria colhida dos relatos orais e examinada no contexto da memória social. Ela é concebida nesta tese por meio da memória e da história de vida particular e coletiva da comunidade. Um efeito desse percurso deu-se, metodologicamente, através de dois instrumentos de coleta: as entrevistas e os questionários, que foram interpretados e analisados, usando como recurso analítico a memória social.

É necessário compreendermos que o objeto deste estudo é crucial para discutir o que diz respeito às lembranças da Lagoa do Mato. Percebemos nas falas dos informantes que existem vários quadros sociais da memória representados nas várias relações entre os grupos e as vivências que contemplam: família, classe social, tradição, lugar, entre outros. Esses quadros nos levam à reflexão de elementos que certificam e evidenciam como era compartilhado o modo de vida na Lagoa do Mato e a relação dos diversos grupos com o trabalho, o lazer, a tradição, a moradia e a infância.

Família

Para tanto, a tradição familiar é um quadro social da memória imprescindível para afirmar a tradição do grupo, dadas as relações que acontecem e que se mantêm como elementos comuns da cultura, dos hábitos e costumes. No tocante à compreensão dos grupos, Halbwachs (2004) utiliza o exemplo da família como o primeiro grupo social a acolher as memórias, sendo, portanto, um quadro elementar inspirador da formação do coletivo.

Ao serem indagados sobre a trajetória da comunidade Lagoa do Mato, destacamos os seguintes relatos: “Lembranças dos rios, dos riachos, das plantações com meus pais, das brincadeiras, da luz de querosene, enfim, muitas coisas que recordo de lá” (DES01, 2021). É nessa perspectiva que surge a reflexão sobre os dilemas presenciados pela comunidade Lagoa do Mato ao ser desapropriada e arrancada de sua realidade material e simbólica, uma vez que a trajetória de cada um estava marcada nesse espaço e no contexto das famílias. É possível

veremos algumas construções que relatam “Muitas lembranças de tomar banho de rio, andar de carro de boi, ir pra roça com meus pais, são tantas!” (DES09, 2021). Os depoimentos orais permitiram-nos identificar a história de vida dessas famílias entrelaçadas por recordações de vivências e situações na comunidade, como ratificado por DES06,

Me lembro muito da liberdade que a gente tinha. Rio com águas correntes, limpas e próximas das casas. O rio que ficava à margem do terreno onde nós morávamos, tinha a liberdade de pescar, tomar banho sem perturbação. (DES06, 2021).

Ao recordar de como era o cotidiano, significa dizer que também estava ancorado nos grupos de pertencimento. Diante disso, as afirmações que localizam os ambientes “Das roças e dos rios” (DES07, 2021) e remetem a “Várias lembranças boas” (DES03, 2021) corroboram para compreensão do processo de recordação. Em face dos relatos, há uma questão tratada e compreendida como uma sucessão de acontecimentos entrelaçados no seio familiar, nos próximos, nas relações e laços de parentesco e de convívio como fenômenos intrínsecos de uma comunidade em que os moradores compartilham de momentos comuns.

A vida estava unida pelas relações com o lugar físico, nesse caso, ligava ao rio, a referência central de existência, como podemos ver quando falavam “Tomava banho e lavava roupa no rio, fazia moagem (fazia rapadura). A vida era mais simples, porém tínhamos mais liberdade” (DES14, 2021). Assim, os ribeirinhos compartilham experiências similares no rio, o que lhes davam sentido para viver, sobre o qual desenvolviam a pesca, entre outras atividades como as domésticas e a de plantar. Tudo isso faz-nos pensar que o modo de vida que os moradores tinham era motivo de orgulho, apesar das dificuldades que a vida material impõe.

Ao analisar o contexto familiar dessa comunidade, importantes pistas nos são fornecidas e, nessa dinâmica, a memória ocupa um lugar fundamental como o modo particular de mobilização que permite garantir a continuidade, a sucessão da cultura, dos hábitos que resumem nos detalhes sobre diversos momentos da vida. Os elementos da Lagoa do Mato (trabalho, lazer, moradia, escola, infância, cultura, religião) são lembrados e compartilhados do contexto social.

Como já mencionado, é importante ressaltar que as características peculiares da Lagoa do Mato, segundo os informantes DES03 (2021) e DES15 (2021), constituíam-se a partir de “liberdade”, “sossego” “tranquilidade e paz”. Eles têm uma nítida percepção de sentimentos de prazer ao recordarem como era a comunidade que ainda preservava seu aspecto natural e acolhedor. Era um espaço com singularidades, fato esse que fazia com que os moradores

alimentassem sensação de bem-estar. Essas lembranças desencadeiam um passado que está evidenciado no que viveram e nas relações que se estabeleceram no tempo e no espaço.

Dos ofícios desenvolvidos pela classe trabalhadora na comunidade, nenhum deles era fácil, do ponto de vista do esforço físico, porém não havia por parte dos entrevistados lamentações da atividade laboral. Homens, mulheres e crianças trabalhavam na moagem e na fabricação artesanal de rapadura, mel e caldo de cana. As atividades desenvolvidas na moagem também eram um momento de confraternização, de estreitar os laços entre os grupos, pois cada família cuidava e monitorava uma parte da produção, a exemplo de plantar a cana, colher e produzir a rapadura. Era um trabalho em colaboração com as famílias da comunidade. Por vezes, a maneira como eles faziam parte da comunidade garantia o sustento e a reprodução material.

Essa pluralidade de memórias, que já existia em certo sentido na Lagoa do Mato (grupo doméstico, grupo familiar, grupo rural), é elemento de sua materialidade, era a forma concreta que se apresentava em uma classe trabalhadora que defendia seu sustento através dos diversos tipos de atividades realizadas na comunidade.

O modo de vida na Lagoa do Mato é confirmada pelos informantes como um lugar com potencialidades agrícolas, apresentando um elevado potencial para desenvolvimento de uma produção bastante diversificada. Como podemos observar, há uma recordação referente ao “[...] ir pra roça com meus pais [...] das farturas existentes [...] não comprava arroz, feijão, milho, verduras, frutas, leite, porque produzíamos nosso próprio alimento” (DES06, 2021).

Além das entrevistas e dos relatos na íntegra, vários componentes sobre a história dos ex-moradores da Lagoa do Mato, características da região e aspectos culturais, também foram coletados através de registros em diários de campo. Esse instrumento potencializa a compreensão dos quadros sociais identificados na comunidade, por meio das narrativas informais e formais, evidenciando a memória coletiva presente neles. Logo, as anotações captaram discursos que afirmavam a fertilidade das terras localizadas em torno do rio Paramirim, bem como suas contribuições para uma vida com abundância.

O desenvolvimento da agricultura de subsistência garantia o sustento das famílias e da comunidade, com excedentes, condição indispensável para uma vida social dinâmica com possibilidade de troca de mercadoria, mesmo que em baixa intensidade. As necessidades materiais eram supridas com produções que eram desenvolvidas normalmente nas pequenas propriedades, com a divisão do trabalho pela classe trabalhadora.

Infância e Adolescência

Dadas as circunstâncias dos testemunhos, as relações de família, de trabalho e de lazer são fundamentais no entendimento da análise das histórias de vida que apontam para a realidade e a interpretação da própria trajetória. Interessa-nos analisar as lembranças que mobilizam a memória para compreendermos que não é uma busca descompromissada das influências do presente de quem rememora, é, sobretudo, a manifestação do que se viveu, é o próprio contexto dos fatos. Portanto, o relato que segue apresenta a trajetória de uma vida que refere-se à

Doce infância e adolescência, [...] para ir a escola, fazia o percurso a pé mais ou menos uma hora de caminha e era feito com alegria pois era diversão momentos de brincadeiras não tinha essa de pais levar os filhos para a escola quem cuidava era os mais velhos não importava se fosse parente ou não. Me lembro dos professores: Dona Edite, professor Miguel, Joel de Nina, José Carlos, Alcides, Iracema, Miguel, Alcides e José Carlos. Saudades daquele tempo em que os pais tinham tempo para conversar com os filhos onde o celular e TV não fazia parte da família nas noites de lua cheia onde meu pai botava o couro de boi no terreiro da sala e debaixo daquela lua contava história e nos ensinava os nomes das estrelas, tempo onde o doce que a gente tinha era rapadura e melado de cana, no café da manhã era batata, mandioca, farofa de ovo e pão só nos domingos. Nossos brinquedos eram cavalos de pau, boneca de espiga de milho, bola de pano. As brincadeiras em grupos eram esconde-esconde, cantigas de roda, passar anel, sem falar nos banhos de rio, este, era nosso chuveiro. As necessidades biológicas eram feitas a céu aberto. A casa de adobão, fogão a lenha e colchão de palha com todas essas precariedades eu vivia no meu paraíso. Da adolescência tenho saudades dos bailes iluminados com lampiões a gás e lamparina de querosene e animados ao toque de sanfona ou toca-disco. Saudades dos reisados e das novenas de natal. Enfim saudade do meu pedaço de chão, minhas casinhas, meu umbuzeiros, minhas mangueiras até do que era dificuldade. Saudade da minha volta do Rio. Hoje a minha infância e adolescência estão debaixo das águas do Zabumbão. (DES10, 2021).

Nesse relato, DES10 (2021) recupera os fatos e oferece-nos a possibilidade de conhecermos sua história. As recordações remetem aos momentos em que o informante se conectava com o que havia em comum entre os elos da comunidade que nutria a cultura e os hábitos, a história e a memória. Esses relatos fornecem, assim, informação sobre os grupos, a recordação de um lugar que ainda reportava a sensação de ser seguro e calmo. Os discursos priorizam a ideia da família como laços de reciprocidade e, também, a interpretação da vida familiar como o espaço privilegiado dos encontros.

Existiam relações de proximidade entre os familiares, amigos, colegas de trabalho e os vizinhos, aparentando evidências no depoimento de DES10 (2021). Essas recordações marcaram, afloram os sentimentos e as sensações, entre tantas outras impressões que são evidenciadas e que tiveram ou têm importância afetiva na vida da ex-moradora da Lagoa do

Mato. De todos esses momentos, as lembranças remetem a um passado considerado característico de cada grupo em particular, a realidade descrita constitui-se em imagens concebidas no passado, mas que estão vivas em cada um.

Com base ainda no informante citado anteriormente, fica claro que a experiência de ter crescido na Lagoa do Mato trouxe-lhe uma doce infância, que viveu essa fase com “[...] brincadeiras em grupos, esconde-esconde, cantigas de roda, passa anel, sem falar nos banhos de rio, este era nosso chuveiro” (DES10, 2021). No depoimento, encontram-se fatos de contemplação marcadas pelas recordações, o que tem um papel essencial na formação dos indivíduos. Por outro lado, as brincadeiras promovem a interação social entre as crianças da comunidade. Logo, as memórias particulares dão possibilidades de construir uma totalidade de sentido, em um dispositivo simbólico dos indivíduos que constituem a extraordinária força das relações com o seu próximo.

Entendemos que as falas que remetem às lembranças da infância indicam a interação dos indivíduos com o espaço físico, com a terra, e, assim, o pertencimento a ela, como uma certa extensão do seu ser. Nessa perspectiva, a labuta na terra era mais que um trabalho para sobrevivência, passava uma sensação de pertencimento a ela. Dessa forma, podemos inferir que aqui são nascidas as emoções para com a localidade, retirar os moradores da localidade foi um ato de fragmentação das relações, uma vez que estas se encontravam interligadas a esses aspectos físicos e emocionais. O relato "Nós trabalhamos muito, desde criança já começava a trabalhar" (DES10, 2021) elucida bem o que estamos expondo.

Dessa maneira, o fato de a criança brincar e trabalhar na roça se configurava como um evento comum, haja vista que também ela era responsável pelo desenvolvimento de tarefas no seio familiar, até mesmo para apreender o senso de responsabilidade e de partilha que remete a um passado onde infância e trabalho se misturavam, trazendo elementos de atividades colaborativas para que as crianças da Lagoa do Mato pudessem contribuir e aprender desde cedo a importância do trabalho como ofício da vida na roça.

Tradição

As memórias da infância e da adolescência descritas anteriormente são sinais visíveis do desenvolvimento em um local que oferecia uma vida simples alimentada pelo afeto, pelo cuidado da família e que marcou a história de vida daquele povo. Contudo, o relato está permeado de memórias e de como elas se inserem nesse contexto. Sobre essas vivências, é revelado pelo informante que,

São poucas as linhas para descrever o que considero de uma amarga nostalgia. As lembranças se concentram em eventos vividos que tive o prazer de guardar na memória. Lembro-me do São João, época em que a Lagoa do Mato, transcendia na comemoração junina. Tínhamos a trança fita, que consistia em cerca de umas 10 pessoas dando voltas precisas em torno de uma maneira, no qual o objetivo era deixar as fitas coloridas e trançadas, a rainha da canjica, que era um prêmio dado para quem vendesse mais rifas, nos divertimos muito com essa e outras. Tinha uma mangueira enorme que na época de frutos tentávamos derrubá-los jogando pedra e tinha uma certa disputa de quem derrubava o "orinho" como era chamado a manga mais amarela. Pescávamos as margens do Rio Paramirim, e ainda nas margens fazíamos nossos piqueniques e ajudávamos nossas mães a lavar roupa ou louça. Varriamos o terreiro com ramos de alecrim do mato... Memórias boas que o tempo não foi capaz de apagar. (DES16, 2021).

Ainda sobre a questão apresentada, o depoimento se assemelha a uma memória compartilhada por quadros em comum, fundamentais para compreensão das peculiaridades da comunidade e suas tradições em vários contextos. Vemos no fragmento de fala a seguir como os grupos se organizavam a partir de uma memória social.

Tinha quadrilha nós brincava a noite toda o povo dançando a noite toda, rodando fazendo a quadrilha era tudo no coreto o povo ficava cantando ouvia longe... e aquela coisa mais linda... mais linda. Era gostoso, lá era gostoso, lá não tinha confusão, não tinha briga, não tinha nada tudo unido. **E aí, nós fez a igreja, nós fez o coreto.** Ficou uma beleza. Depois a gente vinha para essa igreja, era tudo pertinho. Nós plantava, nunca comprou nada só vinha buscar aqui a carninha. Tinha arroz, tinha tudo. Lá era fácil. Olha os pé de couve, manga (mostrava na mão), tudo o que você procurava dava. Planava abacate, tinha um tal azedinho que a gente faz até vinagre pois nós tinha tudo moça, tudo que você procurasse. Era gostoso demais, era muito bom. (M.L.A., 2021, grifos nossos).

Os relatos por ora apresentados captam várias situações do cotidiano, com evidência de quadro social da memória, que mantinham a cultura viva. O período junino, as comidas, a descrição do cotidiano das atividades de plantar são elementos que evidenciam que a comunidade conservava suas tradições e costumes, certamente, mantidas pelas vivências inseridas na trama da vida. Isso só é possível por conta da vinculação de indivíduos que se recordam, sempre usando marcos sociais (HALBWACHS, 2004).

No centro da comunidade da Lagoa do Mato havia coreto, campo de bola e igreja; atividades recreativas, religiosas e de lazer ocorriam principalmente nos finais de semana, quando as famílias se reuniam para participar de celebrações da igreja católica como missas, batizados e novenas, e as meninas aproveitavam para brincavam de “baliô”. Os espaços mencionados eram usados para atividades recreativas ou de cunho religioso.

Os fatos apresentados até aqui referem-se a uma tradição de vida da Lagoa do Mato revelada nas recordações da comunitária, para a qual não existem diferenças fundamentais nos

modos de vida, na organização social e na cultura, determinados por sua vinculação social, o que pode ser confirmado na diversidade das fontes empíricas aqui apresentadas, colhidas através do diário de campo.

Ao considerar o que foi apresentado anteriormente por outros informantes, abordamos aqui o depoimento sobre as lembranças que afirma que elas “[...] se concentram em eventos vividos que tive o prazer de guardar na memória” (DES16, 2021). Esse relato capta, ao nosso entender, que os grupos devem ser situados em relação ao seu contexto e as suas próprias tradições que demonstram, a partir da história de vida, individual e/ou coletiva, a corporificação das relações sociais. Contudo, reproduzimos, através das análises e das observações, que a Lagoa do Mato apresenta o retrato de uma comunidade ancorada na tradição familiar com história incorporada pelos grupos permeados do tecido social.

Classe Trabalhadora

Conforme identificamos no tocante às discussões acerca das relações de trabalho, existe uma questão que é a produção material que mantém uma dialética entre as classes trabalhadoras. A contradição operante está nas relações materiais que travam lutas, disputas inconciliáveis, a partir de interesses que estabelecem o modo como produzem os meios de vida, ao contemplar o estilo do entrelaçamento das práticas laborais dos moradores da comunidade em questão com as relações familiares.

Portanto, por intermédio do relato, entendemos melhor a relação de trabalho mantida na Lagoa do Mato, sobretudo, as razões que asseguravam o ideário de vida. Segundo o informante DES01 (2021), o rio, em sua essencialidade, apresentava as condições de vida daquela comunidade, pois as atividades, como pesca e agricultura, advinham dessa relação. Entendemos este rio Paramirim como um lugar simbólico, social e de lazer, pois demonstrava, além das condições materiais, que a comunidade estava vinculada ao ambiente ribeirinho, ele era o espaço de encontro das águas, mas também o ponto de trabalho, praticamente, para todas as atividades desenvolvidas.

Ao tentarmos delimitar a classe trabalhadora daquela comunidade a partir da memória coletiva/social, capturamos que ela se encontrava em torno das atividades agrícolas e familiares, como notado na fala referente ao fato de que naquela localidade havia “[...] produção agrícola, tinha engenhos, fabricação de rapadura” (DES11, 2021). As recordações dos moradores remeteram a “[...] vida na roça, das plantações, das moagens de cana de

açúcar, dentre outras” (DES12, 2021), também ao plantio de “Lavouras de milho, arroz, feijão, hortas, os currais cheios de gado” (DES19, 2021).

As forças produtivas na Lagoa do Mato demonstraram a realidade similar entre as famílias e a agricultura, impulsionada pela presença do Rio Paramirim. Logo, a comunidade mantinha uma relação próxima, os seus membros estavam de alguma forma interligados através do contexto local. Esse cenário, no qual se inseriram trabalhadoras e trabalhadores, tem como base fundante a concentração das terras, onde plantavam, colhiam e criavam gado para suprir as necessidades existenciais; quando sobrava alguma coisa, vendiam como fonte de renda extra.

Segundo DES19 (2021) a prática da pecuária era promissora, devido ao fato das boas condições de pastagem e de água. Havia também, segundo informações constatadas no diário de bordo, a criação de porcos e aves que se desenvolvia de acordo com os recursos materiais e econômicos de cada família. Essas atividades consistiam, para nós, na noção de agricultura familiar com incidência das culturas de feijão, arroz, algodão, mandioca, milho, cana-de-açúcar e de batata-doce. De forma mais abrangente destacava-se o cultivo de hortas, com extensão a outras práticas como pecuária, pesca etc..

Ainda sobre o trabalho no campo, as relações no meio rural da classe trabalhadora eram desenvolvidas com atividades diversas, como: agricultura, moagem, carpintaria, pecuária e pesca. Compreendemos, nesse sentido, que havia uma relação de produção que mantinha efetivo trabalho diário e com condições reais de vivência no campo a partir das relações de produção.

Logo, o reflexo que temos é de que as forças de trabalho, a exemplo da agricultura, da pecuária, da moagem de cana (fabricação de rapadura) entre outras, eram, também, um dispositivo que mantinha a comunidade em suas práticas laborais diárias, mas foram submersas. No entanto, antes dessa imposição, a classe trabalhadora lutou para manter suas atividades, as propostas não eram de seus interesses. Assim, instalou-se a resistência da comunidade sobre a construção da barragem.

As memórias dessa classe constituem-se no terreno da materialidade e, por essa razão, trazem consigo a marca e os contrastes das sociedades que mantinham uma rotina diária presente nas formas concretas da reprodução social vigente. Contudo, a base das relações de trabalho na Lagoa do Mato eram as de produção, as formas organizativas do trabalho que se desenvolviam pelas famílias que lá viviam.

Nesse sentido, compete-nos dizer que as relações de trabalho configuram um quadro social da memória bem evidente da Lagoa do Mato. O trabalho, como atividade essencial e

vital, traz a possibilidade de realização plena do homem, inclusive seu sustento. Porém, olhando por um outro ângulo, as relações de trabalho são as mesmas que promovem o processo inverso de exploração do trabalho.

Contudo, dizemos que o trabalho está em sua relação com a sociedade. Conforme exposto, a sociedade do trabalho é determinada a partir de sua base econômica pela perspectiva da acumulação do capital. Essa relação é questionável, porque gera relações de interesses que intensificam os conflitos em sociedade.

Lugar

As análises da empiria sinalizam a existência de um quadro social da memória ao fazermos referência à categoria de “lugar”, decorrente das evidências das entrevistas com a comunidade Lagoa do Mato. Interessa-nos para este estudo tratar o lugar como um quadro social da memória, justamente por evocar memórias ancoradas no tecido social, também, como uma categoria indicada como espaço que incorporamos na direção de uma categoria analisada sobre os fatos de uma sociedade que não é estática, o espaço é fruto de um lugar. Compreendemos que “[...] é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares” (SANTOS, 1978, p. 122). Nesse sentido, tecemos considerações acerca dos impactos, considerando não somente os aspectos econômicos, mas também os culturais e sociais.

Vale ressaltar que, neste estudo de forma contumaz, **lugar** apresenta-se nas narrativas como **localidade, espaço** (DES16, 2021, grifos nossos), **local onde a gente morava** (DES15, 2021, grifos nossos). Para tanto, esse quadro social da memória é um elemento marcante e recorrente na comunidade da Lagoa do Mato.

Em se tratando das narrativas dos informantes citados anteriormente, a lógica de pertencimento apresentava-se, ora como referência forte de lugar enquanto espaço físico, ora como lugar de relações mais simbólicas, de sentimentos, de desejos, de saudade. Era [...] ”o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999, p. 08), o espaço se apresentava em um contexto capaz de criar elos de proximidade, fortalecia as relações de sentimento e de pertencimento.

Contudo, a vida material detinha-se em torno das águas que fertilizavam as esperanças e a vida de quem dependia da terra. Era, portanto, uma simbologia muito forte, para além da essencialidade. A água tem para a vida dessa comunidade: referência, sustento, trabalho e

lazer. Esse sentimento era indescritível, do ponto de vista da racionalidade, afinal revigorava a vida das pessoas que ali moravam.

Por conseguinte, as relações sociais que se desenrolaram na comunidade vivenciaram sentimentos e percepções evidenciadas na medida em que se estabelecem laços de afeto, de solidariedade e de partilha no ambiente material que circunda. É importante referirmo-nos também que lugar com um quadro social não está isento das tensões, das disputas. A consequência de um deslocamento traz alterações e consequências irreversíveis, uma vez que esses lugares também têm novas reconfigurações, alguns se transformam tanto nos aspectos físicos que ficam irreconhecíveis aos olhos humanos. Apenas quem vive a experiência do lugar é capaz de captar os vestígios materiais e simbólicos desse passado reproduzido, bem como as lembranças que foram apagadas pelo tempo e pelas alterações humanas. Com base em Santos,

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

As relações advindas do espaço organizado é também uma forma resultante da interação do espaço social correspondente ao espaço humano, lugar de vida e trabalho e de morada; cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. Comedimos em tratar dessa relação do espaço como síntese dos fenômenos de das dinâmicas sociais⁶¹.

Como um lugar de relações ocorre no âmbito de uma estrutura social e econômica, resultando de suas contradições internas, consideramos perfeitamente compreensível que Lagoa do Mato também tenha inspirado o senso de liberdade por diversos motivos, entre eles: ter vida simples, luz de querosene, carros de boi. A vida em comunidade era marcada pela existência de referências que despertam vários significados, conforme demonstra a figura 12.

⁶¹Encontramos na elaboração de Milton Santos uma teoria social que interpreta a sociedade a partir de sua dimensão espacial. O espaço geográfico é definido por Santos (1996) como um fato e um fator social, no qual podemos compreender a dialética. O espaço geográfico não seria somente um reflexo, um meio para a ação da sociedade, pois assim dizer o lugar, assim como o território, é, simultaneamente, uma materialidade e uma imaterialidade; é vivido e percebido; é a dimensão espacial do cotidiano. Porém, o lugar é a força dos agentes não hegemônicos, das pessoas em seus cotidianos.

Figura 12 – Lagoa do Mato (hoje Barragem do Zabumbão)



Fonte: Viana (2022).

Além do cenário natural que vigorava uma vida em contato com a natureza, os moradores possuíam um ambiente tranquilo, simples e acolhedor. A fim de esclarecer, havia a incidência de uma diversidade da fauna e da flora, fato que explica a singularidade desse espaço descrito com riqueza natural, apresentada também em estudos feitos por técnicos da Codevasf.

Eu morava na volta do rio...pai pescava muito na beira do rio pescava a noite eu chorava para meu pai levar. Ele ia faxiar ... e aí, ele faxiava trazia cada traíra. Faxiar ele pegava um bagaço e botava fogo na beira do rio e clareava, não tinha lâmpada esse tempo. Quando [Silêncio] foi um dia meu pai me levou para ver faxiar. E pá, pá...com fação na cabeça dos peixes. Ele ia com um fação ou um podão. Eles faziam um manzuá é tipo uma arapuca, mas não é. Colocava na correnteza e agora deixava lá, o peixe vinha e ficava enganchado lá dentro, quando era no outro dia cedo agente ia na maior felicidade pegar os peixes. (M.C.A.O., 2021).

Através dos relatos orais, percebemos que o rio Paramirim foi de extrema importância para a sobrevivência da comunidade. A pesca também aparecia no cotidiano,

complementando a alimentação e a renda, já que algumas famílias podiam comercializar o peixe na feira livre.

O lugar descrito como o rio Paramirim, ocupado por elemento simbólico tornou-se crucial para todos aqueles que procuram mostrar sentimentos de pertença. Posto isso, um lugar com dimensões geográficas insere-se também em um quadro social da memória, porque “[...] cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, [...] cada parte ocupada corresponde a diferentes estruturas da vida em sociedade” (HALBWACHS, 1990, p.113). O lugar, portanto, é a escala da totalidade do cotidiano e deve ser entendido a partir da relação entre o espaço geográfico, o território usado e o lugar (SANTOS, 1996).

O depoimento M.C.A.O, (2021), filha/o de pescador, descreve bem essa experiência de como o rio era um lugar que representava as possibilidades de manutenção da vida, pois a memória, enquanto elemento vivo, recupera os fatos do passado e localiza o presente e o futuro. Ao entender as lutas da Lagoa do Mato, é necessário evocar as lembranças para identificar e incorporar a memória social, visto que o indivíduo não conhece o todo sem incorporar o que foi experienciado no coletivo. É importante considerar nesta tese que o lugar apresenta significados diversos não somente nos aspectos geográficos (Figura 12), mas de significados, pois representa o espaço onde se estabelecia a relação de utilidade, de afetividade.

Exatamente por ser importante para este estudo, as análises sobre a trajetória da memória dos atingidos ajudam a compreender como as relações vão se mantendo em determinado lugar. Ao assumirem uma tônica de lutas, de tensões e de interesses diversos, as relações acabam impondo alterações que marcam a tradição familiar, configurando um novo modo de se relacionar, de conviver e de viver no cotidiano da classe trabalhadora.

Religião

Além disso, a comunidade esteve sempre ligada às tradições locais, como missas e festejos juninos. Sabemos também que o espírito comunitário e as relações de solidariedade entre as comunidades sempre estiveram presentes no cotidiano de seus moradores, especialmente por desenvolverem atividades coletivas em prol da comunidade, como narrou M.L.A. (2021), “Nós fizemos a igreja, ficou uma beleza. Nós fizemos o correto. [...] era tudo pertinho. Fizemos a igreja, não era igual essa de hoje, não!”.

As memórias dos deslocados revelam a essência de um senso coletivo, associado à

partilha de sentimentos de pertencimento, e esse vínculo com o espaço, com a sociabilidade empreendida e com a cultura local, subsidia a recordação de processos de mobilização social para o bem comum no qual as pessoas se unem para compartilhar interesses comuns que fortalecem a identidade de um grupo.

Para tanto, a vida na Lagoa do Mato inspirou a reconstrução da memória coletiva/social como um fenômeno experienciado pelas histórias de vida em sociedade, como bem explicitou a fala de uma ex-moradora da localidade ao ser questionada sobre a vida que leva. Afirmamos, portanto, que a memória de um grupo reflete a realidade de homens e de mulheres, do lugar onde vivem, recuperada através da partilha, dos fatos e dos acontecimentos que marcam a memória coletiva/social.

Contudo, impactada pela transformação de um passado que, possivelmente, diz algo sobre o presente, a comunidade apresentava qualidades e atrativos de maneira a ocultar a verdade, fato importante para compreender o modo, especificamente, concreto da história afirmada como experiência influente no presente. A narração de M.L.A. (2021) não tem outra intenção ou sentido, senão o de explicar que isso tem influência no seu presente. É por isso que estabelece uma sucessão lógica, que liga o passado ao presente da terra; enfim, as imagens do passado deixam a ideia da necessidade de transformação, de reconstrução.

Na subseção a seguir, discutiremos o fenômeno inerente à lembrança relacionada a “Onde toca o esquecimento e o silêncio” que implica, necessariamente, em considerar a memória ressentida e sofrida pelas amarguras e dissabores de lutas para manter o pedaço de terra, o rio, enfim. Para a Lagoa do Mato “[...] esquecer pode por várias vezes tornar-se embaraçoso, do ponto de vista social” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 57). Contudo, a experiência de dor, a impunidade e a negligência, muitas vezes, levam ao esquecimento e ao silenciamento como uma forma de proteger-se de um processo traumático.

6.1 Onde tocam o esquecimento e o silêncio

Uma questão delicada para quem foi deslocado/a pelos empreendimentos de barragem é falar “como foi”, “o que aconteceu” e “como aconteceu” a construção do projeto. A explicação dos fatos, às vezes, é um constrangimento, principalmente pelos traumas, tensões e lutas vividos pela população. Por tais questões, parte do nosso esforço de pesquisa está sensível aos impactos e dramas decorrentes desses empreendimentos. Ademais, é imprescindível que essas histórias de vida de homens e de mulheres sejam uma maneira de trazer à tona a discussão e de fazer-nos perceber onde toca o esquecimento e o silêncio.

De posse da lupa teórica de Halbwachs (1990), Pollak (1989) e Santos (2012), os quais nos aproximam das categorias “lembrar/esquecer” é que refletimos, a partir dessa relação dialética, sobre como esses fenômenos constituem-se indissociáveis na dinâmica dos indivíduos e dos grupos. Neste caso, “[...] lembrar e esquecer são as duas faces do mesmo processo” (SANTOS, 2020, p. 110-111), porque há uma relação de “quem lembra também esquece”, pode ser o reconhecimento da evocação subordinada à experiência de recordar, é a luta entre lembrança/esquecimento travada nos processos interativos do presente.

Para Araújo e Santos (2007, p. 96-97), “A lembrança se vincula à possibilidade do esquecimento”. Vista sob tal perspectiva, a evocação da memória é também chamada de recordação e recuperação. O ato de lembrar requer um esforço que se dá através dos “quadros ou estruturas sociais que organizam nossas memórias” (SANTOS, 2020, p. 105). Esse entendimento constitui-se das relações daquilo que compartilhamos com os outros, ou seja, nas interações com os grupos. Em face desse contexto, o fenômeno da lembrança está intrínseco ao ato de esquecer, apesar de ser embaraçoso do ponto de vista das relações sociais.

O esquecimento seria, então, um risco com evidência de uma falta de quadros ou estruturas sociais da memória que os localiza. Sendo assim, a coexistência entre lembrar e esquecer é real sob o ponto de vista da dialética que “[...] cumprem a tarefa da adaptação ao mundo” (POLLAK, 1989, p. 158). O esquecer está, por conseguinte, nas fronteiras do silêncio, posto que, nesse sentido, a noção de esquecimento discutida por nós e tratada teoricamente em Pollak, defendendo que as memórias de trauma, de lutas e de dor produzem silêncio, parece se impor aos acontecimentos que se transformaram em marcas moldadas por sentimentos diversos. Assim, “[...] a vontade de esquecer as lembranças traumatizantes do passado frequentemente surge em resposta à comemoração de acontecimentos dilaceradores” (POLLAK, 1989, p. 12).

Ao indicar possíveis reflexões sobre lembrar/esquecer, retomaremos algumas questões que foram mencionadas pelos deslocados da Lagoa do Mato e que vão se delineando entre os relatos. Um dos argumentos sobre a lembrança foi posto quando um dos moradores relata que olhar para a barragem e não ver mais o rio inquieta e torna-se um problema para os ex-moradores, ou seja, pode configurar como “a luta contra o esquecimento” (SANTOS, 2012, p. 89).

Sobre esse fato, o informante expõe que, “[...] quando a água da barragem abaixa bastante, eu vou lá, ou peço meu filho para tirar foto, eu choro porque o lugar que morava não existe mais. O rio era perto de casa eu pescava, lavava roupa, era bom demais!” (J. P. S., 2021). O relato configura-se como um fenômeno ocorrido com a construção da barragem.

Para Santos (2012, p. 99), “[...] existem tendências sociais fortes, o processo de recordar se mostraria consolidado em imagens”. É nesse contexto que a memória materializa-se nas dimensões da lembrança/esquecimento e se torna imprescindível para compreensão do contexto das vivências de sujeitos de uma comunidade desapropriada. Assim, o esquecimento é caracterizado como processos indissociáveis da vida em sociedade.

A Lagoa do Mato pode ser considerada como um dos quadros sociais “[...] tais como objetos físicos com os quais estamos em contato direto e que se modificam muito pouco — fornecem uma imagem crucial de permanência e estabilidade, necessárias aos indivíduos.” (Santos, 2012, p. 93). É uma imagem que vai se incorporando no sentir e no agir da comunidade, confinada no ato de lembrar e de esquecer, no contexto do que o informante apresenta que é o fato de olhar para a barragem do Zabumbão e não ver a Lagoa do Mato. Certamente, faltaram imagens do que existia, e que, conseqüentemente, inundado pelas águas. Essa experiência do que existiu estava na imagem de uma comunidade constituída de pessoas, de trabalho, de famílias, de tradições; ali, operavam várias relações.

Existe um dispositivo natural no fenômeno do esquecimento, pois “[...] devemos sempre preservar igualmente o direito ao esquecimento, pois o lembrar deve ser uma opção e um direito” (SANTOS, 2020, p. 05). Contudo, esse livre arbítrio entre o lembrar e o esquecer está relacionado com as memórias traumáticas que vitimizam ou trazem constrangimento. Esse fato muitas vezes leva o indivíduo a silenciar para proteger-se das lembranças que causam mal-estar. O silêncio, em muitos casos, é necessário para não fazer sofrer.

Como uma questão propositiva baseada no entendimento “o que é silêncio”, Pollak (1989, p. 14) nos diz que “[...] se refere ao silêncio como alento de uma memória que não dispõe nem de porta-voz, nem de pessoal e nem de enquadramento adequado”. Nesse sentido, o silêncio faz parte desse jogo de apagamento das lembranças indesejadas. Há, certamente, uma grande variação na interpretação de sentidos sobre o tema tratado, mas aqui captamos o silêncio, na existência da imagem concreta, ou na inexistência do fato concreto. No primeiro caso, o silêncio configura-se pela existência material do lugar, enquanto para o segundo, o silêncio é percebido pela inexistência do lugar, está na recordação das pessoas.

Para a imagem concreta, a partir da observação e das relações, há a construção de representações do imaginário pessoal que tem eco no coletivo. Captar o que foi descrito por J.P.S (2021) e representado no elemento água, quando a barragem abaixa, significa dizer que tem algo que não existe mais. A inexistência do fato concreto é a comunidade Lagoa do Mato que foi submersa pelas águas do Zabumbão. Então, existe uma luta contra o esquecimento. Sobre esse assunto, Santos (2020) esclarece que:

[...] quando falamos da luta da memória contra o esquecimento, o que está em questão não é apenas o *uso* do passado por um ou outro grupo, ou ainda a *decisão* sobre o que lembrar. A luta da memória contra o esquecimento envolve também a preservação de traços da memória em contextos desfavoráveis a reiteração da lembrança a partir de narrativas diversas,[...] e – mais do que tudo – a compreensão de que a memória que se quer preservar não pode ser separada da visão crítica do passado, o que envolve o combate a falsificação da história e a luta pela justiça. (SANTOS, 2020, p. 106-107).

A partir do que foi tratado pela autora, a luta da memória contra o esquecimento envolve a decisão do que lembrar como um processo de trocas por situações mais confortáveis, talvez para evitar o sofrimento. Como uma forma mais simplificada do que foi exposto, seria a proteção como uma espécie de escudo contra o esquecimento num processo de trocas.

A preservação da memória não pode ser dissociada da vida concreta e das vivências conflituosas. Por tais questões, a reflexão sobre o caso já apresentado (J.P.S., 2021) encontra várias razões que explicam o relato apresentado pelo ex-morador, especialmente quando ele remete ao desejo de buscar imagens eternizadas na existência da imagem concreta, quando diz que pediu ao filho “para tirar foto”. Ao olhar para a foto, ele percebe uma visão direta, o olhar eterniza a imagem para si, possibilitando um retrato da realidade intuída. Com isso, queremos dizer que quem presenciou a imagem concreta agrega mais significado em tudo que vivenciou, isto é, tem uma recordação por meio de uma imagem com significados de um passado das relações que ali ficaram, enquanto para outras pessoas isso tem significados menos impactantes. Captar a imagem através de uma foto e de suas impressões ou ter uma visão da realidade é tão marcante que, de alguma forma, conforta os sentimentos, serve de alento para a recordação, frequentemente incorporada de modo indireto às suas experiências, nesse caso, no ato de recuperar.

O informante J. P. S (2021) ainda apresenta um fato comovente que chama nossa atenção “[...] eu choro porque o lugar não existe mais”. Se o lugar não existe, qual a necessidade de ir vê-lo? As razões que o levam a tirar uma foto quando a água baixa é que ele consegue, pelo menos, ter recordação, recuperar a imagem do vivido, ou melhor, as imagens surgem em sua imaginação como quadros da memória de como era aquele lugar, com detalhes da casa, do rio, da escola, do campo, do engenho. Essa luta contra o esquecimento está presente em cada possibilidade de resgate das lembranças do antes.

A inexistência do fato concreto é percebida quando a água baixa, justamente por permitir que o ex-morador continue vendo o que queria: os quadros da memória, ou seja, os vestígios. Igualmente, o esquecimento, que é um fenômeno concebido na ausência das

pessoas, da vida, da pesca e da agricultura, a complexidade do que é exposto por J.P.S (2021) se apresenta na inexistência de todos os quadros sociais da memória. Em síntese, os quadros sociais da memória só existem na imagem do grupo que lembra. Eles lembram exatamente porque eles têm quadros em comum. Afinal, na existência da imagem concreta, o lugar tem existência, tanto é que J.P.S (2021) vai lá quando a barragem seca.

Esses fatos ou acontecimentos são constantemente lembrados, pois ora temos intenções de conservar, ora de apagar e até mesmo de silenciar. Nesse caso, o esquecimento é aquilo que não se lembra, são fatos que poderiam representar alívio quando esquecidos ou silenciados. Desse modo, há uma predisposição para omitir ou para o não dizer quando deparamos com episódios de muita tristeza, dor e revolta, com memórias que não gostaríamos de ter vivido, mas que são parte de nós, e, por isso, ficaram marcados em nossa história de vida.

Diante do exposto, o silêncio seria, como podemos observar no relato do informante, não apenas uma forma de esquecer, mas um dispositivo de resistência contra a própria impotência frente à experiência do vivido, seria uma forma de retomar o controle sobre suas vidas, em um esforço consciente de apagamento. Sendo assim, é comum em situações ou experiências traumáticas silenciarmos o passado ou ignorarmos o sofrimento ou os traumas, a fim de afastar-nos das marcas deixadas nos corpos e na memória. Como propôs Pollak (1989), o esquecimento/silêncio está eminentemente ligado em nós mesmos.

Nesse ponto de vista, a Lagoa do Mato foi inundada pelas águas sem possibilidade concreta de volta, ou seja, sem retorno do passado, pois é possível que houvesse tendências sociais fortalecidas pelas recordações reconfiguradas em imagens (Santos, 2012). Dito isso, há uma proposição que os elementos constitutivos dos quadros sociais sejam partilhados, há que se dizer também que o lembrar e o esquecer são coexistentes, dado que o ato de “[...] esquecer não é pensado como uma consequência do afastamento de um grupo”, como afirma Halbwachs (1990, p. 33-34). Nesse sentido, entendemos que o esquecimento, assim como a lembrança, é socialmente construído, visto que “[...] a nossa memória mantém-nos à tona na nossa vida cotidiana por formas de que quase não nos damos conta” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 57).

A razão pela qual relacionamos as vivências ora aplicadas à construção da barragem do Zabumbão permearam um contexto brasileiro ainda envolvido por uma atmosfera sob os vestígios da época da ditadura, ocorrem pelo fato de também podermos nos aproximar no sentido de uma memória de luta que tende a silenciar ao experienciar situações conflituosas. Dessa forma, Santos (2012, p. 119) explica que “[...] a causa do esquecimento, presente nas

memórias que se configuravam, não poderia ser investigada exclusivamente a partir dos mecanismos psíquicos, uma vez que ela era também resultado da sociedade repressiva”.

No entanto, a memória é um fenômeno construído por intermédio das interações intrínsecas e extrínsecas, no que se refere a uma memória individual que grava, recalca, exclui e relembra. É, evidentemente, o resultado de um verdadeiro trabalho de organização constituído ao longo do tempo. Entretanto, ela não é morta, é flexível, opera no contexto do presente como uma construção. Conforme Santos (2012, p. 84), “A defesa da memória ou de memórias coletivas torna-se crucial em conflitos sociais e políticos contemporâneos, que são analisados como resultado da luta de diversos grupos sociais por maior autonomia de representação”. De fato, a memória é elemento de disputa coletiva ou individual que se dá pela necessidade de lembrar algum evento que considera importante para a vida. Por esse motivo, ela tem ligação social, porque o que lembramos coloca em relevo determinadas características pessoais e de um grupo.

Nesse contexto, o silêncio e o esquecimento são dois termos interligados à função da memória. Na ótica do francês Pollak (1989), o silêncio e o esquecimento são situações presentes na realidade social, pois “[...] o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK 1989, p. 5). Assim, lembrar corresponde ao apagamento do que foi doloroso e, para não sofrer mais, as vítimas silenciam lembranças. Entretanto, é importante ressaltar que esse esquecimento, quando ocorre no âmbito da coletividade, também resguarda quem cometeu as atrocidades.

Todavia, Pollak (1989) foca na real necessidade de analisar a articulação da memória social que é afetada principalmente por situação de opressão. O autor chama atenção para as memórias subterrâneas (ou escondidas) que afloram, exclusivamente, quando são submetidas a situações de traumas inerentes à organização social de poder.

A trajetória da memória da comunidade de Lagoa do Mato processa-se pelo fato de os ex-moradores terem vivenciado um deslocamento forçado e também por terem negligenciados os direitos e as garantias que, como consequência, trazem o esquecimento e o silenciamento que podem ser escapes para fugir do sofrimento ou evitar reviver a dor e o medo.

Para tanto, tomamos como pressuposto o que Pollak (1989) diz acerca de memórias subterrâneas não serem completamente apagáveis, mesmo quando se impõe o silêncio de suas testemunhas por longos períodos, ou quando essas testemunhas optam por silenciar durante um tempo, pois as lembranças traumatizantes esperam o momento propício para serem expressas. Não obstante, essas experiências traumáticas bloqueiam-os de relatar o que

aconteceu, isto é, usam o silêncio como uma questão terapêutica. O fato é que as pessoas se calam não porque não querem compartilhar, mas por existirem grupos que as impedem de compartilhar (POLLAK, 1989).

A memória social partilha, fundamentalmente, tanto de significados quanto de silêncio, de esquecimento. Se a memória é componente crucial dessa relação, aprendemos também que o ato de recordar pode resultar de um período específico proveniente de uma memória de luta e de disputa. Lembrar e esquecer são termos interligados à função da memória, na perspectiva de Michael Pollak (1989), que discorre sobre a memória do “não-dito” como um processo de lembranças que executam um papel estratégico. Nem sempre o silêncio e o esquecimento são o efeito de um fenômeno. Essa memória não dita é guardada pelo sofrimento por muito tempo e, como consequência, demora muito para ser dita, pois fica ocultada, sendo acessada nas escutas que vão reverter toda essa memória.

A memória não dita denota que o esquecimento está presente nas relações de forças com implicações nas disputas pela memória, pois, segundo Pollak (1989, p. 5), “esquecimento é resistência”. Recuperamos a ideia dos autores Halbwachs (1990) e Fentress e Wickham (1992) para explicar que há um argumento em comum, por parte dos autores, sobre o esquecimento. Os autores partem do pressuposto de que o homem é, acima de tudo, um ser estritamente social. O ato de esquecer pode ser também fruto de conflitos, de imposições, de medo, visto que a relação dos indivíduos na sociedade sempre foi marcada por eventos de luta, e não foi diferente com a questão da memória que tem sido discutida e tem levantado preocupações de que ela é, acima de tudo, sinônimo de dominação própria. Ora, se sabemos o que devemos lembrar, o inverso disso é o esquecimento.

A memória é um esforço contra o esquecimento. Por isso, ela se constrói como trabalho. Esses mecanismos advertem-nos que o esquecimento faz parte do que não lembramos. Para Halbwachs (1990, p.28-29), “[...] o esquecimento é designado obliquamente como aquilo contra o que é dirigido o esforço de recordação”.

O fenômeno da memória manifestada na dimensão do esquecimento é imprescindível para compreendermos os processos conflituosos sobre determinados acontecimentos. Analisar o silêncio no contexto das vivências de homens e de mulheres de uma comunidade desapropriada, assim como seus esquecimentos como processos indissociáveis da vida em sociedade, institui o caráter da memória, mais especificamente, da Memória Social.

Porém, lembrança, silêncio e esquecimento são os principais artifícios da memória. Notamos, então, que esses fenômenos se fazem presentes nas relações do humano com o seu meio, cujo contexto social interfere ou exerce pressões externas que podem afetar uma

comunidade de indivíduos sobre si mesmos e sobre os outros, tema que descortinamos a seguir.

A tríade lembrança, esquecimento e silêncio são parte de um mesmo processo. Se, por vezes, a lembrança é importante para manter uma imagem viva ou recuperada, o ato de esquecer torna-se um mecanismo de autoproteção; o silêncio pode ser a fuga da opressão, da coação, do medo. Todavia, podemos inferir que as marcas profundas na memória social tornam-se o confinamento da experiência dolorosa do outro, e que a lembrança e o silêncio são marcas presentes nos quadros sociais da memória, enquanto que o esquecimento é a falta dos quadros. Em síntese, a existência dos quadros sociais da memória está na memória do grupo que lembra, exatamente porque eles têm quadros em comuns de experiências que vigoram a essência material e simbólica da natureza humana.

6.2 A água inundou: memória dos deslocados

O aumento do nível da água do rio Paramirim em torno dos aglomerados da comunidade da Lagoa do Mato era um fenômeno natural que se apresentava no período das chuvas. O rio transbordava, inundando a estrada que dava acesso à cidade, porém a comunidade improvisou outros acessos. Eles resistiam às águas com moderação e felicidade, pois entendiam que as cheias do rio também representavam período de fertilidade, de abundância, era subsistência para nutrir a esperança de quem dependia da água durante todo o decorrer do ano.

A água para a comunidade estava além das questões materiais. Aqui podemos inferir um contraponto sobre o inundar a barragem. A mudança para muitos moradores da Lagoa do Mato seria uma alteração na trajetória de vida, exterminou com expectativas e esperanças, questão que subjaz sentimentos e percepções que só podem ser expressadas pelos entrevistados.

Nesse sentido, nossa intenção é buscar em registros orais e escritos a memória desses indivíduos, reencontrar os sentidos desse passado para, dessa forma, reaver o cotidiano de sentimentos diversos que eram partilhados. Por esse viés, talvez seja possível compreender a Lagoa do Mato como memória social que emerge de variadas experiências de grupos que foram submersos pelas águas.

Em se tratando das narrativas, percebemos que as transformações afetaram seriamente os ex-moradores, provocando sentimentos diversos, inclusive, a nostalgia. Apresentaremos os relatos daqueles que tiveram suas propriedades inundadas pela barragem. Segundo os

entrevistados, “[...] saudade do meu pedaço de chão, minhas casinhas, meus umbuzeiros, minhas mangueiras, até do que era dificuldade! Saudade da minha volta do Rio. Hoje a minha infância e adolescência estão debaixo das águas do Zabumbão” (DES10, 2021). Denominamos o fato descrito pelo informante como resquício de uma experiência que foi submersa pelas águas do Zabumbão, por partir do pressuposto de uma realidade que não existe mais, principalmente porque está no campo do subjetivo, daquilo que só existe na recordação, no imaginário, expondo que a saudade era mais intensa, e traz à tônica o sentido da própria experiência.

Ainda destacamos que os diversos aspectos da vida comunitária eram resolvidos pelo acesso às águas. Talvez, por isso, em grande parte das entrevistas, os informantes recordam como uma referência marcante a “volta do rio” e as atividades realizadas na proximidade das águas. Durante a conversa com o informante, captamos que emergia um misto de sentimentos, ora de alegria (através dos sorrisos), ora de choro, sentimentos melancólicos que terminavam quase sempre com a expressão “saudade”.

Nos relatos, os deslocados deixam fluir o sentimento de saudade, de tristeza, de dor, certamente, porque a memória dos atingidos está fortemente entrelaçada à memória material e afetiva do lugar. Como pode “As pessoas eram mais próximas umas das outras e vivíamos em harmonia. Sem muitos recursos, a Lagoa do Mato era um lugar adorável que só deixou **saudades**” (DES04, 2021, grifo nosso). Nesse sentido, vemos que a saudade se apresentou como resultado do distanciamento provocado pela desapropriação. Esse fato alteraria a relação de si mesmo, a sua vivência e convivência, o que, para DES04 (2021) essas eram as relações mantidas com o grupo, com o espaço.

É preciso ressaltar, pois, que a saudade aqui associada ao infortúnio das circunstâncias foi a alteração na vida daquele povo, “Senti muita tristeza de sair do meu lugar” (DES19, 2021). O sentimento de tristeza, propriamente dito, é devido às implicações que causaram dor e sofrimento. De uma maneira própria e particular, eles se ocupavam de sua profissão, de sua cultura, de seus laços de amizade, das referências daquela comunidade, dos relacionamentos, das tradições do grupo, do coletivo, de tudo que estava sendo suprimido pelo problema enfrentado. O participante da pesquisa, DES04 (2021), descreve que aquele espaço era um “lugar adorável”, isso porque as recordações estavam impregnadas em elementos do cotidiano dos moradores.

Para o informante citado anteriormente, o significado de cada lembrança tem um sentido próprio, compartilhado por todos aqueles que vivenciaram, ou melhor, por aqueles que também tiveram as mesmas experiências, as mesmas indignações, os mesmos conflitos.

Dito isso, ressaltamos o quão a coletividade incentiva os sentimentos como emoções desejáveis ou inconvenientes, o que nos garante que sentir saudade é intrinsecamente humano.

Para ratificar ainda mais o que estamos afirmando, buscamos o depoimento de J.P.S (2021) que nos diz,

Disso que eu falo tinha saudade mesmo. É disso que eu tô falando agora, de uma criação. Criar um pouco, galinha, uma vaquinha de leite, uma pareia de garotinho. Plantavam suas roças não precisava comprar uma verdura nenhuma coisa, nem tempero, não precisava. Tinha feijão, arroz, milho até cana plantava de tudo plantava. Por isso que eu tenho saudade de lá, saudade da liberdade. Agora a gente mudou para aqui é a mesma coisa de estar preso, é a mesma coisa. Se tiver o dinheiro come se não tiver fica com fome. Quem tem roça quando a gente sente falta de alguma coisa, vai lá pega uma coisa na roça: uma batata, aipim cozinha come [...] lá era muito difícil quando pegava chovendo tinha um riacho que passava no meio, [pausa, choro], o rio enchia. Tinha muita lama, mas eu tenho saudade assim mesmo! Saudade de meus pais que morreu lá, eu lembro de tudo lá e tenho saudade. (J.P.S., 2021, grifos nossos).

O informante J. P. S (2021) expressa, numa linguagem carregada de sentimentos, “Disso que eu falo tinha saudade mesmo”, o que nos leva a perceber que seu depoimento vai muito ao encontro da sensibilidade e consiste, precisamente, em um relato comovente, com demonstrações de sentimentos de indignação, inconformismo, saudade (inclusive, por meio do choro, do silêncio). Tudo que tinha estava lá na Lagoa do Mato, o sentido de viver estava nas experiências do seu dia a dia, com o outro e com ele próprio, de tal modo que podemos compreender a maneira como ele mesmo se compreende, era a cumplicidade de vidas que ali tinham propósitos parecidos, histórias que se cruzavam e se identificavam.

As águas do Zabumbão subtraíram da comunidade seus modos, próprios da classe trabalhadora. Dessa forma, não apenas seus mecanismos de trabalho ficaram para trás, mas também a condição de “ser” dessas pessoas, os vínculos que tinham com o lugar onde viviam parentes, vizinhos, onde cultivavam a lavoura, a mata verde, o rio, as memórias, afinal, são os modos de viver que se encontram debaixo da água.

Portanto, inundar, para quem sobrevive da terra, tem conotações de sentença na história de vida, é estar condenado ao sofrimento, ao rompimento das relações, da experiência e do cotidiano. Nesse caso, essa versão de J.P.S (2021) ilustra, principalmente, o modo como ele se sentia na ausência da possibilidade de seguir a vida. Em “A gente sente falta”, percebemos que há, ainda hoje, um vazio que é irreparável, não será preenchido por bens materiais, é uma falta que está ligada a uma essência de ser, de viver, de se relacionar com amigos, família, filhos.

Ainda sobre as palavras ditas pelos ex-moradores, o informante J.P.S (2021) apresenta

que estar imerso seria também para a história daquele lugar, em outras palavras, o extermínio da “criação galinha, vaquinha de leite, uma pareia de garotinho plantavam suas roças”. Relato emocionante que vivia das atividades ligadas à terra, às tradições rurais, atividades próprias de uma comunidade tradicional. Sob esse depoimento subjazem várias histórias de vida, como podemos ver nesses fragmentos que demonstram saudades, e a razão procede da circunstância que se insere do tempo, vitalmente, o vivido que não pode ser mais retornado.

Com a destituição da Lagoa do Mato, as pessoas que ali habitavam, e a quem foi imposta a necessidade de refazer todo um modo de viver da própria existência, apresentam nos depoimentos os impactos, a nível de memória social, causados pela água que inundou a terra que seria explorada. É através dos depoimentos orais que essa memória pode ser revelada, as lembranças dos impactos causados, certamente, podem alcançar membros de uma família por gerações, nas várias esferas: cultural, ambiental, social.

Além de tudo que já foi exposto, há implicações nas histórias de vida, nos valores e nas tradições da comunidade. Fazendo uso do termo empírico “água inundou”, retratamos que, na verdade, para a comunidade, a implantação da barragem seria uma falha nos planos, seria a frustração dos ideais que existiam para permanecer na Lagoa do Mato. Nessa ideia, a barragem era o fator material de destruição. Os problemas para os oito aglomerados iniciaram-se com a operacionalização desse equipamento, ocasionando comprometimentos físico e psicológico.

Ainda podemos observar o relato de M.L.A.,

Tinha amizade com todo mundo lá, tudo era amigo era vizinho [...] nós morou lá...misericórdia [choro]. Minha mãe teve 16 filhos. Minha mãe tinha barriga de gêmeos são 4 de gêmeos que ela teve: Felipe e Iota; teve Vavá e Branco tudo gênio [...]criemos tudo lá essas menina criou tudo lá. Essa daqui [apontou para a filha] conheceu um rapaz perto de Paramirim e pegou namorando com ele depois a gente gostou e casou[...] Meu filho nasceu lá, [...] meu pai morreu lá [...] eu me casei lá. (M.L.A., 2021).

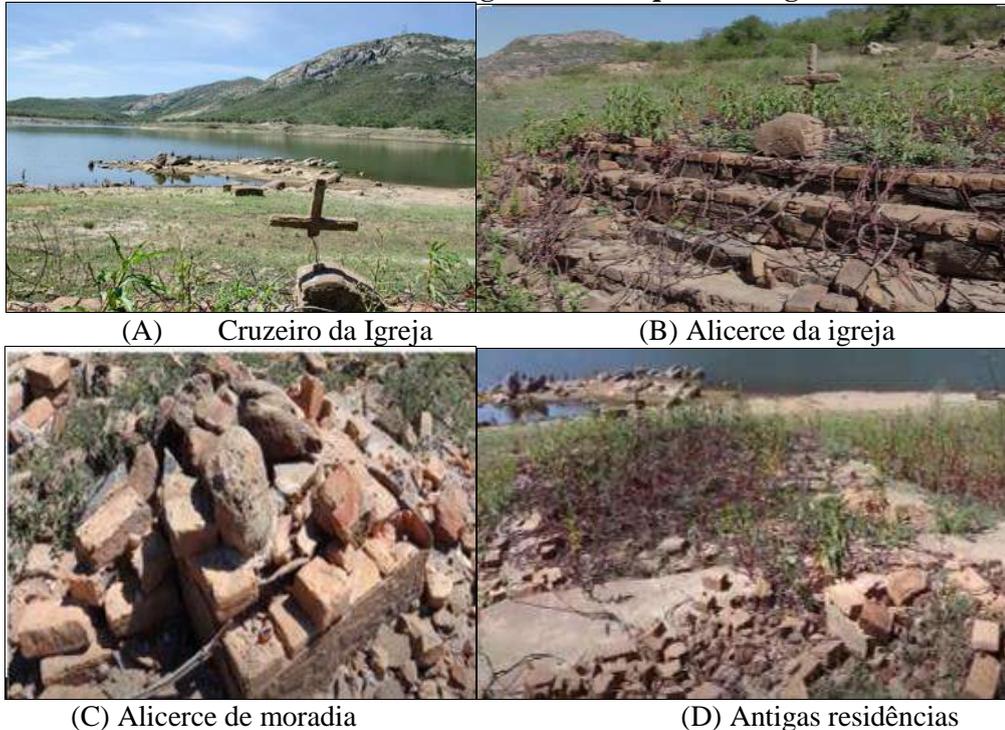
O chegar das águas sobre tantos espaços foi dramático para a comunidade que presenciou aqueles momentos carregados de imprecisão, tanto quanto os que ainda estavam por vir. A inundação transformaria a vida daquela gente, a exemplo do relato de M. L.A., (2021) sobre as relações de laços de amizade, de nascimento dos filhos, de união matrimonial, das perdas de amigos e vizinhos que faleceram, enfim, as histórias estavam impregnadas nos quadros sociais da Lagoa do Mato. Assistir à formação do lago era, para a população, deixar tudo submerso nas águas, menos a memória do que se tinha experimentado.

Contextualizando o ambiente empírico alterado pela inundação, fazemos uma releitura para captar vestígios representados nas imagens. Nesse contexto, apresenta-se como propósito

um olhar embasado nas análises das entrevistas e dos fatos dessa realidade material. A imagem captada pela fotografia está ligada às memórias do tempo passado, como ruínas de residências e da igreja. Fato é que nos tempos presentes, quando a barragem baixa muito seu nível de água, ficam identificáveis alguns espaços da Lagoa do Mato.

Entretanto, há alguns outros espaços que ainda não são identificáveis, mas são referência dos ex-moradores de onde configuraram outros espaços. Fazer uma leitura das imagens e das narrativas é, contudo, um exercício de aproximação da realidade, como mostra a figura 13. Essas são evidências que captam a singularidade do modo de ver e de compreender que é preciso estar atento não apenas ao que dizem as imagens, mas ao significado que elas têm para um deslocado e a capacidade de capturar a realidade.

Figura 13 – Ruínas da comunidade da Lagoa do Mato quando a água diminui o volume



Fonte: Bill (2018).

Os vestígios do lago formado pelas águas represadas alimentam a memória daquele povo que é permeada de tentativas de mapear diferentes percepções do que representou a construção. As imagens da Figura 13 não são neutras e carregam consigo marcas de um tempo em que o Estado militar, utilizando de uma linguagem racional, técnica e, sobretudo, econômica, buscou impor a construção da barragem do Zabumbão. Toda essa trajetória atravessa as histórias de vida marcadas por sentimentos diversos, de certa forma, impactados por uma experiência traumática e conflituosa. Entretanto, retomar essa memória tem uma

essencialidade, pois os fatos apresentam indícios de uma história triste marcada por muitas injustiças. Nesse contexto, alterou-se de forma drástica a vida da comunidade que foi obrigada a tomar rumos diferentes, perdendo o vínculo antes estabelecido, modificando o modo de viver e as relações entre as famílias.

Alguns elementos concentraram-se no fato de que as memórias cotidianas dos indivíduos são, no conjunto de fontes estudadas, marcadas pelas recordações que em algum momento de proteção dos traumas esquivam no esquecimento e silenciam para romper com as recordações de um tempo que marcou a vida de forma triste e traumática. A partir das constatações preliminares feitas nesta tese acerca do que se deu no tecido social das relações entre os grupos, podemos inferir que, para os atingidos, a desapropriação significa mais do que a perda do lugar, significa a perda dos marcos sociais da memória construídos das relações entre vizinhança, família, trabalho, tradição. Em Síntese, com o deslocamento, foi travada uma luta injusta e desigual do ponto de vista das relações da história e da memória social.

6.3 Interfaces dos conflitos socioambientais na Bacia do Paramirim - BA

Na sociedade, permeia uma dialogicidade através de fatos e acontecimentos relacionados com os projetos de barragens que estão diretamente ligados com os inúmeros conflitos no Brasil, ocorridos em várias regiões. Referimo-nos, especialmente, à construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho (UHE-Sobradinho), em 1979, à construção da UHE-Três Marias/RS e da UHE-Itá/SC, o que remonta ao início da década de 1980, cujas instalações trouxeram, também, implicações sociais imensuráveis.

Esses empreendimentos trouxeram impactos socioambientais nos ecossistemas terrestres, alteração dos elementos que estruturam a área de influência, ou seja, as relações socioeconômicas e culturais, o tipo de ocupação do solo, os sistemas, as infra-estruturas e os remanescentes dos ecossistemas naturais, uma vez que “A problemática ambiental converteu-se em uma questão eminentemente política [...]. Os conflitos socioambientais emergem de interesse em torno da apropriação da natureza” (LEFF, 2015, p. 45).

Não obstante, a apropriação da natureza concentra problemas ambientais, como mudança do clima, perda da biodiversidade, contaminação, diminuição das fontes de água, aquecimento global e desequilíbrios naturais. O interesse em torno dos recursos da natureza esgota o potencial produtivo dos ecossistemas, a dita destruição ecológica. Esse tema não é uma questão superada pela população, a história vai e volta de tempos em tempos, revivendo

as lembranças do primeiro conflito há mais de 65 anos, de forma direta e indireta, como foi o caso da Lagoa do Mato, palco experienciado pela luta da expropriação de famílias, assunto já tratado em seções anteriores.

A luta resiste, tornando um imbróglho político, econômico e social que não se encerrou com a construção da barragem. Muito pelo contrário, os interesses e disputas pelos recursos hídricos foram assediados pelo Governo da Bahia com promessas e ações para distribuir água para outros municípios. Notamos que, por se tratar de um processo de gestão empregada para disciplinar os usos múltiplos da água na região, a alocação das águas na Bacia do Rio em Paramirim-BA tornou-se uma questão de disputa.

A barragem do Zabumbão tem capacidade de 60.000.000 m³, sendo responsável pelo abastecimento humano e dessedentação animal das cidades de Paramirim, Tanque Novo, Caturama e Botuporã, além de diversas comunidades rurais desses municípios, beneficiando, aproximadamente, 60 mil habitantes e fornecendo água para irrigação de pequenos agricultores familiares.

Todo o processo de lutas reinicia com a proposta de ampliar o sistema integrado de água tratada pela concessionária de saneamento básico EMBASA, partindo da barragem do Zabumbão/Boquira, proposta chancelada pelo Governo do Estado da Bahia. O projeto de ampliação não agradou os munícipes, provocando o segundo conflito com a disputa pelos recursos hídricos da bacia hidrográfica dos rios Paramirim e Santo Onofre.

A ocorrência dos fatos deu-se em janeiro de 2015. O Governo do Estado solicitou à Secretaria de Relações Institucionais (SERIN) a retomada dos estudos do sistema integrado do Zabumbão. Na proposta de ampliação da adutora seriam abastecidas mais quatro (04) cidades, sendo elas: Rio do Pires, Macaúbas, Ibipitanga e Boquira, além das cidades de Paramirim, Tanque Novo, Botuporã e Caturama, já atendidas (CBHSF, 2015).

Reagindo contrariamente à proposta do governo, a população de Paramirim realizou uma manifestação no dia 16 de julho de 2015, em oposição ao projeto, com o seguinte lema: “Manifestação em defesa da água do Zabumbão”. Esse protesto, provavelmente, foi consequência de uma ação impetrada em 06 de abril de 2015 pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Paramirim e Santo Onofre (CBHPASO), solicitando ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHRSF) a admissibilidade do processo sobre o conflito do uso de água na região do médio São Francisco, nos afluentes Paramirim e Santo Onofre.

Embora o Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Paramirim e Santo Onofre argumente, na solicitação da abertura do conflito, que a barragem do Zabumbão não apresenta

disponibilidade hídrica para abastecer mais quatro municípios (Rio do Pires, Macaúbas, Ibipitanga e Boquira), o projeto foi implementado. Essas cidades agregam uma população de, aproximadamente, noventa mil habitantes que se somam aos outros sessenta mil que a barragem já abastece nos municípios de Paramirim, Tanque Novo, Botuporã e Caturama.

Mesmo com comprovações da ANA, com laudos que atestam a insuficiência hídrica para ampliação do sistema, as investidas continuaram com um projeto mais audacioso. Em 2015, a quase três décadas do primeiro conflito vivenciado pela Lagoa do Mato, a população vive outra situação com a proposta de levar água a outros municípios além dos que já atendiam. O conflito em 2015 foi um marco para a sociedade civil da região, que se mobilizou contra o Projeto de ampliação do Sistema Integrado da Barragem. Na ocasião, quase cinco mil pessoas foram às ruas de Paramirim protestar contra o início das obras.

O fato é que a gestão da água depende do volume e não deve ser definida somente por razões técnicas. Importa, ainda, um grande número de outras considerações e avaliações de ordem social, política e ambiental dos locais indicados, bem como alternativas que considerem o princípio de otimização e o custo-benefício. As tensões pela posse da água abrem um leque de posições favoráveis e contrárias a essa discussão. O uso das águas no Brasil, e em especial dos mananciais hídricos, principalmente das barragens do semiárido, tem gerado controvérsias em relação aos princípios da Política de Recursos Hídricos (PNRH), uma vez que o uso desse recurso natural tão nobre e escasso passa pelas diferentes disponibilidades regionais, pelo gerenciamento das águas e pela contaminação ambiental. Além do baixo índice pluviométrico, elevada evaporação e a irrigação.

No caso da Barragem do Zabumbão, um dos motivos que levou as cidades vizinhas a se despertarem para o uso das suas águas foi a escassez desse recurso disponível para manutenção das necessidades básicas. As cidades circunvizinhas enfrentam problemas diversos com relação à disponibilidade de água, em função da contaminação de dejetos de mineração, contaminação por esgotos, retirada da vegetação ribeirinha que contribuiu para os processos erosivos das margens dos rios e o assoreamento que causa desaparecimento das fontes de água.

Em 2020, as discussões sobre a ampliação reacendem, e o Governo estadual dá início às obras do Sistema Integrado Boquira-Zabumbão. O cerne do problema é o receio dos usuários do rio Paramirim, notadamente aqueles localizados entre a barragem e a cidade de Caturama, de não terem atendido às necessidades de água já consolidadas há décadas para a agricultura irrigada às margens do rio. A construção dessa adutora, Boquira-Zabumbão,

assim, inseriu um novo uso rival, considerado prioritário por lei em situação de escassez hídrica, reduzindo a disponibilidade para os demais usos.

O projeto de intervenção previsto para conclusão em maio de 2023 busca ampliar a oferta e a segurança hídrica dos municípios, através da criação de um sistema integrado com adução de água bruta, com captação na barragem zabumbão e distribuição para as cidades de Boquira, Ibipitanga, Ibitiara, Macaúbas e Rio do Pires. Segundo informações do Sistema Integrado de Boquira-Zabumbão a população a ser atendida até 2035 pelo sistema será de mais de 121.038 (cento e vinte e um mil e trinta e oito) habitantes.

As informações do Sistema Integrado de Boquira-Zabumbão contradizem as da ANA (2022), e os laudos técnicos do CBHSF comprovaram que o projeto é inviável, considerando a demanda após a obra executada, pois a barragem do zabumbão foi construída para abastecer cerca de 50 mil pessoas. Com a extensão do projeto, a demanda vai ultrapassar 200 mil pessoas, ou seja, a barragem e o rio não suportarão e, conseqüentemente, não terá água disponível para atender à demanda. Fato que as obras já estão quase finalizadas e mais uma vez os interesses dominantes sobrepõem a classe trabalhadora.

Sem diminuir a luta, a história que prevalece nesse cenário aqui posto é que, desde a experiência da comunidade da Lagoa do Mato na década de 80 até os recentes conflitos de 2015 e 2020, é possível a comprovação da atuação do Estado ditando o domínio. Embora tenha tido várias manifestações da população local que temem o desabastecimento, ela se junta a entidades e comitês de Bacia e ingressaram com ações no poder público, no sentido de evitar a obra. Esse esforço foi válido, contudo, não conseguiu conter o projeto que teve um empreendimento recorde com data de operação para 2023.

Além dos problemas de alocação da água, a barragem sofre impactos ambientais, oriundos de várias outras situações. A nascente do rio Paramirim encontra-se nos municípios de Paramirim, Érico Cardoso e Caturama. Os cursos de água vindos de morro do fogo até Érico Cardoso envolvem uma série de multiplicidade de problemas como: lançamento *in natura* de esgotos sanitários, poluição e contaminação dos mananciais por efluentes, desmatamento da mata ciliar, garimpos, pedreiras, invasão das áreas de preservação, acúmulo de dejetos, desmatamento. São vários os tipos de ataques que impactam o lago e a bacia, trazendo, inclusive, riscos de rompimento na barragem (Rodrigues, 2024). Outra questão agravante, segundo a reportagem,

[...] é que a barragem é refém dos interesses gananciosos de “agricultores comerciais”, grandes latifundiários, contando com total apoio do comitê de Bacias que inclusive solicita e intermedia concessões de outorgas d’água de forma descontrolada, proliferando-se bombeamento para diversas

propriedades, inclusive na região mais elevada nas margens da rodovia 156, inviabilizando o curso natural do leito, cuja água não consegue chegar ao vizinho município de Caturama. Outorgas se proliferam, sugando água do Zabumbão de forma desordenada e insustentável. “É bonito de se ver o verde das plantações, do capim, o boi gordo dos fazendeiros, no entanto, o preço da utilização desenfreada, será o esvaziamento total da Barragem do Zabumbão. (RODRIGUES, 2024).

Um fato crítico, segundo a reportagem, é a questão da gestão e do curso da água desviada para irrigação de forma arcaica, por inundação, entre outras formas. Dada a importância para o abastecimento da região e a manutenção das inúmeras atividades dependentes das águas da Barragem do Zabumbão, torna-se prioritária a criação de “políticas públicas” (LEEF, 2015). Portanto, ações integradas de acompanhamento, fiscalização e aplicação das normas e do coletivo da população podem intervir de forma eficaz no conflito que perdura há quase uma década. Foi possível considerar que a alocação da água da barragem Zabumbão é fruto de uma disputa política e econômica do capital.

O Gerenciamento dos Recursos Hídricos na barragem do Zabumbão não apresenta o ideário da governança. Enquanto for um arranjo político, não apontará as práticas e os caminhos que podem contribuir com um ambiente de gestão mais transparente, no qual a participação de todas as comunidades envolvidas é salutar na busca de soluções para os problemas que as afetam. Cabe aos órgãos competentes promover audiências públicas com participação do poder público, dos usuários da água e da sociedade civil, visando o diálogo e soluções práticas legais para os conflitos socioambientais. Tudo isso é necessário para o entendimento das soluções técnicas, através das ferramentas de mediação/arbitragem ou por meio da formulação de políticas públicas.

7 CONCLUSÃO

Esta pesquisa tratou de uma investigação referente à memória coletiva/social da comunidade Lagoa do Mato, atingida por barragem, e como são revelados os conflitos e impactos envolvendo a construção do Zabumbão. No presente estudo, foi possível verificar que existem traços de uma memória que está consubstanciada como um fenômeno do presente e do passado, fruto da atividade humana, revelando uma memória social construída de uma experiência totalmente marcada pelas lutas de classe que imbricam num movimento dialético, entre o todo e as partes, em suas contradições.

Os testemunhos que foram contados nos mostraram as faces de um problema social. A barragem em Paramirim-BA não aconteceu de forma despreziosa aos interesses de uma classe dominante. Muito pelo contrário, a intencionalidade de uma barragem na região era, sim, um projeto arquitetado pelo Governo Estadual e apoiado pelas lideranças políticas da época: prefeitos da região, fazendeiros de grandes áreas de terras com objetivos políticos e econômicos, entre outros. As pretensões eram diversas, alimentava o ideário da irrigação, pois as fazendas localizadas nas margens do rio seriam beneficiadas permanentemente com abundância de água, propiciando o desenvolvimento de várias atividades agricultáveis e a pecuária em grande escala nas proximidades de Paramirim/Caturama.

As histórias apresentadas pela comunidade descreviam momentos de sofrimento e angústias, interrompidas pelo choro, até mesmo silenciadas. Para a Lagoa do Mato, a execução do projeto foi um período árduo por vários motivos; estava em evidência a alteração da história e da memória daquele grupo social, dos laços afetivos da identidade e do bem-estar. A desapropriação revelou um processo tenso principalmente pelo tratamento diferenciado à classe dominante nas questões referentes aos acertos. As vantagens dos proprietários das grandes áreas eram operadas de forma ampla, não houve impasses nos acordos, inclusive falam de favorecimentos referentes aos cálculos e acertos.

Nas argumentações expostas pelos afetados, os benefícios econômicos oferecidos pelo Governo para compensar as perdas não refletiram em bem-estar para a comunidade, muito menos pelas perdas econômicas e simbólicas. Nesse processo, os mais afetados foram os meeiros, agregados, empregados e parceiros. Para esses representantes da classe trabalhadora, houve demora na consideração de atingidos, pois, inicialmente, apenas os que dispunham de documentação eram reconhecidos. Esse processo de inviabilização do reconhecimento por parte da Codevasf motivou a organização e a resistência da comunidade iniciando os conflitos.

Podemos dizer que as mobilizações coletivas foram fundamentais. As reparações não resolveram em absoluto as perdas materiais, uma vez que o sentir e o viver na Lagoa do Mato estará nas recordações, pois o ambiente físico sofreu uma mudança irrecuperável, ficando marcado na saudade. A luta e a resistência à barragem tinham uma finalidade que era a permanência na terra, mas as reparações financeiras só foram resolvidas com ações judiciais, após uma década da construção da barragem.

Assumimos desde o início da pesquisa o posicionamento de que a comunidade foi expropriada da terra, anulada do modo de vida pelo direcionamento político-econômico do Estado que atuou em discordância com a proteção e o cuidado com comunidades tradicionais, quando implantou o projeto de barragem e converteu a água em mercadoria, já que os interesses do Estado capitalista são caracterizados pelas vantagens econômicas e políticas. Transformou a água da barragem em um comércio lucrativo sob o discurso do desenvolvimento, dos ganhos econômicos. Enfim, toda a movimentação do Estado estava em justificar a viabilidade e o progresso como discursos favoráveis à utilização e à posse dos recursos naturais, baseados na lógica dos mercados e da mercantilização desses recursos.

Os dados da pesquisa evidenciam que o capital, por meio dos grandes e médios proprietários, dominou e se apropriou da água em benefício próprio, secundarizando ou mesmo limitando o acesso à água aos pequenos proprietários e assalariados. Ao mesmo tempo, transformou a água em mercadoria com concessão à Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A., Embasa, concessionária de serviços de saneamento básico da Bahia, pertencente ao Governo Estadual, o qual gerencia o controle dos abastecimentos e cobra pela água de forma a garantir um comércio lucrativo e de barganha política.

Nesse ponto, a hipótese do estudo foi confirmada: o jogo de interesses econômicos, políticos e sociais foi responsável por diversos impactos, além de colocar em risco a tradição e a memória de uma comunidade tradicional, por disputas pela terra, pelo uso e pela apropriação da água. Perpassam, historicamente, pela inter-relação do homem com o ambiente, o que gera confronto entre diferentes classes sociais, principalmente, pelo modo como cada uma se relaciona com a natureza. As relações conflituosas configuram-se de forma explícita, com foco e disputa, o que causou tensões sociais entre interesses coletivos e privados, gerados pela apropriação da água vivenciada e experienciada pela comunidade.

Fica exposto que os aspectos referentes à memória coletiva/social considera a existência dos quadros sociais da memória, mobilizados pela vivência cotidiana da comunidade a partir de uma perspectiva e de uma base coletiva, experienciada nas relações dos grupos. Posto isso, é a memória que recria as recordações, pois as vivências são imagens

construídas. A memória social é, para o grupo, um suporte essencial que define os laços de identidade, pois une o passado ao presente e coloca em seu lugar o valor de cada experiência não contada ou silenciada na história oficial. A memória coletiva busca reescrever as experiências, ancorando nos modos de vida, nos laços de amizade, de parentesco, enfim, de referências sociais fundamentais para a população. Entendemos a relação dos moradores da Lagoa do Mato, ao serem expropriados, eles foram submetidos à violência psicológica, à cisão de uma realidade sem volta, sendo esta apenas através das lembranças.

Afirmamos que existe contradição sobre a construção da barragem, podendo ser evidenciada em situações diversas; a primeira com o projeto que seria para irrigação nos municípios de Paramirim/Caturama, fato que não se confirmou, ou seja, ela não cumpriu com seus fins. A barragem apresenta problemas por não existir um fluxo de água constante, ficando dependente das chuvas para manter o seu nível. Por fim, chamamos atenção para os conflitos mais recentes que se acentuaram em 2015 e 2020, em razão da expansão do sistema adutor operado pela EMBASA. A segunda situação é acerca do projeto de intervenção proposto pelo Governo do Estado que ampliou a oferta hídrica, provocando novamente o conflito que se reacendeu pelo risco de escassez de água.

Acreditamos, ademais, que futuras pesquisas possam se debruçar sobre os conflitos socioambientais, buscando identificar de maneira mais direta a relação que eles possuem socialmente com o Vale do Paramirim. Apontamos de certa forma, nas limitações da própria pesquisa sobre essa discussão, pois não foi o nosso foco.

Para finalizar, sinalizamos o direito à memória coletiva enquanto um direito social, ligado às novas articulações dos movimentos sociais para o fortalecimento de políticas públicas compensatórias e de mitigação para com os atingidos. Sem mais delongas com o pensamento reflexivo sobre as relações conflituosas vivenciadas pelos moradores da Lagoa do Mato, enfatizamos que eles tiveram seus modos de vida, sua história, sua cultura e sua memória atingidos pela construção da barragem. O que proporcionou, assim, que aquelas famílias fossem, historicamente, excluídas por quase três décadas.

Concluimos, trazendo à tona um relato permeado de sentimentos de uma ex-moradora sobre a sua sensação de descaso e abandono que pode ser a mesma daqueles que já foram atingidos por barragem “[...] nossa vida, nosso sonho morreu ali [...] nós sentimos como se tivesse arrancado uma planta ribeirinha e botado em cima de uma laje” (E.M.S, 2023). Esse fragmento, carregado de emoção, sensibiliza-nos profundamente, em especial, porque as histórias apresentadas pela comunidade são dramas reais de pessoas que carregam consigo um viver de hábitos simples, em comunhão com a natureza e de respeito por ela. A Lagoa do

Mato era alegria da vida, era a esperança. Era o orgulho de quem cuidava da terra como quem cuida de si mesmo, por sentir-se parte integrante dela. A lição que fica para nós é sobre o lutar dentro das possibilidades e das condições que eles tiveram, mesmo sabendo não serem vitoriosos, mas, estavam convictos que não podiam abrir mão daquele lugar de forma passiva e deixá-la ao acaso. Sensibilizados pelo drama vivido por eles, compartilhamos o nosso respeito, nossa admiração e nossa alegria por terem permitido-nos ecoar essa história que é desse coletivo guerreiro e potente.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. [ANA]. Sistema Integrado - SIAA DE BOQUIRA-ZABUMBÃO. **Relatório de Identificação de Obra – RIO**. Disponível em: https://portal1.snirh.gov.br/arquivos/RIO_TDR_SNIRH/BA-SO-CPT-006.pdf. Acesso em: 21 mai. 2024.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. [ANA]. **Relatório de segurança de barragens 2021**. Brasília : ANA, 2022. 68 p. Disponível em: <https://www.snisb.gov.br/relatorio-anual-de-seguranca-de-barragem/2021/rsb-2021.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2024.
- AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA. [AGERSA]. **Principais barragens da Bahia recuperam seu volume útil**. Brasília. Disponível em: <http://www.agersa.ba.gov.br/?p=8868>. Acesso em: 22 dez. 2022.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Orais**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AMARAL, Antônio. **Arquivo pessoal**. Lagoa do Mato, 1990.
- AMARAL, Lais. Homens trabalhando no açude Zabumbão. Paramirim, 2022. **Facebook**. Fotos antigas de Paramirim. Grupo público. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/fotosantigasdeparamirim/permalink/5636485309801676/?sfn=wiwspmo&ref=share&mibextid=KtfwRi>. Acesso em 09 out. 2023.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 79, p. 95-111, 2007.
- ARCANJO, João Batista Alves *et al.* **Projeto Vale do Paramirim**: Estado da Bahia. 2002.
- BAHIA: Governo do Estado da Bahia Secretaria de Recursos Hídricos Saneamento e Habitação. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Paramirim (PDRHBP) 1995**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://blogdoaleciobrandao.com.br/wp-content/uploads/2015/01/ESTUDO-PARA-CONSTRU%C3%83%E2%80%A1%C3%83%C6%92O-DE-BARRAGENS-NA-BACIA-DO-RIO-PARAMIRIM.pdf>. Acesso: 01 abr. 2024.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BELARMINO, Domingos. Paramirim, 2021. **Facebook**. Fotos antigas de Paramirim. Grupo público. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/fotosantigasdeparamirim/permalink/5636485309801676/?sfn=wiwspmo&ref=share&mibextid=KtfwRi>. Acesso em 09 out. 2023.

BILL, Luis Carlos. Ruínas da Comunidade de Lagoa do Mato em vídeo. **Site Focado em Você**. 2018. Disponível em: Ruínas da Comunidade de Lagoa do Mato em vídeo | Notícias de Paramirim e do Mundo (focadoemvoce.com). Acesso em: 15 out. 2023.

BRAGA, Fernanda de Souza. “Terra sim, barragem não!”: o Movimento dos Atingidos por Barragens e seu papel na construção da waterscape durante a ditadura civil-militar no Brasil: aproximações. **História Unicap**, v. 3, n. 5, jan/jun, 2016, p. 71-84.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 27 de Dez. de 2022.

BRASIL. Decreto Lei nº 3.365/41. 1941. Diário Oficial da União. Brasília: BRASIL- Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%203.365%2C%20DE%2021%20DE%20JUNHO%20DE%201941.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20desapropria%C3%A7%C3%B5es%20por%20utilidade%20p%C3%BAblica. Acesso em: 27 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.342/2010. Diário Oficial da União. 2010. Disponível em: Decreto nº 7.342 de 26/10/2010 (normasbrasil.com.br). Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. Estatuto da Terra. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Diário oficial da União. 1964. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 2024.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS): história. Brasília: MIDR – GOV. 04 Out. de 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia#cit-1>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BRASIL. Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). Lei nº 14.755, de 15 de dez. de 2023. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114755.htm. Acesso em: 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, v. 27, p. 853-874, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/bCNpGgxbbsv6jbDfysW54vk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRITO, Marússia. Paramirim, 2023. **Obras da construção da barragem do Zabumbão**. Facebook Fotos antigas de Paramirim. Disponível. https://www.facebook.com/groups/fotosantigasdeparamirim/permalink/6316679691782231/?sfn=wiwspwa&ref=share&mibextid=6aamW6&paipv=0&eav=AfbJn9TpCdGxPSOuStlSGP RULoxQpcis8uj6XrV6jyvY26V5oLOdWNn2XzGI-bDoUyQ&_rdr. Acesso em: 09 out. 2023.

CAMPOS, Márcia Aparecida Ferreira. **A política econômica do governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação**. Dissertação Mestrado em Economia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós- Graduação em Economia, Porto Alegre, 2007.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. [CBHSF]. **Barragem do Zabumbão: o coração do vale fértil que supera a seca**. 2021. Disponível em:

<https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/campanha-eu-viro-carranca-para-defender-o-velho-chico/barragem-do-zabumbao-o-coracao-do-vale-fertil-que-supera-a-seca/>. Acesso em: 10 out. 2023.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. [CBHSF] **Procedimento de resolução de conflito de uso nº 002/2015**. 2015. Disponível em: RELATÓRIO-COMISSÃO-RELATORA-PROCESSO-002-2015-ZABUMBÃO.pdf (cbhsaofrancisco.org.br). Acesso em: 10 out. 2023.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. [CDDPH]. **Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nos 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://mab.org.br/publicacao/relatorio-violacao-de-direitos-das-populacoes-atingidas-cddph/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CEDRAN, Paulo César. Igreja e movimentos sociais: o papel das CEBs como espaço de resistência no período militar. *In*: ALMEIDA, Flávio Aparecido de (Org.). **Ciências das religiões: uma análise transdisciplinar**. Guarujá, SP: Científica Digital, 2021. p. 83-94. (v. 3).

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia Moderna**. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. [CMB]. **Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões**. Um Sumário. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. Nov. de 2000. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf . Acesso em: 29 ago. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. [CNS]. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diário Oficial nº 12 –13 de jun. de 2013, Seção 1, p. 59. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 2021.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA. [CODEVASF]. **Possibilidades de aproveitamento do rio Paramirim nos locais de Balaios e Água Quente, no Estado da Bahia**. Rio de Janeiro: Hidroservice, 1960.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA. [CODEVASF]. **Pagamento de Indenização**. 23 de Agosto de 2006. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2006/pagamento-de-indenizacao/?searchterm=barragem%20do%20zabumb%C3%A3o>. Acesso em: 20 abr. 2021.

COMITÊ BRASILEIRO DE BARRAGENS. [CBDB]. **A História das Barragens no Brasil - Séculos XIX, XX e XXI: Cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens**. Rio de Janeiro – RJ, 2011. Disponível em: http://www.cbdb.org.br/documentos/A_Historia_das_Barragens_no_Brasil.pdf. Acesso em: 16 mai. 2024.

CRUZ, Franciéli Katiuça Teixeira da. *et al.* “Isso é tirar a vida das pessoas”: barragens e violação de direitos. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/MqNFk9WKsgRrDBvH3Mmqm4j/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2021.

DIAS, José Alves. Ordem e Progresso: (Des)estabilidade política e desenvolvimento econômico no Brasil. **Educere et Educare (versão eletrônica)**, v. 13, p. 01-15, 2017.

DOMICIO, Marcos. **Conheça o Balneário do Rio Paramirim**. Domicio Fotografias e viagens. 2018. Disponível em: <https://domicio.info/conheca-o-balneario-do-rio-paramirim/>. Acesso em: 05 mai. 2018.

SANTOS FILHO, Adriano Neves dos. Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek: análise de dois projetos desenvolvimentistas e as limitações do estado brasileiro. **revista brasileira de administração política**, v. 9, n. 2, p. 179-179, 2016.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano**: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História)– Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2004.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Verbetes**: Voz Operária. - CPDOC: Voz Operária, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/voz-operaria>. Acesso em: 17 abr. 2023.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & sociedade**, v. 23, p. 257-272, 2002.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.

FOSCHIERA, Atamis Antônio; JUNIOR, Antônio Thomaz. A Luta dos Atingidos por Barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 14, n. 1, Sobral-CE, p. 17-26, 2012.

FOSCHIERA, Eugênia da Conceição Silva Ramos; ARANTES, José Estevão Rocha. Direitos humanos, movimentos sociais e conflitos socioambientais: a educação informal como estratégia de luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). **Revista Interface (Porto Nacional)**, n. 13, p. 37-61, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos, São Paulo: Loyola. 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Los Marcos Sociales de la Memoria**. Barcelona: Antropos, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **Enciclopédia dos**

Municípios Brasileiros. XXI volume, 21. Rio de Janeiro 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **População residente, por sexo e situação do domicílio.** 1980. Disponível em: Tabela 202: População residente, por sexo e situação do domicílio (ibge.gov.br). Acesso em: 22 de Out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **População de Paramirim.** 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/paramirim/panorama>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

JAMBEIRO, Marusia de Brito. **Engenhos de rapadura:** racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1973.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: EdUNICAMP, 1990.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental:** Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LESSA, Sérgio. **Trabalhadores e proletários no capitalismo contemporâneo.** 2006.

LUZ, Sheila Cunha da; FERNANDEZ, Fernando Negret. Aspectos Jurídicos e Sociais da Desapropriação de Terras: o Caso da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães em Tocantins. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 19, n. 1, p. 8-17 2018.

MAB. A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragem. *In:* **MAB.** 1ª ed. Brasília-DF: 2005.

MARTINS, Délio João Viana. **O Verde Vale do Paramirim.** Guanambi, Ba: Giordani, 2005.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I - crítica da economia política: O processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATHEUS, Arlindo. Paramirim um Município Rico e Esquecido. **Jornal Voz Operária**, Rio de Janeiro, 13 de abr. de 1957. p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/154512/per154512_1957_00410.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. et al. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

NAMER, Gerard. Posfácio. *In:* HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria.** Barcelona: Antropos, 2004.

NARRADORES DE JAVÉ. Direção de Eliane Caffé. Rio de Janeiro: Rio Filme, 2004. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-52182/curiosidades/>. Acesso em: 20 de Set. de 2022.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Crônica, memória e história**: formação historiográfica dos sertões da Bahia. Feira de Santana: EdUEFS, 2016. 516p.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo da historiografia regional e local). 2 ed. Salvador: EDUFBA. . Feira de Santana - UEFS Editora, 306 f. 2008.

NEVES, Robério Márcio Martins. Antigo Zabumbão. Paramirim, 2022. **Facebook**: Fotos antigas de Paramirim. Grupo público. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/fotosantigasdeparamirim/permalink/6090057571111112/?sfn=wiwspmo&ref=share&mibextid=VhDh1V&paipv=0&eav=AfYV4Da75AOZIoEU2IZBAwgx2yS4rf-325O4g1-0mC-YuOEKrzyJxfuaVJ2ItUkwqUI&_rdr. Acesso em 09 out. 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**, v. 34, p. 315-346, 2018.

PINHEIRO, Priscila Tinelli; FABRIZ, Daury César. Movimentos sociais no contexto operário e o impacto na redemocratização. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 5, n. 10, p. 306-331, jul./dez, 2017.

PLATÃO. **Teeteto**. Trad. Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro**: vol. 2, nº 3, 1989.

PORPHIRIO; Max Felli Cezario. Os usos do conceito de “camponês” pelo PCB: caminhos para pensar a herança escravista no campo brasileiro (1925-1964). **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro, v.12, 1-60, e018003, jan./dez. 2018. Disponível em: Vista do Os usos do conceito de “camponês” pelo PCB | Revista IDEAS (ufrj.br). Acesso em: 15 jan. 2023.

RIGOTTO, Raquel Maria; GURGEL, Aline do Monte. Povos e comunidades do campo: entre as águas que fluem para a Vida e as águas capturadas e contaminadas. *In*: **Conflitos no campo Brasil 2023**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : CPT Nacional, 2024. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnkcbpcjpcglcfindmkaj/https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14308:conflitos-no-campo-brasil-2023&catid=41>. Acesso em: 22 mai. 2024.

RODRIGUES, Samuel. Crítica situação da barragem do Zabumbão: A “caixa d’água” do vale pode secar. **Jornal O Eco**. 2019. Disponível em: <https://oecojornal.com.br/critica-situacao-da-barragem-do-zabumbao-a-caixa-dagua-do-vale-pode-secar/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. 2. ed Rio de Janeiro. Paz e terra,. 1985.

SAES, Décio. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. 2. ed Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SANTOS, Mariana Corrêa. O conceito de “atingido” por barragens-direitos humanos e cidadania. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 113-140, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/12698>. Acesso em: 27 set. 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360/8560> Acesso em: 10 fev. 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. Coimbra: Universidade de Coimbra; São Paulo: Annablume, 2012.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. O retorno do pesadelo: um estudo sobre a luta da memória contra o esquecimento. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 121, p. 103-122, 2020.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)–Curso de Pós-Graduação em Geografia. UFBA, Salvador. 320 f. 2010.

SILVA, Elmo Rodrigues da. **O curso da água na história: simbologia, moralidade e a gestão de recursos hídricos**. 1998. Tese de Doutorado. Tese Doutorado em Doutorado Em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública. Disponível em: https://www.pick-upau.org.br/mundo/curso_agua/O%20Curso%20da%20C1gua%20na%20Hist%F3ria.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

SILVA, Emeson Tavares da *et al.* **Atrás dos nossos direitos, porque esse povo quer destruir a gente: memórias, trajetórias e lutas dos atingidos por barragens no Agreste Paraibano**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, 2012.

SOUZA, Maria do Carmo C. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

THEMAG. Paramirim/Zabumbão: sistema de perenização do Rio Paramirim: barragem do Zabumbão: canal de acesso a tomada d'água - muros de ala: **memória de cálculo: DES. Nº PAR-PC-2627-MC**. Brasília, Themag, 1981.

UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli. **Populações atingidas por barragens no Paraná: como e por que lutamos por direitos**. Curitiba, PR: Terra de Direitos, 2022. Disponível em:

https://mab.org.br/wp-content/uploads/2022/06/MAB_CARTILHA.pdf. Acesso em: 08 jul. 2024.

VAINER, Carlos Bernardo. Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil: p.185 – 215. *In*: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PADÚA, José Augusto. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro:Relume - Dumará, 2004.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.). **Vidas Alagadas** - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008, p. 39-63.

VAINER, Carlos Bernardo. **O conceito de Atingido**: uma revisão do debate e diretrizes. IPPUR/ UFRJ. 2005, p. 01-23.

VAINER, Carlos; BRAGA, Flávia Vieira. Impactos sociais e ambientais de barragens. *In*: **Movimento dos Atingidos por Barragens**: Manual do Atingido – Brasil: Águas para vida não para morte. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro- IPPUR/UFRJ. 2022. Disponível em: <https://mab.org.br/wp-content/uploads/2022/03/Manual-do-Atingido.-MAB-2005.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

VIANA, Isa. Lagoa do Mato (hoje é a Barragem do Zabumbão). Paramirim, 2022. **Facebook**. Fotos antigas de Paramirim. Grupo público. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/fotosantigasdeparamirim/permalink/5594623353987872/?sfn=wiwspwa&ref=share&mibextid=6aamW6&paipv=0&eav=AfZ_JhD5Q3VQU8tbJKWT6H7uOCI9kOtJ-XIAYbjtrdgIM-BfO5R1MAT5Q3csahCcAPg&_rdr. Acesso em: 09 out. 2023.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Uma leitura filosófica do conceito de mercadoria. **Textos e Debates**, v. 1, n. 29, Boa Vista/RO, jan./jun. 2016, p. 69-77. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/3551/pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

VIDAL, Fernanda Blanco. **Saudade sim, tristeza não**: memória do deslocamento compulsório e da reconstrução da vida dos atingidos pela barragem de Pedra do Cavalo em Santo Estevão (Bahia). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012. Salvador, 2012. 202 f.

ZENERATTI, Fábio Luiz. Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil/Property and latifundium: introduction to the debate about its origin and perpetuation in Brazil. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 50, p. 441-454, 2017.

FONTES ORAIS

A. H. B. A. Entrevista concedida a Roseli Ramos de Oliveira no gabinete da prefeitura de Paramirim- Ba 26- 11-2021. 25min.

A. S. A. Entrevista concedida a Roseli Ramos de Oliveira. Paramirim-Ba, bairro Vila Nova. 26- 11-2021. 35min.

E. M. S. Entrevista concedida a Roseli Ramos de Oliveira. Paramirim-Ba, bairro Vila Nova. 26-10-2021. 45min.

J. P. O. N. Entrevista concedida a Roseli Ramos de Oliveira Pelo meet- 16-06-2022. 1h.

J. P. S. Entrevista concedida a Roseli Ramos de Oliveira. Paramirim-Ba, bairro Vila Nova. 07-12-2021. 55 min.

J. T. A. Entrevista concedida a Roseli Ramos de Oliveira em um ponto comercial (bar). Paramirim-Ba, bairro Vila Nova. 07-12-2021. 45 min.

J.A.C.S. Entrevista concedida a Roseli Ramos de Oliveira. Paramirim-Ba, bairro Vila Nova. 08-12-2021. 40 min.

M. C. A. O. Entrevista concedida a Roseli Ramos de Oliveira. Paramirim-Ba, bairro Vila Nova. 26- 11-2021. 35min.

M. L. A. Entrevista concedida a Roseli Ramos de Oliveira. Paramirim-Ba, bairro Vila Nova. 06-12-2021. 50 min.

M.O.C. Entrevista concedida a Roseli Ramos de Oliveira. Paramirim-Ba, bairro Centro. Clínica Smille. 20/ 07/2023. 1h30.

N. O. S. Entrevista concedida a Roseli Ramos de Oliveira. Paramirim-Ba, bairro Centro. Casa. 17-07-2023. 50 min.

QUESTIONÁRIO - CATEGORIA DESLOCADOS

DES01, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES02, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES03, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES04, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES05, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES06, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES07, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES08, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES09, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES10, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES11, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES12, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES13, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES14, 2021.Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES15, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES16, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES17, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES18, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

DES19, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

QUESTIONÁRIO - CATEGORIA - NÃO DESLOCADOS

NDES01, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

NDES02, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

NDES03, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

NDES04, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

NDES05, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

NDES06, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

NDES07, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

NDES08, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

QUESTIONÁRIO – CATEGORIA- REPRESENTANTES, ENTRE OUTROS

REP01, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

REP02, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

REP03, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

REP04, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

REP05, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

REP06, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

REP07, 2021. Entrevista realizada no questionário. Paramirim-BA.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

Este documento é um CONVITE ao(à) Senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubriche as primeiras páginas e assine a última, na linha "Assinatura do participante".

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Roseli Ramos de Oliveira

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: José Alves Dias

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA

Memória dos conflitos socioambientais na barragem do Zabumbão em Paramirim-Ba

2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):

Os motivos que nos levam a empreender este estudo justificam-se pela problemática decorrente do projeto de construção da barragem denominada Zabumbão em Paramirim que teve como consequência mudanças nas vidas de diversos moradores os quais foram protagonistas dos conflitos relacionados com a terra e a sua própria sobrevivência. A pertinência dessa pesquisa evidencia-se pela possibilidade de trazer contribuição para história e defesa identitária de deslocados, podendo reproduzir seus ditos por meio de narrativas no contexto histórico, sócio-cultural.

2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

Nossa finalidade principal com a realização do presente estudo consiste em compreender o movimento de resiliência estabelecido pela comunidade antes e após a instalação da barragem Zabumbão e suas relações com a memória, a tradição e a apropriação territorial.

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Você receberá um questionário com 20 questões (05 discursivas e 10 de múltipla escolha), que será aplicado no formulário *Google Forms*, cujo compartilhamento se dará por meio de link gerado na internet.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 1

O questionário acontecerá totalmente de modo remoto, por meio da plataforma Google Forms, cujo compartilhamento se dará por meio de link gerado na internet.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

Aproximadamente cinco minutos

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO MODERADO ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

A pesquisa não oferece riscos mínimos aos entrevistados.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Para evitar qualquer tipo de desconforto durante a realização da entrevista, asseguramos que o entrevistado ficará a vontade para expressar o desejo de continuar ou encerrar a qualquer momento.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

Não ofereceremos recompensas materiais, tampouco benefícios concretos ou diretos ao participante desta pesquisa, o que confere à participação completamente voluntária.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

Quanto aos benefícios sociais da pesquisa tem como relevância poder gerar resultados positivos para a sociedade os quais fomentem o papel fundamental da ciência (pesquisa) para o desenvolvimento em todos os nexos e contextos da sociedade: econômico; social; cultural e histórico.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: *Nenhum dos dois.* A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas e se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: *O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.*

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: *Voce pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.*

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Não. A privacidade é garantida. Os dados podem ser publicados ou apresentados em eventos, mas o nome e a imagem dos voluntários são sigilosos e, portanto, só serão conhecidos pelos pesquisadores.

6.8. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídos.

6.9. Qual a “lei” que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas podem ser encontradas facilmente na internet.

6.10. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA

Endereço: AV.DR. NELSON CAIRES DE BRITO

Fone: (77)99957317 / E-mail: roseramos41@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP), Jequiézinho, Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

em participar do presente estudo;

com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Vitória da Conquista Ba, 30 de abril de 2021.

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 3

Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)



Impressão Digital
(Se for o caso)

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

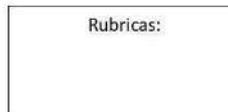
Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Vitória da conquista, [Clique aqui para inserir uma data.](#)

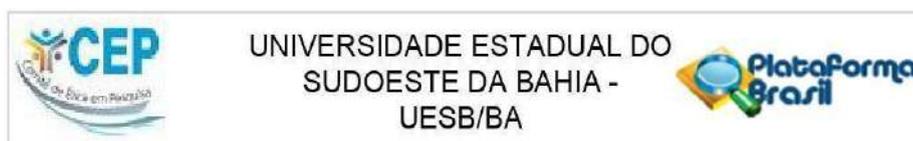
Assinatura do(a) pesquisador

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 4



APÊNDICE B – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA BARRAGEM DO ZABUMBÃO EM PARAMIRIM - BA

Pesquisador: ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 46863621.3.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

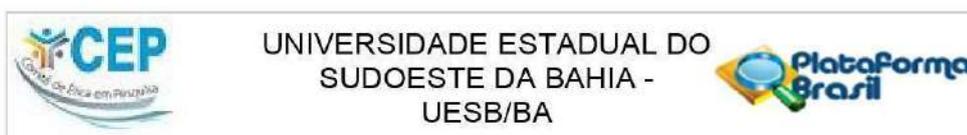
Número do Parecer: 4.755.363

Apresentação do Projeto:

Nas palavras da autora:

"Como ponto de partida para este estudo, levantou-se a seguinte questão-problema: qual a memória que a comunidade tem do território desocupado com a construção da barragem do Zabumbão e como ela estabeleceu novos vínculos com o novo espaço? Esta questão suscitou a elaboração da seguinte hipótese: o planejamento não pode realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria. Para responder a pergunta levantada e testar a hipótese aqui apresentada, estabelece-se o objetivo geral de compreender o movimento de resiliência estabelecido pela comunidade antes e após a instalação da Barragem do Zabumbão e suas relações com a memória, a tradição e a apropriação territorial. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo de natureza exploratória, que permite captar as singularidades do fenômeno estudado através de abordagem qualitativa, a mais apropriada, nesse caso, a História de Vida que visa a trazer à tona as memórias que são empregadas, portanto, para a compreensão de narrativas estudadas dentro dos contextos sociais, econômicos, políticos e históricos. Quanto às técnicas utilizadas, optou-se pela pesquisa documental e bibliográfica, baseando-se também nas potencialidades contidas nas produções teóricas de Halbwachs (1990; 2004), em suas obras basilares no estudo da memória coletiva. No âmbito dos instrumentos de coleta, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, que acontecerão por meio de plataformas de comunicação virtual (Google Meet, ou Skype), e

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequezinho **CEP:** 45.208-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.755.363

questionários aplicados a partir do Google Forms".

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender o movimento de resiliência estabelecido pela comunidade antes e após a instalação da barragem Zabumbão e suas relações com a memória, a tradição e a apropriação territorial.

Objetivo Secundário:

- Analisar como se deram os acontecimentos sobre a construção da barragem do Zabumbão e o papel do Estado nesse processo;
- Reconstruir, a partir da memória, a história de vida identificada por meio das narrativas dos atingidos durante o processo de desapropriação ocasionado pela construção da barragem;
- Apreender, a partir da memória, o movimento de resiliência, considerando-se as novas condições de vida no novo espaço;
- Verificar a presença de possíveis conflitos sociais envolvendo a barragem do Zabumbão;
- Descrever a relação dos moradores da Lagoa do Mato com relação aos aspectos simbólicos do território, considerando a organização do trabalho e a relações comunitárias.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

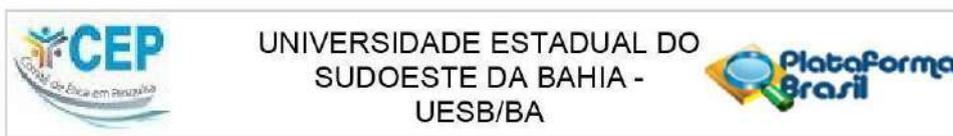
A pesquisa não oferece riscos aos entrevistados, uma vez que o método escolhido para as entrevistas, história oral de vida, permite-lhes plena liberdade de escolha de palavras e temas abordados. Ainda assim, aos entrevistados serão explicitamente informados: o conteúdo da entrevista, sob as formas de transcrição e gravação, e quaisquer alterações.

No TCLE informa que a pesquisa possui riscos mínimos e que "Para evitar qualquer tipo de desconforto durante a concessão de respostas para o questionário, asseguramos que o participante poderá abandonar o questionário a qualquer momento".

Benefícios:

A pesquisa pode gerar resultados positivos para a sociedade os quais fomentem o papel fundamental da ciência (pesquisa) para o desenvolvimento em todos os nexos e contextos da sociedade: econômico; social e cultural. A pesquisa poderá impactar positivamente, a nível individual e coletivo, apontando através das histórias de vida, conhecer, apreender e possibilitar a defesa identitária dos moradores podendo reproduzir seus ditos através de narrativas no contexto histórico, sócio-cultural de seu território e de seus saberes de suas memórias.

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45 208-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.755.383

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de mestrado ligada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB), cuja abordagem metodológica será História de Vida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes documentos:

- 1)PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1747726.pdf (OK)
- 2)Termo_de_consentimento_Livre_questionarios_de_Roseli_Ramos_de_Oliveira.pdf (OK)
- 3)Termo_de_Autorizacao_para_Uso_de_Imagem_e_Depoimento_de_Roseli_Ramos_de_Oliveira (OK)
- 4)Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido_para_as_entrevistas_de_Roseli_Ramos_de_Oliveira.pdf (OK)
- 5)Delaracao_de_compromissos_para_pesquisa_com_serres_humanos_Roseli_Ramos_de_Oliveira.pdf (OK)
- 6)Brochura_de_Projeto_de_Pesquisa_de_Roseli_Ramos_de_Oliveira.pdf (OK)
- 7)Folha_de_rosto_de_Roseli_Ramos_de_Oliveira.pdf (OK)

Recomendações:

Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências éticas.

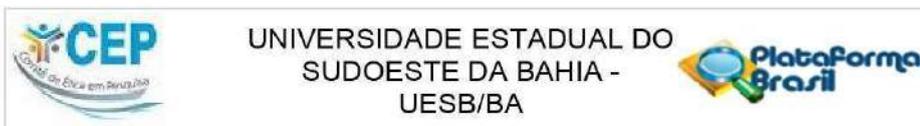
Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião extraordinária no dia 04/06/2021, por videoconferência autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB aprovou o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1747726.pdf	04/05/2021 19:56:33		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Termo_de_consentimento_Livre_questionarios_de_Roseli_Ramos_de_Oliveira.pdf	04/05/2021 19:50:01	ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Termo_de_Autorizacao_para_Uso_de	04/05/2021	ROSELI RAMOS DE	Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.755.363

Outros	_Imagem_e_Depoimento_de_Roseli_Ramos_de_Oliveira.pdf	19:42:19	OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido_para_as_entrevistas_de_Roseli_Ramos_de_Oliveira.pdf	04/05/2021 16:03:46	ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de concordância	Delaracao_de_compromissos_para_pesquisa_com_serres_humanos_Roseli_Ramos_de_Oliveira.pdf	04/05/2021 15:53:05	ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA	Aceito
Brochura Pesquisa	Brochura_de_Projeto_de_Pesquisa_de_Roseli_Ramos_de_Oliveira.pdf	04/05/2021 15:51:15	ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_de_Roseli_Ramos_de_Oliveira.pdf	04/05/2021 15:32:35	ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

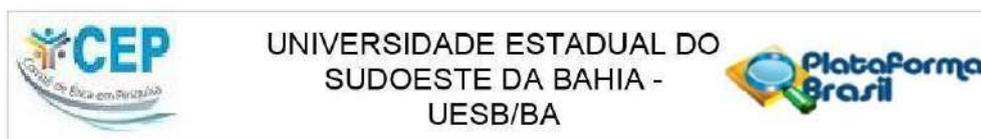
Não

JEQUIE, 05 de Junho de 2021

Assinado por:
Cristiane Alves Paz de Carvalho
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

APÊNDICE C – Comprovante de envio do projeto para o CEP



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA BARRAGEM DO ZABUMBÃO EM PARAMIRIM *z* BA

Pesquisador: ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA

Versão: 1

CAAE: 46863621.3.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 050401/2021

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto MEMÓRIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA BARRAGEM DO ZABUMBÃO EM PARAMIRIM *z* BA que tem como pesquisador responsável ROSELI RAMOS DE OLIVEIRA, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB/BA em 17/05/2021 às 09:19.

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

APÊNDICE D – Termo de autorização para uso de imagem e depoimentos

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	Memória dos conflitos socioambientais na barragem do Zabumbão em Paramirim-Ba
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	Roseli Ramos de Oliveira

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
 do indivíduo pelo qual sou responsável

Paramirim- Ba , 05/05/2021

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)



Impressão Digital
(Se for o caso)

Assinatura do(a) pesquisador

Página 1

APÊNDICE E – Roteiro de entrevistas

MEMÓRIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA BARRAGEM DO ZABUMBÃO EM PARAMIRIM – BA

Convido-lhe a participar de uma pesquisa sobre as memórias em torno dos conflitos socioambientais provocados pela construção da Barragem do Zabumbão, situada na cidade de Paramirim - BA. Os pesquisadores envolvidos no empreendimento deste estudo sou eu, Roseli Ramos de Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade, e o meu orientador, Prof. Dr. José Alves Dias, ambos vinculados à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Nossos contatos são, respectivamente: roseramos41@gmail.com e jose.dias@uesb.edu.br.

*Obrigatório

- I. No link < <https://bitly.com/8e4ZQ> >, consta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE desta pesquisa para sua apreciação. Por gentileza, peço-lhe que faça a sua leitura e, uma vez concordando com a participação voluntária neste estudo, assinale confirmando, ou não, seu consentimento nas alternativas a seguir. *

Marcar apenas uma oval.

Li o TCLE e aceito participar do estudo. *Pular para a pergunta 2*

Li o TCLE, mas não aceito participar do estudo.
Pular para a seção 2 (Memória dos Conflitos Socioambientais na Barragem do Zabumbão em Paramirim – BA)

Pular para a seção 2 (Memória dos Conflitos Socioambientais na Barragem do Zabumbão em Paramirim – BA)

Memória dos Conflitos Socioambientais na Barragem do Zabumbão em Paramirim – BA

De qualquer modo, agradeço pela atenção.

Direcionamento com base na identificação

2. Como você se identifica?

Marcar apenas uma oval.

Era morador da Lagoa do Mato e fui deslocado em função da construção da Barragem do Zabumbão. *Pular para a pergunta 3*

Sou morador da Vila Nova e não fui deslocado em virtude da construção da Barragem do Zabumbão. *Pular para a pergunta 18*

Faço parte do grupo de técnicos, das prefeituras, da associação ou dos representantes da ANA, CODEVASF, CBHSF. *Pular para a pergunta 33*

Participantes Deslocados

3. 1)Sexo

Marcar apenas uma oval.

- Mulher
 Homem
 Não sabe ou não quer responder.

4. 2) Idade

Marque todas que se aplicam.

- de 18 a 28
 de 29 a 39
 de 40 a 50
 de 51 a 61
 de 62 a 72
 de 73 a 83
 de 84 a 94
 de 95 a 105
 Não sabe ou não quer responder.

Outro: _____

5. 3)Profissão: ocupação

Marcar apenas uma oval.

- Agricultor (a) Proprietário (a)
 Agricultor (a) Não Proprietário (a)
 Pescador (a)
 Meeiro (a)
 Carpinteiro(a)
 Arrendatário (a)
 Não sabe ou não quer responder.
 Outro: _____

6. 4) Formação

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental
 Ensino Médio
 Graduação
-

Pós-Graduação

- Não sabe ou não quer responder.
 Outro: _____

7. 5) Deslocado (a) há quanto tempo?

Marcar apenas uma oval.

- 10 anos
 15 anos
 20 anos
 30 anos
 Não sabe ou não quer responder.
 Outro: _____

8. 6) Você se lembra da construção da barragem do Zabumbão ?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sabe ou não quer responder.
 Outro: _____

9. 7) Você encontrou dificuldades, considerando as novas condições de vida no novo espaço (Vila Nova)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sabe ou não quer responder.

10. 8) Sabe dizer se já houve possíveis conflitos envolvendo a construção da barragem?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sabe ou não quer responder.
-

11. 9) Como era sua vida antes de deslocar para esse lugar (Vila Nova)?

Marcar apenas uma oval.

- Ótimo
 Bom
 Péssimo
 Não sabe ou não quer responder.

12. 10) Teve problemas em mudar para esse espaço (Vila Nova)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sabe ou não quer responder.
 Outro: _____

13. 11) Quais lembranças você tem da Lagoa do Mato ?

14. 12) Que comparações você pode estabelecer como era o antes (Lagoa do Mato) e depois (Vila Nova)?

15. 13) Como foi sua adaptação na Vila Nova?

16. 14) Conhece amigos, parentes que moravam na Lagoa do Mato e veio morar na Vila Nova? Quem são eles?

17. 15) Como foi para você ser deslocado da Lagoa do Mato?

Participantes não Deslocados

18. 1) Sexo

Marcar apenas uma oval.

- Mulher
 Homem
 Não sabe ou não quer responder.
-

19. 2) Idade

Marcar apenas uma oval.

- De 18 a 28
- De 29 a 39
- De 40 a 50
- De 50 a 61
- De 62 a 72
- De 73 a 83
- De 84 a 94
- De 95 a 105
- Outro:

20. 3) Profissão/Ocupação

Marcar apenas uma oval.

- Agricultor (a) Proprietário (a)
- Agricultor (a) Não Proprietário (a)
- Pescador (a)
- Mecânico (a)
- Carpinteiro(a)
- Arrendatário (a)
- Não sabe ou não quer responder.

21. 4) Formação

Marcar apenas uma oval.

- Ensino
- Fundamental
- Ensino Médio
- Graduação
- Pós-Graduação
- Não sabe ou não quer responder.
- Outro: _____

22. 5) Já ouviu falar da lagoa do Mato. Por quem?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe ou não quer responder.
- Outro: _____

- 5 ano
- 10 anos
- 15 anos
- 20 anos
- 30 anos
- Outro: _____

24. 7) Alguém da família já morou na Lagoa do Mato?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe ou não quer responder.
- Outro: _____

25. 8) Conhece a história da construção da Vila Nova?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabe ou não quer responder.

26. 9) Você é feliz morando na Vila Nova??

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 - Não
 - Não sabe ou não quer responder.
 - Sim
 - Não
 - Não sabe ou não quer responder.
-

28. 11) Por que veio morar na Vila Nova?
29. 12) Conhece alguém que foi deslocado e veio morar aqui? Quem?
30. 13) Como você se sente morando na Vila Nova?

31. 14) Você considera importante a história desse novo espaço? Por quê?

32. 15) Como é sua vida aqui?

Participantes Envolvidos na Construção de Barragem do Zabumbão

- Mulher
- Homem
- Não sabe ou não quer responder.

34. 2) idade

Marcar apenas uma oval.

- De 18 a 28
- De 29 a 39
- De 40 a 50
- De 51 a 61
- De 62 a 72
- De 73 a 83
- De 84 a 94
- De 95 a 105
- Não sabe ou não quer responder.
- Outro: _____

35. 3) Formação

Marcar apenas uma oval.

- Ensino
- Fundamental
- Ensino Médio
- Graduação
- Pós-Graduação
-

- Não sabe ou não quer responder.
 Outro: _____
 Engenheiro
 Técnico
 Não sabe ou não quer responder.
 Outro: _____

37. 5) Representava

Marcar apenas uma oval.

- Câmara de Vereadores
 Prefeitura Municipal
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim
 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG)
 Representante da Igreja
 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)
 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
 (CBHSF) Departamento Nacional de Obras Contra as
 Secas (DNOCS) Agência Nacional de Águas e
 Saneamento Básico (ANA) Não sabe ou não quer
 responder.
 Outro: _____

38. 6) Como se deram os acontecimentos sobre a construção da barragem do Zabumbão?

Marcar apenas uma oval.

- Pacífico
 Não Pacífico
 Não sabe ou não quer responder.

- Mediador
 Colaborador
 Articulador
 Não sabe ou não quer responder.
 Outro: _____
-

40. 8) Mobilizou-se para ajudar a comunidade nas negociações?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sabe ou não quer responder.

41. 9) Sabe como foram as negociações com os moradores da Lagoa do Mato?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Talvez
 Não sabe ou não quer responder.

42. 10) Tem conhecimento se houve algum tipo de resistência por parte dos moradores?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não sabe ou não quer responder.

43. 11) O que sabe sobre a construção da barragem do Zabumbão?

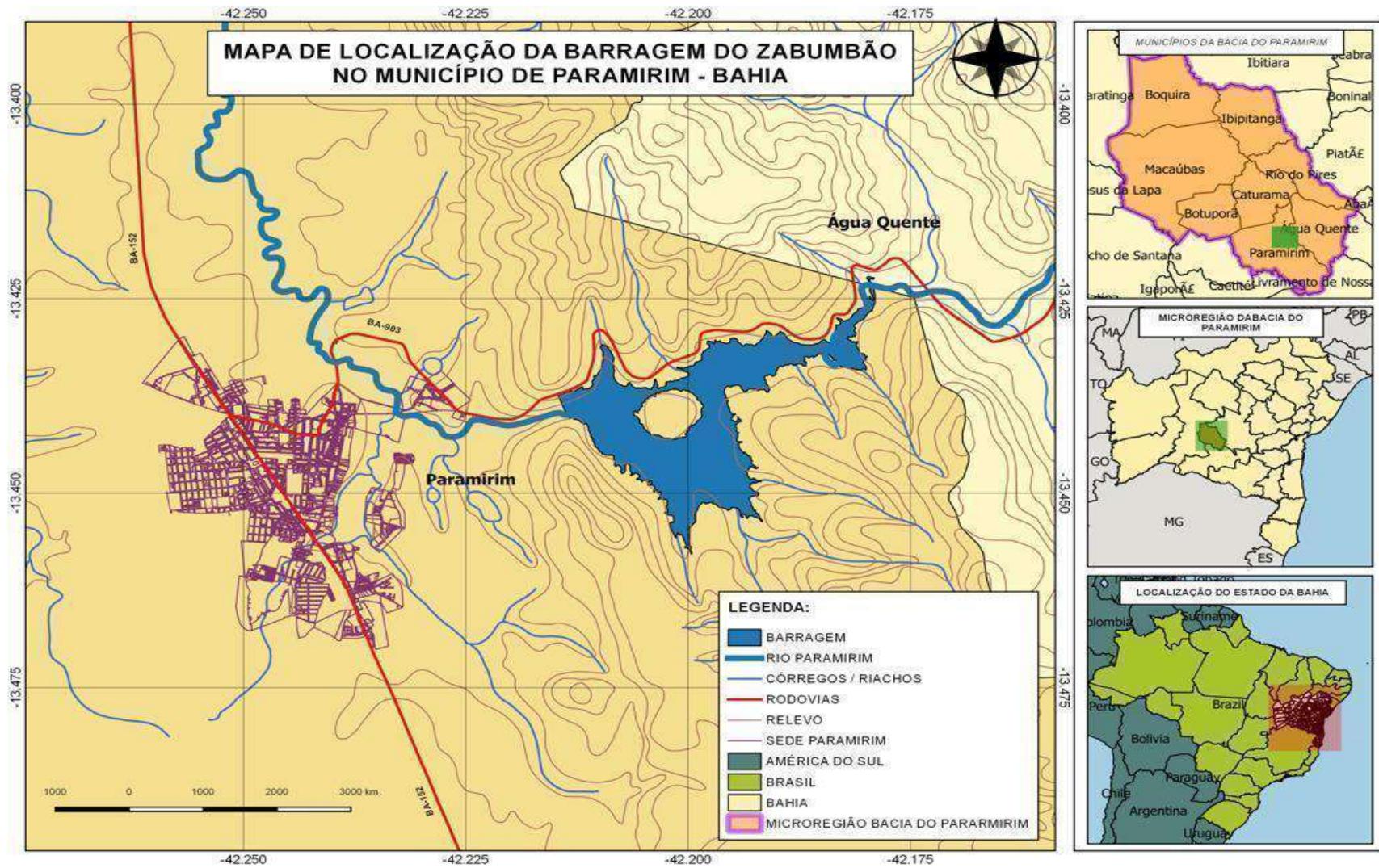
44. 12) Como foram as negociações com os moradores?

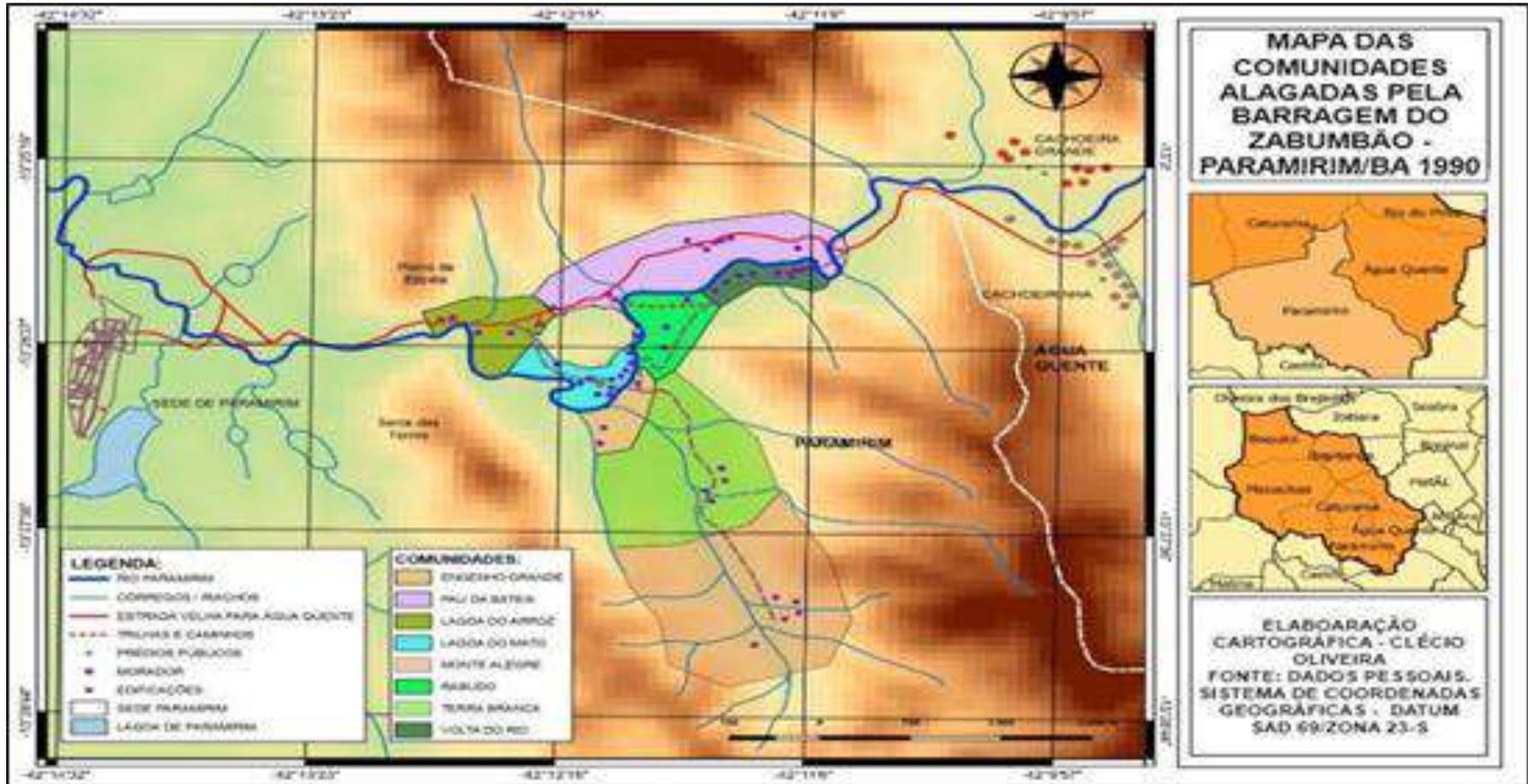
45. 13) Que tipo de apoio foi dado aos moradores ?

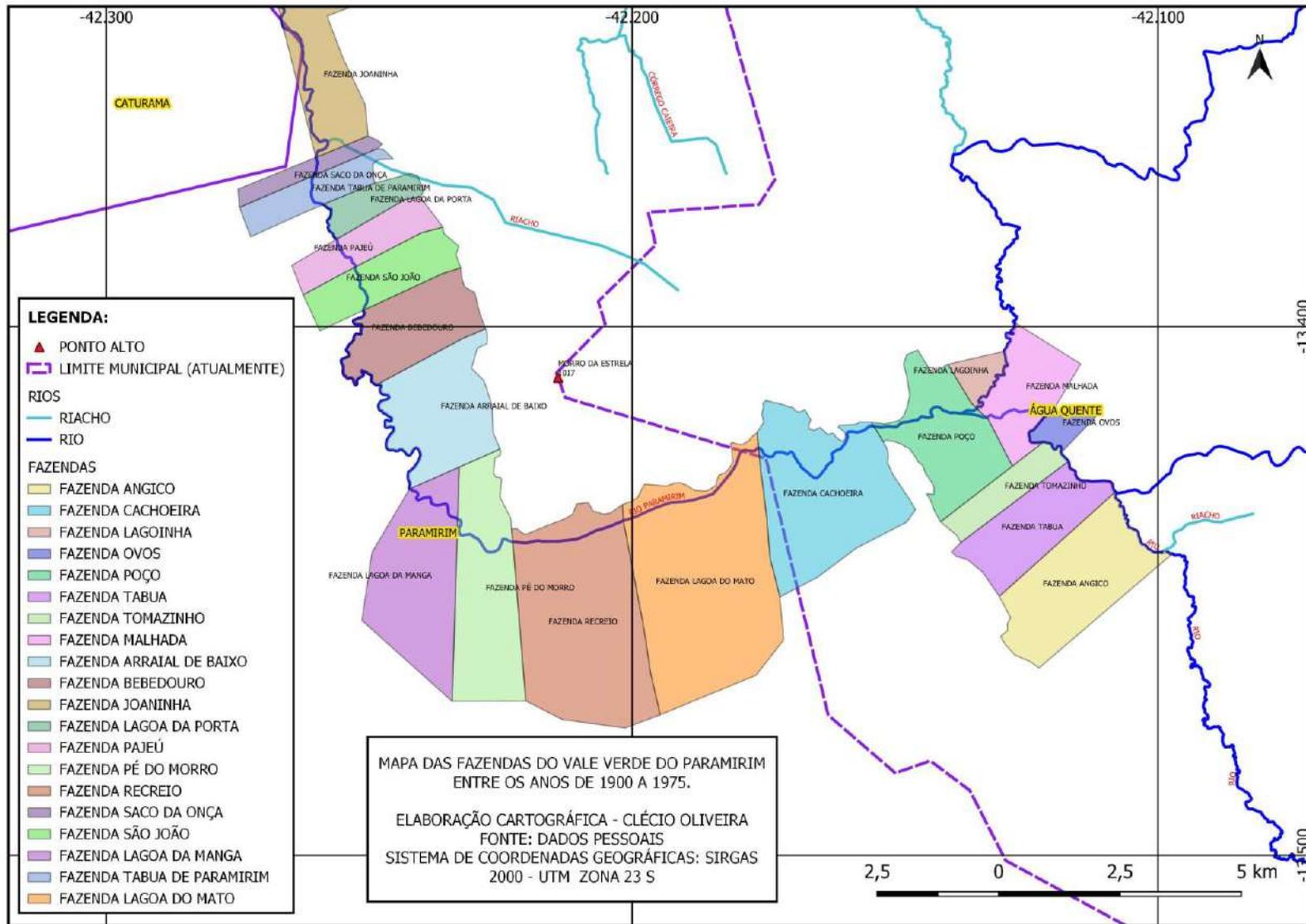
- 14) O que achou da construção da barragem do Zabumbão?

46. 15) Houve comoção por parte de instituições/ou outros com a situação dos deslocados?

APÊNDICE F – Coleção fotográfica







ANEXO A – Termo de compromisso de ajustamento de conduta



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado da Bahia

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO COM BASE NO ARTIGO 5º, § 6º, DA LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985, ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO VALE DO SÃO FRANCISCO (CODEVASFF), E AS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE DE LAGOA DO MATO, POR SEUS REPRESENTANTES E COMO INTERVENIENTE O SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE PARAMIRIM.

Aos treze dias do mês de dezembro de 2005, na sede da Procuradoria da República, no Município de Salvador (BA), o Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República Dr. Sidney Pessoa Madruga, o Ministério Público do Estado da Bahia, por intermédio da Promotora de Justiça Titular de Paramirim Dra. Luciana Espinheira da Costa Khoury, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, doravante denominada CODEVASF, representada pelo Senhor Superintendente da 2ª Superintendência Regional de Bom Jesus da Lapa, Dr. Jonas Paulo de Oliveira Neres, Dr. João Ricardo Rasil Matos, Advogado OAB/BA 17506, a Comunidade de Lagoa do Mato, representada por João Alves Correa Sobrinho, e com a interveniência do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paramirim (STR), representado por Jurandir Severino da Silva, e o Dr. James William's, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG-BA).

Juan *STR* *R* *JWS* *J*



CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a função institucional de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia";

CONSIDERANDO que os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo, consoante o disposto no art. 5º, § 6º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985;

Considerando que CODEVASF aquiesceu com o inteiro teor de proposta apresentada PELA Comunidade de Lagoa do Mato e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paramirim, no sentido de atender às reivindicações formuladas pela Comunidade de Lagoa do Mato, objetivando compensar os efeitos decorrentes da inundação das áreas habitadas por referida Comunidade, em razão da construção da Barragem do Zábumbão, ocorrida no ano de 1987;

Considerando que os termos contidos em referida proposta, após exaustiva, ampla e criteriosa negociação, com a intermediação do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado da Bahia, foram unânime e expressamente aceitos pelos membros Comunidade de Lagoa do Mato, beneficiários diretos das medidas a serem implementadas;



RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, título executivo extrajudicial, conforme art. 5º, § 6º, da Lei n.º 7.347 de 24 de junho de 1985, c/c art. 585 do Código de Processo Civil, nos seguintes termos:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente ajuste tem por objeto o adimplemento de obrigações pela CODEVASF em relação aos 16 meeiros e 36 pequenos proprietários, totalizando 52 famílias pertencentes à Comunidade de Lagoa do Mato, as quais foram submetidas a prévio levantamento cadastral, ora discriminadas na relação que integra os Anexos I e II do presente, no valor total de R\$ 624.0000,00 (seiscentos e vinte e quatro mil reais), a fim de compensar os efeitos decorrentes da construção da Barragem do Zabumbão, que, dentre outros, redundaram na inundação da localidade habitada por referida Comunidade.

DAS OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO FINANCEIRA. A CODEVASF arcará com um pagamento, na forma de indenização financeira destinada à Comunidade de Lagoa do Mato, da ordem de R\$ 624.000,00 (seiscentos e vinte e quatro mil reais), a ser satisfeita, por unidade familiar, da seguinte forma:

Handwritten signatures and initials:
João R. [Signature]



§ 1º - As 52 (cinquenta e duas) famílias denominadas originais, relacionadas nos Anexos I e II, receberão o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) unitariamente, no valor total de R\$ 624.000,00 (seiscentos e vinte e quatro mil reais), que será honrado pela CODEVASF em uma única parcela;

§ 2º - O pagamento da indenização às famílias aludidas no parágrafo supra, deverá ocorrer de forma pecuniária, mediante depósito em conta bancária, em face da inviabilidade técnica/financeira do imóvel rural inicialmente adquirido pela CODEVASF para o reassentamento dessas famílias, ora denominado Lagoa da Casca, situado às margens da BR 156, próximo ao Distrito de Canabrinha, com área total de 110 hectares; anteriormente adquirido pela CODEVASF, de forma a cumprir o Termo de Compromisso ajustado em 05 de dezembro de 2003 e em 07 de junho de 2005, respectivamente, no qual, à época, comprometia-se a garantir a cada família 01 (um) hectare irrigado;

§ 3º - Em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações previstas nesta cláusula, além da correção monetária, incidirá multa de 2% (dois por cento) e juro de 1% (um por cento), ao mês, sobre o valor devido.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA IMPLANTAÇÃO DE PROJETO ESCOLA DE PSICULTURA. A CODEVASF compromete-se a implantar, num prazo não superior a 6 meses, um Projeto Escola de Psicultura na Barragem do Zabumbão, em favor das famílias da Comunidade Lagoa do Mato, atingidas pela construção da mencionada Barragem;

Juan *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]*



Parágrafo único - Após o prazo de treinamento, aproximadamente decorridos 6 (seis) meses, será prestada pela CODEVASF assistência técnica dirigida às famílias beneficiadas, concomitantemente a um Projeto específico de Psicultura, por prazo não inferior a 6 (seis) meses;

DAS OBRIGAÇÕES DA COMUNIDADE DE LAGOA DO MATO

CLÁUSULA QUARTA - A fim de serem beneficiadas com as medidas ajustadas no presente Termo, todas as famílias da Comunidade Lagoa do Mato, prejudicadas pela inundação decorrente da construção da Barragem do Zabumbão, deverão atender à seguinte condição:

Os 16 meeiros e 36 pequenos proprietários, cadastrados e constantes nos Anexos I e II, os quais serão beneficiados com a indenização pecuniária prevista no § 1º, da Cláusula Segunda, ficam obrigados a firmarem uma declaração em que conste a renúncia aos seus direitos patrimoniais, ou que venham admitir transação, em decorrência dos prejuízos individuais sofridos em razão da construção da Barragem do Zabumbão, que poderiam constituir objeto de novas ações judiciais.

CLAUSULA QUINTA - DA QUITAÇÃO. O cumprimento integral e tempestivo das obrigações (Cláusulas Segunda e Terceira) atribuídas à CODEVASF no presente Ajuste, importará a quitação de todos os créditos da Comunidade Lagoa do Mato, postulados em virtude da construção da Barragem do Zabumbão e a conseqüente inundação dessa área.

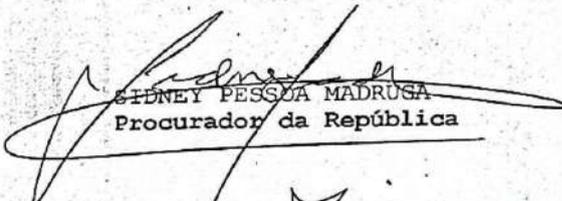
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

CLÁUSULA SEXTA - Não haverá incidência de honorários advocatícios de nenhuma espécie sobre os valores referidos no presente Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - Integra este Termo, para todos os fins, os documentos anexos, a saber: Quadro Demonstrativo dos Meeiros (Anexo I); Quadro Demonstrativo dos Pequenos Proprietários (Anexo II).

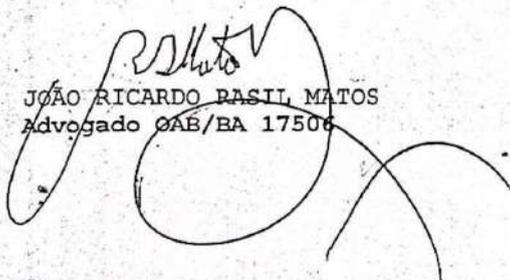
CLÁUSULA OITAVA - Eventuais controvérsias advindas do cumprimento deste ajuste serão submetidas a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

E para que produza seus regulares efeitos jurídicos, as partes assinam o presente instrumento, em 3 vias, de igual teor e forma.


SIDNEY PESSOA MADRUGA
Procurador da República

LUCIANA KHOURY
Promotora de Justiça


JONAS PAULO DE OLIVEIRA NERES
Superintendente da CODEVASF


JOÃO RICARDO BASIL MATOS
Advogado OAB/BA 17506



MPF - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA BAHIA

7

JOÃO ALVES CORREA SOBRINHO
Representante dos Removidos

JURANDIR SEVERINO DA SILVA
Presidente do STR de Paramirim
(na qualidade de interveniente)

JAMES WILLIAM'S
FETAG-BA

**ANEXO I**

RELAÇÃO DOS 16 MEEIROS DA COMUNIDADE LAGOA DO MATO QUE TRABALHAVAM E RESIDIAM NA ÁREA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO ZABUMBÃO:

1. AGENOR TEIXEIRA PIRES
2. ANTÔNIO AUGUSTO NEVES
3. ANTÔNIO ALVES SALES
4. ANTÔNIO VIRGINIA DA CONCEIÇÃO
5. ANTÔNIO OLIVEIRA SANTOS SÁ
6. ARICEU LOPES DA SILVA
7. FELIX JOSÉ DA SILVA
8. GREGÓRIO PEREIRA DA SILVA
9. JOÃO RIBEIRO CELES
10. JOSÉ ALVES BONEIM

11. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
12. MANOEL MARQUES
13. OSVALDO MACARIO COIMBRA
14. OTÁVIO AUGUSTO NEVES
15. SALVADOR PEREIRA DA SILVA
16. VALDOMIRA VIRGINIA DA CONCEIÇÃO

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

**ANEXO II**

RELAÇÃO DOS PEQUENAS PROPRIEDADES/MORADORES DA COMUNIDADE DA LAGOA DO MATO QUE VENDERAM TERRAS À CODEVASF NA ÁREA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO ZABUMBÃO:

- 1 - ABEL SOUZA SALES, escritura lavrada em 23.09.1992, no valor de Cr\$ 26.375.000,00;
- 2 - ALEXANDRE PEREIRA ROCHA, escritura lavrada em 21.12.1992, no valor de Cr\$ 11.834.251,00;
- 3 - ALMERITO ERGINIO DO AMARAL, escritura lavrada em 19.08.1992, no valor de Cr\$ 7.728.000,00;
- 4 - ALTAMIRO ALVES CORREIA, escritura lavrada em 22.09.1992, no valor de Cr\$ 15.892.357,00;
- 5 - ALVARO FRANCISCO DOS SANTOS, JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS, ARISTON FRANCISCO DOS SANTOS, JOÃO FRANCISCO NETO, DURVAL RODRIGUES DE SOUZA, MARIA AUGUSTA DOS SANTOS LOPES, APARECIDO FRANCISCO DOS SANTOS, MANOEL CANDIDO DOS SANTOS, escritura lavrada em 09.07.1993, no valor de Cr\$ 271.868.090,00;
- 6 - ANISIA MARIA MARQUES e ADELIA MARIA MARQUES, escritura lavrada em 05.07.1993, no valor de Cr\$ 133.039.850,00;
- 7 - ANTONIO ALVES CORREIA, escritura lavrada em 23.09.1992, no valor de Cr\$ 12.610.000,00;
- 8 - ANTONIO JUVENAL DE SOUZA, IDALINO JUVENAL DE SOUZA, MAIDES JUVENAL DE SOUZA RIBEIRO, EDNAIR DE SOUZA NEVES, ARNALDO JUVENAL DE SOUZA, escritura lavrada em 05.07.1993, no valor de Cr\$ 30.127.600,00;
- 9 - AURITA ROSA NEVES DA SILVA, escritura lavrada em 02.10.1992, no valor de Cr\$ 10.785.000,00;
- 10 - BOAVENTURA JOSÉ DE OLIVEIRA, escritura lavrada em 21.12.1992, no valor de Cr\$ 33.069.296,00;



- 11 - CARLINDO ERGINIO DO AMARAL, escritura lavrada em 21.12.1992, no valor de Cr\$ 8.549.060,00;
- 12 - EDITE TEIXEIRA FERREIRA, escritura lavrada em 09.10.1992, no valor de Cr\$ 17.886.720,00;
- 13 - ELÇUISSO ERGINIO DO AMARAL, escritura lavrada em 19.08.1992, no valor de Cr\$ 9.052.800,00;
- 14 - ERCILIA ROSA NEVES, escritura lavrada em 03.11.1992, no valor de Cr\$ 7.029.720,00;
- 14 - FRANCISCO DE SOUZA SÁ, escritura lavrada em 05.07.1993, no valor de Cr\$ 19.112.870,00;
- 16 - JOÃO ALVES CORREIA SOBRINHO, escritura lavrada em 13.10.1992, no valor de Cr\$ 14.000.000,00;
- 17 - JOÃO CORREIA DA SILVA e ELPIDIO CORREIA DA SILVA, escritura lavrada em 05.07.1993, no valor de Cr\$ 150.116.540,00;
- 18 - JOÃO LOPES DE OLIVEIRA, escritura lavrada em 05.07.1993, no valor de Cr\$ 260.336.020,00;
- 19 - JOAQUIM JOSÉ DE ALMEIDA, escritura lavrada em 30.09.1992, no valor de Cr\$ 59.900.000,00;
- 20 - JOSÉ BRUNO TRINDADE, escritura lavrada em 05.07.1993, no valor de Cr\$ 198.672.200,00;
- 21 - JOSÉ BRITTO DE SOUZA, escritura lavrada em 05.07.1993, no valor de Cr\$ 160.685.000,00;
- 22 - JOSÉ DE SOUZA SALES, escritura lavrada em 05.07.1993, no valor de Cr\$ 44.258.200,00;
- 23 - JOSÉ LÁZARO DE SOUZA, escritura lavrada em 21.12.1992, no valor de Cr\$ 67.555.826,00;
- 24 - JOSÉ TEIXEIRA DO AMARAL, escritura lavrada em 19.08.1992, no valor de Cr\$ 9.550.032,00;

Handwritten signatures and initials:
Juno, JSA, [crossed out], R, J



25 - JOSÉ VIEIRA LOPES, escritura lavrada em 05.07.1993, no valor de Cr\$ 250.683.930,00;

26 - JUVENCIO AUGUSTO CORREIA, escritura lavrada em 13.07.1993, no valor de Cr\$ 144.206.480,00;

27 - LEOPOLDO JOSÉ CELIS, escritura lavrada em 21.12.1992, no valor de Cr\$ 34.819.642,80;

28 - LINDAURA FRANCISCA DAS NEVES, escritura lavrada em 19.08.1992, no valor de Cr\$ 10.896.648,00;

29 - MARIA SILVA DO AMARAL, ANTONIO SILVA DO AMARAL, UILSON SILVA DO AMARAL, MARIA DO CARMO DO AMARAL OLIVEIRA, escritura lavrada em 15.07.1993, no valor de Cr\$ 20.;381.400,00;

30 - MILTON ALVES CORREIA, escritura lavrada em 05.07.1993, no valor de Cr\$ 257.755.600,00;

31 - MILTON MANUEL DOS SANTOS, escritura lavrada em 21.12.1992, no valor de Cr\$ 9.100.650,00;

32 - OLAVIO PEREIRA DA SILVA, escritura lavrada em 20.07.1993, no valor de Cr\$ 92.500.000,00;

33 - RAIMUNDO DE SOUZA SALES, JOSÉ DE SOUZA SALES, ABEL DE SOUZA SALES, ARNALDO DE SOUZA SALES, escritura lavrada em 30.09.1992, no valor de Cr\$ 20.570.145,00;

34- TADEU RIBEIRO NOVATO, escritura lavrada em 28.09.1992, no valor de Cr\$ 51.074.680,00;

35 - VALDEMIR ERGINIO DO AMARAL, escritura lavrada em 06.07.1992, no valor de Cr\$ 2.408.500,00;

36 - VICENTE AUGUSTO NEVES, escritura lavrada em 05.07.1993, no valor de Cr\$ 18.789.300,00;

Juan *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]*

ANEXO B – Termo de compromisso com proposta concreta para a efetiva construção da barragem do Zabumbão.

TERMO DE COMPROMISSO

Cientes da necessidade de apresentarem propostas concretas para a efetiva construção da BARRAGEM DO ZABUMBÃO, com um mínimo de custo social; reconhecendo a necessidade dos produtores de LAGOA DO MATO/ADJACÊNCIAS terem 1 (um) hectare de terra na jusante da Barragem e unidos assim aos diversos interesses para um objetivo comum:

- Os fazendeiros abaixo assinados apresentaram 3 (três) propostas para REASSENTAMENTO dos produtores que desejam trocar terra por terra:

1ª) PROPOSTAS

- I) Apresentada pelo Sr. Antônio Cruz, que colocou à disposição da CODEVASF, até 50 (cinquenta) hectares de terra, sendo que a CODEVASF irrigaria toda a área, ficando 50% (25 ha) para uso do mesmo e a outra metade, ou seja, 50% (25 ha) seriam transferidos para os produtores de LAGOA DO MATO.
- II) O Sr. Aprígio Abreu Magalhães colocou à disposição uma área de 70 (setenta) hectares de terra na LAGOA DA TÁBUA, a qual vende por preço acessível, tendo também terreno no RIACHÃO, para a mesma finalidade.
- III) O Sr. Teófilo Abreu Magalhães, representado pelo Sr. Aprígio Abreu Magalhães, seu irmão, informou que tem em CATUABA 72 (setenta e dois) hectares, estando disposto à negociação

2ª) DEMAIS PROPOSTAS

A CODEVASF está à disposição para receber mais propostas a fim de serem analisadas.

3ª) VIABILIDADE TÉCNICA/ECONÔMICA

I) A CODEVASF analisará a viabilidade técnica/econômica de cada proposta, necessitando de no mínimo 60 (sessenta) dias contados a partir de 02/01/90, para uma resposta definitiva da melhor proposta, que possa atender a situação existente.

II) A CODEVASF (Escritório de Paramirim) encaminhará as propostas recebidas até 19/12/89 (terça-feira) para os setores competentes da Empresa, aguardando uma posição da Direção Geral da CODEVASF, a qual temos plena confiança que será positiva e mais esta negociação.

PARAMIRIM (BA), 11/12/89

Spannender Gasse 1. Stock

Jurand Martinus Jacob

Antonius Gregorius Teas

Georg de la Roche

Antonius Bernhard Strauß

his Ingegnere der RPA Bonn

Albrecht Gustav Louis Olivier

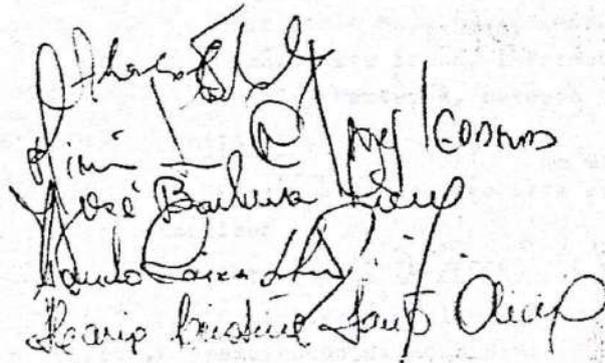
Perleweg Hohen da Salza

Augustin Bernhard Meier

[Faint, mostly illegible text in the lower half of the page, possibly bleed-through or a second page of a document.]

PROPOSTAS CONCRETAS DE NEGOCIAÇÃO COM
A COMUNIDADE, ADITIVA AO TERMO DE
COMPROMISSO EM, 11.12.89.

- I - Liberação da área à partir de 15.12.89, para nivelá-la e iniciar a construção das casas comunitárias no dia 18.12.89.
- II - Pagamento à partir de 18.12.89 (segunda feira) de dez propostas e aprovação de 14 processos no valor de NCZS 635,000 (seiscentos e trinta e cinco mil cruzeiros novos) revisados para o dia 20.12.89.
- III - Prazo de sessenta dias para o estudo de viabilidade técnica e econômica para o assentamento dos produtores que querem trocar terra por terra,
E cadastramento dos cinco produtores da encosta sem acesso.
- IV - Um técnico de Brasília, que será acompanhado de um técnico da confiança da comunidade, com até três membros desta, acompanhando-o.


 Maria Barbosa
 Paulo Carlos
 Maria Cristina

De acordo em: 15/12/89

Luiz Paulo Espinosa Amaral
 João Marques dos Santos
 Valdozinho, mãe da Silva
 Sani Veisira do Amaral

ANEXO C – Relação dos proprietários da Lagoa do Mato com suas respectivas propostas

COMUNIDADE SÃO VICENTE DE PAULA
Lagoa do Mato, 10 / 12 / 1987

Relação dos proprietários de Lagoa do Mato, com suas respectivas propostas:

- 01-Armando Ribeiro de Azevedo - Aceita negociar
- 02-Almerito Erginio do Amaral - Aceita casa por casa
- 03-Alexandre Pereira da Rocha - Aceita casa por casa
- 04-Antonio de Oliveira Sá - Quer receber casa em vez de terra
- 05-Adélia Maria Marques - Aceita casa por casa e terra por terra
- 06-Anizia Maria Marques - Aceita casa por casa e negociar a terra
- 07-Aurégio Abreu Magalhães - Aceita negociar
- 08-Altamiro Alves Correia - Aceita casa por casa e terra por terra
- 09-Abel Souza Sales - Aceita casa por casa e terra por terra
- 10-Antonio Alves Correia - casa por casa e terra por terra
- 11-Ana Francisca Neves - casa por casa e terra por terra
- 12-Ariceu Lopes - Aceita casa por casa
- 13-Bernardo Luiz Chaves - Aceita casa por casa e terra por terra
- 14-Boaventura José da Silva - Aceita casa por casa e terra por terra
- 15-Carlindo Erginio do Amaral - Aceita casa por casa e terra por terra
- 16-Deusdethe Augusto Neves - Aceita casa por casa e negociar a terra
- 17-Elsuisso Erginio Amaral - Aceita casa por casa e negociar a terra
- 18-Euribedes Azevedo Magalhães - Aceita Negociar
- 19-Elpidio Correia da Silva - Aceita casa por casa e terra por terra
- 20-Edite Pires Teixeira - Aceita casa por casa e negociar a terra
- 21-Francisco de Souza Sá - Aceita casa por casa e terra por terra
- 22-Florisvaldo Erginio Amaral - Aceita casa por casa e terra por terra
- 23-José Franscilino da Silva - Aceita casa por casa
- 24-José Raimundo Lopes - Aceita negociar
- 25-José Lázaro de Souza - Aceita casa por casa e terra por terra
- 26-Joaquim José de Almeida - Aceita casa por casa e terra por terra
- 27-José Brito de Souza - Aceita casa por casa e terra por terra
- 28-José Vieira Lopes - Aceita casa por casa e terra por terra
- 29-José Vicente Ledo - Aceita negociar
- 30-José Ribeiro da A Sobrinho - Aceita terra por terra
- 31-José Pereira da Magalhães - Aceita casa por casa e terra por terra

- 32- José Carlos Caires Viana - Aceita negociar
- 33- João Lopes de Oliveira - Aceita casa por casa e negociar a terra
- 34- José Bruno Trindade - Aceita casa por casa e terra por terra
- 35- Juvêncio Augusto Correia - Aceita casa por casa e terra por terra
- 36- Júlia Emiliã Marques - Aceita casa por casa e terra por terra
- 37- José Maciel de Oliveira - Aceita terra por terra
- 38- Júlia Augusta da Silva - Aceita negociar
- 39- José Francisco do Santo - Aceita casa por casa e terra por terra
- 40- José Paraíso Caires - Aceita casa por casa e terra por terra
- 41- José Carmelino Vieira - Aceita negociar
- 42- José Teixeira Amaral - Aceita casa por casa
- 43- José de Souza Sales - Aceita casa por casa e terra por terra
- 44- Lindaura Francisca das Neves - Aceita casa por casa e terra por terra
- 45- Leopoldo José de Sales - Aceita casa por casa e terra por terra
- 46- Maria Rosa de Jesus - Aceita casa por casa e terra por terra
- 47- Maria José da Silva - Aceita casa por casa e negociar a terra
- 48- Milton Manoel dos Santos - Aceita casa por casa
- 49- Osvaldo Alves Vieira - Aceita negociar
- 50- Maria Juvenel de Souza - Aceita casa por casa e negociar a terra
- 51- Olavo Pereira da Silva - Aceita casa por casa
- 52- Regina Ribeiro de Oliveira - Aceita negociar
- 53- Rosa Jesus Alves - Aceita negociar
- 54- Salvador José da Silva - Aceita terra por terra
- 55- Tadeu Ribeiro Novato - Aceita casa por casa e terra por terra
- 56- Valdimir Erginio Amaral - Aceita casa por casa
- 57- Valdomiro José da Silva - Aceita casa por casa e terra por terra
- 58- Vicente Augusto Neves - Aceita casa por casa e negociar a terra

Moradores que não tem nada e querem receber casa

- 01- Agenor Pires Teixeira
- 02- Antonio Augusto Neves
- 03- Antonia Pereira da Silva
- 04- Felix José da Silva
- 05- Gregório Pereira da Silva
- 06- José Alves Bomfim
- 07- José Francisco da Silva
- 08- Osvaldo Mecário Coimbra
- 09- Salvador Pereira da Silva

ANEXO D – Documento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim em reunião da comunidade Lagoa do Mato- Paramirim- Ba

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim
Fundado em 26-05-71 - Reconhecido pelo MTPS, em 11-01-72 - CGC 13675376/0001-48
Rua Cel. Rafael Rodrigues, s/n - Fone: (073)471-2165
CEP 46190 - PARAMIRIM - BAHIA

DOCUMENTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
PARAMIRIM EM REUNIÃO COM A COMUNIDADE DE LAGOA DO
MATO - PARAMIRIM - BA.

Conforme reunião realizada na Comunidade de Lagoa do Mato área e ser cuberas pela Barragem do Zebumbão neste Município de Paramirim, em 13 de abril de 1993, com as presenças dos Srs. representantes, Sr. José Ramos de Sousa Sobrinho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim; Dr. Gilberto Martins Brito, Prefeito Municipal; Dr. Aderbal de Sousa Trindade, Assessor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim; Antonio Humberto Brito de Andrade, representando a EBDAA em Paramirim; Irinéu Clementina Maria de Jesus Silva, representando a Igreja Católica; Sr. Antonio Arentes de Freitas, Presidente da Comissão de Negociação das terras e a Comunidade da referida localidade, concluímos o que segue:

- Para satisfação dos que habitam e cultivam as áreas adjacentes, a Barragem do Zebumbão vem sendo construída em ritmo satisfatório, inclusive se encontrando num estágio irreversível, o que já nos assegura o concretizar do sonho.
- Por outro lado, a montante a situação mostra realidade diversa, desde quando trinta e quatro (34) famílias ainda vivem em estado de pânico, quando vêem o concretizar a Obra e no entanto as soluções dos seus problemas permanecem estagnadas.

Para onde deverão ir aqueles que terão suas áreas e residências submersas?

Como solução a comunidade pede com urgência que sejam cumpridas as decisões de reuniões anteriores:

1º - Na este do dia 12 de agosto do ano de 1992, próximo passado, foi acordado a construção de quatorze (14) casas para os meeiros sem casa, com o seguinte modo de construção: doação de uma área pela Prefeitura (já estamos de posse de áreas). Aquisição de material de construção a cargo da CODEVASF e remoção do material de construção a cargo do Empreiteiro Queiróz Galvão, com os serviços sendo executados as formas de mutirão.

[Handwritten signatures: L. Cruz, Brito, and M.]

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim

Fundado em 26-05-71 - Reconhecido pelo MTPS, em 11-01-72 - CGC 13075376/0001-48
 Rua Cel. Rafael Rodrigues, s/n - Fone: (073)471-2165
 CEP 46190 - PARAMIRIM - BAHIA

2ª Agilizar a negociação do restante das terras e serem submersas providenciando os recursos e reajustes de acordo com a inflação;

3ª Implantação do Projeto de Colonização Agrícola para o assentamento dos meeiros e dos sem terra de área estingida, com área de 100(cento) hectares no mínimo.

Paramirim, 13 de abril de 1993

José Ramos de Sousa Sobrinho
 José Ramos de Sousa Sobrinho
 Presidente STR Paramirim

Gilberto Martins Brito
 Gilberto Martins Brito
 Prefeito Municipal

Aderbal de Sousa Trindade
 Aderbal de Sousa Trindade
 Assessor J. STR Paramirim

Antonio Humberto Brito Andrade
 Antonio Humberto Brito Andrade

Luana Clementina Maria de Jesus Silva
 Clementina Maria de Jesus Silva
 Rep. Igreja Católica.

Antonio Arentes de Freitas
 Antonio Arentes de Freitas
 Presidente Comissão H. Terras.

Acilton Pereira da Silva
 Acilton Pereira da Silva
 Representante Comunidade de
 Lagoa do Mato.

ANEXO E – Título definitivo da área destinada a barragem e localização dos proprietários

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
COMARCA DE PARAMIRIM - BA.
OFICIAL: Antonio Adailson de O. Pereira
Cadastral: 802.015-2
SUBOFICIAL: Flávia de Almeida Lima
Cadastral: 802.015-2
EXERCENTE: Sumara do Rosário M. Silva
Cadastral: 802.015-5

ESTADO DA BAHIA
REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
COMARCA DE PARAMIRIM

TÍTULO Nº 401.172 PROTOCOLO Nº 8444 L. 01 FLS 474
Nº de Matrícula Nº 015223, 2-E FLS 5163
PARAMIRIM 30 de Dezembro de 1997
OFICIAL: Antonio Adailson de Oliveira Pereira

ANTONIO ADAILSON DE OLIVEIRA PEREIRA
OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE PARAMIRIM
CADASTRO 800.002

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, tendo em vista os dispositivos da Lei nº 3.038 de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401 de 13 de abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442 de 12 de dezembro de 1970, regulamentada pelo Decreto nº 25.109 de 24 de janeiro de 1976 e considerando o que consta do PROCESSO DE ALIENAÇÃO EXCEPCIONAL nº 66/00.210.860-7 outorga a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF**, o título definitivo sobre a área de 907 ha, 10 a, 74 ca, no lugar denominado **BACIA HIDRAULICA DO ZABUMBÁ** Município de **PARAMIRIM** Comarca de **PARAMIRIM** com os limites e confrontações seguintes: NORTE: Espólio de Delfina Alves Vieira, Alexandre Pereira Rocha, Edith Teixeira Ferreira, Apri-gio Abreu Magalhães, Armando Ribeiro de Azevedo, José Vieira Lopes, Espólio de João Antonio, Tadeu Ribeiro Nogueira e Mar-nardo Luiz Chaves; ESTE: José Bruno Trindade, José Pereira Ma-galhães, Florisvaldo e Amaral, Herdeiros de Francisco Espídio Correia da Silva, Adélia Maria Marques, Anizete Maria Marques e Francisco Souza Sá; SUL: Espólio de Pedro Lopes de Oliveira; SUDOESTE: Abel de Souza Sales, Arnaldo Suterio, José de Souza Sales, José Lázaro de Souza, Geraldo Magela B. Vieira, José Paraíso Soares e Antonio Bitencourt; OESTE: Maria José da Silva; NOROESTE: Espólio de Delfina Alves Vieira, Boaven-tura J. Oliveira e Espólio de Delfina Alves Vieira, conforme planta e memorial descritivos anexos.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 01 de DEZEMBRO de 1997

O GOVERNADOR _____
O SECRETARIO _____
O PRESIDENTE _____
Diretor Geral
INTERNA

DE ACORDO COM O ART. 171 DO REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DO ESTADO DA BAHIA, EM: _____
Sergio Antonio Coelho
Superintendente Regional do 1º R.
Decisão nº 4-1/97

103
Proc. nº 0069/1997
RUIZ

104
Proc. nº 0069/1997
RUIZ



PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, HIPOTECAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS DA
COMARCA DE PARAMIRIM-ESTADO DA BAHIA.

C E R T I D A O NEG. DE ÔNUS:

Eu, Antonio Adailson de Oliveira Pereira- Oficial do Registro de Imóveis, Hipotecas, Títulos e Documentos da Comarca de Paramirim, do Estado da Bahia, certifico para os devidos fins, que o imóvel consistente em uma área de 907 ha, 10 a, 74 ca, no lugar denominado **BACIA HIDRÁULICA DO ZABUMBÃO**, no Município de Paramirim-Ba., pertencente a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - CODEVASF**, devidamente registrada neste Cartório a fls. 5.163 do Livro 2-E, sob nº de ordem **RI-5.223**, em data de 30/12/1997, **ENCONTRA-SE LIVRE ÔNUS**, digo, **LIVRE DE ÔNUS, EXCETO A ÁREA DE 381,4554 hectares** da área acima mencionada, que se encontra gravada como de Reserva Legal.

O referido é verdade e dou fé.

Paramirim, Ba., 30 de dezembro de 1997.

O OFICIAL

Antonio Adailson de Oliveira Pereira

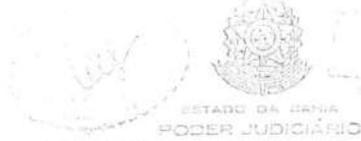
CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
COMARCA DE PARAMIRIM - BA.

OFICIAL: Antonio Adailson de O. Pereira
Cadastros 800.802-7

SUBOFICIALA: Maristela de Almeida Cunha
Cadastros 803.095-2

ESCREVENTE: Sumara do Rosário M. Silva
Cadastros 802.261-5

105
Proc. 802.261-5-21
Rui...



Handwritten notes and stamps in the top right corner, including a circular stamp with the number 1165.

Main body of the document containing legal text, including references to laws and court decisions. The text is partially obscured by a large rectangular box.

Handwritten text at the bottom left: "CERRA" and "CONTRATA".

Handwritten number "106" and stamp "2069715-21" with the word "fabrica" below it.

Oliveira e Cavaldo Santos Araújo; ao SUDIS, com Vladimir Santos, Cezar Ferreira, Roberto Garcia, Fabiano Pereira, Gilson Pereira Brito, Lourival de Santana Leal, José Aguiar e outros; ao SUDIS, com Vladimir Santos, Laura Francisco de Souza e José Fagundes; que, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 6.108 de 16 de julho de 1974, transferiu à SUDIS, sem ônus para esta, todos os seus direitos, domínio e ações sobre a área acima citada e respectivas concessões e benfeitorias; que a presente transferência de domínio independe dos formalismos exigidos para bens de categoria especial, por se tratar de bens destinados a alienação em virtude da Lei, ou seja, da já mencionada Lei 6.108 de 16.07.74; que, finalmente, para todos os efeitos de direito civil a esta transferência de domínio o valor de Cr\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil cruzeiros). Em seguida, pelo ato administrativo do SUDIS, ante as mesmas circunstâncias, ao foi dito original por que se se renovava em posse, nome e qualificações, as referidas áreas e suas respectivas concessões e benfeitorias, conforme termo de entrega e recebimento, datado de 11 de maio de 1977, firmado por representantes credenciados do SUDIS e da SUDIS AP, por onde se firmo de direito, tendo assumido todas as ônus e obrigações, assim como todos os encargos relacionados com o imóvel e suas benfeitorias, ficando o SUDIS, a partir desta data, de quaisquer reclamações ou reivindicações que possam surgir; que por último, estava de acordo com todos os extratos contidos na presente escritura, representantes das expressões citadas de verdade. Pela Lei de ser exigidas as Certidões Negativas do imóvel objeto da presente transferência em virtude da imunidade tributária de que é beneficiário o SUDIS, de conformidade com o disposto nos artigos 19, item III alínea "a" e 19 da Constituição Federal e 31 da Lei nº 4.229 de 19 de junho de 1963 e por se acharem juntos e contratados, pediram-se que lhes fizesse esta, sob firma, em cinco tomos, a qual tem sendo lida em presença das testemunhas RAMIRO DE OLIVEIRA OLIVEIRA e JOÃO RIBEIRO DOS SANTOS RAMOS, brasileiros, maiores, capazes, comerciantes, residentes e domiciliados nesta Capital e nos lugares Mourão nº 14 - aptos. 302 e 303 - Município Mar Gregório - Recife que assinam nos contratos por selagem suficiente, depois de lida esta em voz alta e sem erro, ficando todos por si, JOSÉ FÁBIO OLIVEIRA OLIVEIRA DOS SANTOS RAMOS, tabelião, que declara terem sido pagas as quotas devidas por esta escritura conforme Guia de recolhimento de número 319.405, extraída por este Cartório e autenticada devidamente pelo BANCO DE UTAHA DA BAHIA S/A - BANUBA, Salvador, 08 (oito e oito) de abril de 1980 (um noventa e oitenta). E em, FOLHA ÚNICA. SUDISCH Nº 110000000000, Tabelião, da data em que a subscrito e assinado e publicado e assinado.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

F. 107
 FOLHA 2069/12-21
 KUB

ANEXO F – Projeto de lei nº 09/89, de 14 de novembro de 1989, autoriza a abertura de crédito para construção de casas residenciais para reassentamento dos sem terras da Lagoa do Mato



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMIRIM

PROJETO DE LEI Nº 09/89 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1989

"Autoriza a abertura de crédito especial no valor de NCZ\$ 10.000,00, e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAMIRIM, Estado da Bahia,
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou
e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Executivo Municipal de Paramirim-Ba., autorizado a abertura de um crédito especial no valor de NCZ\$10.000,00, para cobrir as despesas com a aquisição de uma área de 10.000m², para construção de casas residenciais para reassentamento dos s/sem terras da Lagoa do Mato, inclusive escola e capela, desapropriados, para construção do lago da Barragem do ZABUMBÃO.

Art. 2º- As despesas decorrentes da abertura do presente crédito especial, serão cobertas com os recursos de que trata o art. 43 § 1º da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAMIRIM(BA.)

Em, 14 de novembro de 1989

MBL
José Barbosa Lobo
PREFEITO



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMIRIM**JUSTIFICATIVA: PROJETO DE LEI Nº 09/89**

Face a construção do lago da BARRAGEM DO ZABUMBÃO, que naturalmente irá cobrir uma grande área de terra habitada, da região da Lagoa do Mato,

Em virtude de uma parte dos habitantes da referida região, tratar-se de pessoas extremamente carentes, sem a mínima condição de reconstruírem suas casas em outra localidade,

E, levando-se em consideração todas as dificuldades que, naturalmente, iriam ter que enfrentar, sem o seu teto, o que poderá provocar um grave problema social, moral e de grande constrangimento para todos, é que apresentamos aos Senhores Edis, dessa Egrégia Casa, o Projeto de Lei nº 09/89, para abertura de um crédito especial, tendo como objetivo a construção das casas residenciais dos sem terra, incluindo um templo de orações e uma escola, que após ser examinado, deverá ser aprovado pelo Legislativo Municipal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAMIRIM(BA)

Em, 14 de novembro de 1989



José Barbosa Leão

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO G – Relatório de Auditoria; Obra Pública; Senado Federal; Comissão Temporária; Paramirim BA; Liberação de Recursos; Execução Parcial de Obras e Serviços; Codevasf; Acompanhamento.

Tribunal de Contas da União

Dados Materiais:

Decisão 363/96 - Plenário - Ata 24/96

Processo nº TC 250.072/96-3.

Responsável: Airson Bezerra Lócio (Presidente da CODEVASF).

Entidade: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF.

Vinculação: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA.

Relator: Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha.

Representante do Ministério Público: não atuou.

Unidade Técnica: SECEX/BA.

Especificação do "quorum":

Ministros presentes: Fernando Gonçalves (na Presidência), Adhemar Paladini Ghisi, Paulo Affonso Martins de Oliveira, Iram Saraiva, Humberto Guimarães Souto e os Ministros-Substitutos José Antônio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha (Relator).

Assunto:

Relatório pertinente à Auditoria realizada na Barragem do Zabumbão/BA, obra a cargo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF.

Ementa:

Auditoria. Solicitação formulada pelo Senado Federal. Obras paralisadas da Barragem do Zabumbão no Município de Paramirim BA. Falta de regularidade na liberação dos recursos. Exigência de serviços complementares. Encaminhamento dos autos à SECEX. Determinação.

Data DOU:

10/07/1996

Página DOU:

12752

Data da Sessão:

19/06/1996

Relatório do Ministro Relator:

Grupo I - Classe V - Plenário

TC 250.072/98-3

-Natureza: Relatório de Auditoria.

-Interessado: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA)/Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

-Responsável: Airson Bezerra Lócio (Presidente da CODEVASF).

-Ementa: Obras inacabadas. Barragem do Zabumbão/BA. Ausência de irregularidades na administração da obra. Fluxo financeiro intermitente. Consolidação das informações. Determinação à Unidade Técnica. Encaminhamento dos autos à SEGECEX.

Em exame o Relatório correspondente à auditoria realizada na barragem do Zabumbão, em construção no Município de Paramirim, a sudoeste do Estado da Bahia, Chapada Diamantina meridional, sobre o rio homônimo ao Município.

2. A obra em questão está a cargo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF e tem como finalidade promover a perenização do rio Paramirim, de modo a permitir o abastecimento de água tratada às localidades de Paramirim e Botuporã, ambas no Estado da Bahia, bem como viabilizar a manutenção regular das áreas irrigadas já existentes, permitindo, em contexto futuro, a ampliação do perímetro irrigado para a extensão de 1.400 ha.

3. A fiscalização levada a termo foi motivada pela Decisão nº 674/95 - TCU - Plenário, adotada, à época, em atenção às indicações formuladas pela então Comissão Temporária do Senado Federal, incumbida de investigar as obras não concluídas custeadas pela União e examinar aspectos futuros associados a essa situação.

4. A equipe de auditoria, por meio do Relatório de fls. 1/4, discorre sobre os elementos essenciais à identificação da obra, enfocando, ainda, aspectos que permitem aferir a importância do projeto no âmbito da região a que se destina, uma vez que tem como escopo minorar as conseqüências das secas, ao tempo em que irá favorecer a atividade agrícola, o abastecimento d'água à comunidade circunvizinha, a prática de piscicultura e a irrigação de terras contíguas.

5. Com relação ao resultado da investigação, o grupo auditor consigna (fls. 03):

"- Constatamos que a obra possui grande relevância social e

Execução:

- Construtora Queiroz Galvão S.A.

CGC: 33.412.793/001-60

end. Av. Rio Branco, 156, conj. 3037, Rio de Janeiro/RJ.

- Mecânica Pesada S.A.

CGC: 60.835.410/0001-84

end. Av. Charles Schneider s/nº, Bairro do Barranco - Taubaté/SP.

Observação 1.: a licitação vencida pela Mecânica Pesada S.A. ocorreu em 18/12/95 e se restringia à parte eletromecânica da barragem (válvulas automáticas).

Assessoramento e fiscalização: GEOHIDRO Engenharia Ltda.

CGC: Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 3.840/ala A - Iguatemi - Salvador/BA.

Observação: 2.: o contrato da Geohidro Engenharia Ltda começou em 30/12/92 e termina em 29/02/96.

8 - Data do início da obra: 12/04/89.

9 - Data de paralisação da obra:

- A construção da barragem do Zabumbão foi iniciada em 1989 e sofreu paralisação entre este ano e 1992, quando as obras adquiriram ritmo contínuo.

10 - Motivo da paralisação:

- conforme pudemos constatar, as paralisações se deveram à falta de regularidade na liberação dos recursos associada à ocorrência de uma falha geológica não detectada nos estudos geotécnicos que exigiu serviços complementares.

11 - Percentual físico executado: 78%.

12 - Recursos necessários para conclusão da obra: R\$ 4.040.512,44."

7. Em termos conclusivos, os membros da equipe propõem, com o aval do escalão superior da Unidade (fls. 04 e 23):

a) seja dado conhecimento das conclusões do trabalho à Comissão Temporária do Senado Federal destinada a investigar as obras não concluídas custeadas pela União; e

ANEXO H – Ata de Reunião entre a Codevasf e a comunidade da Lagoa do Mato

Ata da reunião entre a CODEVASF e Comunidade de Lagoa do Mato.

Aos dezoito dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e nove, realizou-se uma reunião, no salão do Auditório local, com o objetivo de discutir assuntos referentes ao assentamento e reassentamento dos produtores da área a ser inundada com a construção da Barragem do Zabumbão; nesta oportunidade participaram Dr. Sílvio de Castro – Diretor da CODEVASF, Dr. José Olímpio, Dr. Antônio Mota – Técnicos da CODEVASF, Prefeitos: José Barbosa Leão e Antônio Medrado, de Paramirim e Água Quente respectivamente. Em seguida falou Dr. Sílvio de Castro, a respeito do Convênio ora firmado com a CODEVASF e a Prefeitura Municipal de Paramirim, seus objetivos e recursos. Prosseguindo afirmou o Dr. Sílvio de Castro, de que a construção da estrada que liga o Município de Paramirim a Água Quente, será paralela à construção da Barragem. Em seguida tomou a palavra os representantes da Comunidade de Lagoa do Mato, os quais demonstraram a preocupação no sentido de um maior esclarecimento e discussão dos objetivos do Convênio, naquilo que diz respeito a desapropriação, justificando o Dr. Sílvio de Castro, que esta seria a reunião na qual iríamos tratar desse assunto. Tomando a palavra o Prefeito de Água Quente, Dr. Antônio Medrado, colocou sua preocupação também com o problema das indenizações e assentamento dos produtores da Comunidade de Lagoa do Mato e deixou bem claro a falta de informação por parte da CODEVASF de não comunicar à sua pessoa, sabendo-se que parte do Município de Água Quente, também, será afetada; afirmando mais uma vez o Diretor da CODEVASF, que estaria aqui exatamente com a missão de receber propostas e discuti-las com toda a Comunidade e autoridades. Falou o Advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paramirim, que o Prefeito antes de assinar o Convênio, deveria antes ter discutido com a Comunidade e autoridades representativas, justificando Dr. Sílvio de Castro que a assinatura deste Convênio seria ponto inicial de qualquer negociação. Em seguida apresentou o advogado do Sindicato, documento reivindicatório da Comunidade de Lagoa do Mato. Prosseguindo colocou um Técnico da CODEVASF, proposta de criação de Comissão de negociação, que fosse formada por representantes da Comunidade, bem como órgãos públicos e Igreja. Aproveitando a oportunidade falou o Prefeito de Paramirim, que quanto à assinatura do Convênio, foi pego de surpresa, mesmo assim, achando por bem, após ter discutido com o Presidente da CODEVASF, ter assinado o aludido Convênio, para a partir daí começar as negociações com a Comunidade, inclusive, que esta proposta da formação da Comissão fosse concretizada no momento com todos os setores da Comunidade e responsável pelo seguimento da terra. Prosseguindo falou Técnicos da Ematerba e Interba reforçando e aprovando a criação da Comissão de negociação. Falou, também, o Sr. Vereador Joaquim Francisco da Silva, dizendo que, como representante do Legislativo estaria disposto a ajudar na Comissão de negociação. Em seguida, tomou a palavra o Prefeito de Água Quente, no sentido de que neste momento fosse nomeada a Comissão, justificando o Dr. Sílvio que estaria implícito no Convênio, ora assinado pelo Prefeito, o direito de negociação pela Comissão. Continuando o Diretor da CODEVASF, pediu ao representante da Lagoa do Mato que indicasse os nomes dos representantes que fariam parte da Comissão, que ficou assim constituída: Prefeitos: José Barbosa Leão – Prefeito de Paramirim, Dr. Antônio Medrado Alcântara – Prefeito de Água Quente, Suplente – Juvêncio Cardoso; Câmara de Vereadores: Ires Cheles Nascimento – Vereador Líder da Maioria, Suplente – João Duque das Neves; Comunidade de Lagoa do Mato: José Carlos de Oliveira – Presidente da Associação São Vicente de Paula, Bernardo Luz Chaves, Carlindo Ergínio do Amaral; Ematerba: Antônio Humberto Brito de Andrade – Técnico Agrícola, Suplente Carlos Roberto Machado – Técnico Agrícola; Interba: Osvaldo Brasil Celina – Chefe, Gilson Ribeiro Pimenta – Técnico Agrícola; Igreja: Pe. Pedro Olímpio dos Santos; Sindicato: José Ramos de Souza Sobrinho – Presidente, Dr. Aderbal de Souza Trindade – Advogado. Finalizando falou o Prefeito do Município de Água Quente, agradecendo a presença de todos, bem como agradecimentos por parte do Prefeito de Paramirim. Assinam a presente Ata, eu, Maria das Graças Silva Bittencourt, que a datilografeci e demais membros da Reunião.

Paramirim, 18 de abril de 1989

Maria das Graças Silva Bittencourt
Secretária